

**PROSPECTO DEFINITIVO DE DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DE COTAS SENIORES DA 1ª SÉRIE DE EMISSÃO DO**  
**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS CREDIPAR MAIS**  
CNPJ/MF: 12.501.636/0001-04

**Cedente**  
**Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos**

no montante de até

**R\$ 100.000.000,00**

Registro CVM Cotas Seniores nº CVM/SRE/RFD/2010/038, concedido em 7 de dezembro de 2010  
Registro CVM de Funcionamento do Fundo nº CVM/SIN/GIE/451-0, concedido em 7 de dezembro de 2010  
Classificação de risco preliminar da Fitch Ratings Brasil Ltda.: AAA(bra)  
Código ISIN para Cotas Seniores da 1ª Série: BRCRDMCTF007  
Classificação ANBIMA: FIDC  
Valor Unitário das Cotas Seniores: R\$ 1.000,00

Remuneração Alvo das Cotas Seniores da 1ª Série: variação da Taxa DI acrescida de sobretaxa ou spread de 2,8% (dois inteiros e oito décimos por cento) ao ano

Oferta de cotas seniores da 1ª série de emissão do “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros Credipar Mais” (“Fundo”) (“Cotas Seniores da 1ª Série” e “Oferta”), deliberada pela instituição administradora em 6 de setembro de 2010. O pedido de registro do Fundo e da Oferta perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) foi protocolado em 16 de setembro de 2010. O Fundo e a distribuição das Cotas Seniores da 1ª Série foram registrados na CVM em 7 de dezembro de 2010, sendo que esta última foi registrada sob o nº CVM/SRE/RFD/2010/038.

Distribuição de no mínimo 60.000 (sessenta mil) e no máximo 100.000 (cem mil) Cotas Seniores da 1ª Série, com valor inicial de R\$ 1.000,00 (um mil reais) por cada cota, perfazendo o total inicial de até R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais). Os direitos e características das Cotas Seniores da 1ª Série estão descritos neste prospecto definitivo (“Prospecto”) e no regulamento do Fundo (“Regulamento”), que integra este Prospecto como seu Anexo I.

A quantidade inicial de Cotas Seniores da 1ª Série poderá ser acrescida de (i) um lote suplementar de até 15.000 (quinze mil) Cotas Seniores da 1ª Série (“Lote Suplementar”), conforme opção outorgada pelo Fundo ao Banif Banco de Investimento (Brasil) S.A. (“Coordenador Líder”), nos termos do artigo 24 da Instrução CVM nº 400/03; e/ou (ii) um lote adicional de até 20.000 (vinte mil) Cotas Seniores da 1ª Série (“Lote Adicional”), a critério do Fundo e da Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos (“Cedente”), em comum acordo com o Coordenador Líder, nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM nº 400/03.

Serão objeto de colocação privada 25.000 (vinte e cinco mil) cotas subordinadas de emissão do Fundo (“Cotas Subordinadas”), com preço unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais), totalizando R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), sem considerar eventual distribuição Lote Suplementar e/ou Lote Adicional de Cotas Seniores, hipótese em que o número de Cotas Subordinadas será majorado. As Cotas Subordinadas serão subscritas e integralizadas exclusivamente pela Cedente.

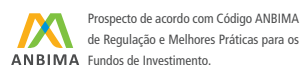
A deliberação de constituição do Fundo e o Regulamento foram registrados sob o nº 242470 no 2º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, em 8 de setembro de 2010. O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado com prazo de vigência de 240 meses, contados da Data da Subscrição Inicial das Cotas Seniores da 1ª Série, administrado pela BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sociedade autorizada pela CVM a administrar fundos de investimento, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, bairro Vila Yara, Prédio Prata, 4º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 00.066.670/0001-00 (“Instituição Administradora”). O Fundo é regido pelas disposições de seu Regulamento, pela Resolução do Banco Central nº 2.907, de 29 de novembro de 2003, pela Instrução CVM nº 356 de 17, de dezembro de 2001 e posteriores alterações, e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

O REGISTRO DA PRESENTE DISTRIBUIÇÃO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DO FUNDO EMISSOR, BEM COMO SOBRE AS Cotas seniores da 1ª série A SEREM DISTRIBUÍDAS.

O PROSPECTO DEFINITIVO ESTARÁ DISPONÍVEL PARA OS INVESTIDORES DURANTE O PERÍODO DE DISTRIBUIÇÃO NAS SEDES DO COORDENADOR LÍDER E DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA.

Veja outros avisos importantes na página 1 deste Prospecto.

Somente os Investidores Qualificados podem adquirir Cotas Seniores da 1ª Série.



“ESTE PROSPECTO FOI PREPARADO COM AS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS AO ATENDIMENTO DAS DISPOSIÇÕES DO CÓDIGO ANBIMA DE REGULAÇÃO E MELHORES PRÁTICAS PARA OS FUNDOS DE INVESTIMENTO, BEM COMO DAS NORMAS EMANADAS DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. A AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO E/OU VENDA DAS COTAS DESTE FUNDO DE INVESTIMENTO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS OU DA ANBIMA, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS, OU JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DO FUNDO, DE SEU ADMINISTRADOR OU DAS DEMAIS INSTITUIÇÕES PRESTADORAS DE SERVIÇOS.”

Coordenador Líder



Instituição Administradora



Custodiante



Gestora



Auditoria



Agência de Rating



Assessoria Legal



A data deste Prospecto Definitivo é 19 de novembro de 2010.

## **AVISOS ANBIMA E OUTROS AVISOS IMPORTANTES**

*Este Fundo utiliza estratégias com derivativos como parte integrante de sua política de investimento. Tais estratégias, da forma como são adotadas, podem resultar em perdas patrimoniais para seus cotistas.*

*O investimento do Fundo de que trata este Prospecto apresenta riscos para o investidor. Ainda que a Gestora mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para o investidor.*

*O Fundo de que trata este Prospecto não conta com garantia da Instituição Administradora do Fundo, da Gestora, do Custodiante, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.*

*A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura.*

*As informações contidas neste Prospecto estão em consonância com o Regulamento do Fundo, mas não o substituem. É recomendada a leitura cuidadosa tanto deste Prospecto quanto do Regulamento, com especial atenção para as cláusulas relativas ao objetivo e à política de investimento do Fundo, bem como às disposições do Prospecto e do Regulamento que tratam dos fatores de risco a que o Fundo está exposto.*

*Este Fundo busca manter uma carteira de ativos financeiros com prazo médio superior a 365 dias, o que pode levar a uma maior oscilação no valor da cota se comparada à de fundos similares com prazo inferior.*

*O tratamento tributário aplicável ao investidor deste Fundo depende do período de aplicação do investidor bem como da manutenção de uma carteira de ativos com prazo médio superior a 365 dias. Alterações nestas características podem levar a um aumento do imposto de renda incidente sobre a rentabilidade auferida pelo investidor. Não há garantia de que este Fundo terá o tratamento tributários para fundos de longo prazo.*

*Este prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das disposições do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento, bem como das normas emanadas da Comissão de Valores Mobiliários. A autorização para funcionamento e/ou venda das cotas deste fundo de investimento não implica, por parte da Comissão de Valores Mobiliários ou ANBIMA, garantia de veracidade das informações prestadas, ou julgamento sobre a qualidade do fundo, de seu administrador ou das demais instituições prestadoras de serviços.*

*Os investidores devem ler a seção “Fatores de Risco”, nas páginas 35 a 45 deste Prospecto.*

*Não há compromisso ou garantia por parte da Instituição Administradora e da Gestora de que o objetivo do Fundo será atingido.*

*Todo cotista, ao ingressar no Fundo, deverá atestar, por meio de termo de adesão ao Regulamento e ciência de risco, que recebeu exemplar do Prospecto Definitivo e do Regulamento, que tomou ciência dos objetivos do Fundo, de sua política de investimento, da composição da carteira (inclusive quanto à utilização de*

*instrumentos derivativos), da taxa de administração devida à Instituição Administradora, dos riscos associados ao seu investimento no Fundo e da possibilidade de ocorrência de variação e perda de patrimônio líquido do Fundo e, conseqüentemente, de perda, parcial ou total, do capital investido.*

*As cotas seniores da 1ª Série serão registradas, para negociação em mercado secundário da CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.*

*Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre o Fundo e a Oferta poderão ser obtidos junto à Instituição Administradora e ao Coordenador Líder.*

# ÍNDICE

<b>INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA .....</b>	<b>23</b>
<b>INFORMAÇÕES RELATIVAS AO FUNDO .....</b>	<b>24</b>
<b>FLUXOGRAMA DA SECURITIZAÇÃO .....</b>	<b>26</b>
<b>PÚBLICO ALVO E INADEQUAÇÃO DE INVESTIMENTO.....</b>	<b>27</b>
<b>CONDIÇÕES DE DISTRIBUIÇÃO .....</b>	<b>28</b>
<b>PROCEDIMENTO DE DISTRIBUIÇÃO.....</b>	<b>28</b>
<b>CRONOGRAMA DE ETAPAS DA OFERTA .....</b>	<b>29</b>
<b>MELHORES ESFORÇOS .....</b>	<b>30</b>
<b>INÍCIO E ENCERRAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO .....</b>	<b>30</b>
<i>Divulgação de anúncios relacionados à distribuição .....</i>	<i>30</i>
<i>Manifestação de aceitação ou de revogação da aceitação.....</i>	<i>31</i>
<b>DISTRIBUIÇÃO, SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO DAS COTAS SENIORES DA 1ª SÉRIE.....</b>	<b>31</b>
<i>Demonstrativo do custo da distribuição .....</i>	<i>32</i>
<b>FATORES DE RISCO .....</b>	<b>33</b>
<b>RISCOS DE MERCADO .....</b>	<b>33</b>
<i>Descasamento de taxas .....</i>	<i>33</i>
<i>Baixa valorização dos ativos .....</i>	<i>33</i>
<i>Sujeição dos ativos a oscilações diversas .....</i>	<i>33</i>
<i>Efeitos da política econômica do governo federal.....</i>	<i>34</i>
<b>RISCOS DE CRÉDITO .....</b>	<b>34</b>
<i>Inexistência de garantia das aplicações do Fundo .....</i>	<i>34</i>
<i>Inadimplência dos emissores dos ativos .....</i>	<i>34</i>
<i>Fatores macroeconômicos .....</i>	<i>34</i>
<i>Modificação de créditos por decisão judicial .....</i>	<i>35</i>
<i>Riscos decorrentes dos procedimentos adotados pela Cedente .....</i>	<i>35</i>
<b>RISCOS DE LIQUIDEZ .....</b>	<b>35</b>
<i>Inexistência de mercado secundário para negociação de Direitos Creditórios .....</i>	<i>35</i>
<i>Falta de liquidez dos Ativos Financeiros.....</i>	<i>36</i>
<i>Fundo fechado e mercado secundário .....</i>	<i>36</i>
<i>Reserva de Amortização não constitui garantia de pagamento .....</i>	<i>36</i>
<i>Insuficiência de recursos no momento da liquidação antecipada .....</i>	<i>36</i>
<b>RISCOS PROVENIENTES DO USO DE DERIVATIVOS.....</b>	<b>37</b>
<i>Efeitos negativos para a rentabilidade do Fundo .....</i>	<i>37</i>
<i>Oscilações no patrimônio do Fundo .....</i>	<i>37</i>
<b>RISCOS ESPECÍFICOS .....</b>	<b>37</b>



<i>Riscos operacionais</i> .....	37
<i>Risco de descontinuidade e reinvestimento</i> .....	39
<i>Riscos da originadora</i> .....	39
<b>OUTROS RISCOS</b> .....	<b>40</b>
<i>Invalidade ou ineficácia da cessão de Direitos Creditórios</i> .....	40
<i>Concentração em modalidade de investimento</i> .....	41
<i>Intervenção, liquidação, falência ou aplicação de regimes similares ao Agente de Cobrança ou aos Agentes de Recebimento</i> .....	41
<i>Intervenção, liquidação, falência ou aplicação de regimes similares ao Custodiante</i> .....	41
<i>Alteração do Regulamento</i> .....	41
<i>Dação em pagamento de Direitos Creditórios</i> .....	42
<i>Inexistência de rendimento pré-determinado</i> .....	42
<i>Repasse de valores recuperados por escritórios de cobrança</i> .....	42
<i>Alteração da situação financeira dos Devedores</i> .....	42
<i>Despesas com a defesa dos Direitos dos Cotistas Seniores</i> .....	43
<i>Riscos relativos à distribuição parcial das Cotas Seniores da 1ª Série</i> .....	43
<b>CARACTERÍSTICAS GERAIS DO FUNDO</b> .....	<b>44</b>
<b>BASE LEGAL E CLASSIFICAÇÃO ANBIMA</b> .....	<b>44</b>
<b>OBJETO</b> .....	<b>44</b>
<b>FORMA DE CONSTITUIÇÃO</b> .....	<b>44</b>
<b>PRAZO DE DURAÇÃO</b> .....	<b>44</b>
<b>OBJETIVO DE INVESTIMENTO</b> .....	<b>44</b>
<b>POLÍTICA DE INVESTIMENTO</b> .....	<b>45</b>
<i>Aplicação em Direitos Creditórios</i> .....	45
<i>Critérios de Elegibilidade e Condições de Cessão</i> .....	45
<i>Aplicação da parcela remanescente do Patrimônio Líquido</i> .....	47
<i>Limites de concentração da carteira do Fundo</i> .....	47
<i>Operações com derivativos</i> .....	47
<i>Operações vedadas</i> .....	47
<i>Outras informações relevantes acerca da política de investimento do Fundo</i> .....	48
<b>ORDEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS</b> .....	<b>48</b>
<b>REGRAS DE MOVIMENTAÇÃO</b> .....	<b>49</b>
<b>COTAS</b> .....	<b>49</b>
<i>Características gerais</i> .....	49
<i>Classes de Cotas</i> .....	49
<i>Relação mínima entre o Patrimônio Líquido e o valor das Cotas Subordinadas e Índice de Subordinação Mínimo</i> .....	50

<i>Classificação de risco preliminar das Cotas Seniores da 1ª Série</i> .....	51
<i>Emissões de novas séries</i> .....	51
<i>Valorização das Cotas</i> .....	51
<i>Valorização das Cotas Seniores da 1ª Série</i> .....	51
<b>AMORTIZAÇÃO DAS COTAS</b> .....	<b>54</b>
<i>Amortização das Cotas Seniores da 1ª série</i> .....	54
<i>Amortização Compulsória das Cotas Seniores da 1ª Série</i> .....	55
<i>Amortização das Cotas Subordinadas</i> .....	56
<i>Outras informações a respeito da amortização de Cotas</i> .....	56
<b>TAXA DE CESSÃO, RESERVA DE AMORTIZAÇÃO E RESERVA DE LIQUIDEZ</b> .....	<b>57</b>
<b>METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO E DAS COTAS DE CADA CLASSE</b> .....	<b>58</b>
<i>Metodologia de avaliação dos Direitos Creditórios</i> .....	58
<i>Metodologia de avaliação dos outros ativos</i> .....	59
<b>ASSEMBLÉIA GERAL</b> .....	<b>59</b>
<i>Competência</i> .....	59
<i>Procedimento de convocação e instalação</i> .....	60
<i>Nomeação de representante dos Cotistas</i> .....	61
<i>Direito de voto e critérios para apuração das deliberações</i> .....	61
<i>Divulgação e eficácia das deliberações da Assembléia Geral</i> .....	62
<b>LIQUIDAÇÃO DO FUNDO</b> .....	<b>62</b>
<i>Eventos de Avaliação</i> .....	63
<i>Eventos de Revisão</i> .....	64
<i>Procedimentos adotados na ocorrência de Eventos de Avaliação</i> .....	65
<i>Procedimentos adotados na ocorrência de Eventos de Liquidação</i> .....	67
<b>HIPÓTESES E PROCEDIMENTOS DE RESGATE DE COTAS MEDIANTE DAÇÃO EM PAGAMENTO DE DIREITOS CREDITÓRIOS E/OU ATIVOS FINANCEIROS</b> .....	<b>67</b>
<b>INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES</b> .....	<b>68</b>
<i>Despesas e encargos do Fundo</i> .....	68
<i>Informações obrigatórias e periódicas</i> .....	69
<i>Publicações</i> .....	71
<i>Atendimento aos Cotistas</i> .....	71
<b>DIREITOS CREDITÓRIOS</b> .....	<b>72</b>
<b>CARACTERÍSTICAS</b> .....	<b>72</b>
<i>Natureza</i> .....	72
<b>VALOR E NÚMERO DE DIREITOS CREDITÓRIOS NA CARTEIRA DO FUNDO</b> .....	<b>72</b>
<i>Originação de Direitos Creditórios no Período</i> .....	73
<i>Características dos Direitos Creditórios originados pela Cedente</i> .....	75

<i>Inadimplimentos, perdas e pré-pagamentos dos Direitos Creditórios</i> .....	77
<i>Processo de originação</i> .....	80
<i>Política de Concessão de Crédito</i> .....	81
<i>Cobrança dos Direitos Creditórios</i> .....	82
<b>REMOÇÃO, ACRÉSCIMO OU SUBSTITUIÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS</b> .....	<b>85</b>
<b>EXISTÊNCIA DE OUTROS FUNDOS DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS E PREFERÊNCIA NA</b>	
<b>AQUISIÇÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS</b> .....	<b>86</b>
<b>PRESTADORES DE SERVIÇOS</b> .....	<b>87</b>
<b>INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA</b> .....	<b>87</b>
<i>Obrigações, vedações e responsabilidades da Instituição Administradora</i> .....	87
<i>Contratação de terceiros prestadores de serviço</i> .....	90
<i>Remuneração da Instituição Administradora</i> .....	91
<i>Substituição da Instituição Administradora</i> .....	91
<i>Histórico</i> .....	95
<b>FUNDOS DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS</b> .....	<b>96</b>
<b>ESCRITURAÇÃO DE COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO</b> .....	<b>96</b>
<b>GESTORA</b> .....	<b>98</b>
<i>Histórico</i> .....	99
<i>Remuneração da Gestora</i> .....	99
<i>Substituição da Gestora</i> .....	99
<b>AUDITOR</b> .....	<b>99</b>
<i>Remuneração do Auditor</i> .....	99
<i>Substituição do Auditor</i> .....	100
<b>AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO</b> .....	<b>100</b>
<i>Remuneração da Agência Classificadora de Risco</i> .....	100
<i>Substituição da Agência Classificadora de Risco</i> .....	100
<b>FIEL DEPOSITÁRIO</b> .....	<b>100</b>
<i>Remuneração do Fiel Depositário</i> .....	100
<i>Substituição do Fiel Depositário</i> .....	100
<b>AGENTE DE COBRANÇA</b> .....	<b>100</b>
<i>Remuneração do Agente de Cobrança</i> .....	101
<b>AGENTES DE RECEBIMENTO</b> .....	<b>101</b>
<i>Remuneração dos Agentes de Recebimento</i> .....	101
<i>Substituição dos Agentes de Recebimento</i> .....	101
<b>REMUNERAÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇO</b> .....	<b>102</b>
<b>TAXA DE ADMINISTRAÇÃO</b> .....	<b>102</b>
<b>TAXA DE CUSTÓDIA</b> .....	<b>102</b>
<b>OUTRAS DESPESAS</b> .....	<b>103</b>

<b>SUMÁRIO DOS CONTRATOS RELEVANTES.....</b>	<b>104</b>
<b>CONTRATO DE CESSÃO .....</b>	<b>104</b>
<b>CONTRATO DE CUSTÓDIA E CONTRATO DE ESCRITURAÇÃO .....</b>	<b>106</b>
<b>CONTRATO DE COLOCAÇÃO.....</b>	<b>107</b>
<b>SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS .....</b>	<b>108</b>
<b>OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E CONFLITOS DE INTERESSES .....</b>	<b>109</b>
<b>RELACIONAMENTO ENTRE A INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA E O CUSTODIANTE.....</b>	<b>109</b>
<b>RELACIONAMENTO ENTRE A INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA E A GESTORA.....</b>	<b>109</b>
<b>RELACIONAMENTO ENTRE A INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA E O AUDITOR .....</b>	<b>109</b>
<b>RELACIONAMENTO ENTRE A INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA E A AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO .....</b>	<b>109</b>
<b>RELACIONAMENTO ENTRE O COORDENADOR LÍDER E A INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA, A GESTORA, O AUDITOR, A AGÊNCIA DE CLASSIFICADORA DE RISCO E O CUSTODIANTE.....</b>	<b>109</b>
<b>OUTROS RELACIONAMENTOS .....</b>	<b>110</b>
<b>REGULAMENTAÇÃO APLICÁVEL E TRIBUTAÇÃO.....</b>	<b>111</b>
<b>HISTÓRICO DO GRUPO ECONÔMICO DA CEDENTE .....</b>	<b>113</b>
<b>SUMÁRIO E ESTRUTURA SOCIETÁRIA DA CEDENTE .....</b>	<b>113</b>
<b>ADMINISTRAÇÃO .....</b>	<b>114</b>
<b>PRINCIPAIS EXECUTIVOS DA CEDENTE E DO GRUPO NEGRESCO.....</b>	<b>114</b>
<b>MERCADO ALVO.....</b>	<b>115</b>
<b>PRODUTOS E MODALIDADES .....</b>	<b>115</b>
<i>Crédito Pessoal.....</i>	<i>116</i>
<i>Crédito Direto ao Consumidor - Cheque pré datado.....</i>	<i>116</i>
<i>Crédito Direto ao Consumidor - CDC Boleto.....</i>	<i>116</i>
<b>ATUAÇÃO GEOGRÁFICA .....</b>	<b>117</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....</b>	<b>117</b>
<b>EXPERIÊNCIA PRÉVIA EM OUTRAS OPERAÇÕES DE SECURITIZAÇÃO .....</b>	<b>120</b>
<b>ANEXO I - REGULAMENTO .....</b>	<b>121</b>
<b>ANEXO II - RELATÓRIO DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO.....</b>	<b>201</b>
<b>ANEXO III - ESTATUTO SOCIAL .....</b>	<b>223</b>
<b>ANEXO IV - DECLARAÇÕES DO COORDENADOR LÍDER E DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA .....</b>	<b>235</b>
<b>ANEXO V - RELATÓRIO DE REVISÃO ESPECIAL DA CARTEIRA ELABORADO PELA KPMG.....</b>	<b>241</b>
<b>ANEXO VI - SUPLEMENTO DA 1ª SÉRIE DE COTAS SENIORES .....</b>	<b>311</b>
<b>ANEXO VII - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA CEDENTE .....</b>	<b>317</b>

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## GLOSSÁRIO

Agências Classificadoras de Risco	Standard&Poor's, Fitch Ratings e/ou Moody's, sendo que a classificação de risco das Cotas Seniores da 1ª Série será feita pela Fitch Ratings, sociedade com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praça XV de novembro, nº20, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.813.375/0001-33.
Agente de Cobrança	Crediparaná Serviços Financeiros Ltda., com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Alameda Dom Pedro II nº 21, Batel, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.253.403/0001-78, contratada pelo Fundo para o exercício de atividades relacionadas à cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos inadimplidos, estando autorizada a contratar terceiros para o exercício dessa função.
Agente de Recebimento Inicial	Caixa Econômica Federal, instituição financeira, contratada pela Cedente, mantenedora da conta corrente que receberá os recursos decorrentes dos Direitos Creditórios Iniciais pagos em instituições financeiras ou nos Correspondentes Bancários.
Agentes de Recebimento	São o Agente de Recebimento Inicial e o Novo Agente de Recebimento.
Alocação Mínima	Percentual mínimo de 50% do Patrimônio Líquido a ser mantido em Direitos Creditórios, após 90 dias do início das atividades do Fundo.
Amortização Compulsória	Faculdade atribuída à Instituição Administradora de realizar a amortização compulsória e antecipada das Cotas Seniores, nos termos do item 10.3 e seus subitens do Regulamento.
ANBIMA	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA.
Ativos Financeiros	Denominam-se ativos financeiros: (i) títulos de emissão do Tesouro Nacional; (ii) títulos de emissão do BACEN; (iii) operações compromissadas lastreadas nos títulos mencionados nas alíneas “i” e “ii” acima; e

(iv) cotas de fundos de investimento em renda fixa referenciados, assim definidos pela Instrução CVM nº 409/04, administrados ou não pela Instituição Administradora, que sejam abertos e de longo prazo e cuja política de investimentos preveja a aplicação de, no mínimo, 90% do patrimônio líquido nos ativos referidos nas alíneas “i” e “ii” acima.

Assembléia Geral

Assembléia geral de Cotistas.

Auditor

KPMG Auditores Independentes, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros nº 33, 17º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 57.755.217/0001-29, ou quem vier a lhe suceder.

BACEN

Banco Central do Brasil.

BM&FBOVESPA

BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Futuros e Mercadorias.

CBLC

Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia.

CDC

Crédito direto ao consumidor, para aquisição de bens e serviços.

Cedente

Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos, instituição financeira cuja autorização de funcionamento foi concedida pelo BACEN em 2 de abril de 2001 e publicada no Diário Oficial da União em 4 de abril de 2001, com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Alameda Dom Pedro II, nº 21, Batel, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.379.829/0001-06, cedente dos Direitos Creditórios ao Fundo.

CETIP

CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.

Classe “C”

Composta por famílias que ganham de cinco a dez salários mínimos por mês.

Classes “D” e “E”

Compostas por famílias que ganham abaixo de cinco salários mínimos por mês.

CMN	Conselho Monetário Nacional.
CNPJ/MF	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda.
Código ANBIMA	Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento.
Código Civil	Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.
Condições de Cessão	Requisitos dos Direitos Creditórios a serem cedidos ao Fundo pela Cedente, constantes na seção “Características Gerais do Fundo - Política de Investimento” deste Prospecto, cuja observância é de exclusiva responsabilidade da Cedente.
Consórcio de Distribuição	Consórcio formado pelo Coordenador Líder e Instituições Contratadas para distribuição das Cotas Seniores da 1ª Série.
Consumidores	Pessoas físicas devedoras dos Direitos Creditórios.
Conta de Depósito	A conta de depósito de titularidade da Cedente mantida junto ao Agente de Recebimento Inicial.
Conta Transitória	Conta de depósito transitória de titularidade do Custodiante mantida junto ao Novo Agente de Recebimento.
Contratos de Adesão	Contratos de adesão ao Contrato de Colocação firmado entre cada uma das Instituições Contratadas e o Coordenador Líder.
Contrato de Cessão	Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios, por meio do qual a Cedente prometerá ceder ao Fundo (cessionário) Direitos Creditórios originários de Financiamentos, com interveniência do Custodiante.



Contrato de Cobrança	Contrato de Prestação de Serviços de Cobrança de Direitos Creditórios e Outras Avenças, celebrado entre o Fundo, representado pela Instituição Administradora, e o Agente de Cobrança, com a interveniência do Custodiante e da Cedente.
Contrato de Colocação	Contrato de Colocação Pública da 1ª Série de Cotas Seniores de Emissão do Fundo, sob Regime de Melhores Esforços de Colocação, celebrado entre o Fundo, representado pela Instituição Administradora, o Coordenador Líder e a Cedente.
Contrato de Custódia	Contrato de Prestação de Serviços de Custódia Qualificada e Controladoria de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, firmado entre o Custodiante e a Instituição Administradora, que contém descrição dos serviços de custódia e controladoria a serem prestados pelo Custodiante.
Contrato de Depósito	Contrato de Depósito e Outras Avenças celebrado entre o Fundo, representado pela Instituição Administradora, a Cedente e o Custodiante.
Contrato de Gestão	Contrato de Prestação de Serviços de Gestão de Carteira do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiro Credipar Mais, celebrado entre a Gestora e a Instituição Administradora.
Correspondentes Bancários	Pessoas jurídicas contratadas pela Cedente para o desempenho das funções de correspondente bancário no País para prestação dos serviços estabelecidos na Resolução nº 3.110, de 31 de julho de 2003, do CMN.
Coordenador Líder	Banif Banco de Investimento (Brasil) S.A., instituição financeira com sede na cidade e Estado de São Paulo, na Rua Minas de Prata, 30, 15º andar, Vila Olímpia, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.753.740/0001-58.
COSIF	Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional, editado pelo BACEN.

Cotas	Correspondem a frações ideais do patrimônio do Fundo. As cotas do Fundo são divididas em duas classes, Sênior e Subordinada.
Cotas Seniores	Todas as cotas emitidas pelo Fundo que não se subordinam às demais para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo.
Cotas Seniores da 1ª Série	Primeira série de Cotas Seniores emitidas pelo Fundo que são objeto da presente Oferta.
Cotas Seniores em Circulação	A totalidade das Cotas Seniores emitidas que ainda não tenham sido completamente amortizadas ou resgatadas.
Cotas Subordinadas	As que se subordinam às Cotas Seniores para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo.
Cotistas	Os titulares de Cotas Seniores ou Cotas Subordinadas, quando tratados em conjunto.
Cotistas Seniores	Titulares de Cotas Seniores em Circulação.
Crediparaná	Crediparaná Serviços Financeiros Ltda., instituição com sede no Município de Curitiba, Estado do Paraná, na Alameda Dom Pedro II, nº 21, Batel, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.253.403/0001-78.
Crédito Pessoal	Mútuo concedido a pessoas físicas cujos recursos podem ser utilizados livremente por estas.
Critérios de Elegibilidade	São as características necessárias dos Direitos Creditórios para que estes sejam passíveis de aquisição pelo Fundo, constantes na seção “Características Gerais do Fundo - Política de Investimento” deste Prospecto, cuja observância deverá ser verificada pelo Custodiante previamente a cada cessão.
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Custodiante	Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede no Município de Osasco, Estado de São Paulo, na Avenida Yara, s/n, Cidade de Deus, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12, para a prestação dos serviços de custódia qualificada, controladoria e escrituração das cotas do Fundo.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Data de Amortização	Significa a data de amortização das Cotas de uma determinada Classe ou Série, conforme as condições previstas na seção “Características Gerais do Fundo - Amortização das Cotas” deste Prospecto e no Suplemento da respectiva Série.
Datas de Amortização de Cotas Seniores	Datas das amortizações programadas das Cotas Seniores, na data prevista no respectivo Suplemento.
Data de Subscrição Inicial	Data da primeira subscrição e integralização de determinada classe ou Série.
Devedores	Os Consumidores.
Dia Útil	De segunda a sexta-feira, exceto (i) feriados nacionais e; (ii) dias em que não houver expediente comercial e bancário em âmbito nacional, no Estado de São Paulo ou na Cidade de Osasco.
Direitos Creditórios	São os Direitos Creditórios Iniciais e os Novos Direitos Creditórios
Direitos Creditórios Cedidos	São os Direitos Creditórios Iniciais Cedidos e os Novos Direitos Creditórios Cedidos.
Direitos Creditórios Iniciais	Direitos de crédito originados dos Financiamentos celebrados até 31 de dezembro de 2010, incluindo os respectivos juros, multas e demais encargos eventualmente existentes, bem como os direitos, prerrogativas, privilégios, todos os acessórios e instrumentos que os representam, tal como respectivos anexos e garantias constituídas.

Direitos Creditórios Iniciais Cedidos	São os Direitos Creditórios Iniciais cedidos ao Fundo.
Disponibilidades	Compreendem (i) caixa; (ii) depósitos bancários à vista; (iii) numerário em trânsito; e (iv) aplicações de liquidez imediata, o que inclui títulos públicos.
Documentos Comprobatórios	Ficha cadastral do Consumidor, os contratos celebrados com os Consumidores que regulam os Financiamentos e os documentos pessoais do Consumidor que foram analisados para a concessão do Financiamento.
Eventos de Avaliação	Eventos cuja ocorrência enseja a interrupção dos procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios, bem como convocação imediata de Assembléia Geral, a qual decidirá se tal Evento de Avaliação deve ser considerado como Evento de Liquidação.
Eventos de Liquidação	Eventos cuja ocorrência enseja a convocação de Assembléia Geral para deliberar sobre a liquidação antecipada do Fundo, bem como a imediata notificação do fato aos Cotistas e a interrupção da aquisição de Direitos Creditórios.
Eventos de Revisão	Eventos previstos no Contrato de Cessão cuja ocorrência caracteriza Evento de Avaliação e enseja a convocação de Assembléia Geral para deliberar sobre a liquidação antecipada do Fundo, bem como a imediata notificação do fato aos Cotistas e a interrupção da aquisição de Direitos Creditórios
FGC	Fundo Garantidor de Crédito.
FIDC	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios.
Financiamento	Mútuos concedidos pela Cedente a pessoas físicas nas modalidades de CDC e Crédito Pessoal cujos Direitos Creditórios poderão ser ofertados pela Cedente para cessão ao Fundo.
Fundo	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros Credipar Mais.

Gestora	Concórdia S.A. Corretora de Valores Mobiliários Câmbio e Commodities, sociedade autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira de títulos e valores mobiliários, por meio do Ato Declaratório nº 1.055, de 16 de agosto de 1989, com sede na cidade São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Líbero Badaró, nº 425, 23º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 52.904.364/0001-08.
Grupo Negresco	Grupo econômico da Cedente.
IRPJ	Imposto de Renda Pessoa Jurídica.
Índice de Subordinação Mínimo	Volume mínimo de Cotas Subordinadas que devem ser mantidas pelo Fundo, que corresponde a 25% do valor do Patrimônio Líquido, sendo que até o 6º mês contado da Data de Subscrição Inicial das Cotas Seniores da 1ª Série, o Índice de Subordinação Mínimo poderá ser de 20% do valor do Patrimônio Líquido.
Instituição Administradora	BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sociedade regularmente constituída e em funcionamento no Brasil, devidamente autorizada e habilitada pela CVM a administrar e gerir fundos de investimento e carteiras de valores mobiliários, com sede na cidade de Osasco, Estado de São Paulo, Cidade de Deus, bairro Vila Yara, Prédio Prata, 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.066.670/0001-00.
Instrução CVM nº 356/01	Instrução CVM nº 356/01, de 17 de dezembro de 2001.
Instrução CVM nº 400/03	Instrução CVM nº 400/03, de 29 de dezembro de 2003.
Instrução CVM nº 409/04	Instrução CVM nº 409/04, de 18 de agosto de 2004.
Instituições Contratadas	Instituições integrantes do sistema de distribuição de títulos e valores mobiliários que poderão ser contratadas pelo Coordenador Líder, de comum acordo com a Cedente, para integrar consórcio de distribuição das Cotas Seniores da 1ª Série.

Investidores Qualificados	Investidores qualificados, conforme regulamentação legal, e atualmente definidos na Instrução CVM nº 409/04, bem como demais autorizados pela legislação a adquirir cotas de fundo de investimento em direitos creditórios.
IOF	Imposto sobre Operações Financeiras.
Lista de Direitos Creditórios	Lista de Direitos Creditórios oferecidos à cessão, a ser preparada em arquivo eletrônico pela Cedente.
KPMG	KPMG Risk Advisory Services Ltda.
Lojas Conveniadas	Lojas nas quais o consumidor pode realizar aquisições de bens de consumo por meio de financiamento na modalidade CDC, contraído junto à Cedente, ou obter mútuos simples, na modalidade de Crédito Pessoal, também junto à Cedente.
Lote Adicional	Até 20.000 (vinte mil) Cotas Seniores da 1ª Série, nos mesmos termos e condições da Oferta, a critério do Fundo e da Cedente, em comum acordo com o Coordenador Líder, nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM nº 400/03.
Lote Suplementar	Até 15.000 (quinze mil) Cotas Seniores da 1ª Série, nos mesmos termos e condições da Oferta, conforme opção outorgada pelo Fundo ao Coordenador Líder, para atender eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM nº 400/03.
Novo Agente de Recebimento	Banco Bradesco S.A., instituição financeira, contratada a partir de setembro de 2010 pela Cedente para realização da cobrança registrada dos Novos Direitos Creditórios e mantenedora da Conta Transitória, a qual receberá os recursos decorrentes (i) da transferência dos recursos provenientes dos pagamentos dos Direitos Creditórios Iniciais efetuados em instituições financeiras ou nos Correspondentes Bancários; e (ii) dos pagamentos dos Direitos Creditórios (Direitos Creditórios Iniciais e os Novos Direitos Creditórios) efetuados nas Lojas Conveniadas.

Novos Direitos Creditórios	Direitos de crédito originados dos Financiamentos com cobrança registrada no Novo Agente de Recebimento, incluindo os respectivos juros, multas e demais encargos eventualmente existentes, bem como os direitos, prerrogativas, privilégios, todos os acessórios e instrumentos que os representam, tal como respectivos anexos e garantias constituídas.
Novos Direitos Creditórios Cedidos	São os Novos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo.
Oferta	Oferta Pública de Cotas Seniores da 1ª Série de Emissão do Fundo.
Parâmetro de Remuneração	Parâmetro utilizado para determinar os juros e/ou atualização monetária a que fará jus cada uma das Séries de Cotas Seniores a serem emitidas pelo Fundo, a ser definido no Suplemento das respectivas Séries. Para as Cotas Seniores da 1ª Série o Parâmetro de Remuneração será a Taxa DI.
Partes Relacionadas	Em relação a qualquer pessoa jurídica, (i) as pessoas jurídicas controladoras de tal pessoa jurídica; (ii) as sociedades direta ou indiretamente controladas por tal pessoa jurídica; (iii) as sociedades coligadas com tal pessoa jurídica; e/ou (iv) sociedades sob o mesmo controle que tal pessoa jurídica.
Patrimônio Líquido	Valor do patrimônio líquido do Fundo.
Periódico	DCI - Comércio e Indústria & Serviços
Período de Capitalização	Intervalo de tempo que (i) para o primeiro Período de Capitalização, inicia-se na Data de Subscrição Inicial das Cotas Seniores da 1ª Série e termina na data da primeira amortização das Cotas Seniores da 1ª Série; e (ii) para os Períodos de Capitalização seguintes, inicia-se na data de pagamento imediatamente anterior e termina na data prevista para distribuição de resultados correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.
PDD	Provisão para devedores duvidosos.

PIS	Contribuição ao Programa de Integração Social.
Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	Coleta de intenção de investimentos a ser organizado pelo Coordenador Líder, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM nº 400/03, para a definição do <i>spread</i> ou sobretaxa incidente sobre o Parâmetro de Remuneração das Cotas Seniores da 1ª Série.
Prospecto	O presente prospecto definitivo de distribuição pública de Cotas Seniores da 1ª Série.
Prospecto Definitivo	O prospecto definitivo de distribuição pública de Cotas Seniores da 1ª Série.
Regulamento	Regulamento do Fundo.
Relação Mínima	Relação mínima entre o Patrimônio Líquido e o valor das Cotas Seniores em circulação, que será equivalente a 133,33%, sendo que nos 6 (seis) primeiros meses contados da Data de Subscrição Inicial das Cotas Seniores da 1ª Série a Relação Mínima poderá ser de 125%, conforme a variação do Índice de Subordinação Mínimo.
Reserva de Amortização	Reserva a ser constituída 60 dias antes da efetiva amortização de Cotas Seniores, nos termos da seção “Características Gerais do Fundo - Reserva de Amortização e Reserva de Liquidez” deste Prospecto.
Reserva de Liquidez	Reserva equivalente a 1% do Patrimônio Líquido em Disponibilidades estabelecida no item 14.4 do Regulamento.
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e de Custódia.
Série	Qualquer série de Cotas Seniores emitida nos termos do Regulamento e do respectivo Suplemento.
SPC	Serviço de Proteção ao Crédito.
Subordinação	Relação entre o valor das Cotas Subordinadas e o Patrimônio Líquido.



Suplemento	Documento cujo modelo consta do Anexo VI do Regulamento e que, uma vez assinado e averbado pela Instituição Administradora no registro do Regulamento em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, constituirá parte integrante do Regulamento.
Suplemento da 1ª Série de Cotas Seniores	Documento que consta do Anexo VI deste Prospecto.
Taxa de Cessão	Corresponde à taxa apurada a cada cessão de Direitos Creditórios ao Fundo.
Taxa DI	Taxa média diária dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, Extra Grupo, com base em um ano de 252 Dias Úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP.
TED	Transferência Eletrônica Disponível.
Termo de Ciência de Risco e Adesão ao Regulamento	É o documento pelo qual os Cotistas (i) declaram estar cientes dos riscos envolvidos no investimento nas Cotas do Fundo; e (ii) aderem ao Regulamento, na forma do Anexo VIII ao Regulamento.
Termo de Cessão	Instrumento que descreve os Direitos Creditórios, bem como os termos e condições a que se subordina sua aquisição, conforme modelo indicado no Anexo II do Contrato de Cessão, e mediante o qual os Direitos Creditórios advindos dos Financiamentos são (i) cedidos ao Fundo pela Cedente; ou (ii) na hipótese de recompra de Direitos Creditórios pela Cedente, cedidos à Cedente pelo Fundo, nos casos exclusivamente previstos no Contrato de Cessão.

**IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA, DO COORDENADOR LÍDER, E DEMAIS ENTIDADES  
ENVOLVIDAS NA OFERTA**

<b>Instituição Administradora</b>	<p>BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. Cidade de Deus, s/n, Vila Yara, Prédio Prata, 4º andar 06029-900 - Osasco - SP Telefone: (11) 3684-4522 Fax : (11) 3684-5645 www.bradescocustodia.com.br (acessar: Informações aos Cotistas; Documentos; Prospecto do Fundo)</p>
<b>Coordenador Líder</b>	<p>Banif Banco de Investimento (Brasil) S.A. Rua Minas de Prata, 30, 15º andar, Vila Olímpia 04552-080 - São Paulo - SP Telefone: (11) 3074-8089 Fax: (11) 3074-8096 www.banifib.com.br (acessar: Produtos e Serviços; Mercado de Capitais; Prospectos)<a href="http://www.bradescocustodia.com.br/">http://www.bradescocustodia.com.br/</a></p>
<b>Gestora</b>	<p>Concórdia S.A. Corretora de Valores Mobiliários Câmbio e Commodities Rua Líbero Badaró, nº 425, 23º andar 01009-905 - São Paulo - SP Telefone: (11) 3292-1400 Fax: (11) 3241-3831 www.concordia.com.br</p>
<b>Custodiante</b>	<p>Banco Bradesco S.A. Av. Yara, s/n, Cidade de Deus 06029-900 - Osasco - SP Telefone: (11) 3684-4522 Fax : (11) 3684-5645 www.bradescocustodia.com.br (acessar: Informações aos Cotistas; Documentos; Prospecto do Fundo)</p>

<b>Auditor</b>	<p>KPMG Auditores Independentes.  Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 33, 17º andar  04530-904 - São Paulo - SP  Telefone: (11) 2183-3310  Fax: (11) 2183-3752  <a href="http://www.kpmg.com.br">www.kpmg.com.br</a></p>
<b>Agência Classificadora de Risco</b>	<p>Fitch Ratings Brasil Ltda.  Praça XV de novembro, nº20  Rio de Janeiro – RJ  Telefone: (21) 4503-2600  Fax: (21) 4503-2601  <a href="http://www.fitchratings.com.br">www.fitchratings.com.br</a></p>
<b>Consultores Legais</b>	<p>Levy &amp; Salomão Advogados  Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2601, 12º andar  01452-924 - São Paulo - SP  Telefone: (11) 3555-5050  Fax: (11) 3555-5048  <a href="http://www.levysalomao.com.br">www.levysalomao.com.br</a></p>
<b>Entidade Reguladora</b>	<p>Comissão de Valores Mobiliários  Rua Sete de Setembro, nº 111  20050-901 - Rio de Janeiro - RJ  Telefone e Fax: (21) 3233-8686  <a href="http://www.cvm.gov.br">www.cvm.gov.br</a>  (acessar: Registros de Ofertas Públicas; Ofertas registradas; 2010;  QUOTAS DE FIDC / FIC-FIDC / FIDC-NP)</p>
<b>Mercado de Negociação Primária e Secundária</b>	<p>CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos  Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 1º andar  01452-001 - São Paulo - SP  Telefone: (11) 3111-1400 / 2138-1400  Fax: (11) 3111-1563  <a href="http://www.cetip.com.br">www.cetip.com.br</a>  (acessar: Prospectos; Cotas de Fundos Fechados)</p>

## SUMÁRIO DOS TERMOS E CONDIÇÕES DO FUNDO E DA OFERTA

O presente capítulo contém informações sobre a colocação pública das Cotas Seniores da 1ª Série pelo Coordenador Líder. Para informações sobre os principais termos e condições da Oferta, veja o capítulo “Características gerais do Fundo” abaixo.

### Informações relativas à Oferta

<b>Emissor das Cotas</b>	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros Credipar Mais
<b>Tipo e prazo do Fundo:</b>	O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado por prazo indeterminado.
<b>Coordenador Líder</b>	Banif Banco de Investimento (Brasil) S.A.
<b>Regime de distribuição</b>	Melhores esforços de colocação
<b>Cedente dos Direitos Creditórios</b>	Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos
<b>Volume de emissão e Valor unitário de Cotas da 1ª Série</b>	Emissão de no mínimo, 60.000 e no máximo 100.000 Cotas Seniores da 1ª Série, com valor unitário inicial de R\$ 1.000,00 (um mil reais), perfazendo o total inicial de até R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais)
<b>Lote Adicional</b>	Até 20.000 Cotas Seniores da 1ª Série, nos mesmos termos e condições da Oferta, a critério do Fundo e da Cedente, em comum acordo com o Coordenador Líder, nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM nº 400/03.
<b>Lote Suplementar</b>	Até 15.000 Cotas Seniores da 1ª Série, nos mesmos termos e condições da Oferta, conforme opção outorgada pelo Fundo ao Coordenador Líder, para atender eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM nº 400/03.
<b>Distribuição parcial</b>	A Oferta poderá ser concluída mediante distribuição parcial das Cotas Seniores da 1ª Série, desde que sejam distribuídas, no mínimo, 60.000 (sessenta mil) Cotas Seniores da 1ª Série, sendo que aquelas que não forem efetivamente subscritas e integralizadas ao final de 6 meses contado da data de publicação do anúncio de início da Oferta serão canceladas pelo Fundo. O investidor poderá, a seu critério, quando da

assinatura dos respectivos boletins de subscrição, condicionar sua adesão à Oferta a que haja distribuição (i) da totalidade das Cotas Seniores da 1ª Série ou (ii) de uma proporção ou quantidade mínima de Cotas Seniores da 1ª Série.

**Valor mínimo de aplicação em Cotas Seniores da 1ª Série**

R\$ 25.000,00 (vinte cinco mil reais)

**Remuneração alvo das Cotas Seniores da 1ª Série**

As Cotas Seniores da 1º Série farão jus a uma remuneração correspondente à variação acumulada da Taxa DI, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, acrescida de sobretaxa equivalente a 2,8% (dois inteiros e oito décimos por cento) ao ano, base 252 dias úteis, calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis transcorridos.

**Amortização das Cotas Seniores da 1ª Série**

A partir do dia 20 do 3º mês contado da Data de Subscrição Inicial das Cotas Seniores da 1ª Série, e desde que o Fundo tenha recursos, as Cotas Seniores da 1ª Série serão amortizadas em 34 pagamentos mensais, nos seguintes termos: (i) no período compreendido entre o 3º mês e o 24º mês contados da Data de Subscrição Inicial será feita a amortização apenas da valorização das cotas (juros); e (ii) após o 24º mês contado da Data de Subscrição Inicial será feita a amortização do valor de principal e juros das Cotas Seniores, cujos valores serão calculados conforme indicado na seção “Características Gerais do Fundo - Amortização das Cotas - Amortização das Cotas Seniores da 1ª Série” deste Prospecto.

**Resgate das Cotas Seniores da 1ª Série**

O resgate ocorrerá na data da última amortização das Cotas Seniores que se dará no 36º mês contado da Data de Subscrição Inicial ou em data anterior no caso de liquidação antecipada do Fundo.

**Publicações**

DCI - Comércio e Indústria & Serviços e as publicações referentes à Oferta também serão publicadas no jornal Valor Econômico – Edição Nacional.

**Informações relativas ao Fundo**

O Fundo tem como objeto a aquisição de Direitos Creditórios performados oriundos de Financiamentos celebrados entre a Cedente e os Consumidores. Maiores informações sobre as modalidades de crédito concedidos pela Cedente podem ser encontradas na seção “Direitos Creditórios - Características - Natureza” deste Prospecto.

O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que suas Cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração de cada Série ou classe de Cotas ou em virtude de sua liquidação, sendo admitida a amortização das Cotas, conforme disposto na seção “Características Gerais do Fundo - Amortização das Cotas” abaixo.

O Fundo tem prazo de duração de 240 meses, contados da Data da Subscrição Inicial das Cotas Seniores da 1ª Série, podendo ser liquidado antecipadamente nas hipóteses expressamente previstas no item “Características Gerais do Fundo - Liquidação do Fundo - Eventos de Liquidação” abaixo.

Cada série de Cotas Seniores poderá ter prazo de duração distinto daquele estabelecido para o Fundo, o qual será estabelecido no respectivo Suplemento. O prazo de duração das Cotas Seniores da 1ª Série será de 36 meses contados da Data de Subscrição Inicial, de acordo com os termos do Suplemento relativo às Cotas Seniores da 1ª Série, que se encontra no Anexo VI deste Prospecto.

A carteira de Direitos Creditórios do Fundo será revolvente, o que significa que, à medida que os Direitos Creditórios do Fundo forem sendo liquidados, a Instituição Administradora poderá utilizar tais recursos para a aquisição de novos Direitos Creditórios, a fim de proporcionar a rentabilidade esperada para as Cotas Seniores, até a data de resgate.

O Fundo pode manter o remanescente de seu Patrimônio Líquido em moeda corrente nacional, ou aplicá-lo, isolada ou cumulativamente, nos Ativos Financeiros, conforme definido neste Prospecto. O investidor interessado, antes de adquirir Cotas Seniores da 1ª Série, deve ler cuidadosamente a seção “Características Gerais do Fundo - Política de Investimento” abaixo.

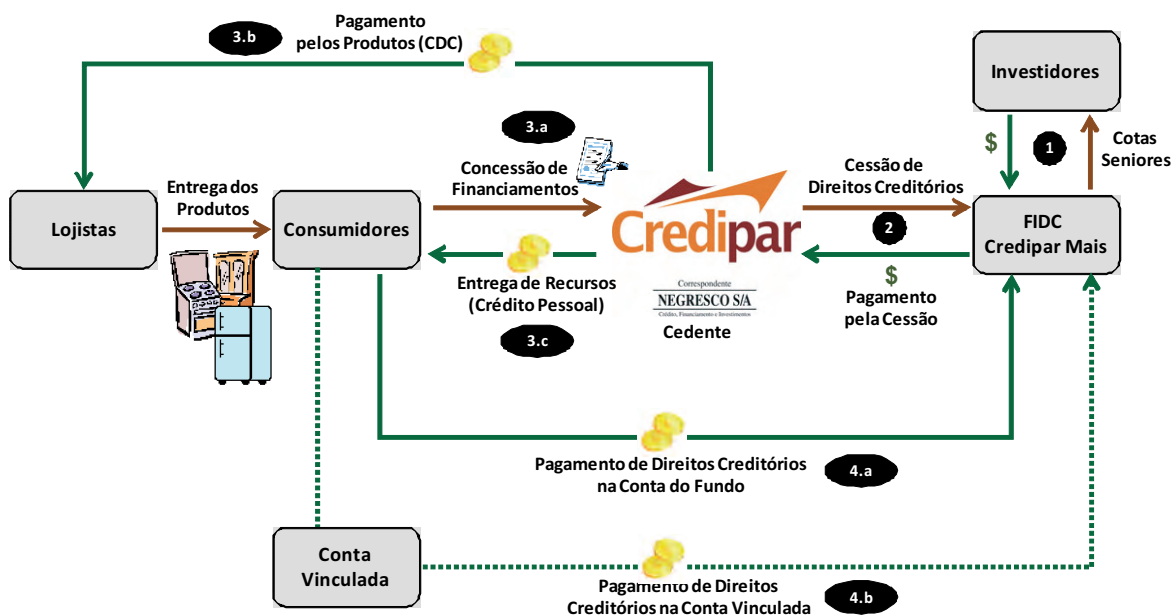
A carteira do Fundo, e por consequência seu patrimônio, estão submetidos a diversos riscos, dentre os quais, exemplificativamente, os analisados na seção “Fatores de Risco” abaixo, que deve ser lida cuidadosamente pelo investidor interessado em aplicar seus recursos no Fundo.

Desde que os resultados da carteira do Fundo permitam, a valorização das Cotas Seniores da 1ª série será apurada com base na acumulação de 100% do valor da Taxa DI, à qual será adicionado *spread* ou sobretaxa de 2,8% (dois inteiros e oito décimos por cento) ao ano, conforme fórmulas indicadas na seção “Características Gerais do Fundo - Cotas - Valorização das Cotas Seniores da 1ª Série” abaixo. Após a distribuição dos rendimentos às Cotas Seniores da 1ª Série, o eventual excedente decorrente da valorização da carteira do Fundo no período será incorporado às Cotas Subordinadas. Para maiores informações sobre a remuneração a que poderá fazer jus o investidor, consulte a seção “Características Gerais do Fundo - Cotas - Valorização das Cotas Seniores da 1ª Série” abaixo.

Adicionalmente, a partir do 3º mês após o mês de início da Subscrição Inicial da 1ª série de Cotas Seniores, desde que o Fundo tenha recursos, as Cotas Seniores serão amortizadas mensalmente em 34 pagamentos.

O investidor pode compreender melhor a estrutura e o funcionamento do Fundo através do fluxograma abaixo.

### Fluxograma da securitização



1. O Fundo emite Cotas Seniores e Cotas Subordinadas. As Cotas Seniores são distribuídas publicamente e subscritas pelos Investidores Qualificados e as Cotas Subordinadas são subscritas pela Cedente.

2. Com os recursos obtidos pela integralização de Cotas Seniores e/ou Cotas Subordinadas, o Fundo pode adquirir: (i) Direitos Creditórios ofertados à cessão pela Cedente, desde que atendidos as Condições de Cessão e os Critérios de Elegibilidade; ou (ii) outros Ativos Financeiros, que serão custodiados pelo Custodiante.

3. Os Direitos Creditórios são oriundos de financiamentos de bens e serviços nas modalidades de CDC e de Crédito Pessoal, concedidos pela Cedente aos Consumidores.

3.a) A liberação dos recursos por parte da Cedente ocorre de acordo com a modalidade de Financiamento contratada.

3.b) Na modalidade CDC o recurso é repassado diretamente para o lojista que, por sua vez, entrega o bem adquirido para o Consumidor.

3.c) Na modalidade Crédito Pessoal o recurso é entregue diretamente ao consumidor.

4. Os Consumidores efetuam o pagamento dos Direitos Creditórios, cujos recursos são recebidos: (a) diretamente pelo Fundo, no caso de pagamento através do Novo Agente de Recebimento; (b) através de

depósito na Conta de Depósito, no caso dos Direitos Creditórios Iniciais ou dos Direitos Creditórios pagos nas Lojas Conveniadas.

Os Consumidores pertencem, em sua maioria, às Classes “C”, “D” e “E”. De forma a pulverizar o risco entre os Devedores, a aquisição de Direitos Creditórios não deve fazer com que, após a cessão pretendida, a totalidade do débito de determinado Consumidor para com o Fundo seja superior a R\$15.000,00 (quinze mil reais). Para maiores informações sobre o histórico do desempenho da carteira de direitos creditórios, veja a seção “Direitos Creditórios - Perfil da Carteira de Direitos Creditórios da Cedente” deste Prospecto.

A fim de alcançar os resultados esperados, o Fundo possui mecanismos de controle internos, quais sejam:

- i) Após o 6º mês contado da Data de Subscrição Inicial, manutenção da proporção mínima de 25% de Cotas Subordinadas em relação ao total do Patrimônio Líquido, o que equivale a manter a Relação Mínima de 133,33%, sendo que até o 6º mês contado da Data de Subscrição Inicial, o Índice de Subordinação Mínimo poderá ser de 20% do valor do Patrimônio Líquido;
- ii) Reserva de Liquidez, correspondente a 1% do Patrimônio Líquido em Disponibilidades;
- iii) Reserva de Amortização constituída 60 dias antes da efetiva amortização pela interrupção programada da aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo, nos termos da seção “Características Gerais do Fundo - Reserva de Amortização e Reserva de Liquidez” deste Prospecto; e
- iv) regras restritivas para amortização de Cotas Subordinadas.

Para maiores informações sobre tais mecanismos de controle, veja os capítulos “Características Gerais do Fundo”, “Cotas” e “Reserva de Amortização e Reserva de Liquidez”, bem como o capítulo “Fatores de Risco” deste Prospecto.

### **Público alvo e Inadequação de Investimento**

O Fundo e a Oferta visam a atingir Investidores Qualificados quer sejam pessoa natural, jurídica e/ou investidores institucionais, que busquem retorno no médio e no longo prazo, de rentabilidade condizente com a política de investimento do Fundo e que estejam dispostos a aceitar os riscos inerentes à aplicação nas Cotas Seniores da 1ª Série, bem como o prazo de maturação do investimento.

O investimento nas Cotas Seniores da 1ª Série não é adequado a investidores que (i) necessitem de liquidez, tendo em vista a possibilidade de serem pequenas ou inexistentes as negociações das cotas de fundos de investimento em direitos creditórios no mercado secundário; e/ou (ii) não estejam dispostos a correr os riscos relacionados a investimentos em fundos de investimento em direitos creditórios ou aos direitos creditórios que compõe sua carteira. Os investidores devem analisar cuidadosamente os “Fatores de Risco” descritos neste Prospecto e no Regulamento antes de tomar decisão de investimento.



## CONDIÇÕES DE DISTRIBUIÇÃO

### Procedimento de distribuição

O Coordenador Líder colocará publicamente junto aos Investidores Qualificados, sob o regime de melhores esforços, até 100.000 (cem mil) Cotas Seniores da 1ª Série, no valor total de até R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), na Data de Subscrição Inicial, com quantidade mínima de colocação de 60.000 (sessenta mil) Cotas Seniores da 1ª Série.

A quantidade total de Cotas Seniores da 1ª Série inicialmente ofertada poderá ser acrescida de um Lote Suplementar de até 15% das Cotas Seniores da 1ª Série inicialmente ofertadas, equivalente a até 15.000 (quinze mil) Cotas Seniores da 1ª Série, conforme opção outorgada pelo Fundo ao Coordenador Líder, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM nº 400/03, destinadas à finalidade exclusiva de atender a um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta. Adicionalmente, nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM nº 400/03, a quantidade total de Cotas Seniores da 1ª Série inicialmente ofertada (sem considerar o Lote Suplementar) poderá ser acrescida de um Lote Adicional de até 20%, ou seja, até 20.000 (vinte mil) Cotas Seniores da 1ª Série, a critério do Fundo e da Cedente, em comum acordo com o Coordenador Líder.

A colocação pública prevista será realizada na forma e condições seguintes:

- i) a colocação e a subscrição das Cotas Seniores da 1ª Série somente terão início após (a) o registro do Fundo e da Oferta na CVM; (b) a disponibilização do prospecto definitivo ao público; e (c) a publicação do anúncio de início da Oferta;
- ii) a colocação será pública, realizada em mercado de balcão organizado, não havendo recebimento de reservas antecipadas, devendo ser assegurado tratamento justo e equitativo para todos os destinatários e aceitantes da Oferta;
- iii) a colocação visa exclusivamente a Investidores Qualificados;
- iv) a integralização das Cotas Seniores da 1ª Série será à vista, em moeda corrente nacional, nos termos estabelecidos no boletim de subscrição;
- v) as Cotas Seniores serão registradas para distribuição no mercado primário no MDC - Módulo de Distribuição de Cotas da CETIP, e para negociação no mercado secundário no SF - Módulo de Fundos, também operacionalizado pela CETIP; e
- vi) não serão constituídos fundos nem celebrados contratos de estabilização de preços e/ou de garantia de liquidez para as Cotas Seniores da 1ª Série.

## Plano de Distribuição

De acordo com o Contrato de Colocação, o Coordenador Líder organizará plano de distribuição das Cotas Seniores em até 30 dias contados da data de publicação do aviso ao mercado da Oferta. Após esse período, o Coordenador Líder poderá, de comum acordo com a Cedente, contratar outras instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de títulos e valores mobiliários para integrar consórcio de distribuição das Cotas Seniores da 1ª Série, celebrando, para tanto, termos de adesão ao Contrato de Colocação.

Para os fins e efeitos previstos no artigo 15 da Lei n. 4.728, de 14 de julho de 1965, e demais legislação aplicável, o Coordenador Líder fica investido dos poderes de representação do Consórcio de Distribuição, automaticamente no momento em que forem assinados os respectivos Contratos de Adesão.

As Instituições Contratadas prestarão contas ao Coordenador Líder nas datas e de acordo com as condições a serem ajustadas nos respectivos Contratos de Adesão, com relação ao valor líquido das operações por eles realizadas, fornecendo recibos ao Coordenador Líder das quantias retidas a título de remuneração.

As Instituições Contratadas, mediante celebração do Contrato de Adesão, se obrigam a observar os termos do Contrato de Colocação, bem como as demais disposições regulamentares aplicáveis, devendo, entre outras obrigações, assegurar (i) a precisão e conformidade de toda e qualquer informação fornecida a quaisquer investidores, seja qual for o meio utilizado, com as informações contidas neste Prospecto e no Prospecto Definitivo; e (ii) disponibilizar, ao menos durante o prazo de distribuição, o Prospecto Definitivo em sua sede e em sua página na rede mundial de computadores.

## Cronograma de etapas da Oferta

Encontra-se abaixo cronograma indicativo das etapas da distribuição:

EVENTO		DATA*
1.	Protocolo do pedido de registro da Oferta na CVM	16.09.2010
2.	Publicação do aviso ao mercado	17.09.2010
3.	Disponibilização do Prospecto Preliminar nos sites	17.09.2010
4.	Início das Apresentações para potenciais investidores	17.09.2010
5.	Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	07.10.2010
6.	Concessão do registro da Oferta pela CVM	03.12.2010
7.	Publicação do anúncio de início da Oferta	06.12.2010
8.	Disponibilização do Prospecto Definitivo	06.12.2010
9.	Subscrição das Cotas Seniores da 1ª Série	07.12.2010
10.	Integralização de Cotas Seniores da 1ª Série	07.12.2010
11.	Publicação do Anúncio de Encerramento da Oferta	08.12.2010

\* As datas previstas para os eventos futuros são meramente indicativas, e estão sujeitas a alterações e atrasos.

### **Melhores esforços**

A colocação da totalidade das Cotas Seniores da 1ª Série será realizada sob o regime de melhores esforços de colocação.

### **Início e encerramento da distribuição**

A colocação e subscrição das Cotas Seniores da 1ª Série terão início após: (i) o registro do Fundo e da distribuição na CVM; (ii) a publicação do anúncio de início de distribuição; e (iii) a divulgação do Prospecto Definitivo aos investidores.

A colocação das Cotas Seniores da 1ª Série deverá ser efetuada inicialmente de acordo com os procedimentos da CETIP. O prazo máximo para colocação será de 6 meses a contar da data da publicação do anúncio de início da Oferta.

A Oferta poderá ser concluída mediante distribuição parcial das Cotas Seniores da 1ª Série, desde que sejam distribuídas, no mínimo, 60.000 (sessenta mil) Cotas Seniores da 1ª Série, sendo que aquelas que não forem efetivamente subscritas e integralizadas ao final do prazo de colocação serão canceladas pelo Fundo. Após o encerramento da Oferta será publicado anúncio de encerramento.

O Coordenador Líder deverá suspender a qualquer momento a Oferta na ocorrência de qualquer fato, ato ou irregularidade que chegue a seu conhecimento que venha a justificar a suspensão ou o cancelamento da Oferta.

### **Procedimento de *Bookbuilding***

Foi adotado o Procedimento de *Bookbuilding*, organizado pelo Coordenador Líder, por meio da coleta de intenções de investimento, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM nº 400/03, sem recebimento de reservas, para a definição do *spread* ou sobretaxa incidente sobre a remuneração das Cotas Seniores da 1ª Série.

A remuneração das Cotas Seniores da 1ª Série apurada pelo Coordenador Líder no Procedimento de *Bookbuilding* corresponde ao *spread* de 2,8% (dois inteiros e oito décimos por cento) ao ano, a ser acrescido a 100% (cem por cento) da variação da Taxa DI.

### ***Divulgação de anúncios relacionados à distribuição***

Todas as publicações que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos investidores serão feitas no jornal DCI - Comércio e Indústria & Serviços e na página da Instituição Administradora na rede mundial de computadores, sendo que os anúncios da Oferta serão publicados também no jornal Valor Econômico – Edição Nacional.

### *Manifestação de aceitação ou de revogação da aceitação*

A aceitação da Oferta se dá com a assinatura do boletim de subscrição pelo investidor. O investidor poderá, a seu critério, quando da assinatura dos respectivos boletins de subscrição, condicionar sua adesão à Oferta a que haja distribuição (i) da totalidade das Cotas Seniores da 1ª Série ou (ii) de uma proporção ou quantidade mínima de Cotas Seniores das 1ª Série.

A revogação da aceitação pelo investidor, por sua vez, somente poderá ocorrer nas hipóteses expressamente previstas na Instrução CVM nº 400/03, e deverá se dar mediante carta protocolada na sede do Coordenador Líder até o 5º dia útil subsequente (i) à publicação do aviso informando sobre a modificação ou suspensão da Oferta, ou (ii) ao recebimento de comunicação sobre a modificação ou suspensão da Oferta. Nesses casos, assim como na hipótese de cancelamento da Oferta, os recursos eventualmente depositados por investidores com relação às Cotas Seniores da 1ª Série deverão ser devolvidos aos respectivos depositantes, na forma e condições estabelecidas neste Prospecto e no Prospecto Definitivo, sem adição de juros ou correção monetária. O disposto neste item se aplica, também, se for o caso, aos investidores que condicionarem sua adesão à Oferta quando da assinatura dos respectivos boletins de subscrição, caso essa condição não seja satisfeita até o encerramento da Oferta.

### **Distribuição, subscrição e integralização das Cotas Seniores da 1ª Série**

Os investidores interessados em adquirir Cotas Seniores da 1ª Série deverão contatar o Coordenador Líder e tomar as providências nos termos definidos pelo Coordenador Líder.

No ato de subscrição das Cotas Seniores da 1ª Série, o investidor (i) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo Coordenador Líder e (ii) receberá exemplar deste Prospecto e cópia do Regulamento, declarando, por meio da assinatura de Termo de Ciência de Risco e Adesão ao Regulamento, estar ciente (a) das disposições contidas no Regulamento, especialmente aquelas referentes à política de investimento, à composição da carteira do Fundo e à taxa de administração; e (b) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos no Regulamento e neste Prospecto.

*A integralização das Cotas Seniores da 1ª Série será realizada à vista, em moeda corrente nacional, no ato da respectiva subscrição.*

A integralização das Cotas Seniores da 1ª Série poderá ser efetuada por meio de TED ou transferência de recursos entre contas mantidas na mesma instituição financeira em que o Fundo mantiver conta corrente, ou de acordo com os procedimentos da CETIP cabendo ao Coordenador Líder assegurar a condição de Investidor Qualificado do adquirente das Cotas Seniores da 1ª Série.

Na integralização de Cotas Seniores da 1ª Série a ser realizada em data diversa da Data de Subscrição Inicial, caso os recursos entregues pelo investidor sejam disponibilizados à Instituição Administradora até as 15h00 de determinado Dia Útil, será utilizado o valor da Cota Sênior da 1ª Série em vigor no próprio dia da efetiva disponibilidade dos recursos. Caso os recursos entregues pelo investidor sejam disponibilizados à Instituição

Administradora após 15h00 de determinado Dia Útil, ou em dia que não seja útil, será utilizado o valor da Cota Sênior da 1ª Série no primeiro Dia Útil subsequente.

O valor mínimo de aplicação no Fundo será de R\$ 25.000,00 (vinte cinco mil reais) por investidor.

A totalidade das Cotas Seniores da 1ª Série será colocada publicamente pelo Coordenador Líder sob regime de melhores esforços.

Será admitida a subscrição por um mesmo Investidor Qualificado de todas as Cotas Seniores da 1ª Série emitidas, não havendo, portanto, requisitos de dispersão das Cotas Seniores da 1ª Série.

#### *Demonstrativo do custo da distribuição*

Segue abaixo tabela com o custo máximo da distribuição das Cotas Seniores da 1ª Série:

CUSTOS	MONTANTE (EM R\$)	PERCENTUAL EM RELAÇÃO AO VALOR TOTAL DA EMISSÃO <sup>(1)</sup>
Despesas de registro - CVM	82.870	0,08%
Despesas de registro - ANBIMA	7.500	0,01%
Agência Classificadora de Risco	40.000	0,04%
Assessor Legal	90.000	0,09%
Comissão do Coordenador Líder	1.100.980	1,10%
Despesas de Marketing	74.450	0,07%
Revisão especial pelo Auditor	50.000	0,05%
Outros <sup>(2)</sup>	15.000	0,02%
Total	1.460.800	1,46%

(1) Sem considerar a colocação do Lote Suplementar e o Lote Adicional.

(2) Estão incluídas nesta categoria despesas como realização de apresentações, locomoção de pessoas, dentre outros.

CUSTO UNITÁRIO DE DISTRIBUIÇÃO	
Custo total da distribuição	1.460.800
Número de Cotas Seniores emitidas na 1ª Série*	100.000
Custo de distribuição por Cota	14,61
* Sem considerar a colocação do Lote Adicional e Lote Suplementar	

Os custos relativos à distribuição das Cotas Seniores da 1ª Série serão de exclusiva responsabilidade da Cedente.

Informações sobre o relacionamento entre as partes envolvidas na distribuição de Cotas Seniores da 1ª Série encontram-se no capítulo “Operações com Partes Relacionadas e Conflitos de Interesses” abaixo.

## FATORES DE RISCO

*O investimento em cotas de fundo de investimento em direitos creditórios envolve uma série de riscos que devem ser observados pelo potencial investidor. Esses riscos envolvem fatores de liquidez, crédito, mercado, regulamentação específica, entre outros, que se relacionam tanto ao fundo como às próprias cotas. O potencial investidor deve ler cuidadosamente todas as informações deste Prospecto e do Regulamento antes de tomar a decisão de investimento em Cotas Seniores da 1ª Série.*

### **Riscos de mercado**

#### *Descasamento de taxas*

Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são contratados a taxas prefixadas. No entanto, a distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo para as Cotas Seniores podem ter como parâmetro taxas pós-fixadas. Ademais, a Instituição Administradora e a Gestora não estão obrigadas a contratar operações de *hedge* com o objetivo de mitigar esse descasamento de taxas. Desta forma, se a taxa de remuneração das Cotas Seniores elevar-se substancialmente, os recursos do Fundo podem ser insuficientes para pagar parte ou a totalidade dos rendimentos aos titulares de Cotas Seniores. A Cedente, o Fundo, o Custodiante, a Gestora e a Instituição Administradora não prometem ou asseguram rentabilidade aos Cotistas.

#### *Baixa valorização dos ativos*

A parcela do patrimônio do Fundo não aplicada em Direitos Creditórios poderá ser aplicada em quaisquer dos Ativos Financeiros, conforme especificado na seção “Características Gerais do Fundo - Política de Investimento” abaixo. No entanto, os Ativos Financeiros podem apresentar valorização efetiva inferior à remuneração das Cotas Seniores em Circulação, o que pode fazer com que os recursos do Fundo tornem-se insuficientes para pagar parte ou a totalidade da meta de rentabilidade prevista para as Cotas Seniores. Nessa hipótese, a rentabilidade das Cotas Seniores poderá ser afetada negativamente, sendo certo que nem o Fundo, nem a Cedente, nem o Custodiante, nem a Instituição Administradora e nem a Gestora prometem ou asseguram rentabilidade aos Cotistas.

#### *Sujeição dos ativos a oscilações diversas*

Os Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo estão sujeitos a oscilações nos seus preços em função da reação dos mercados frente a fatos e notícias econômicas e políticas, tanto no Brasil como no exterior, podendo ainda responder a notícias e fatos específicos a respeito dos respectivos emissores. As variações de preços dos Ativos Financeiros poderão ocorrer também em função das alterações nas expectativas dos participantes do mercado, podendo inclusive ocorrer mudanças nos padrões de comportamento de preços dos Ativos Financeiros sem que haja mudanças significativas no contexto econômico e/ou político nacional e internacional. Como decorrência de tais oscilações, poderão ocorrer variações negativas no valor do Patrimônio Líquido, o que poderá afetar negativamente a rentabilidade das Cotas Seniores.

### *Efeitos da política econômica do governo federal*

O Fundo, seus ativos e a Cedente estão sujeitos aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal. O Governo Federal intervém frequentemente na política monetária, fiscal e cambial, e, conseqüentemente, também na economia do País. As medidas que podem vir a ser adotadas pelo Governo Federal para estabilizar a economia e controlar a inflação compreendem controle de salários e preços, desvalorização cambial, controle de capitais e limitações no comércio exterior, alterações nas taxas de juros, entre outras. Tais medidas, bem como a especulação sobre eventuais atos futuros do governo podem gerar incertezas sobre a economia brasileira e uma maior volatilidade no mercado de capitais nacional, podendo afetar adversamente o interesse de Investidores Qualificados na aquisição de Cotas e na liquidação dos Direitos Creditórios pelos Devedores.

### **Riscos de crédito**

#### *Inexistência de garantia das aplicações do Fundo*

As aplicações no Fundo não contam com garantia da Instituição Administradora, da Gestora, do Custodiante, de quaisquer terceiros, de qualquer mecanismo de seguro, do FGC ou da Cedente. Igualmente, nem o Fundo, nem a Gestora, nem o Custodiante, nem a Instituição Administradora prometem ou asseguram aos Cotistas qualquer rentabilidade ou remuneração decorrentes da aplicação em Cotas. Desse modo, todos os eventuais rendimentos, bem como o pagamento do principal, provirão da carteira de ativos do Fundo, a qual está sujeita a riscos diversos e cujo desempenho é incerto.

#### *Inadimplência dos emissores dos ativos*

A parcela do patrimônio do Fundo não aplicada em Direitos Creditórios poderá ser aplicada em quaisquer dos Ativos Financeiros especificados na seção “Características Gerais do Fundo - Política de Investimento” abaixo. Tais Ativos Financeiros podem vir a não ser honrados pelos respectivos emissores, de modo que o Fundo teria que suportar tais prejuízos, o que poderia afetar negativamente a rentabilidade das Cotas Seniores.

#### *Fatores macroeconômicos*

Como o Fundo aplicará seus recursos preponderantemente em Direitos Creditórios, dependerá da solvência dos respectivos Devedores para distribuição de rendimentos aos Cotistas. A solvência dos Devedores pode ser afetada por fatores macroeconômicos relacionados à economia brasileira, tais como elevação das taxas de juros, aumento da inflação, baixos índices de crescimento econômico, entre outros. Assim, na hipótese de ocorrência de um ou mais desses eventos, e não havendo recompra de tais Direitos Creditórios pela Cedente, poderá haver aumento da inadimplência dos Direitos Creditórios Cedidos, provocando perdas patrimoniais ao Fundo, e podendo afetar a rentabilidade das Cotas Seniores.

### *Modificação de créditos por decisão judicial*

Os Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo são oriundos de Financiamentos que poderão ter suas condições questionadas em juízo pelos respectivos Devedores. Não pode ser de todo afastada a possibilidade de os Devedores lograrem êxito nas demandas ajuizadas. Nessa hipótese, os Direitos Creditórios Cedidos podem ter seus valores reduzidos ou até serem anulados em decisão judicial, o que afetaria negativamente o patrimônio do Fundo, bem como a rentabilidade das Cotas Seniores.

### *Riscos decorrentes dos procedimentos adotados pela Cedente*

A aprovação dos Financiamentos depende de análise da adequação das condições pessoais dos Devedores à política interna de concessão de crédito da Cedente, a qual se encontra descrita de forma resumida na seção “Direitos Creditórios - Características” abaixo. Contudo, ainda que a Cedente submeta todas as propostas recebidas aos procedimentos constantes de sua política interna de concessão de crédito e a referida proposta seja ao final aprovada por satisfazer critérios objetivos, não há garantia que os Devedores honrarão seus compromissos assumidos para com a Cedente. A perda acumulada observada pela Agência Classificadora de Risco, com base nas informações históricas da Cedente, é elevada, girando em torno de 15% do total de créditos originados pela Cedente. Caso os compromissos assumidos pelos Devedores não sejam devidamente cumpridos, a rentabilidade das Cotas Seniores pode ser afetada adversamente. Ademais, é possível que ocorra alguma falha operacional no momento de análise do risco de crédito do Devedor, ou da formalização do Financiamento cujos Direitos Creditórios foram cedidos ao Fundo. Essas falhas operacionais poderiam dificultar, ou mesmo impedir a efetiva cobrança dos Direitos Creditórios, o que poderia afetar negativamente a rentabilidade das Cotas Seniores.

### *Recompra de Direitos Creditórios*

Segundo os termos do Contrato de Cessão, a Cedente tem a faculdade, mas não a obrigação, de recomprar, no todo ou em parte, os Direitos Creditórios Cedidos ao Fundo, independentemente de seus Devedores mostrarem-se inadimplentes. Caso sejam realizadas recompras de Direitos Creditórios Cedidos inadimplidos com frequência, o exercício dessa faculdade poderá dificultar a determinação do perfil de inadimplência da carteira do Fundo e, consequentemente, do risco de crédito a que o Fundo está sujeito. Por outro lado, se não ocorrer a recompra, o Fundo terá de suportar, na hipótese de inadimplência dos Devedores, parte ou a totalidade dos eventuais prejuízos decorrentes de tal inadimplência, o que pode comprometer a rentabilidade das Cotas Seniores ou mesmo causar perdas ao Patrimônio Líquido.

## **Riscos de liquidez**

### *Inexistência de mercado secundário para negociação de Direitos Creditórios*

O Fundo enquadra-se em modalidade de investimento diferenciada, devendo os potenciais Investidores Qualificados avaliar minuciosamente suas peculiaridades, que podem eventualmente trazer consequências negativas para o patrimônio do Fundo, ou que podem tornar o investimento ilíquido. Não existe, no Brasil, mercado secundário ativo para negociação de direitos creditórios. Portanto, caso por qualquer motivo seja necessária a venda dos Direitos Creditórios da carteira do Fundo, poderá não haver compradores ou o preço de



negociação poderá causar perda ao patrimônio do Fundo, bem como afetar adversamente a rentabilidade das Cotas Seniores.

#### *Falta de liquidez dos Ativos Financeiros*

A parcela do patrimônio do Fundo não aplicada em Direitos Creditórios poderá ser aplicada em quaisquer dos títulos e ativos especificados na seção “Características Gerais do Fundo - Política de Investimento” abaixo. Tais títulos e ativos podem vir a se mostrar ilíquidos (seja por ausência de mercado secundário ativo, seja por eventual atraso no pagamento por parte do respectivo emissor), o que poderia, eventualmente, afetar pagamentos de amortização e/ou resgate a Cotistas, afetando a liquidez esperada de suas Cotas.

#### *Fundo fechado e mercado secundário*

O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que suas Cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração do Fundo, ou em virtude de sua liquidação, ou por deliberação da Assembléia Geral. Assim, o Cotista não terá liquidez em seu investimento no Fundo, exceto (i) por ocasião das amortizações programadas ou eventuais, ou (ii) por meio da alienação de suas Cotas no mercado secundário. Atualmente, o mercado secundário de cotas de fundos de investimento apresenta baixa liquidez, o que pode dificultar a venda de Cotas ou ocasionar a obtenção de um preço de venda que cause perda de patrimônio ao Cotista. Não há qualquer garantia da Instituição Administradora, do Custodiante, da Cedente, da Gestora, ou de qualquer outra Parte Relacionada, em relação à possibilidade de venda das Cotas no mercado secundário, preço obtido pelas Cotas, ou mesmo garantia de saída ao Cotista.

#### *Reserva de Amortização não constitui garantia de pagamento*

Será constituída Reserva de Amortização, destinada ao pagamento das amortizações das Cotas Seniores. No entanto, eventualmente o Fundo poderá não ter recursos sequer para a constituição da Reserva de Amortização. É também possível que, não obstante a devida constituição da Reserva de Amortização, o Fundo não tenha, na data prevista, meios suficientes para pagamento de tais amortizações. Desse modo, a existência da Reserva de Amortização não constitui garantia de pagamento das amortizações programadas de Cotas Seniores.

#### *Insuficiência de recursos no momento da liquidação antecipada*

O Fundo poderá ser liquidado antecipadamente em algumas hipóteses previstas no Regulamento. Ocorrendo tal liquidação antecipada, o Fundo pode não dispor de recursos para pagamento aos Cotistas (por exemplo, pelo fato de os Direitos Creditórios Cedidos ainda não serem exigíveis dos respectivos Devedores). Neste caso, ou (i) os Cotistas teriam suas Cotas resgatadas em Direitos Creditórios; ou (ii) o pagamento do resgate das Cotas ficaria condicionado (a) ao vencimento e pagamento pelos Devedores dos Direitos Creditórios Cedidos; ou (b) à venda dos Direitos Creditórios Cedidos a terceiros, sendo que o preço praticado poderia causar perda aos Cotistas.

## **Riscos provenientes do uso de derivativos**

### *Efeitos negativos para a rentabilidade do Fundo*

Somente com vistas a adequar a rentabilidade intrínseca à operação de aquisição dos Direitos Creditórios, pré-fixada, à remuneração das Cotas Seniores com rendimento pós-fixado em circulação, poderão ser contratadas operações no mercado de derivativos. Tais operações, entretanto, poderão afetar negativamente a rentabilidade do Fundo de tal forma que os Cotistas poderão suportar prejuízos em decorrência da utilização de instrumentos derivativos.

### *Oscilações no patrimônio do Fundo*

A Gestora poderá contratar operações de *swap* de taxas prefixadas por taxas pós-fixadas ou ainda operações envolvendo contratos futuros atrelados à referida taxa, para evitar o risco de descasamento de taxas. No entanto, há a possibilidade de a Gestora não conseguir contratar tais operações. Além disso, a realização de operações pelo Fundo no mercado de derivativos pode ocasionar variações no Patrimônio Líquido que levem a perdas patrimoniais ao Fundo e conseqüentemente aos seus Cotistas. Ainda, há a possibilidade de o Fundo auferir Patrimônio Líquido negativo em decorrência das operações realizadas, o que poderá acarretar na necessidade de realizar aportes adicionais de recursos no Fundo por seus Cotistas.

## **Riscos específicos**

### ***Riscos operacionais***

#### *Verificação por amostragem*

A verificação documental (física) da regularidade dos Documentos Comprobatórios é realizada apenas por amostragem por meio de auditoria trimestral e é de responsabilidade do Custodiante que contratará o Auditor para a realização dessa verificação. Considerando que tal auditoria é realizada tão somente por amostragem, e em muitos casos após a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, a carteira do Fundo poderá conter Direitos Creditórios cujos Documentos Comprobatórios apresentem irregularidades, o que poderá obstar o pleno exercício pelo Fundo das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios Cedidos.

#### *Falhas dos Agentes de Recebimentos*

A cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos depende da atuação diligente dos Agentes de Recebimento. Cabe-lhes aferir o correto recebimento dos recursos dos Direitos Creditórios Cedidos. Assim, qualquer falha de procedimento dos Agentes de Recebimento poderá acarretar em menor recebimento dos recursos devidos pelos Devedores. Isso levaria a queda da rentabilidade do Fundo, e eventualmente a prejuízos às Cotas Seniores.

### *Pagamento dos Direitos Creditórios Iniciais*

A liquidação dos Direitos Creditórios Iniciais ainda não vencidos ocorrerá por meio de pagamento de boletos pelos Devedores em instituições financeiras, nos Correspondentes Bancários ou nas Lojas Conveniadas. Os pagamentos efetuados em instituições financeiras ou nos Correspondentes Bancários são recebidos em ou transferidos para contas correntes de titularidade da Cedente mantidas junto ao Agente de Recebimento Inicial, o qual, por sua vez, transfere referidos recursos na mesma data para a Conta Transitória. Tendo em vista que as contas correntes mantidas junto ao Agente de Recebimento Inicial são de titularidade da Cedente e que a efetiva transferência dos recursos pagos originados dos Direitos Creditórios Iniciais Cedidos dependerá de ato unilateral do Agente de Recebimento Inicial, poderá haver atrasos motivados, por exemplo, por problemas operacionais ou intervenção, liquidação ou falência do Agente de Recebimento Inicial. Nessas hipóteses, muito embora o Agente de Recebimento Inicial tenha o dever obrigacional de transferir ao Fundo os recursos pagos originados dos Direitos Creditórios Iniciais para a Conta Transitória, há possibilidade de os recursos ali depositados serem bloqueados e somente por via judicial serem recuperados para o Fundo, o que poderia levá-lo a perder parte do seu patrimônio, podendo ainda afetar negativamente a rentabilidade das Cotas Seniores. Os riscos decorrentes dos pagamentos dos Direitos Creditórios Iniciais efetuados em Lojas Conveniadas são tratados no item abaixo.

### *Manutenção dos Direitos Creditórios na Conta Transitória*

A liquidação dos Direitos Creditórios, ainda não vencidos ocorrerá por meio de depósito de pagamento de boletos pelos Devedores, em instituições financeiras, nos Correspondentes Bancários ou nas Lojas Conveniadas. Os recursos provenientes do pagamento dos Direitos Creditórios Iniciais em instituições financeiras ou nos Correspondentes Bancários são recebidos pelo Agente de Recebimento Inicial e transferidos para a Conta Transitória. Já os recursos provenientes do pagamento dos Direitos Creditórios (Direitos Creditórios Iniciais e Novos Direitos Creditórios) nas Lojas Conveniadas são diretamente creditados na Conta Transitória. O Custodiante tem a obrigação de efetuar a conciliação das informações recebidas da Cedente referentes aos recursos recebidos na Conta Transitória e a Lista de Direitos Creditórios, com a finalidade de identificar os recursos pagos originados dos Direitos Creditórios Cedidos e transferi-los para a conta corrente de titularidade do Fundo em até 1 (um) Dia Útil contado do efetivo recebimento. Na hipótese de intervenção, liquidação, falência ou aplicação de regimes similares no Novo Agente de Recebimento, há possibilidade de os recursos ali depositados serem bloqueados e somente por via judicial serem recuperados para o Fundo, o que poderia levá-lo a perder parte do seu patrimônio, podendo ainda afetar negativamente a rentabilidade das Cotas Seniores.

### *Guarda dos Documentos Comprobatórios pela Cedente*

A Cedente é, na qualidade de fiel depositária, responsável pela guarda física dos Documentos Comprobatórios. Embora a Cedente tenha a obrigação de permitir ao Fundo e ao Custodiante livre acesso à referida documentação, a guarda de tais documentos pela Cedente, ou por qualquer contratado, poderá representar dificuldade à verificação da constituição e performance dos Direitos Creditórios Cedidos, podendo gerar perdas ao Fundo e, conseqüentemente, aos seus Cotistas.

### ***Risco de descontinuidade e reinvestimento***

#### ***Amortização Compulsória ou Liquidação antecipada.***

As Cotas Seniores serão amortizadas com base no cronograma de amortização estabelecido no Suplemento da respectiva Série. No entanto, há eventos que podem ensejar a liquidação antecipada do Fundo, bem como Amortização Compulsória de Cotas. Assim, há a possibilidade de os titulares de Cotas receberem valores antecipadamente, e eventualmente inferiores aos esperados. Outrossim, o Fundo poderá ser liquidado antecipadamente por diversas razões, dentre elas o não cumprimento da Alocação Mínima decorrente da diminuição de Direitos Creditórios Cedidos. Nos termos do Contrato de Cessão, tanto a Cedente quanto o Fundo têm a faculdade, e não a obrigação, de ceder ou adquirir Direitos Creditórios; logo, a cessão somente será realizada se, por exemplo, o preço de cessão for interessante a ambas as partes e estiver dentro dos parâmetros de mercado. Sendo assim, é possível que a cessão não apresente vantagens à Cedente a ponto de o Fundo não conseguir mais adquirir Direitos Creditórios, o que poderia levá-lo ao não cumprimento da Alocação Mínima e conseqüentemente à liquidação antecipada. Mesmo que o Fundo disponha de recursos para pagamento aos Cotistas, o que não é garantido pela Instituição Administradora, Custodiante, Cedente ou quaisquer terceiros, é possível que não haja, disponíveis no mercado, aplicações com mesmas características de prazo, risco e rentabilidade, o que frustraria a expectativa que o investidor possuía no momento em que adquiriu as Cotas.

### ***Riscos da originadora***

#### ***Descumprimento do Contrato de Cessão***

Em virtude do disposto no Contrato de Cessão, a Cedente poderá ceder Direitos Creditórios ao Fundo, de acordo com as condições ali estabelecidas. Caso a Cedente, por qualquer motivo, interrompa a cessão de Direitos Creditórios pactuada nos termos do Contrato de Cessão, é possível que o Fundo passe a apresentar excesso de liquidez, ou/e deixe de observar a Alocação Mínima. Quaisquer dessas hipóteses poderiam levar à liquidação antecipada do Fundo ou à Amortização Compulsória. Além disso, nos termos do Contrato de Cessão, a Cedente se obriga a indicar ao Custodiante quais dentre os Direitos Creditórios Cedidos foram pagos e tiveram seu valor depositado na Conta Transitória. Se tal informação não for dada pela Cedente, o Custodiante terá que solicitar tais informações diretamente ao Agente de Recebimento Inicial o que poderá gerar atrasos no recebimento dos valores recebidos na Conta Transitória, além de custos adicionais relacionados ao desenvolvimento de sistemas por parte do Custodiante, sob pena de não ter meios de segregar os valores recebidos na Conta Transitória e transferi-los ao Fundo.

#### ***Diminuição da quantidade de Direitos Creditórios elegíveis***

Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são decorrentes exclusivamente de Financiamentos, e devem necessariamente respeitar os parâmetros da política de investimento descrita na seção “Características Gerais do Fundo - Política de Investimento” abaixo, bem como atender aos Critérios de Elegibilidade. Na hipótese de, por qualquer motivo, (i) deixarem de ocorrer tais mútuos; e/ou (ii) não existirem Direitos Creditórios disponíveis para cessão ao Fundo e que satisfaçam os Critérios de Elegibilidade e as Condições de Cessão, poderá ocorrer a liquidação do Fundo, ou ainda a Amortização Compulsória. Ressalte-se

que alterações da política econômica do governo e aumento da concorrência no setor de crédito pessoal ou de crédito direto ao consumidor também podem levar à diminuição da quantidade, ou até a inexistência, de Direitos Creditórios elegíveis.

#### *Intervenção, liquidação, falência ou aplicação de regimes similares à Cedente*

Os Direitos Creditórios Iniciais pagos pelo Devedor são recebidos em contas correntes de titularidade da Cedente junto ao Agente de Recebimento Inicial, o qual então os transfere na mesma data para a Conta Transitória. Na hipótese de intervenção, liquidação, falência ou aplicação de regimes similares à Cedente, há a possibilidade de os recursos recebidos pela Cedente e ainda não transferidos para a Conta Transitória serem bloqueados e somente por via judicial serem recuperados para o Fundo, o que poderia afetar sua rentabilidade e levá-lo a perdas patrimoniais. Adicionalmente, a intervenção, liquidação, falência ou aplicação de regimes similares à Cedente poderá interromper a geração de Direitos Creditórios passíveis de cessão ao Fundo, o que poderá culminar no desenquadramento do percentual da Alocação Mínima, levando à liquidação antecipada do Fundo, o que pode não atender aos interesses dos Cotistas. A intervenção, liquidação, falência ou aplicação de regimes similares à Cedente poderá da mesma forma gerar desorganização administrativa dela e impedir que informações sobre quais dentre os Direitos Creditórios Cedidos foram pagos e tiveram seu valor depositado na Conta Transitória sejam passadas ao Custodiante. Se tal informação não for dada pela Cedente, o Custodiante terá que solicitar tais informações diretamente ao Agente de Recebimento Inicial o que poderá gerar atrasos no recebimento dos valores recebidos na Conta Transitória, além de custos adicionais relacionados ao desenvolvimento de sistemas por parte do Custodiante, sob pena de não ter meios de segregar os valores recebidos na Conta Transitória e transferi-los ao Fundo. É recomendável que os Investidores Qualificados interessados em adquirir Cotas Seniores consultem os demonstrativos financeiros da Cedente, especialmente no que se refere ao balanço patrimonial e demonstrativo de resultados dos semestres findos em 30 de junho de 2010.

#### ***Outros riscos***

##### *Invalidez ou ineficácia da cessão de Direitos Creditórios*

Com relação à Cedente, a cessão de Direitos Creditórios poderia ser invalidada ou tornada ineficaz, impactando negativamente o patrimônio do Fundo, caso fosse realizada em:

- i) fraude contra credores, inclusive da massa, se no momento da cessão a Cedente estivesse insolvente ou se com ela passasse ao estado de insolvência;
- ii) fraude de execução, caso (a) quando da cessão a Cedente fosse sujeito passivo de demanda judicial capaz de reduzi-la à insolvência; ou (b) sobre os Direitos Creditórios Cedidos pendesse demanda judicial fundada em direito real; e
- iii) fraude à execução fiscal, se a Cedente, quando da celebração da cessão de créditos, sendo sujeito passivo por débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa, não dispusesse de bens para total pagamento da dívida fiscal.

#### *Concentração em modalidade de investimento*

O Fundo aplicará em Direitos Creditórios exclusivamente originados de Financiamentos. Nesse contexto, não será possível ampla diversificação dos investimentos realizados pelo Fundo, sendo estes concentrados em uma espécie primordial de investimento (Direitos Creditórios). A concentração das aplicações em um ou em poucos tipos de investimento eleva as possibilidades de que o Fundo venha a sofrer perda patrimonial, podendo afetar negativamente a rentabilidade das Cotas Seniores.

#### *Intervenção, liquidação, falência ou aplicação de regimes similares ao Agente de Cobrança ou aos Agentes de Recebimento*

Na hipótese de intervenção nos Agentes de Recebimento, o repasse dos recursos provenientes dos pagamentos dos Direitos Creditórios Cedidos poderia ser interrompido, e permaneceria inexigível enquanto perdurasse a intervenção. Em caso de liquidação, falência ou aplicação de regimes similares ao Agente de Cobrança ou aos Agentes de Recebimento, há a possibilidade de os recursos ali depositados serem bloqueados, e somente serem recuperados por meio de pedido de restituição, ou mesmo por via judicial. Em ambos os casos, o patrimônio do Fundo poderia sofrer perdas e a rentabilidade das Cotas Seniores poderia ser afetada negativamente.

#### *Intervenção, liquidação, falência ou aplicação de regimes similares ao Custodiante*

O Fundo terá conta corrente no Custodiante. Na hipótese de intervenção, liquidação, falência ou aplicação de regimes similares neste, há possibilidade de os recursos ali depositados serem bloqueados e somente por via judicial serem recuperados para o Fundo, o que poderia levá-lo a perder parte do seu patrimônio, podendo ainda afetar negativamente a rentabilidade das Cotas Seniores.

#### *Alteração do Regulamento*

O Regulamento pode ser alterado em consequência de normas legais ou regulamentares, por determinação da CVM ou por deliberação da Assembléia Geral. Tais alterações poderão afetar o modo de operação do Fundo e acarretar perdas patrimoniais ao Fundo e afetar negativamente a rentabilidade das Cotas Seniores.

#### *Forma de notificação dos Devedores*

O Contrato de Cessão prevê que os Devedores serão notificados da cessão dos Direitos Creditórios Cedidos apenas por meio de publicações periódicas em jornal de grande circulação, constando especificamente nos boletos para pagamento dos Novos Direitos Creditórios uma previsão genérica sobre a possibilidade da cessão dos Novos Direitos Creditórios. No entanto, caso seja necessário alterar os mecanismos de cobrança, os Devedores não estão obrigados a realizar qualquer pagamento com relação aos Direitos Creditórios Cedidos diretamente ao Fundo até que sejam notificados da referida cessão. Na falta ou atraso de tal notificação, o Patrimônio Líquido e a rentabilidade das Cotas Seniores poderão ser afetados negativamente.

#### *Modalidade recente de investimento*

De acordo com a política de investimentos estabelecida no Regulamento, o Fundo investirá seus recursos, preponderantemente, em modalidade de investimentos recentemente instituída no Brasil, consistente em direitos creditórios, sobre os quais inexistem dados históricos e estatísticos que possibilitem estimativa de retorno e previsão de desempenho do Fundo a médio e longo prazo para os Investidores Qualificados.

#### *Dação em pagamento de Direitos Creditórios*

No caso de liquidação antecipada do Fundo em que a Assembléia Geral deliberar o resgate das Cotas mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios Cedidos, os titulares de Cotas Seniores poderão encontrar dificuldades para (i) negociar os Direitos Creditórios recebidos; e/ou (ii) cobrar os Direitos Creditórios inadimplentes.

#### *Inexistência de rendimento pré-determinado*

As Cotas Seniores terão seu valor apurado todo Dia Útil, conforme os critérios estabelecidos no Regulamento. Tais critérios visam a definir qual parcela do Patrimônio Líquido deve ser prioritariamente alocada aos titulares de Cotas Seniores na hipótese de amortização ou resgate de suas Cotas e não representam nem deverão ser considerados promessa ou garantia de rentabilidade aos Cotistas Seniores. Portanto, os Cotistas Seniores somente receberão rendimentos se os resultados da carteira do Fundo assim permitirem.

#### *Repasse de valores recuperados por escritórios de cobrança*

Conforme descrito na seção “Direitos Creditórios - Características” abaixo, em caso de inadimplência, poderão ser acionados terceiros (geralmente escritórios de cobrança) para localizar os Devedores e empreender tentativa de negociação com os mesmos, com o fim de obter valores em atraso. Em caso de sucesso, os valores recuperados são recebidos pelos próprios terceiros que, periodicamente, repassam tais valores ao Agente de Cobrança ou ao Fundo. O repasse de valores está sujeito a fraudes, desvios de valores, atrasos e problemas operacionais. A ocorrência de quaisquer desses eventos poderia dificultar o recebimento do pagamento referente a Direitos Creditórios inadimplidos de titularidade do Fundo, ocasionando a redução do patrimônio do Fundo, e afetando a rentabilidade das Cotas Seniores.

#### *Alteração da situação financeira dos Devedores*

A cessão ao Fundo dos Direitos Creditórios é precedida de verificação pela Cedente de registros de inadimplência junto ao SPC na data da concessão dos Financiamentos. Como não se faz nova checagem da situação de inadimplência do Devedor, é possível que a situação financeira do Devedor sofra deterioração no período após a cessão ao Fundo dos Direitos Creditórios, caso em que o patrimônio do Fundo e a rentabilidade das Cotas Seniores poderão ser adversamente afetados.

#### *Despesas com a defesa dos Direitos dos Cotistas Seniores*

O Agente de Cobrança realizará a cobrança judicial e extrajudicial dos Direitos Creditórios Cedidos em situação de inadimplência. É facultado ao Fundo, porém, a qualquer tempo, contratar outro agente de cobrança. Nessa hipótese, o custo do novo agente de cobrança poderá ser significativamente maior, e o Fundo poderá não possuir recursos suficientes para adoção e manutenção dos procedimentos judiciais e extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e dos outros ativos de sua titularidade e à defesa dos seus direitos, interesses e prerrogativas. É possível que a maioria dos Cotistas Seniores reunidos em Assembléia Geral não aprove aporte de recursos ao Fundo necessários para assegurar eventual adoção e manutenção dos procedimentos acima referidos. Também é possível que os Cotistas Seniores aprove o aporte de recursos para adoção e manutenção dos procedimentos acima referidos, mas que eles não atinjam os resultados mínimos almejados. Em qualquer das hipóteses, o Patrimônio Líquido e a rentabilidade das Cotas Seniores podem ser afetados negativamente.

#### *Existência de outros fundos de investimento em direitos creditórios*

A Cedente também aliena Direitos Creditórios a outro fundo registrado na CVM, a saber, o “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros Credipar I”. Não há garantia, porém, de que haverá Direitos Creditórios suficientes para suprir as necessidades de ambos os fundos.

#### *Riscos relativos à distribuição parcial das Cotas Seniores da 1ª Série*

As Cotas Seniores da 1ª Série serão objeto de distribuição pública, sob o regime de melhores esforços de colocação, pelo Coordenador Líder, sendo permitida a distribuição parcial desde que distribuídas no mínimo 60.000 Cotas Seniores da 1ª Série. O prazo de distribuição das Cotas Seniores da 1ª Série será de até 6 meses contados da publicação do anúncio de início da Oferta, sendo que, após esse prazo, as Cotas Seniores da 1ª Série emitidas e não subscritas serão automaticamente canceladas pelo Fundo. Caso ocorra a distribuição parcial, a composição do Patrimônio Líquido poderá ser comprometida, e poderá afetar adversamente a rentabilidade das Cotas Seniores da 1ª Série.



## CARACTERÍSTICAS GERAIS DO FUNDO

### Base legal e classificação ANBIMA

O Fundo é um fundo de investimento em direitos creditórios, regulado pela Resolução CMN nº 2.907/01 e pela Instrução CVM nº 356/01.

### Objeto

O Fundo tem por objeto a captação de recursos para aquisição de Direitos Creditórios oriundos de Financiamentos concedidos pela Cedente aos Consumidores nas modalidades de CDC e Crédito Pessoal, desde que atendidos os Critérios de Elegibilidade, as Condições de Cessão e a política de investimento, previstos no Regulamento.

### Forma de constituição

O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que suas Cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração de cada Série ou em virtude da liquidação do Fundo. É admitida a amortização das Cotas, conforme disposto no Regulamento ou por decisão da Assembleia Geral.

### Prazo de duração

O prazo de duração do Fundo será de 240 meses, contados da Data da Subscrição Inicial das Cotas Seniores da 1ª Série. O Fundo somente poderá ser liquidado antecipadamente nas hipóteses expressamente previstas no Regulamento ou por decisão da Assembleia Geral.

As diferentes séries de Cotas Seniores poderão ter prazo de duração distinto daquele estabelecido para o Fundo, os quais serão especificados no respectivo Suplemento, sendo certo que o prazo das referidas Séries não poderá ser superior ao prazo de duração do Fundo.

O prazo de duração das Cotas Seniores da 1ª Série será de 36 meses, contados da respectiva Data de Subscrição Inicial, de acordo com os termos do Suplemento das Cotas Seniores da 1ª Série, que se encontra no Anexo VI deste Prospecto.

### Objetivo de investimento

Observado o disposto neste Prospecto, no Regulamento e no Contrato de Cessão, o objetivo do Fundo é atuar no sentido de propiciar aos Cotistas a valorização de suas Cotas, preponderantemente por meio de aquisição de Direitos Creditórios oriundos de Financiamentos concedidos pela Cedente aos Consumidores.

Desde que os resultados da carteira do Fundo permitam, a valorização das Cotas Seniores da 1ª Série será apurada com base na variação acumulada da Taxa DI, acrescida de *spread* ou sobretaxa, conforme definida

em Procedimento de *Bookbuilding* organizado pelo Coordenador Líder. Para as Cotas Seniores da 1ª Série, o referido valor será calculado de acordo com a fórmula definida no item “Características Gerais do Fundo - Cotas - Valorização das Cotas Seniores da 1ª Série” abaixo.

Após a distribuição dos rendimentos às Cotas Seniores da 1ª Série, o eventual excedente decorrente da valorização da carteira do Fundo no período será incorporado às Cotas Subordinadas.

### **Política de investimento**

O Fundo deverá manter, após 90 dias do início de suas atividades, a Alocação Mínima, correspondente a, no mínimo, 50% de seu Patrimônio Líquido alocado em Direitos Creditórios.

#### *Aplicação em Direitos Creditórios*

O Fundo é voltado à aplicação de seus recursos preponderantemente em Direitos Creditórios do segmento financeiro que se enquadrem nas Condições de Cessão e Critérios de Elegibilidade.

Até 31 de dezembro de 2010, o Fundo poderá aplicar seus recursos tanto em Direitos Creditórios Iniciais quanto em Novos Direitos Creditórios. A partir de 1º de janeiro de 2011, as novas aplicações de recursos do Fundo em Direitos Creditórios deverão restringir-se aos Novos Direitos Creditórios, observadas as Condições de Cessão e os Critérios de Elegibilidade, sem prejuízo dos Direitos Creditórios Iniciais até então adquiridos.

#### *Critérios de Elegibilidade e Condições de Cessão*

As Condições de Cessão dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo, que deverão ser verificadas previamente a cada cessão pela Cedente, são exclusiva e cumulativamente:

- i) os Direitos Creditórios devem ser originários de Financiamento:
  - a) concedido pela Cedente aos Consumidores;
  - b) com taxa de juros pré-fixada;
  - c) livre e desembaraçado de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza;
  - d) cuja contratação tenha observado as políticas de crédito vigentes estabelecidas pela Cedente;
  - e) cujo Devedor não tenha apontamentos no SPC, na data de concessão do Financiamento; e
  - f) cujo pagamento deva ser necessariamente realizado por meio de boleto bancário, não sendo permitida a cessão de Direitos Creditórios pagos por meio de cheques pré-datados.

- ii) os Direitos Creditórios não podem ser ou ter sido objeto de qualquer contestação judicial, extrajudicial ou administrativa de que a Cedente tenha conhecimento, independentemente da alegação ou mérito, que possa direta ou indiretamente comprometer a respectiva liquidez e certeza;
- iii) o Devedor não se encontra inadimplente quanto ao cumprimento de qualquer outra obrigação pecuniária em relação à Cedente, suas respectivas controladas, coligadas ou controladoras, diretas ou indiretas;
- iv) a aquisição de Direitos Creditórios relativos a determinado Financiamento deve abranger sempre a totalidade de cada uma das parcelas do Financiamento;
- v) as informações referentes ao respectivo Financiamento devem ter sido transmitidas pela Cedente ao Custodiante, por meio eletrônico ou magnético, de acordo com os procedimentos estabelecidos no Contrato de Cessão;
- vi) o respectivo Financiamento contém somente Direitos Creditórios com valor nominal pré-fixado e frequência de pagamento mensal; e
- vii) os recursos decorrentes dos pagamentos dos Direitos Creditórios efetuados pelos Consumidores nas Lojas Conveniadas sejam depositados obrigatoriamente na Conta Transitória.

Em qualquer hipótese, a cessão de Direitos Creditórios ao Fundo deverá ser realizada a parâmetros de mercado, nos termos do disposto no artigo 8º, parágrafo 3º, inciso II da Instrução CVM nº 356/01.

Os Direitos Creditórios decorrentes dos Financiamentos passíveis de aquisição pelo Fundo devem apresentar as seguintes características, as quais constituem os Critérios de Elegibilidade:

- i) a aquisição de Direitos Creditórios não deve fazer com que, após a cessão pretendida, a totalidade do débito de determinado Devedor para com o Fundo seja superior a R\$ 15.000,00 (quinze mil reais);
- ii) os Devedores não devem estar, no momento de aquisição dos Direitos Creditórios pelo Fundo, inadimplentes em relação a outros Direitos Creditórios de titularidade do Fundo;
- iii) os Direitos Creditórios a serem adquiridos não podem estar vencidos e não pagos;
- iv) os Direitos Creditórios a serem adquiridos não devem ter prazo superior a 24 meses contados da sua data de aquisição ou ter data de vencimento posterior ao prazo de amortização da Série de Cotas Seniores em Circulação com vencimento mais longo; e
- v) exclusivamente em relação à cessão dos Novos Direitos Creditórios, possuir cobrança registrada perante o Novo Agente de Recebimento, de acordo a seção “Aplicação em Direitos Creditórios” acima; e

- vi) a aquisição de Direitos Creditórios não deve fazer com que, após a cessão pretendida, mais de 10% da carteira do Fundo esteja aplicada em Direitos Creditórios oriundos de Financiamentos da modalidade Crédito Pessoal. Não obstante, a qualquer momento, a carteira do Fundo poderá estar integralmente aplicada em Direitos Creditórios oriundos de Financiamentos da modalidade CDC.

O enquadramento dos Direitos Creditórios que o Fundo pretenda adquirir aos Critérios de Elegibilidade será verificado pelo Custodiante previamente a cada cessão com base nos arquivos eletrônicos fornecidos pela Cedente e nos dados relativos ao Fundo mantidos pelo Custodiante.

Posteriormente à cessão, o Custodiante realizará a verificação trimestral de lastro dos Direitos Creditórios Cedidos, por amostragem, com base nos Documentos Comprobatórios.

A alteração dos Critérios de Elegibilidade é de competência exclusiva da Assembléia Geral.

Na hipótese de qualquer Direito Creditório deixar de atender os Critérios de Elegibilidade após sua aquisição pelo Fundo não haverá direito de regresso contra o Custodiante, a Instituição Administradora ou a Gestora, salvo na existência de má-fé, culpa ou dolo.

#### *Aplicação da parcela remanescente do Patrimônio Líquido*

O Fundo pode manter a parcela do seu Patrimônio Líquido que não for investida em Direitos Creditórios em moeda corrente nacional ou aplicá-la, isolada ou cumulativamente, nos Ativos Financeiros.

#### *Limites de concentração da carteira do Fundo*

O Fundo poderá investir até 100% da parcela do seu Patrimônio Líquido que não estiver aplicada em Direitos Creditórios em um único fundo de investimento em renda fixa referenciado, conforme definido pela Instrução CVM nº 409/04, administrado ou não pela Instituição Administradora, que seja aberto e de longo prazo e cuja política de investimentos preveja a aplicação de, no mínimo, 90% do patrimônio líquido em títulos de emissão do Tesouro Nacional e títulos de emissão do BACEN.

#### *Operações com derivativos*

As operações contratadas pelo Fundo com instrumentos derivativos, se realizadas, deverão ocorrer (i) em mercado de balcão, sendo que tais operações deverão ser necessariamente registradas na BM&FBOVESPA sob a modalidade “com garantia” em favor do Fundo; e/ou (ii) diretamente na BM&FBOVESPA, sob a modalidade “com garantia”.

#### *Operações vedadas*

É vedado ao Fundo realizar operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo, ou realizar operações de renda variável.

#### *Outras informações relevantes acerca da política de investimento do Fundo*

O Fundo poderá realizar aplicações que coloquem em risco parte ou a totalidade de seu patrimônio, podendo, inclusive, auferir Patrimônio Líquido negativo, o que exigiria aportes adicionais de recursos para parte dos Cotistas. A carteira do Fundo, e por consequência seu patrimônio, estão submetidos a diversos riscos, dentre os quais, exemplificativamente, os analisados no capítulo “Fatores de risco” acima. O investidor, antes de adquirir Cotas, deve ler cuidadosamente as disposições desse item, responsabilizando-se por seu investimento no Fundo.

As aplicações no Fundo não contam com garantia: (i) da Instituição Administradora; (ii) da Gestora; (iii) do Custodiante; (iv) de qualquer mecanismo de seguro; ou (v) do FGC.

O Fundo poderá contratar operações com, ou que tenham como contraparte a Gestora, a Instituição Administradora ou empresas controladoras, controladas, coligadas e/ou subsidiárias da Instituição Administradora e da Gestora ou ainda fundos de investimento administrados pela Instituição Administradora e/ou pela Gestora e/ou geridos pela Gestora ou pelas pessoas a eles ligadas.

#### **Ordem e aplicação dos recursos**

A partir da primeira Data de Subscrição Inicial das Cotas Seniores da 1ª Série e até a liquidação do Fundo, sempre preservada a manutenção de sua boa ordem legal, administrativa e operacional, a Instituição Administradora e o Custodiante obrigam-se, por meio dos competentes débitos e créditos realizados nas contas correntes de titularidade do Fundo, a alocar os recursos decorrentes da integralização das Cotas e do recebimento de recursos provenientes da carteira do Fundo, na seguinte ordem:

- i) no pagamento de despesas e encargos de responsabilidade do Fundo, devidos nos termos do Regulamento e da legislação aplicável;
- ii) na amortização das Cotas Seniores em Circulação, observados os termos e as condições do Regulamento;
- iii) na constituição da Reserva de Liquidez;
- iv) na constituição da Reserva de Amortização;
- v) no pagamento do preço de aquisição dos Direitos Creditórios em moeda corrente nacional; e
- vi) na amortização de Cotas Subordinadas, observados os limites, os termos e as condições do Regulamento.

Exclusivamente na hipótese de liquidação antecipada, os recursos decorrentes da integralização das Cotas e do recebimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo serão alocados na seguinte ordem:

- i) no pagamento de despesas e encargos de responsabilidade do Fundo, devidos nos termos do Regulamento e da legislação aplicável;
- ii) na amortização das Cotas Seniores em Circulação, observados os termos e as condições do Regulamento; e
- iii) na amortização de Cotas Subordinadas, observados os limites, os termos e as condições do Regulamento.

### **Regras de movimentação**

Somente Investidores Qualificados poderão adquirir Cotas.

As Cotas Seniores da 1ª Série serão subscritas a partir da respectiva Data de Subscrição Inicial e até a publicação do Anúncio de Encerramento, nos termos do capítulo “Sumário dos Termos e Condições do Fundo e da Distribuição de Cotas” acima e serão integralizadas nas datas previstas no boletim de subscrição.

O resgate das Cotas Seniores da 1ª Série ocorrerá na data da última amortização. A amortização e o resgate de Cotas podem ser efetuados por crédito em conta corrente, documento de ordem de crédito, TED, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.

Admite-se o resgate de Cotas Seniores da 1ª Série em Direitos Creditórios integrantes da Carteira do Fundo, exclusivamente na hipótese de liquidação antecipada do Fundo. O resgate de Cotas Subordinadas em Direitos Creditórios pode ocorrer a qualquer tempo desde que observados todos os requisitos indicados na seção “Amortização das Cotas - Amortização das Cotas Subordinadas”.

### **Cotas**

#### *Características gerais*

As Cotas correspondem a frações ideais do Patrimônio Líquido do Fundo e somente serão resgatadas ao término dos respectivos prazos de duração, ou em virtude da liquidação do Fundo, ou, ainda, por decisão da Assembléia Geral.

As Cotas serão escriturais e mantidas em contas de depósitos em nome de seus respectivos titulares perante o Custodiante. A qualidade de Cotista caracteriza-se pela abertura de conta de depósitos em nome do Cotista.

#### *Classes de Cotas*

As Cotas serão divididas em 2 classes, sendo uma classe de Cotas Seniores e uma classe de Cotas Subordinadas. As Cotas Seniores poderão ser divididas em Séries.

Cada Série de Cotas Seniores será avaliada por uma das Agências Classificadoras de Risco e tal avaliação será atualizada trimestralmente, e ficará à disposição dos Cotistas na sede da Instituição Administradora e em sua página na rede mundial de computadores. Não haverá classificação de risco das Cotas Subordinadas.

Todas as Cotas de mesma classe e Série terão iguais taxas, despesas e prazos, bem como direitos de voto.

As Cotas Seniores são aquelas que não se subordinam às demais para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, nos termos deste Prospecto.

As Cotas Subordinadas são aquelas que se subordinam às Cotas Seniores para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, nos termos deste Prospecto. Somente ocorrerá a amortização das Cotas Subordinadas após a amortização das Cotas Seniores em Circulação, ou conforme descrito no Regulamento e no presente Prospecto. Somente ocorrerá o resgate das Cotas Subordinadas após o resgate das Cotas Seniores.

Os critérios para amortização das Cotas e distribuição dos rendimentos estão previstos na seção “Características Gerais do Fundo - Amortização das Cotas” abaixo.

#### *Relação mínima entre o Patrimônio Líquido e o valor das Cotas Subordinadas e Índice de Subordinação Mínimo*

A Relação Mínima admitida entre o Patrimônio Líquido e o valor das Cotas Seniores em circulação será de 133,33% de forma que Fundo observe, a partir do 6º mês contado da Data de Subscrição Inicial e durante seu prazo de existência, o Índice de Subordinação Mínimo, que corresponde à manutenção de Cotas Subordinadas em montante correspondente a 25% do valor do Patrimônio Líquido do Fundo.

Até o 6º mês contado da Data de Subscrição Inicial das Cotas Seniores da 1ª Série, o Índice de Subordinação Mínimo poderá ser de 20% do valor do Patrimônio Líquido. Ainda que durante o prazo previsto neste item, uma vez atingido o Índice de Subordinação Mínimo de 25% do valor do Patrimônio Líquido, este não poderá ser reduzido.

Na hipótese de inobservância da Relação Mínima e, consequentemente, o desenquadramento do Índice de Subordinação Mínimo por período superior a 2 Dias Úteis, a Instituição Administradora deverá notificar imediatamente a Cedente sobre tal fato que, por sua vez, poderá exercer a faculdade de, em até 2 Dias Úteis contados do recebimento de referida notificação, subscrever e integralizar, em moeda corrente nacional ou em Direitos Creditórios, volume suficiente de Cotas Subordinadas para restabelecer o Índice de Subordinação Mínimo. Nesse caso, a Cedente não tem qualquer obrigação de subscrever novas Cotas Subordinadas, mas tão somente a faculdade de fazê-lo.

A inobservância da Relação Mínima e, consequentemente, do Índice de Subordinação Mínimo por 10 Dias Úteis consecutivos ensejará um Evento de Avaliação.

#### *Classificação de risco preliminar das Cotas Seniores da 1ª Série*

As Cotas Seniores da 1ª Série obtiveram classificação de risco preliminar AAA(bra), conferida pela Fitch Ratings.

#### *Emissões de novas séries*

Fica a critério da Instituição Administradora, sem necessidade de aprovação prévia da Assembléia Geral, a emissão de novas Séries de Cotas Seniores, desde que:

- i) seja observado o Índice de Subordinação Mínimo, na respectiva Data de Subscrição Inicial, podendo haver por decisão da Instituição Administradora a emissão concomitante de Cotas Subordinadas para garantir a manutenção do Índice de Subordinação Mínimo;
- ii) seja requerida, por escrito, pela Cedente;
- iii) seja emitida carta pela Agência Classificadora de Risco, reafirmando que a nova emissão não afetará a classificação de risco das Cotas Seniores obtidas em séries anteriores; e
- iv) a oferta pública de distribuição das novas Séries de Cotas Seniores tenha sido registrada na CVM.

#### *Valorização das Cotas*

As Cotas Seniores serão valorizadas todo Dia Útil, caso haja recursos no Fundo suficientes para tal valorização, após o pagamento e provisionamento das despesas e encargos do Fundo. A primeira valorização ocorrerá no Dia Útil seguinte à Data de Subscrição Inicial da primeira Cota Sênior.

A valorização das Cotas ocorrerá conforme o seguinte procedimento, desde que o Patrimônio Líquido do Fundo assim permita:

- i) após o pagamento e provisionamento das despesas e encargos do Fundo, será incorporado ao valor de cada Cota Sênior, de forma proporcional e simultânea para cada Série, o valor equivalente à remuneração indicada no respectivo Suplemento da Série, relativa ao Dia Útil imediatamente anterior; e
- ii) após a valorização acima descrita para as Cotas Seniores, o eventual excedente decorrente da valorização da carteira do Fundo no período será incorporado ao valor de cada Cota Subordinada.

#### *Valorização das Cotas Seniores da 1ª Série*

De acordo com o Suplemento das Cotas Seniores da 1ª Série e desde que os resultados da carteira do Fundo permitam, a valorização das Cotas Seniores da 1ª Série ocorrerá incorporando-se ao valor de cada Cota Sênior o equivalente ao menor valor entre:

i) 
$$VQSn_T = (VQSn_{t-1} - AMn_{t-1} - AMEXn_{t-1}) \times FatorJuros_T$$



onde:

$n = 1, 2, \dots, n$  Série(s) de Cotas Seniores em Circulação na data “T”;

$VQS_{nT}$  valor unitário da Cota Sênior da Série “n” na data “T”;

$AM_{n(T-1)}$  (i) No período compreendido entre o 3º mês e o 24º mês, contados da Data de Subscrição Inicial, o valor da amortização programada da Série “n” será calculado de acordo com a seguinte expressão:

$$AM_{n(T-1)} = VQS_{n(T-1)} - VQS_{nE}$$

(ii) Após o 24º mês contado da Data de Subscrição Inicial, o valor da amortização programada será calculado de acordo com a seguinte expressão:

$$AM_{n(T-1)} = VQS_{n(T-1)} \times FAM_{(T-1)}$$

$VQS_{nE}$  valor nominal unitário da Cota Sênior na Data de Subscrição Inicial, igual a R\$ 1.000,00 (um mil reais);

$FAM_{(T-1)}$  percentual do valor unitário da Cota Sênior a ser amortizado no Dia Útil imediatamente anterior à data “T”, calculado com 4 casas decimais, conforme disposto abaixo;

$Ta$	$T$	$FAM$
Ordinal da Data de Amortização	Data de Amortização	Percentual do valor unitário a ser Amortizado
1	07/01/2013	8,33%
2	07/02/2013	9,09%
3	07/03/2013	10,00%
4	08/04/2013	11,11%
5	07/05/2013	12,50%
6	07/06/2013	14,28%
7	08/07/2013	16,66%
8	07/08/2013	20,00%
9	09/09/2013	25,00%
10	07/10/2013	33,33%
11	07/11/2013	50,00%
12	09/12/2013	100,00%

**$AMEXn_{\sigma-1}$**  valor da amortização extraordinária, no Dia Útil imediatamente anterior à data “T”, referente a cada Cota Sênior da Série “n”, se aplicável;

**$Fatorjuros_T$**  fator correspondente à Taxa DI no dia “T”, calculado com 6 casas decimais, com arredondamento, de acordo com a seguinte expressão:

$$Fatorjuros_T = [(1 + DI_T) \times (1 + Spread_n)]^{\frac{1}{252}}$$

**$DI_T$**  taxa média diária do DI – Depósito Interfinanceiro de um dia, extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 Dias Úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP;

**$Spread_n$**  sobretaxa definida em Procedimento de *Bookbuilding*, equivalente a 2,8% (dois inteiros e oito décimos por cento) ao ano para as Cotas Seniores da 1ª Série, calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos

ou

ii) 
$$VQS'n_T = \frac{PL_T \times VQS n_T}{\sum_{n=1}^k NQS n_T \times VQS n_T}$$

onde:

**$n = 1, 2, \dots, n$**  Série(s) de Cotas Seniores em Circulação na data “T”;

**$PL_T$**  Patrimônio Líquido do Fundo apurado na data “T”;

**$NQS n_T$**  número de Cotas Seniores da Série “n” em Circulação na data “T”;

**$VQS n_T$**  valor unitário da Cota Sênior da 1ª Série “n” na data “T”, calculado na forma da alínea (i) acima.

No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando da valorização das Cotas Seniores da 1ª Série, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do Fundo quanto pelos titulares das Cotas Seniores da 1ª Série, quando da divulgação posterior da Taxa DI relativa à data de encerramento do último Período de Capitalização.

Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 Dias Úteis após esta data, ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal, a Instituição Administradora, mediante aviso aos Cotistas, deverá convocar Assembléia Geral para definir o novo parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor das Cotas, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida na data de encerramento do último Período de Capitalização, até a data da deliberação da Assembléia Geral.

## **Amortização das Cotas**

### *Amortização das Cotas Seniores*

Os valores e as Datas de Amortização aplicáveis às Cotas Seniores de cada uma das Séries a serem emitidas pelo Fundo deverão constar do Suplemento da respectiva Série.

As amortizações das Cotas Seniores nas Datas de Amortização de Cotas Seniores de qualquer Série serão efetuadas em moeda corrente nacional, por meio de depósito em conta corrente de titularidade dos Cotistas, ou mediante qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo BACEN.

Admite-se o resgate de Cotas Seniores em Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, exclusivamente na hipótese de liquidação antecipada do Fundo.

### *Amortização das Cotas Seniores da 1ª série*

A partir do dia 20 do 3º mês contado da Data de Subscrição Inicial das Cotas Seniores da 1ª Série, e desde que o Fundo tenha recursos, as Cotas Seniores da 1ª Série serão amortizadas em 34 pagamentos mensais, nos seguintes termos:

- i) no período compreendido entre o 3º mês e o 24º mês contados da Data de Subscrição Inicial será feita a amortização apenas da valorização incorrida (juros), que será calculada de acordo com a seguinte expressão:

$$AMn_{(T-1)} = VQSn_{(T-1)} - VQSn_E$$

- ii) após o 24º mês contado da Data de Subscrição Inicial será feita a amortização do valor de principal e juros das Cotas Seniores, que será calculada de acordo com a seguinte expressão:

$$AMn_{(T-1)} = VQSn_{(T-1)} \times FAM_{(T-1)}, \text{ sendo:}$$

$FAM_{(T-1)}$ : percentual do valor unitário da Cota Sênior a ser amortizado no Dia Útil imediatamente anterior à data “T”, calculado com 4 (quatro) casas decimais, conforme disposto abaixo:

<i>Ta</i>	<i>T</i>	<i>FAM</i>
Ordinal da Data de Amortização	Data de Amortização	Percentual do valor unitário a ser Amortizado
1	07/01/2013	8,33%
2	07/02/2013	9,09%
3	07/03/2013	10,00%
4	08/04/2013	11,11%
5	07/05/2013	12,50%
6	07/06/2013	14,28%
7	08/07/2013	16,66%
8	07/08/2013	20,00%
9	09/09/2013	25,00%
10	07/10/2013	33,33%
11	07/11/2013	50,00%
12	09/12/2013	100,00%

#### *Amortização Compulsória das Cotas Seniores da 1ª Série*

A Instituição Administradora poderá realizar a Amortização Compulsória e antecipada das Cotas Seniores da 1ª Série, exclusivamente para fins de enquadramento do patrimônio do Fundo (i) ao Índice de Subordinação Mínimo e/ou (ii) à Alocação Mínima em Direitos Creditórios.

A Instituição Administradora deverá, tão logo decida realizar a Amortização Compulsória, convocar Assembléia Geral para deliberar sobre o novo cronograma de amortização, se não for possível manter os termos do cronograma originalmente estipulado, observado que a Amortização Compulsória, nos termos do parágrafo acima, independe de aprovação da Assembléia Geral.

Na hipótese de a Instituição Administradora decidir pela realização da Amortização Compulsória nos termos descritos acima, o valor referente a tal amortização não será apurado pela fórmula definida no Suplemento das Cotas Seniores da 1ª Série, mas sim pelo valor necessário de enquadramento do Fundo, conforme acima previsto. Os Cotistas serão informados, inclusive sobre o valor total envolvendo cada Amortização Compulsória, em até 5 Dias Úteis previamente à realização da Amortização Compulsória.

Qualquer Amortização Compulsória afetará todos os Cotistas titulares de Cotas Seniores da 1ª Série, de forma proporcional ao valor das respectivas Cotas.

### *Amortização das Cotas Subordinadas*

As Cotas Subordinadas poderão ser amortizadas, após o 3º mês contado da Data de Subscrição Inicial das Cotas Seniores da 1ª Série, nos termos do Art. 18-B da Instrução CVM nº356/01, a critério da Instituição Administradora, desde que: (i) seja observada a obrigação de manter a Reserva de Liquidez e a Reserva de Amortização, descritas na seção abaixo; (ii) haja recursos suficientes para tanto; (iii) o valor a ser amortizado assegure ao Fundo que, após a amortização pretendida, a Subordinação do Fundo, na data da amortização, permaneça igual ou maior que 25% ; (iv) o valor a ser amortizado assegure ao Fundo, após a amortização pretendida, Subordinação igual ou superior ao indicador de inadimplência dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, apurado conforme indicado abaixo; (v) não tenha ocorrido ou esteja em curso qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação; e (vi) não esteja em curso a liquidação antecipada do Fundo.

Para fins do item (iv) acima, a apuração do indicador de inadimplência será realizada pelo Custodiante de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Inadimplência} = \frac{\text{Direitos Creditórios Inadimplidos}}{\sum_{i=1}^n \text{Cessão}_i}$$

onde:

<i>Direitos Creditórios Inadimplidos</i>	Valor Nominal dos Direitos Creditórios classificados na faixa de risco H de acordo com a Resolução 2.682 do CMN
<i>Cessão<sub>n</sub></i>	Valor nominal da enésima cessão de Direitos Creditórios realizada pela Cedente ao Fundo

Os eventos acima não impedirão a amortização das Cotas Subordinadas se anteriormente ou simultaneamente ocorrer o resgate total das Cotas Seniores em Circulação. A não ocorrência de determinada amortização de Cotas Subordinadas em razão do disposto nesta seção não prejudicará as eventuais amortizações de Cotas Subordinadas subsequentes.

As Cotas Subordinadas também poderão ser amortizadas por decisão da Assembléia Geral.

### *Outras informações a respeito da amortização de Cotas*

O procedimento ora previsto não constitui promessa de rendimentos, estabelecendo meramente uma previsão de amortização e a preferência entre as diferentes classes de Cotas existentes. Portanto, as Cotas somente serão amortizadas se os resultados da carteira do Fundo assim permitirem.

### **Taxa de Cessão, Reserva de Amortização e Reserva de Liquidez**

A Taxa de Cessão a ser adotada para a determinação do preço de aquisição dos Direitos Creditórios deverá ser: (i) a taxa de juros dos Financiamentos; ou (ii) 4,80% (quatro inteiros e oitenta centésimos por cento) ao mês, aquele que for maior.

O Fundo deverá manter, durante seu prazo de existência, a Reserva de Liquidez, que corresponde a um montante em Disponibilidades equivalente a 1% do Patrimônio Líquido.

Adicionalmente à Reserva de Liquidez, Fundo deverá manter Reserva de Amortização. Para tanto, a Instituição Administradora interromperá a aquisição de novos Direitos Creditórios, de modo que o Fundo sempre mantenha em Disponibilidades (líquidas de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza), excluída a soma mantida em Disponibilidades para atendimento da Reserva de Liquidez, soma equivalente a, no mínimo:

- i) 50% do valor futuro estimado para cada amortização de Cotas Seniores no período compreendido entre 60 dias e 31 dias corridos antes de cada Data de Amortização de Cotas Seniores; e
- ii) 100% do valor futuro estimado de cada amortização a partir de 30 dias corridos antes de cada Data de Amortização de Cotas Seniores até a data da efetiva amortização.

Uma vez constituída a Reserva de Amortização, nos termos acima referidos, a Instituição Administradora poderá adquirir novos Direitos Creditórios. Caso, uma vez constituída, a Reserva de Amortização deixe de atender ao disposto acima, a Instituição Administradora deverá interromper imediatamente a aquisição de novos Direitos Creditórios, com vistas à recomposição da Reserva de Amortização.

Quando da execução dos procedimentos definidos acima, a Instituição Administradora deverá priorizar a aquisição de Direitos Creditórios e/ou Ativos Financeiros cujas datas de vencimento ou de resgate ou sua liquidez de mercado permitam o pagamento tempestivo das amortizações.

Caso a Reserva de Amortização não atinja o valor estimado até a data da respectiva amortização, a Instituição Administradora poderá utilizar a Reserva de Liquidez para honrar a respectiva amortização, sendo que, neste caso deverá manter a interrupção da aquisição de Direitos Creditórios até a recomposição da Reserva de Liquidez.

O procedimento ora previsto não constitui promessa ou garantia, por parte da Instituição Administradora, da Gestora ou do Custodiante, de que haverá recursos suficientes para a constituição da reservas, representando apenas um objetivo a ser por ela perseguido.

## **Metodologia de avaliação dos ativos do Fundo e das Cotas de cada classe**

### *Metodologia de avaliação dos Direitos Creditórios*

Os Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo terão seu valor calculado todo Dia Útil, mediante a utilização da metodologia de avaliação descrita no manual de precificação de ativos do Custodiante, cujo teor está disponível a quaisquer Cotistas na sede do Custodiante.

O valor de mercado dos Direitos Creditórios será obtido pela apuração dos preços praticados em mercados organizados nas operações realizadas com os mesmos tipos de ativos e que apresentem características semelhantes às das operações realizadas pelo Fundo, levando em consideração volume, coobrigação e prazo.

Enquanto não houver mercado ativo de direitos creditórios cujas características sejam semelhantes às dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, estes terão seu valor calculado, todo Dia Útil, pelos respectivos custos de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período.

Na hipótese de se verificar a existência de um mercado ativo de direitos creditórios cujas características sejam semelhantes às dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, estes passarão a ser avaliados pelo seu valor de mercado, conforme descrito acima.

São elementos que denotam a existência de um mercado ativo de direitos creditórios:

- i) a criação de segmento específico de negociação para tais ativos em bolsa ou em mercado de balcão organizado; e
- ii) a existência de negociações com direitos creditórios em volume financeiro relevante, com frequência e regularidade, de modo a conferir efetiva liquidez para os direitos creditórios.

As provisões e as perdas com Direitos Creditórios ou com outros ativos integrantes da carteira do Fundo serão, respectivamente, efetuadas ou reconhecidas nos termos da Resolução nº 2.682, de 12 de dezembro de 1999, do CMN. Serão ainda observadas as perdas históricas e/ou a análise de classificação de risco dos sacados.

As Cotas de cada classe e Série terão seu valor calculado todo Dia Útil.

O valor unitário das Cotas Seniores da 1ª Série será o apurado conforme o previsto no item “Características Gerais do Fundo - Cotas - Valorização das Cotas Seniores da 1ª Série” deste Prospecto.

O valor unitário das Cotas Subordinadas será o resultado da divisão do eventual saldo remanescente do Patrimônio Líquido, após a subtração do valor de todas as Cotas Seniores em Circulação, pelo número total de Cotas Subordinadas.

### *Metodologia de avaliação dos outros ativos*

Os Ativos Financeiros que integram a carteira do Fundo terão seu valor de mercado apurado conforme a metodologia de avaliação descrita no manual de precificação de ativos do Custodiante, cujo teor está disponível aos Cotistas na sede da Instituição Administradora ou no sítio eletrônico do Custodiante, [www.bradescocustodia.com.br](http://www.bradescocustodia.com.br).

## **Assembléia Geral**

### *Competência*

É da competência da Assembléia Geral:

- i) examinar, anualmente, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pela Instituição Administradora, em até 4 meses contados do encerramento do exercício social;
- ii) alterar o Regulamento;
- iii) deliberar sobre a substituição da Instituição Administradora e/ou do Custodiante;
- iv) deliberar sobre a substituição da Gestora, do Auditor e/ou do Agente de Cobrança;
- v) deliberar sobre a substituição de qualquer das Agências Classificadoras de Risco;
- vi) eleger e destituir o(s) representante(s) dos Cotistas;
- vii) deliberar sobre a fusão, incorporação, cisão ou liquidação do Fundo;
- viii) deliberar sobre a alteração do prazo de duração do Fundo;
- ix) resolver se Eventos de Avaliação devem ser considerados como um evento de Amortização Compulsória;
- x) resolver se a Amortização Compulsória deve acarretar em um Evento de Liquidação do Fundo;
- xi) aprovar os procedimentos a serem adotados no resgate das Cotas mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios;
- xii) deliberar sobre a alteração do Parâmetro de Remuneração das Cotas Seniores, nos termos do disposto no item 13.4.1 do Regulamento;



- xiii) deliberar sobre a elevação da taxa de administração praticada pela Instituição Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- xiv) deliberar sobre a alteração dos Critérios de Elegibilidade;
- xv) deliberar sobre a alteração das Condições de Cessão;
- xvi) deliberar sobre a alteração dos critérios de valorização das Cotas;
- xvii) deliberar sobre a alteração dos critérios de amortização das Cotas;
- xviii) deliberar sobre a alteração dos direitos de voto de cada classe;
- xix) deliberar sobre a cobrança de novas taxas, que não a taxa de administração;
- xx) deliberar sobre a alteração da forma de cálculo do Índice de Subordinação Mínimo; e
- xxi) deliberar sobre a emissão de uma nova Série, observado o disposto no item 9.1 do Regulamento.

O Regulamento poderá ser alterado independentemente de deliberação da Assembléia Geral em casos de alterações nas normas legais e regulamentares vigentes ou de determinação da CVM, hipótese em que deve ser providenciada a ciência aos Cotistas da referida alteração no prazo de até 30 dias, contados da data do protocolo da alteração do Regulamento junto à CVM.

#### *Procedimento de convocação e instalação*

A convocação de Assembléia Geral será feita pela Instituição Administradora, mediante envio de carta com aviso de recebimento aos Cotistas, correio eletrônico ou publicação no Periódico utilizado pelo Fundo. A convocação deverá indicar dia, hora e local em que será realizada a Assembléia Geral e os assuntos a serem tratados.

A convocação da Assembléia Geral deverá ser feita com, no mínimo, 10 dias de antecedência contados do envio aos Cotistas de comunicação ou da publicação no Periódico utilizado pelo Fundo.

Não se realizando a Assembléia Geral, será providenciada a expedição aos Cotistas de segunda convocação, com antecedência mínima de 5 dias contados da realização da Assembléia Geral.

Para efeito do disposto no parágrafo anterior, admite-se que a segunda convocação da Assembléia Geral seja providenciada juntamente com a primeira convocação.

Independentemente das formalidades previstas acima, será considerada regular a Assembléia Geral a que comparecerem todos os Cotistas.

Salvo motivo de força maior, a Assembléia Geral será realizada na sede da Instituição Administradora. Quando a Assembléia Geral não for realizada na sede da Instituição Administradora, as comunicações enviadas aos Cotistas devem indicar, com clareza, o local da reunião, que em nenhuma hipótese pode realizar-se fora do município da sede da Instituição Administradora.

Além da reunião anual de prestação de contas, a Assembléia Geral poderá reunir-se por convocação da Instituição Administradora, a seu exclusivo critério, ou mediante solicitação à Instituição Administradora por Cotistas que representem, no mínimo, 5% do total das Cotas em circulação.

A Assembléia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Cotistas que representem, no mínimo, 50% das Cotas em circulação, e, em segunda convocação, com a presença de, pelo menos, um Cotista.

#### *Nomeação de representante dos Cotistas*

A Assembléia Geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes dos Cotistas para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, em defesa dos direitos e dos interesses dos Cotistas.

Somente pode exercer as funções de representante dos Cotistas pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos:

- i) ser Cotista ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Cotistas;
- ii) não ser titular de Cotas Subordinadas;
- iii) não exercer cargo ou função na Instituição Administradora, em seus controladores, em sociedades por eles direta ou indiretamente controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum; e
- iv) não exercer cargo da administração ou ser empregado da Cedente ou de seus controladores diretos ou indiretos.

Caso os representantes dos Cotistas eventualmente nomeados sejam partes relacionadas a qualquer Cotista Sênior, esses representantes não farão jus, em nenhuma hipótese, ao recebimento de qualquer remuneração do Fundo, da Instituição Administradora, da Gestora, do Custodiante ou da Cedente para exercer tal função. No caso de contratação de profissional especializado, deverá ser decidido em Assembléia Geral o orçamento a ser empregado em tal contratação.

#### *Direito de voto e critérios para apuração das deliberações*

As matérias descritas na seção “Características Gerais do Fundo - Assembleia Geral - Competência”, submetidas à deliberação em Assembleia Geral, terão os seguintes quoruns de aprovação:

- a) as matérias descritas nas alíneas “i”, “iii”, “vii” e “xiii” deverão ser aprovadas, em primeira convocação, pelos votos favoráveis da maioria das Cotas emitidas e, em segunda convocação, pelos votos favoráveis da maioria das Cotas dos presentes à Assembleia Geral;
- b) as matérias descritas nas alíneas “ii”, “iv”, “vi”, “viii”, “ix”, “x”, “xi”, “xiv”, “xv”, “xvi”, “xvii”, “xviii”, “xix” e “xx”, sem prejuízo do disposto na alínea “f” abaixo, deverão ser aprovadas pelos votos favoráveis da maioria das Cotas Seniores em Circulação;
- c) as matérias descritas nas alíneas “ii”, “xi”, “xii”, “xiv”, “xv”, “xvi”, “xvii”, “xviii” , “xix” e “xx”, bem como aquelas que impliquem em alterações ao Regulamento e/ou de qualquer Contrato de Cessão que afetem negativamente os direitos, garantias e prerrogativas dos titulares de Cotas Subordinadas e/ou na liquidação antecipada do Fundo, deverão ser também aprovadas pelos votos favoráveis da maioria das Cotas Subordinadas em circulação, tomado em separado dos demais Cotistas, em Assembleia Geral convocada especialmente para esse fim;
- d) a matéria prevista na alínea “v” deverá ser aprovadas pelos votos favoráveis da maioria das Cotas Seniores em Circulação da Série cuja Agência Classificadora de Risco será substituída;
- e) a matéria prevista na alínea “xii” deverá ser aprovada pelos votos favoráveis da maioria das Cotas Seniores em Circulação da Série afetada pela alteração do Parâmetro de Remuneração, nos termos do disposto no item 13.4.1 do Regulamento; e
- f) as matérias para as quais não tenha sido estabelecido quorum específico serão aprovadas pela maioria das Cotas em circulação presentes à Assembleia Geral.

Somente podem votar nas Assembléias Gerais os Cotistas, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de um ano. A presidência das Assembléias Gerais caberá à Instituição Administradora, ressalvada a hipótese de deliberação em sentido diverso por parte dos Cotistas presentes.

Será sempre assegurada a participação da Instituição Administradora em qualquer Assembléia Geral.

Não terão direito a voto na Assembléia Geral a Instituição Administradora e seus empregados.

#### *Divulgação e eficácia das deliberações da Assembléia Geral*

As decisões da Assembléia Geral devem ser divulgadas aos Cotistas no prazo máximo de 30 dias de sua realização, na forma prevista no Regulamento.

#### **Liquidação do Fundo**

O Fundo será liquidado, ordinariamente, em 240 meses contados da Data da Subscrição Inicial das Cotas Seniores da 1ª Série.

Caso no último Dia Útil do prazo de duração do Fundo, a totalidade das Cotas em circulação ainda não tenha sido resgatada, o prazo do Fundo será automaticamente prorrogado até a data em que seja realizada Assembléia Geral para determinar os procedimentos para entrega de Direitos Creditórios aos Cotistas nos termos do item “Características Gerais do Fundo - Assembléia Geral - Competência” acima ou em que for constituído o condomínio mencionado no item “Características Gerais do Fundo - Hipóteses e procedimentos de resgate de Cotas mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios e/ou Ativos Financeiros” abaixo.

Na hipótese de liquidação do Fundo, os titulares das Cotas Seniores terão direito de partilhar o Patrimônio Líquido na proporção dos valores previstos para amortização ou resgate da respectiva Série e no limite desses valores, na data de liquidação, sendo vedado qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares das Cotas Seniores.

Na data de liquidação do Fundo, os titulares das Cotas poderão receber Direitos Creditórios e/ou outros ativos que integrem a carteira do Fundo em pagamento do resgate das Cotas.

#### *Eventos de Avaliação*

São considerados Eventos de Avaliação quaisquer das seguintes ocorrências:

- i) caso o Fundo deixe de efetuar o pagamento integral de qualquer das amortizações programadas relativa a qualquer Série, nas respectivas Datas de Amortização;
- ii) caso o indicador de inadimplência, calculado conforme disposto na seção “Amortização das Cotas - Amortização das Cotas Subordinadas”, supere a Subordinação, por um período superior a 10 Dias Úteis;
- iii) caso o indicador de inadimplência, calculado conforme disposto na seção “Amortização das Cotas - Amortização das Cotas Subordinadas”, supere o percentual de 20%, por um período superior a 10 Dias Úteis;
- iv) amortização ou resgate de Cotas Subordinadas em desacordo com o disposto no Regulamento;
- v) inobservância, por 10 Dias Úteis consecutivos, dos limites previstos para a Reserva de Amortização e Reserva de Liquidez;
- vi) inobservância, por 10 Dias Úteis consecutivos, da Relação Mínima e, consequentemente, do Índice Mínimo de Subordinação;
- vii) inobservância da ordem de pagamento ou aplicação dos recursos do Fundo, conforme estabelecido no Regulamento;
- viii) renúncia da Instituição Administradora, do Custodiante ou rescisão do Contrato de Custódia;

- ix) resilição do Contrato de Cobrança;
- x) inobservância pela Instituição Administradora de seus deveres e obrigações previstos no Regulamento, verificada pelo Custodiante ou pelo representante dos Cotistas, desde que, notificada por qualquer deles para sanar ou justificar o descumprimento, a Instituição Administradora não o fizer no prazo de 5 Dias Úteis contado do recebimento da referida notificação;
- xi) inobservância pelo Custodiante dos deveres e das obrigações previstas no Regulamento e no Contrato de Custódia, desde que, verificada e notificada pela Instituição Administradora ou pelo representante dos Cotistas para sanar ou justificar o descumprimento, o Custodiante não o fizer no prazo de 5 Dias Úteis a contar do recebimento da notificação;
- xii) inobservância pelo Agente de Cobrança, dos deveres e das obrigações previstas no respectivo contrato, desde que, se notificados pelo Custodiante ou pela Instituição Administradora para sanarem ou justificarem o descumprimento, não o fizerem no prazo de 5 Dias Úteis contado do recebimento da referida notificação;
- xiii) caso a Instituição Administradora tenha ciência de alteração ou modificação do objeto social da Cedente que possa alterar substancialmente o ramo de negócio atualmente explorado pela Cedente e/ou comprometer a originação de Direitos Creditórios;
- xiv) caso o Parâmetro de Remuneração de qualquer das Séries de Cotas Seniores em Circulação deixe de ser apurada e/ou divulgada por prazo superior a 10 Dias Úteis, nos termos do disposto no item 13.4.1 do Regulamento;
- xv) rebaixamento da classificação de risco de qualquer Série de Cotas Seniores em mais de 3 sub-níveis, considerando-se relatório de qualquer das Agências Classificadoras de Risco;
- xvi) caso qualquer das Agências Classificadoras de Risco não divulguem a atualização trimestral da classificação de risco referente às Cotas Seniores em Circulação por prazo superior a 60 dias;
- xvii) ocorrência de qualquer Evento de Revisão, nos termos definidos no Contrato de Cessão, conforme transcritos abaixo; e
- xviii) caso a Instituição Administradora entenda que há uma situação de risco relevante em potencial para os Cotistas Seniores e/ou o Fundo não prevista no Regulamento.

#### *Eventos de Revisão*

Nos termos do Contrato de Cessão, são considerados Eventos de Revisão quaisquer das seguintes ocorrências:

- i) alteração do controle acionário, direto ou indireto, da Cedente;

- ii) caso se verifique falha, erro ou incorreção em quaisquer das declarações prestadas pela Cedente nos termos do Contrato de Cessão, que possam comprometer negativamente a boa ordem legal, administrativa e operacional do Fundo e os direitos, as garantias e as prerrogativas dos titulares das Cotas Seniores;
- iii) caso a Cedente deixe de atender aos valores mínimos de capital e patrimônio líquido ajustado definidos pelas normas do BACEN e do CMN;
- iv) caso ocorra a efetivação de arresto ou de penhora de bens da Cedente ou de suas Partes Relacionadas de valor superior a R\$5.000.000,00, (cinco milhões de reais) considerados em conjunto;
- v) ocorrência de qualquer ato ou fato que imponha restrição à alienação dos Direitos Creditórios;
- vi) descumprimento pela Cedente de qualquer de suas obrigações estabelecidas no Contrato de Cessão e nos demais documentos relacionados ao Fundo do qual seja parte, desde que tal descumprimento não seja devidamente regularizado ou justificado adequadamente, no entendimento da Instituição Administradora, dentro do prazo de 5 Dias Úteis contados do envio, pela Instituição Administradora, de notificação, por escrito, informando da ocorrência do respectivo evento;
- vii) rescisão do Contrato de Cessão; e
- viii) modificações estatutárias que alterem o objeto social da Cedente e que possam impactar no regular cumprimento das obrigações da Cedente nos termos do Contrato de Cessão.

Os Eventos de Revisão são considerados Eventos de Avaliação. Diante desse fato, na ocorrência de qualquer dos Eventos de Revisão, o Fundo interromperá os procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios e a Instituição Administradora convocará imediatamente uma Assembleia Geral, a ser realizada em até 15 dias contados da data do evento, a qual decidirá se tal Evento de Revisão deve ser considerado como um Evento de Liquidação.

A Cedente deverá notificar, por escrito, em até 1 Dia Útil, a Instituição Administradora e o Custodiante da ocorrência de quaisquer dos Eventos de Revisão indicados acima imediatamente após tomar conhecimento de sua ocorrência.

#### *Procedimentos adotados na ocorrência de Eventos de Avaliação*

Sem prejuízo do disposto abaixo, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação, o Fundo interromperá os procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios e a Instituição Administradora convocará imediatamente uma Assembleia Geral, a ser realizada em até 15 dias contados da data do evento, a qual decidirá se tal Evento de Avaliação deve ser considerado como um Evento de Liquidação.

Caso a Assembleia Geral delibere que tal Evento de Avaliação não constitui um Evento de Liquidação, a Instituição Administradora deverá adotar as medidas aprovadas pelos Cotistas na referida Assembleia Geral para o saneamento do Evento de Avaliação, bem como para manutenção das atividades regulares do Fundo, inclusive reiniciar o processo de aquisição de Direitos Creditórios, nos termos do Contrato de Cessão.

Caso a Assembleia Geral de que trata o item acima delibere que qualquer dos Eventos de Avaliação constitui um Evento de Liquidação, a Instituição Administradora deverá implementar os procedimentos definidos no item “Procedimentos adotados na ocorrência de Eventos de Liquidação” abaixo, incluindo a convocação de nova Assembleia Geral para deliberar sobre a liquidação antecipada do Fundo, no prazo máximo de 20 dias contados da data da Assembleia Geral que deliberou a constituição do Evento de Liquidação.

O direito dos Cotistas Subordinados ao recebimento de qualquer pagamento referente à amortização das Cotas Subordinadas ficará suspenso durante o período compreendido entre a data de ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação até (i) a data da deliberação, pela Assembleia Geral, de que o Evento de Avaliação não dá causa à liquidação antecipada do Fundo, independentemente da implementação de eventuais ajustes aprovados pelos Cotistas na referida Assembleia Geral; ou (ii) a data em que todos os valores devidos aos Cotistas titulares de Cotas Seniores tiverem sido integralmente pagos pelo Fundo, caso se decida na referida Assembleia Geral pela liquidação antecipada do Fundo.

#### *Eventos de Liquidação*

Será convocada Assembleia Geral para deliberar sobre a liquidação antecipada do Fundo na ocorrência de qualquer das hipóteses abaixo indicadas:

- i) se for deliberado que um Evento de Avaliação constitui Evento de Liquidação;
- ii) caso a Instituição Administradora deixe de convocar Assembleia Geral na hipótese de ocorrência de qualquer das hipóteses previstas na seção “Liquidação do Fundo - Eventos de Avaliação” acima; e
- iii) decretação de falência, intervenção, liquidação extrajudicial, regime especial de administração temporária ou regimes semelhantes com relação (a) à Cedente; e/ou (b) à Instituição Administradora; e/ou (c) a quaisquer sociedades controladoras das pessoas referidas anteriormente.

O Fundo será liquidado automaticamente, independentemente de deliberação da Assembleia Geral, na ocorrência das hipóteses abaixo indicadas:

- i) se durante 3 meses consecutivos o Patrimônio Líquido médio do Fundo for inferior a R\$500.000,00 (cinco milhões de reais); e
- ii) por determinação da CVM.

#### *Procedimentos adotados na ocorrência de Eventos de Liquidação*

Sem prejuízo do item acima, na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Liquidação, a Instituição Administradora imediatamente (i) notificará tal fato aos Cotistas, convocando Assembleia Geral neste mesmo ato, e (ii) interromperá a aquisição de Direitos Creditórios.

Na hipótese de aprovação pelos Cotistas sobre a liquidação antecipada do Fundo, a Instituição Administradora deverá iniciar os procedimentos referentes à liquidação do Fundo, abaixo descritos.

Na hipótese de a Assembleia Geral deliberar pela não liquidação antecipada do Fundo, será concedido aos Cotistas Seniores que não concordarem com a decisão o resgate antecipado de suas Cotas, conforme regras a serem definidas na Assembleia Geral.

Caso a Assembleia Geral delibere a liquidação antecipada do Fundo, todas as Cotas serão resgatadas, observados os procedimentos descritos abaixo:

- i) a Instituição Administradora não adquirirá mais Direitos Creditórios e outros ativos para o Fundo;
- ii) todos os recursos em moeda corrente serão utilizados para pagamento dos encargos do Fundo e para o resgate das Cotas;
- iii) as Cotas Seniores terão prioridade no resgate sobre as Cotas Subordinadas; portanto, todos os recursos, Direitos Creditórios e Disponibilidades serão prioritariamente alocados para o resgate das Cotas Seniores, de forma *pro rata* e mediante a observância de igualdade de condições entre todas as Cotas Seniores; e
- iv) as Cotas Subordinadas somente serão resgatadas após o resgate integral de todas as Cotas Seniores, sendo então pago a cada Cota Subordinada o valor correspondente à fração respectiva no eventual saldo remanescente do patrimônio do Fundo.

Com o intuito de racionalização do procedimento de resgate de Cotas descrito acima, a Instituição Administradora poderá postergar pagamentos aos Cotistas até que o total de recursos disponíveis seja equivalente ao mínimo de R\$50,00 (cinquenta reais) por Cota, exceto na hipótese de o valor dos recursos disponíveis já ser suficiente para o integral resgate das Cotas Seniores e/ou Subordinadas.

#### **Hipóteses e procedimentos de resgate de Cotas mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios e/ou Ativos Financeiros**

Nos termos do Regulamento e do artigo 15, parágrafo primeiro, da Instrução CVM nº 356/01, admite-se o resgate de Cotas Seniores da 1ª Série em Direitos Creditórios integrantes da Carteira do Fundo, exclusivamente na hipótese de liquidação antecipada do Fundo. O resgate de Cotas Subordinadas em Direitos Creditórios pode ocorrer a qualquer tempo desde que observados todos os requisitos indicados na seção “Amortização das Cotas - Amortização das Cotas Subordinadas”.



A Assembléia Geral deverá definir o período máximo para liquidação das Cotas Seniores, que não poderá exceder o prazo de duração de tais Cotas. Caso no último Dia Útil desse prazo a totalidade das Cotas Seniores em Circulação ainda não tenha sido resgatada mediante pagamento em moeda corrente nacional, as Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas em circulação poderão ser resgatadas mediante a dação em pagamento da totalidade dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, para tanto, deverá ser convocada Assembléia Geral para definir o procedimento a ser adotado.

Qualquer entrega de Direitos Creditórios para fins de pagamento de resgate aos titulares de Cotas será realizada por rateio, considerando o valor das Cotas devido por cada Cotista na ocasião, e priorizando-se o resgate das Cotas Seniores.

Na hipótese de a Assembléia Geral não chegar a acordo referente aos procedimentos de dação em pagamento dos Direitos Creditórios para fins de pagamento de resgate das Cotas, os Direitos Creditórios serão dados em pagamento aos titulares das Cotas Seniores até o limite do valor destas, mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada titular de Cotas Seniores será calculada de acordo com a proporção de Cotas Seniores detida por cada titular sobre o valor total das Cotas Seniores em Circulação à época. Os eventuais Direitos Creditórios remanescentes após a liquidação de todos os valores devidos aos titulares de Cotas Seniores serão entregues aos titulares de Cotas Subordinadas, proporcionalmente à sua participação no remanescente do patrimônio do Fundo. Feitos tais procedimentos, a Instituição Administradora estará desobrigada em relação às responsabilidades estabelecidas no Regulamento, ficando autorizada a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes.

A Instituição Administradora deverá notificar os titulares das Cotas Seniores, para que elejam um administrador para o referido condomínio de Direitos Creditórios, na forma do artigo 1.323 do Código Civil, informando a proporção de Direitos Creditórios a que cada titular de Cotas Seniores fará jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade da Instituição Administradora perante os Cotistas após a constituição do condomínio de que trata o item anterior. Caso os titulares das Cotas Seniores não procedam à eleição do administrador do condomínio acima referida, essa função será exercida pelo titular de Cotas Seniores que detenha a maioria das Cotas Seniores em Circulação.

O Custodiante e/ou a empresa contratada para tanto fará a guarda dos Direitos Creditórios Cedidos e dos respectivos Documentos Comprobatórios pelo prazo improrrogável de 60 dias (contado da notificação dos titulares das Cotas Seniores referida acima), dentro do qual o administrador do condomínio indicará à Instituição Administradora e ao Custodiante, hora e local para que seja feita a entrega dos Direitos Creditórios e Documentos Comprobatórios. Expirado este prazo, a Instituição Administradora poderá promover a consignação da documentação relativa aos Direitos Creditórios Cedidos, na forma do artigo 334 do Código Civil.

### **Informações complementares**

#### *Despesas e encargos do Fundo*

Constituem encargos do Fundo, além da taxa de administração prevista na seção “Remuneração dos Prestadores de Serviços - Taxa de Administração” abaixo:

- i) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- ii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- iii) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Cotistas;
- iv) honorários e despesas do Auditor encarregado da auditoria das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação da Instituição Administradora;
- v) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- vii) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de Assembleia Geral;
- viii) taxas de custódia de ativos do Fundo;
- ix) contribuição anual devida à CETIP;
- x) despesas com a contratação das Agências Classificadoras de Risco; e
- xi) despesas com o(s) representante(s) dos Cotistas.

Quaisquer despesas não previstas nesta cláusula como encargos do Fundo correrão por conta da Instituição Administradora.

#### *Informações obrigatórias e periódicas*

A Instituição Administradora deverá, na forma e dentro dos prazos estabelecidos, prestar todas as informações e fornecer todos os documentos obrigatórios e periódicos constantes da Instrução CVM nº 356/01, sem prejuízo de outras previstas neste item.

A Instituição Administradora, por meio de seu diretor indicado, sem prejuízo do atendimento das determinações estabelecidas na regulamentação em vigor, deve elaborar demonstrativos trimestrais evidenciando ou indicando: (i) que as operações praticadas pelo Fundo estão em consonância com a política de investimento prevista no Regulamento e com os limites de composição e de diversificação a ele aplicáveis; (ii) que as negociações foram realizadas a taxas de mercado; (iii) os procedimentos de verificação de lastro por amostragem

no trimestre anterior adotados pelo Custodiante, incluindo a metodologia para seleção da amostra verificada no período; e (iv) os resultados da verificação do lastro por amostragem, realizada no trimestre anterior pelo Custodiante, explicitando, dentro do universo analisado, a quantidade e a relevância dos Direitos Creditórios inexistentes porventura encontrados.

A Instituição Administradora deve divulgar, anualmente, no Periódico, além de manter disponíveis em sua página na rede mundial de computadores, em sua sede e agência(s) e na sede das instituições que coloquem Cotas desse, o Patrimônio Líquido, a Relação Mínima, o valor das Cotas de cada classe, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, e o último relatório da Agência Classificadora de Risco.

A Instituição Administradora é obrigada a divulgar, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, no Periódico, de modo a garantir a todos os Cotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à manutenção do investimento.

Sem prejuízo de outras ocorrências relativas ao Fundo, considera-se fato relevante: (i) a alteração da classificação de risco das Cotas ou, quando houver, dos demais ativos integrantes da carteira do Fundo; (ii) a mudança ou a substituição do Custodiante; (iii) a ocorrência de eventos que afetem ou possam afetar os critérios de composição e os limites de diversificação da carteira do Fundo, bem como o comportamento da carteira de Direitos Creditórios, no que se refere ao histórico de pagamentos; e (iv) a ocorrência de atrasos na distribuição de rendimentos aos Cotistas.

A Instituição Administradora deve, no prazo máximo de 10 dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos Cotistas, em sua sede e dependências, informações sobre:

- i) o número de Cotas de propriedade de cada Cotista e o respectivo valor;
- ii) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês; e
- iii) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios e demais ativos do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.

As demonstrações financeiras anuais do Fundo serão auditadas pelo Auditor e estarão sujeitas às normas contábeis expedidas pela CVM. Enquanto a CVM não editar tais normas, aplicam-se ao Fundo as disposições do COSIF.

O Fundo terá escrituração contábil própria.

O exercício social do Fundo tem, exceto no ano de sua constituição, duração de um ano, encerrando-se em 30 de junho de cada ano.

A Instituição Administradora deve colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de qualquer interessado que as solicitar, observados os seguintes prazos máximos:

- i) de 20 dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
- ii) de 60 dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

#### *Publicações*

Todas as publicações mencionadas serão feitas no jornal DCI - Comércio e Indústria & Serviços e na página da Instituição Administradora na rede mundial de computadores, sendo que os avisos e anúncios da Oferta poderão ser publicados, a critério da Instituição Administradora, também no jornal Valor Econômico – Edição Nacional.

A Instituição Administradora poderá, sem a necessidade de convocação de Assembleia Geral e alteração do Regulamento, alterar o periódico utilizado para efetuar as publicações relativas ao Fundo, devendo, nesse caso, informar previamente os Cotistas sobre essa alteração.

#### *Atendimento aos Cotistas*

Para consulta ou obtenção de cópia deste Prospecto e do Regulamento, os investidores interessados na aquisição de Cotas Seniores da 1ª Série poderão dirigir-se à Instituição Administradora, ao Coordenador Líder, à CVM, ou à CETIP, em suas respectivas sedes, conforme informado no capítulo “Identificação da Instituição Administradora, do Coordenador Líder e demais entidades envolvidas na Oferta” acima, ou acessar suas respectivas páginas na rede mundial de computadores, a saber: [www.bradescocustodia.com.br](http://www.bradescocustodia.com.br); [www.banifib.com.br](http://www.banifib.com.br); [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br) e [www.cetip.com.br](http://www.cetip.com.br)

Os investidores poderão dirigir-se à Instituição Administradora ou ao Coordenador Líder para encaminhamento de eventuais dúvidas, sugestões ou reclamações.

## **DIREITOS CREDITÓRIOS**

### **Características**

#### *Natureza*

Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são oriundos de Financiamentos concedidos pela Cedente aos Consumidores nas modalidades de CDC e Crédito Pessoal, incluindo os respectivos juros, multas e demais encargos eventualmente existentes, bem como os direitos, prerrogativas, privilégios, todos os acessórios e instrumentos que os representam, tal como respectivos anexos e garantias constituídas.

Os Financiamentos são formalizados por meio da assinatura de termos de adesão ao “Contrato de Financiamento Direto ao Consumidor e Utilização do Sistema Credipar de Crédito” devidamente registrado no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Curitiba sob nº 442355, em 13 de fevereiro de 2007.

Ressalte-se que na concessão dos Financiamentos, a Cedente assume o risco do inadimplemento do Consumidor perante a Loja Conveniada.

#### *Valor e número de Direitos Creditórios na carteira do Fundo*

Levando-se em consideração que o Fundo, no encerramento da Oferta, terá patrimônio de até R\$ 125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de reais), desconsiderando a possibilidade de eventual distribuição do Lote Suplementar e do Lote Adicional, e que poderá aplicar até 100% de seu patrimônio em Direitos Creditórios, conclui-se que o valor presente máximo de Direitos Creditórios na carteira do Fundo será de R\$125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de reais).

Diante do exposto acima, e sabendo-se que o valor médio de cada parcela cedida, de acordo com dados da Cedente, é de aproximadamente R\$63,00, estima-se que o número máximo de Direitos Creditórios, passíveis de integrar a carteira do Fundo, será aproximadamente 1,98 milhões, considerando o valor médio informado acima.

Com relação aos Direitos Creditórios Cedidos, não há possibilidade de os mesmos virem a ser acrescidos, removidos ou substituídos. Os Direitos Creditórios Cedidos podem ser recomprados pela Cedente, observado que, se a Cedente não exercer tal faculdade e os Direitos Creditórios estiverem vencidos e não liquidados, o Patrimônio Líquido do Fundo e a Relação Mínima poderão ser afetados e o Fundo deverá iniciar os procedimentos, descritos neste Prospecto e no Regulamento, necessários para seu reenquadramento, tal como a emissão de novas Cotas Subordinadas.

### *As características históricas dos Direitos Creditórios*

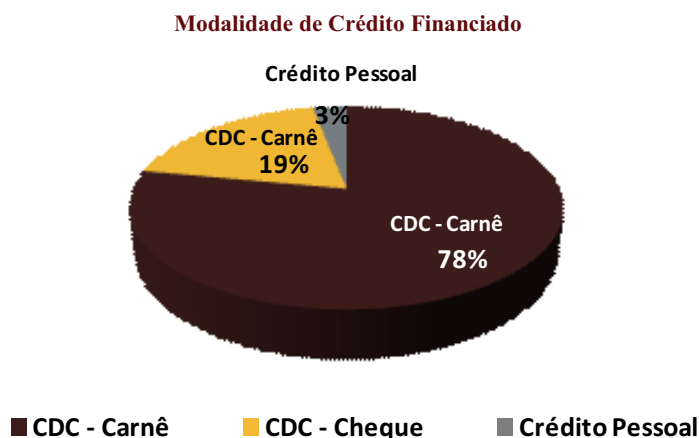
Com o objetivo de: (i) identificar os valores relativos ao perfil do Direitos Creditórios e à *performance* de pagamentos por parte dos Consumidores financiados pela Cedente; e (ii) levantar os fluxos de origem, coleta e cobrança dos Direitos Creditórios contratou-se a KPMG para analisar o comportamento histórico dos Direitos Creditórios que fazem parte da carteira de financiamentos da Cedente no período de 1º de maio de 2007 a 30 de abril de 2010. As informações detalhadas dos Direitos Creditórios encontram-se no Relatório de Revisão Especial elaborado pela KPMG, constante do Anexo V a este Prospecto

Características Históricas dos Direitos Creditórios	
Período sob Análise	01/05/07 a 30/04/10
Somatório do valor das parcelas	R\$ 658.396.551
Quantidade de Contratos	741.828
Média mensal de origem (valor presente)	R\$ 13.759.969
Média mensal de contratos originados	20.606
<i>Ticket</i> médio das operações (valor presente)	R\$ 659
Prazo médio das operações	12 meses

Fonte: Relatório de revisão da carteira elaborado pela KPMG.

### *Originação de Direitos Creditórios no Período*

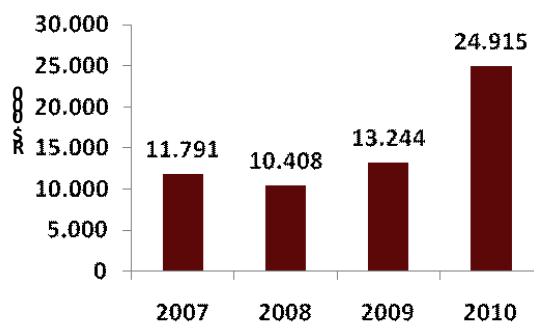
No período analisado, a Cedente concedeu Financiamentos na modalidade CDC e Crédito Pessoal que totalizaram R\$ 639.291.516,87 e R\$ 19.105.034,60, respectivamente. O CDC representa 97% da carteira de financiamentos da Cedente (desse montante 80,4% corresponde à modalidade CDC-Carnê, e 19,6% à modalidade CDC-Cheque, não elegíveis ao Fundo), enquanto o Crédito Pessoal responde por 3% da carteira.



Fonte: Relatório de revisão da carteira elaborado pela KPMG.

A média mensal de originação de CDC é de R\$ 24,9 milhões no período de janeiro a abril de 2010, representando um crescimento de 88% em relação ao mesmo período de 2009.

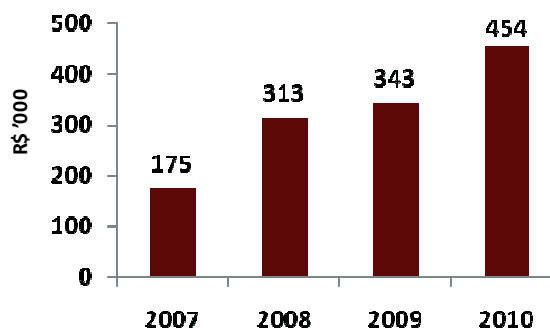
### Média Mensal de Desembolsos de CDC



Fonte: Relatório de revisão da carteira elaborado pela KPMG.

Os Financiamentos na modalidade Crédito Pessoal apresentaram média de originação mensal de aproximadamente R\$450 mil no período de janeiro a abril de 2010, um crescimento de 32% em relação ao ano de 2009.

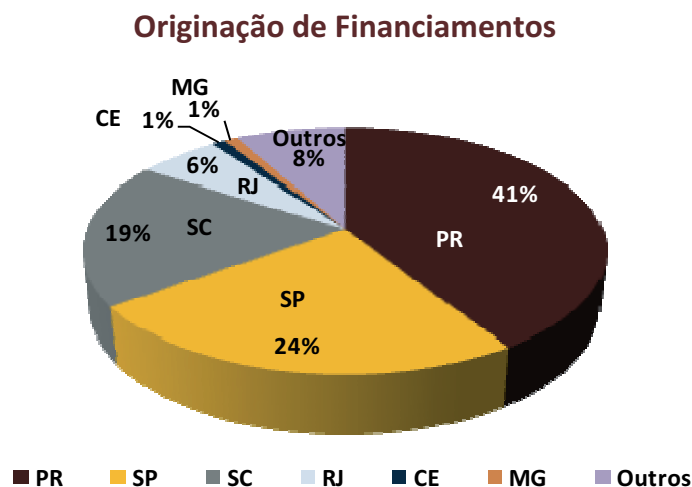
### Média Mensal de Desembolsos de CP



Fonte: Relatório de revisão da carteira elaborado pela KPMG.

### *Distribuição pelo País*

A Cedente esta presente em todo o Brasil, com concentração de suas atividades nas regiões sul e sudeste. Os estados de Paraná, São Paulo, Santa Catarina e Rio de Janeiro representam aproximadamente 90% da carteira analisada.



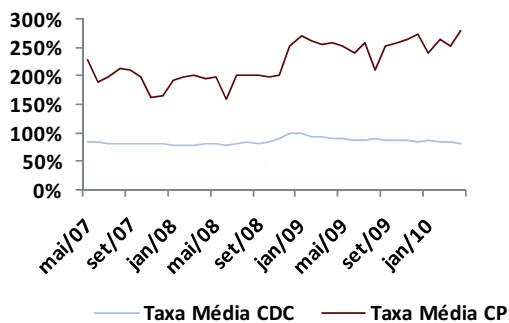
Fonte: Relatório de revisão da carteira elaborado pela KPMG.

### *Características dos Direitos Creditórios originados pela Cedente*

Com relação à taxa de juros praticada pela Cedente durante o período analisado, a variação das taxas de juros médias ao ano no CDC foi pequena, a menor taxa foi de 78,47% ao ano, verificada no mês de fevereiro de 2008, e a maior no mês de dezembro do mesmo ano, de 97,74% ao ano. A taxa de juros média do CDC ficou em aproximadamente 85% ao ano.

No caso do Crédito Pessoal, a menor taxa de juros média foi de 162,95% ao ano, em novembro de 2007 e a maior de 279,73% ao ano, em abril de 2010. A taxa de juros média no Crédito Pessoal foi de aproximadamente 228% ao ano.

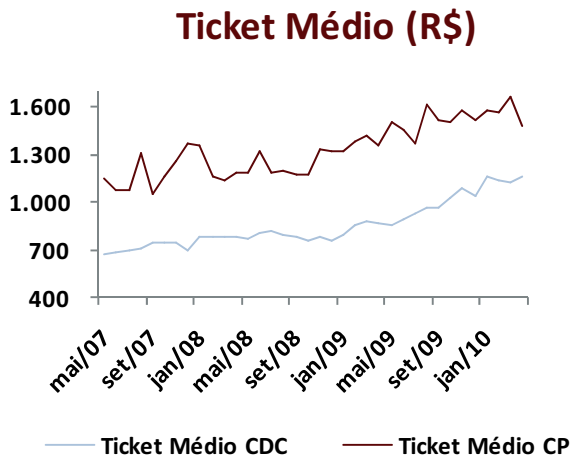
### **Taxa de Juros Média (%a.a.)**



Fonte: Relatório de revisão da carteira elaborado pela KPMG.

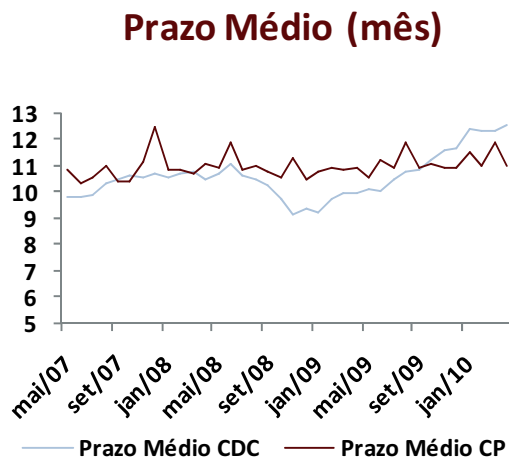


No período analisado, verificou-se um aumento do valor médio dos Financiamentos, conforme demonstrado no gráfico abaixo. O valor médio dos Financiamentos no período foi de R\$ 879 para o CDC e R\$ 1.347 para o Crédito Pessoal.



Fonte: Relatório de revisão da carteira elaborado pela KPMG.

O prazo médio dos financiamentos na modalidade Crédito Pessoal manteve-se estável em 11 meses durante o período. O CDC apresentou uma redução do prazo médio para aproximadamente 9,2 meses durante a crise financeira internacional seguido de expansão do prazo médio para 12,5 em abril de 2010. Na média do período analisado o prazo médio do CDC foi de 11 meses.



Fonte: Relatório de revisão da carteira elaborado pela KPMG.

A carteira analisada apontou a seguinte distribuição de financiamentos por número de parcelas:

<b>Quantidade de Parcelas</b>	<b>% Valor Financiado</b>
1 a 5	16,71%
6	8,36%
7 a 11	23,34%
12	28,95%
Acima de 12	22,64%

Fonte: Relatório de revisão da carteira elaborado pela KPMG.

#### *Concentração por Lojas Conveniadas*

A força comercial da Cedente esta pulverizada nas Lojas Conveniadas. Dessa forma, ao se analisar os maiores originadores dos Financiamentos que geraram os Direitos Creditórios no período analisado, nota-se que no caso do CDC, as 10 principais lojas concentraram 48,4% do somatório do valor liberado no período analisado. Os demais 2.673 pontos cadastrados que realizaram operações corresponderam a 51,6% do somatório do valor liberado.

No caso do Crédito Pessoal, devido às características do produto, um menor número de lojistas apresenta operações realizadas. Nestas, as 10 principais concentram 99,5% do somatório do valor liberado, sendo que as outras 18 Lojas Conveniadas responderam pelo restante.

Em novembro de 2009, a Negresco dobrou sua origem mensal de CDC através da expansão do lojista Comercial Zena Móveis Sociedade Ltda. (Lojas Marabraz), no Estado de São Paulo. Uma parte razoável da origem mensal de CDC está concentrada entre três lojistas de móveis. No primeiro semestre de 2010, as Lojas Marabraz, Mercadomóveis Ltda. (MM) e Valdar Móveis Ltda. (Valdar) representaram 52,0%, 8,0% e 2,0%, respectivamente, da origem de CDC. O restante é pulverizado entre mais de 2.500 lojistas, com representatividade individual inferior a 1,0%.

#### *Concentração por Devedor*

Não há concentração de Devedores na carteira de Financiamentos da Cedente. O Devedor que celebrou a maior quantidade de Financiamentos com a Cedente representa menos de 0,1% do total dos Financiamentos. Da mesma forma, a carteira de Financiamentos da Cedente é bastante pulverizada. O valor médio (i) devido por cada Devedor é cerca de R\$957,00; e (ii) de cada Financiamento é cerca de R\$930,00.

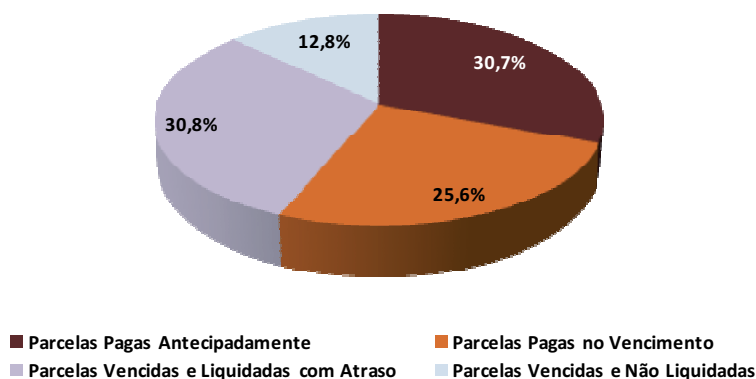
#### Inadimplementos, perdas e pré-pagamentos dos Direitos Creditórios

Para análise dos inadimplementos, perdas e pré-pagamentos dos Direitos Creditórios foi utilizada, complementarmente à base de dados descrita em “*As características históricas dos Direitos Creditórios*” uma base de dados adicional. Isso se deve ao fato de a base de dados utilizada para a análise das características e do

perfil dos Direitos Creditórios não conter os Financiamentos já lançados a prejuízo pela Cedente e ainda aqueles cedidos para a empresa do grupo da Cedente, a Negresco Fomento Ltda. A fim de realizar a análise de performance e demonstrar uma situação real da carteira de recebíveis, foi disponibilizada à KPMG esta base de dados adicional. Cabe ressaltar que a base de dados utilizada para a realização das análises de perfil da carteira é representativa (88%) com relação a base disponibilizada para a realização das análises de performance, que compreende toda a carteira de recebíveis da Cedente (ativa, prejuízo e carteira cedida a Negresco Fomento Ltda.).

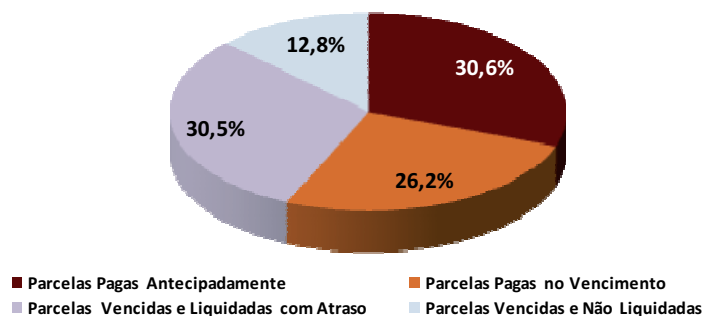
Para a análise da performance de pagamento, foi verificada a situação das parcelas vencidas dos créditos concedidos entre 1º de maio de 2007, e 30 de abril de 2010. As parcelas foram classificadas em: pagas antecipadamente, liquidadas no vencimento, vencidas e liquidadas com atraso, e vencidas e não liquidadas (*Aging List*). A classificação “vencidas e não liquidadas” refere-se à situação da parcela, caso, na data-base de 30 de abril de 2010, ela esteja vencida não paga, não importando o número de dias em que ela se encontra em atraso. Parcelas que vencem posteriormente a este período, e descontos concedidos pela cedente foram eliminados da amostra para consolidação das percentagens descritas abaixo. As informações consolidadas relativas às características acima expostas encontram-se a seguir:

### ***Aging List Consolidado***



Constatou-se que 87,2% das parcelas dos CDC foram liquidadas enquanto as parcelas vencidas e não liquidadas representam 12,8% das parcelas.

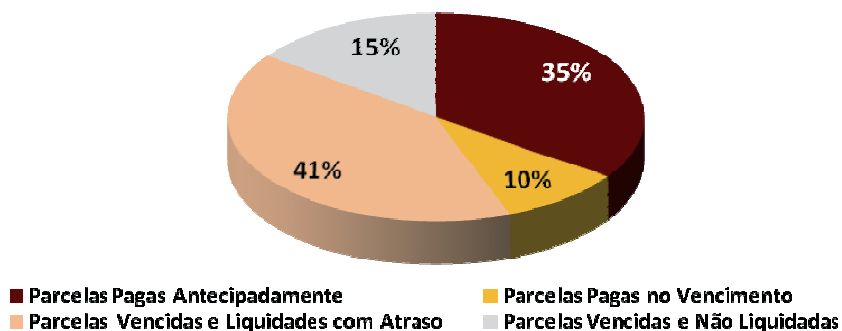
### ***Aging List CDC***



Fonte: Relatório de revisão da carteira elaborado pela KPMG.

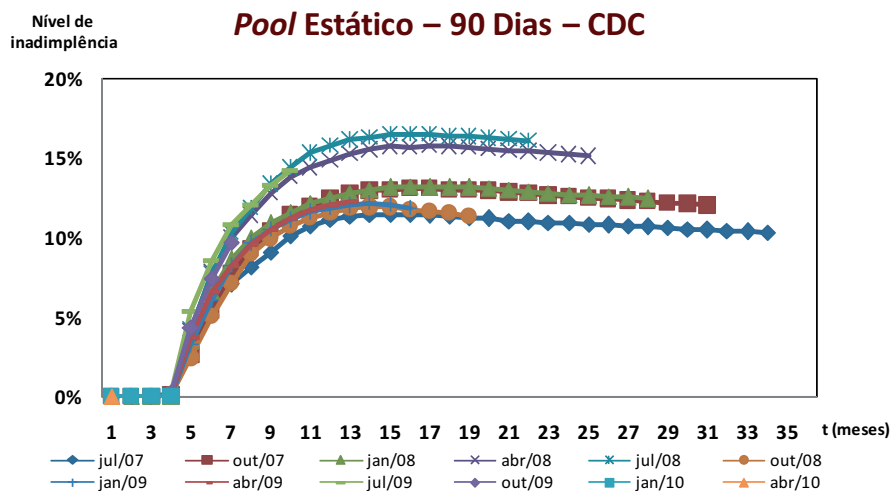
Para os Créditos Pessoais, constatou-se que 84,9% das parcelas foram liquidadas enquanto as parcelas vencidas e não liquidadas representam 15,1% das parcelas.

### ***Aging List CP***

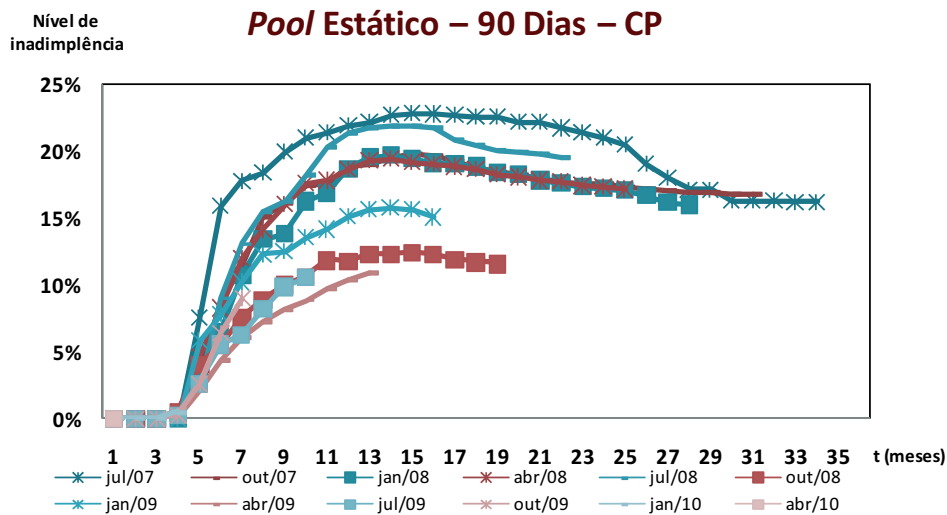


Fonte: Relatório de revisão da carteira elaborado pela KPMG.

O comportamento dos pagamentos por safra de originação dos contratos de Financiamento foi analisado através do *pool* estático dos contratos de financiamento. Nessa análise, verificou-se a distribuição dos volumes financeiros não liquidados com atrasos superiores a 60, 90 e 180 dias durante todo o período analisado. Esses dados foram organizados de acordo com o mês da concessão do crédito, de modo que se pode analisar a evolução da inadimplência ao longo do tempo de duas maneiras: conforme o vencimento das parcelas, e conforme o momento no tempo em que foram concedidos os créditos. Os percentuais médios de inadimplência com atrasos superiores a 90 dias de safras com intervalos de 3 meses são apresentados nas figuras abaixo. Estas análises podem ser obtidas em sua íntegra no relatório de revisão especial da carteira disponível no Anexo V a este Prospecto.



Fonte: Relatório de revisão da carteira elaborado pela KPMG.



#### *Impactos gerados pelos inadimplementos e perdas ao Fundo*

Os inadimplementos e perdas dos Financiamentos que originaram os Direitos Creditórios Cedidos podem impactar de forma adversa o Fundo, na medida em que os inadimplementos e as perdas não são objeto de coobrigação da Cedente.

A Agência Classificadora de Risco fez testes de estresse de inadimplência, perdas e variação da taxa de juros sobre o cenário base. Foi utilizando um múltiplo de 3,35 vezes sobre a curva de perda média ponderada, equivalente a 15%, suportando um cenário de estresse de aproximadamente 50% de perda. Com base na análise do fluxo de caixa, o reforço de crédito presente na estrutura suporta o estresse de 50%. Para maiores informações ver o Anexo II “Relatório de Classificação de Risco”.

#### *Processo de origem*

A origem dos Financiamentos junto aos Consumidores ocorre por meio da atuação das Lojas Conveniadas, as quais oferecem aos seus clientes, no momento em que esses vão efetuar a aquisição de algum produto ou serviço, a possibilidade de financiá-los ou ainda a de obter um empréstimo pessoal junto à Cedente.

As Lojas Conveniadas dispõem de fichas cadastrais padronizadas para o preenchimento com as informações e referências pessoais, profissionais e comerciais dos clientes interessados em contratar qualquer modalidade de Financiamento.

As Lojas Conveniadas são responsáveis por preencher corretamente as fichas cadastrais, verificar a veracidade dos dados cadastrais informados e apresentados pelos clientes, bem como por informar adequadamente ao cliente as condições do Financiamento.

Uma vez preenchida, a ficha cadastral é imediatamente encaminhada à Cedente por meio físico, via mensageiro, ou por qualquer meio eletrônico, sendo que, na maioria dos casos, o encaminhamento é realizado através do sistema eletrônico padrão da Cedente.

Recebida a ficha cadastral do cliente, a Cedente inicia o procedimento de análise de crédito, que consiste em: (i) consultar as referências pessoais do cliente; (ii) analisar os dados e informações constantes da ficha cadastral; (iii) verificar o vínculo empregatício do cliente, se aplicável; (iv) consultar os órgãos de proteção ao crédito, notadamente o SPC; e (v) efetuar as consultas internas ao eventual histórico de pagamento do cliente em relação à Cedente.

### **Política de Concessão de Crédito**

Sem prejuízos de outros requisitos existentes, os seguintes critérios constituem pré-requisitos mínimos para que o cliente esteja apto a obter concessão de Financiamento junto à Cedente:

- i) o valor do Financiamento deve observar o limite de comprometimento da renda líquida do cliente, estabelecido no manual de regras da Cedente, até o limite máximo de 50%, conforme a modalidade de financiamento contratada e status do cadastro do cliente, sendo que o limite máximo de 50% aplica-se à modalidade CDC cheque, não elegível de cessão ao Fundo, concedido a cliente já cadastrado perante a Cedente e cujo pagamento tenha sido dividido em, no máximo, 3 parcelas;
- ii) não possuir registro positivo no SPC;
- iii) não ser estudante, estagiário, funcionário temporário, nem estar desempregado ou recebendo seguro desemprego; e
- iv) não ter sua renda comprometida em outro estabelecimento, nem possuir outros financiamentos ou empréstimos cujas prestações estejam atrasadas perante a Cedente.

Os requisitos para a concessão de CDC incluem: (i) possuir renda mensal mínima de 1 salário mínimo, (ii) ter idade mínima de 18 anos, (iii) fornecer preferencialmente três telefones diferentes (residencial, comercial e de referência pessoa), (iv) possuir conta corrente há um ano (para compra através de cheques). E os requisitos para a concessão de Crédito Pessoal incluem: (i) somente será concedido para assalariados, aposentados, pensionistas e proprietários de empresa com renda comprovada, (ii) ter idade mínima de 21 anos, (iii) o valor máximo da prestação não deve exceder 15% da renda líquida efetiva do cliente, (iv) estabilidade mínima de um ano no atual emprego, e (v) residir há no mínimo um ano no mesmo endereço.

As peculiaridades que impeçam a aprovação do crédito mediante a aplicação dos pré-requisitos acima podem, eventualmente, ser analisadas por alçadas superiores, que têm poderes para decidir pela concessão do Financiamento, se assim entenderem conveniente.

Aprovada a concessão do Financiamento e permanecendo o interesse do cliente em realizá-lo, a Loja Conveniada responsável pela operação recolhe a assinatura do cliente no termo de adesão, atesta a autenticidade

das assinaturas mediante conferência e confronto com a documentação original apresentada e libera o crédito ao cliente.

Para operações de crédito pessoal, a entrega do crédito se dá por meio de depósito na conta corrente do cliente, por meio da atribuição de cheque à vista nominal cruzado ou através da entrega de dinheiro em espécie, pela Loja Conveniada, ao cliente. Neste caso, o cliente outorga procuração à Loja Conveniada para que esta receba diretamente da Cedente o valor que tenha sido adiantado ao cliente.

A Loja Conveniada envia à Cedente o termo de adesão devidamente assinado e o borderô com o movimento dos Financiamentos celebrados ao longo de um Dia Útil. Como regra geral, até o fim do terceiro dia útil subsequente ao recebimento de referida documentação, a Cedente paga à Loja Conveniada, nos termos do que constar no borderô: (i) o valor dos bens financiados pelos clientes; e (ii) o montante de crédito pessoal adiantado pelas Lojas Conveniadas aos clientes.

A Cedente comunicará à Instituição Administradora e ao Custodiante, por escrito, em até 5 Dias Úteis eventual alteração da política de concessão de crédito da Cedente, na forma prevista no Regulamento do Fundo.

### **Cobrança dos Direitos Creditórios**

Existem duas modalidades de Financiamento, CDC e Crédito Pessoal. Adicionalmente, existem duas formas para pagamento ordinário dos Financiamentos: (i) depósito de cheques pré-datados entregues pelo Consumidor previamente à concessão do Financiamento, que não são passíveis de aquisição pelo Fundo; e (ii) pagamento, pelo Consumidor, dos boletos bancários.

Tanto os Direitos Creditórios Iniciais e quanto os Novos Direitos Creditórios são originados dos Financiamentos, de acordo com a mesma política de concessão de crédito descrita no Regulamento e neste Prospecto. No entanto, os Direitos Creditórios Iniciais e os Novos Direitos Creditórios possuem procedimentos de cobrança diferenciados, conforme os itens (i) e (ii) abaixo.

- i) As etapas da cobrança ordinária dos Direitos Creditórios Iniciais são a seguir descritas:
  - a) até a data de vencimento, os boletos de pagamento referentes aos Direitos Creditórios Iniciais Cedidos poderão ser pagos em instituições financeiras, nos Correspondentes Bancários ou Lojas Conveniadas, sendo que (1) os pagamentos efetuados em instituições financeiras ou nos Correspondentes Bancários serão creditados em contas de depósito de titularidade da Cedente junto ao Agente de Recebimento Inicial, o qual, em até 1 Dia Útil, transferirá referidos recursos para a Conta Transitória; e (2) os pagamentos efetuados nas Lojas Conveniadas serão diretamente creditados na Conta Transitória;
  - b) após a data de vencimento, os boletos de pagamento referentes aos Direitos Creditórios Iniciais Cedidos somente poderão ser pagos nas agências do Agente de Recebimento Inicial, nos Correspondentes Bancários e nas Lojas Conveniadas. Os pagamentos efetuados nas agências do Agente de Recebimento Inicial ou nos Correspondentes Bancários serão creditados em

conta corrente de titularidade da Cedente mantida junto ao Agente de Recebimento Inicial, o qual, em até 1 Dia Útil, transferirá referidos recursos para a Conta Transitória. Já os pagamentos efetuados nas Lojas Conveniadas serão creditados diretamente na Conta Transitória;

- c) o Agente de Recebimento Inicial deverá informar à Cedente sobre os recursos recebidos em contas correntes de titularidade da Cedente mantidas junto ao Agente de Recebimento Inicial, na mesma data em que tais recursos forem recebidos e transferidos para a Conta Transitória; e
  - d) em até 1 Dia Útil do crédito dos recursos referentes aos Direitos Creditórios Iniciais na Conta Transitória, tanto pela transferência de recursos pelo Agente de Recebimento Inicial, quanto pelo crédito efetuado diretamente na Conta Transitória, a Cedente deverá informar ao Custodiante e à Instituição Administradora a quais Direitos Creditórios Iniciais se referem os referidos recursos. O Custodiante, por sua vez, deverá fazer a conciliação das informações prestadas pela Cedente e a Lista de Direitos Creditórios e, no mesmo Dia Útil do recebimento das informações, transferir (1) os recursos da Conta Transitória correspondentes ao pagamento dos Direitos Creditórios Iniciais Cedidos para a conta corrente de titularidade do Fundo; e (2) os recursos restantes na Conta Transitória para uma conta corrente de titularidade da Cedente.
- ii) As etapas da cobrança ordinária dos Novos Direitos Creditórios são a seguir descritas:
- a) até a data de vencimento, os boletos de pagamento referentes aos Novos Direitos Creditórios Cedidos serão cobrados por meio do serviço de cobrança registrada do Novo Agente de Recebimento e poderão ser pagos em qualquer instituição financeira, nos Correspondentes Bancários ou nas Lojas Conveniadas, sendo que (1) os pagamentos referentes aos Novos Direitos Creditórios Cedidos efetuados em instituições financeiras ou nos Correspondentes Bancários serão diretamente creditados na conta corrente de titularidade do Fundo; e (2) os pagamentos efetuados nas Lojas Conveniadas serão diretamente creditados na Conta Transitória;
  - b) após a data de vencimento, os boletos de pagamento referentes aos Novos Direitos Creditórios Cedidos somente poderão ser pagos nas agências do Novo Agente de Recebimento, nos Correspondentes Bancários ou nas Lojas Conveniadas. Os pagamentos referentes aos Novos Direitos Creditórios Cedidos efetuados nas agências do Novo Agente de Recebimento serão diretamente creditados na conta corrente de titularidade do Fundo. Já os pagamentos efetuados nas Lojas Conveniadas serão diretamente creditados na Conta Transitória;
  - c) em até 1 Dia Útil do crédito dos recursos referentes aos Novos Direitos Creditórios na Conta Transitória, a Cedente deverá informar ao Custodiante e à Instituição Administradora a quais Novos Direitos Creditórios referem-se os referidos recursos. O Custodiante, por sua vez, deverá fazer a conciliação das informações prestadas pela Cedente e a Lista de Direitos Creditórios e, em até 1 Dia Útil, transferir (1) os recursos da Conta Transitória correspondentes ao pagamento dos Novos Direitos Creditórios Cedidos para a conta corrente



de titularidade do Fundo; e (2) os recursos restantes na Conta Transitória para uma conta corrente de titularidade da Cedente.

O processo de cobrança extrajudicial dos Direitos Creditórios Cedidos inadimplidos será conduzido pelo Agente de Cobrança. O Agente de Cobrança deverá observar os seguintes procedimentos:

- i) a partir do 3º Dia Útil, inclusive, de atraso no pagamento de parcela do Financiamento, o Devedor deve ser contatado por telefone por funcionários do Agente de Cobrança, que efetuarão a cobrança extrajudicial da dívida;
- ii) por volta do 12º dia contado do atraso no pagamento de Direito Creditório, é enviada correspondência ao Devedor cobrando o valor inadimplido;
- iii) por volta do 22º dia contado da data de vencimento, o Agente de Cobrança deverá notificar o SPC sobre o inadimplemento;
- iv) se, apesar das providências acima descritas, o Devedor permanecer em atraso, por volta do 32º dia contado da data de vencimento, deverá ser efetuada a negativação do Devedor junto ao SPC;
- v) por volta do 36º dia contados da inadimplência, a cobrança deverá ser transferida para escritórios de cobrança especializados com atuação no Município em que o respectivo Devedor tenha domicílio. Os escritórios de cobrança atuam em nome do Agente de Cobrança, que permanece responsável pela atividade de cobrança perante o Fundo;
- vi) é permitido ao escritório de cobrança contratado, referido no item “v” acima, a concessão de abatimentos, nos termos da política de cobrança da Cedente e do Agente de Cobrança; e
- vii) em alguns casos específicos, poderá se dar início à ação de execução judicial da dívida, sem prejuízo à continuidade dos procedimentos de cobrança extrajudicial.

Para a cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos, o Agente de Cobrança se compromete a utilizar exatamente os mesmos critérios que utiliza para cobrar os Direitos Creditórios que sejam de titularidade da Cedente. Adicionalmente, o Agente de Cobrança é responsável por arrecadar os valores cobrados. Caso ocorra a renegociação dos Direitos Creditórios o Agente de Cobrança emitirá novos boletos bancários a serem pagos diretamente em conta corrente de titularidade do Fundo, fará a reconciliação desses Direitos Creditórios e preparará um arquivo de baixa de Direitos Creditórios Cedidos cobrados a ser enviado diariamente ao Custodiante.

Após o prazo limite estipulado para a comunicação extrajudicial, o processo de cobrança passará para o estágio Judicial, estágio em que será providenciada a ação de busca e apreensão do bem financiado ou de execução da quantia devida.

A ação judicial poderá ser efetuada por advogados próprios ou por escritório de advocacia/advogado contratado, mediante contrato firmado entre as partes.

Todos os contratos enviados a escritórios/advogados terceirizados deverão ser registrados no sistema para controle pela área de cobrança da Cedente.

Em posse das informações sobre quais Direitos Creditórios Cedidos cobrados foram pagos pelos Consumidores e devidamente transferidos ao Fundo, no mesmo Dia Útil do recebimento de tais valores, o Custodiante efetuará a baixa contábil destes Direitos Creditórios Cedidos da carteira do Fundo.

### **Remoção, acréscimo ou substituição dos Direitos Creditórios**

A Cedente tem a faculdade de recomprar os Direitos Creditórios Cedidos originados por Financiamentos que venham a ser renegociados, ou que tenham quaisquer prestações vencidas e não pagas e o Fundo tem a faculdade de vendê-los, mediante o pagamento à vista, pela Cedente ao Fundo, desde que o valor da venda não seja inferior ao valor contabilizado na carteira do Fundo, do respectivo Direito Creditório. A recompra deverá contemplar todas as parcelas cedidas ao Fundo de um mesmo contrato, não sendo possível, portanto, a recompra parcial de Direitos Creditórios oriundos de um mesmo Financiamento.

Em caso de renegociação de um Direito Creditório Cedido e adimplido, cujas características a Cedente, por questões comerciais, tenha interesse em alterar, a Cedente poderá exercer previamente a faculdade de recompra deste, nos termos desta seção.

Se o Fundo e a Cedente decidirem pela recompra de Direitos Creditórios Cedidos, o preço da recompra, nos termos acima definidos, será submetido pela Instituição Administradora à Cedente, mediante o envio do Termo de Cessão, cujo modelo integra o Contrato de Cessão. A Cedente, caso concorde com o preço da recompra, deverá, em até 1 Dia Útil a contar da data de recebimento do Termo de Cessão, (i) assinar 2 vias do Termo de Cessão e enviar uma delas, por meio eletrônico, à Instituição Administradora, com cópia para o Custodiante; e (ii) efetuar o pagamento do preço de recompra do Direito Creditório.

O pagamento do valor da recompra deverá ser feito à vista, em moeda corrente nacional, mediante crédito em conta corrente de titularidade do Fundo, a ser indicada pela Instituição Administradora.

Em até 5 Dias Úteis contados do pagamento da recompra, o Fundo deverá transferir à Cedente todos os documentos relativos aos Direitos Creditórios readquiridos que estiverem em sua posse.

Observadas as condições constantes dos itens acima, a Cedente e quaisquer outras empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico da Cedente disporão sempre de preferência na aquisição de quaisquer Direitos Creditórios Cedidos objeto de venda pelo Fundo.

Ressalte-se que não existe a possibilidade de substituição dos Direitos Creditórios.

**Existência de outros fundos de investimento em direitos creditórios e preferência na aquisição de Direitos Creditórios**

A Cedente também aliena Direitos Creditórios a outro fundo registrado na CVM, a saber, o “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros Credipar I”. Durante o início das atividades do Fundo, a Cedente estima que, do total de Direitos Creditórios originados pela Cedente, aproximadamente 15% serão cedidos ao “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros Credipar I” e 60% serão cedidos ao Fundo.

Os riscos relacionados à existência de outros fundos de investimento em direitos creditórios e à preferência na aquisição de Direitos Creditórios constam descritos no item “Fatores de Risco – Riscos específicos – Outros riscos – Existência de outros fundos de investimento em direitos creditórios”.

## **PRESTADORES DE SERVIÇOS**

### **Instituição Administradora**

#### *Histórico*

A BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. “BEM” pertencia ao Banco do Estado do Maranhão, tendo sido adquirida pelo Banco Bradesco S.A. em 12 de fevereiro de 2004, passando, desde então, a contar com o corpo profissional, parque tecnológico e infra-estrutura do Bradesco.

A BEM na qualidade de Instituição Administradora, observadas as limitações estabelecidas nesta seção e nas demais disposições legais e regulamentares pertinentes, deverá administrar o Fundo cumprindo suas obrigações com a diligência e correção de todo homem ativo e probo deve empregar na condução de seus próprios negócios, praticando todos os seus atos com a estrita observância (i) da lei, das normas regulamentares, em especial as da CVM, do Regulamento e das deliberações da Assembleia Geral; (ii) na aquisição dos Direitos Creditórios, do estabelecido no Contrato de Cessão; e (iii) dos deveres de diligência, lealdade, informação aos Cotistas e salvaguarda da integridade dos direitos destes. Os deveres e obrigações da Instituição Administradora encontram-se detalhados no Regulamento.

#### *Obrigações, vedações e responsabilidades da Instituição Administradora*

A Instituição Administradora, observadas as limitações estabelecidas no Regulamento e nas demais disposições legais e regulamentares pertinentes, tem amplos e gerais poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo e para exercer os direitos inerentes aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo.

Incluem-se entre as obrigações da Instituição Administradora:

- i) manter atualizados e em perfeita ordem:
  - a) a documentação relativa às operações do Fundo;
  - b) o registro dos condôminos;
  - c) o livro de atas de assembleias gerais;
  - d) o livro de presença de condôminos;
  - e) os demonstrativos trimestrais de que trata o artigo 8º, § 4º, da Instrução CVM nº 356/01;
  - f) o registro de todos os fatos contábeis referentes ao Fundo; e
  - g) os relatórios do auditor independente;

- iii) receber quaisquer rendimentos ou valores do Fundo diretamente ou por meio de instituição contratada;
- iv) entregar ao Cotista, gratuitamente, exemplar do Regulamento, bem como cientificá-lo do nome do periódico utilizado para divulgação de informações e da taxa de administração praticada;
- v) divulgar no periódico utilizado para divulgação de informações e manter disponíveis em sua sede e agência(s) e nas instituições que coloquem Cotas desse, o valor do Patrimônio Líquido, o valor das Cotas de cada classe, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, a relação entre o Patrimônio Líquido e o valor das Cotas Seniores, e os relatórios da Agência Classificadora de Risco;
- vi) divulgar todas as informações exigidas pela regulamentação pertinente e pelo Regulamento;
- vii) custear as despesas de propaganda do Fundo;
- viii) fornecer anualmente aos Cotistas documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de Cotas de sua propriedade e respectivo valor;
- ix) sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras, previstas na Instrução CVM nº 356/01, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre a Instituição Administradora e o Fundo;
- x) providenciar trimestralmente, no mínimo, a atualização da classificação de risco relativa à(s) classe(s) de Cotas e Séries de emissão do Fundo destinada(s) à colocação pública; e
- xi) no caso de pedido ou decretação de recuperação judicial ou extrajudicial, falência, intervenção ou liquidação extrajudicial, ou ainda de regimes similares dos Agentes de Recebimento ou do Custodiante, os quais mantêm contas correntes nas quais transitam Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, tomar as providências necessárias para o direcionamento do fluxo de recursos relacionados aos Direitos Creditórios Cedidos que transitam na conta mantida junto aos Agentes de Recebimento ou Custodiante, conforme o caso, para contas de titularidade do Fundo em outras instituições, no prazo de 5 Dias Úteis contados da data em que tomar ciência de tal fato.

A divulgação das informações previstas no item (v) acima pode ser providenciada por meio de entidades de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, desde que realizada em periódicos de ampla veiculação e desde que observada a responsabilidade da Instituição Administradora pela regularidade na prestação das informações. Tais informações também serão disponibilizadas aos Cotistas no sítio eletrônico da Instituição Administradora na rede mundial de computadores.

É vedado à Instituição Administradora:

- i) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações praticadas pelo Fundo, inclusive quando se tratar de garantias prestadas às operações realizadas em mercados de derivativos;
- ii) utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações praticadas pelo Fundo; e
- iii) efetuar aportes de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de cotas deste.

As vedações acima descritas abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras da Instituição Administradora, das sociedades por elas direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou coobrigação dessas. Excetuam-se destas vedações os títulos de emissão do Tesouro Nacional, os títulos de emissão do Banco Central do Brasil e os créditos securitizados pelo Tesouro Nacional, integrantes da carteira do Fundo.

É vedado à Instituição Administradora, em nome do Fundo:

- i) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma, exceto quando se tratar de margens de garantia em operações realizadas em mercados de derivativos;
- ii) realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento não previstos no Regulamento e nas demais disposições legais e regulamentares pertinentes;
- iii) aplicar recursos diretamente no exterior;
- iv) adquirir Cotas do próprio Fundo;
- v) pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão do descumprimento de normas previstas no Regulamento e nas demais disposições legais e regulamentares pertinentes;
- vi) vender Cotas a prestação;
- vii) vender Cotas a instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil cedentes de direitos creditórios, exceto quando se tratar de cotas cuja classe se subordine às demais para efeito de resgate;
- viii) prometer rendimento predeterminado aos Cotistas;

- ix) fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;
- x) delegar poderes de gestão da carteira desse, ressalvado o disposto na seção “Prestadores de serviço - Instituição Administradora - Contratação de terceiros prestadores de serviço” abaixo;
- xi) obter ou conceder empréstimos, admitindo-se a constituição de créditos e a assunção de responsabilidade por débitos em decorrência de operações realizadas em mercados de derivativos; e
- xii) efetuar locação, empréstimo, penhor ou caução dos direitos e demais ativos integrantes da carteira do Fundo, exceto quando se tratar de sua utilização como margem de garantia nas operações realizadas em mercados de derivativos.

#### *Contratação de terceiros prestadores de serviço*

A Instituição Administradora pode, sem prejuízo de sua responsabilidade e do diretor ou sócio-gerente designado, contratar serviços de:

- i) consultoria especializada, objetivando a análise e seleção de Direitos Creditórios e demais ativos para integrarem a carteira do Fundo;
- ii) gestão da carteira do Fundo com terceiros devidamente identificados; e
- iii) custódia.

A Gestora foi contratada para prestar os serviços de gestão da carteira de Ativos Financeiros do Fundo e deverá receber remuneração a ser deduzida da taxa de administração conforme previsto no Contrato de Gestão, celebrado entre a Instituição Administradora e a Gestora.

A Instituição Administradora pode, a qualquer tempo, contratar outra instituição credenciada pela CVM para prestação dos serviços de custódia, controladoria e escrituração de Cotas, agindo sempre no interesse dos Cotistas, e desde que aprovado pela Assembléia Geral.

A Instituição Administradora, em nome do Fundo, contratou o Auditor para a realização da auditoria anual das demonstrações financeiras do Fundo. Caso deseje substituí-lo, fica a Instituição Administradora desde já autorizada a contratar as seguintes empresas de auditoria sem necessidade de prévia aprovação da Assembléia Geral: (i) KPMG Auditores Independentes; (ii) PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes; (iii) Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; ou (iv) Ernst & Young.

#### *Remuneração da Instituição Administradora*

A Instituição Administradora receberá, no 5º Dia Útil do mês subsequente, remuneração correspondente a (i) 0,40% do montante de Patrimônio Líquido, respeitado o valor mínimo mensal de R\$19.500,00; e (ii) R\$1.666,67, pela prestação de serviços de administração, custódia, controladoria e escrituração de Cotas do Fundo. A referida remuneração será calculada e provisionada diariamente, a partir da primeira integralização de Cotas, conforme a seguinte fórmula:

$$\text{Taxa de Administração} = \frac{0,40\%}{252} \times \text{Patrimônio Líquido}_{D-1}$$

A Instituição Administradora pode estabelecer que parcelas da taxa de administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da taxa de administração acima fixada.

Não poderão ser cobradas do Cotista quaisquer outras taxas, tais como taxa de performance, taxa de ingresso e/ou saída.

#### *Substituição da Instituição Administradora*

A Instituição Administradora poderá ser substituída a qualquer tempo pelos Cotistas reunidos em Assembléia Geral, conforme disposto neste Regulamento, sem qualquer multa ou penalidade de qualquer natureza para o Fundo.

A Instituição Administradora, por meio de carta com aviso de recebimento ou correio eletrônico endereçada a cada cotista ou mediante publicação de anúncio no Periódico utilizado para divulgação das informações do Fundo, pode renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, Assembléia Geral a ser realizada no prazo máximo de 20 dias, a qual deverá deliberar sobre sua substituição.

A Instituição Administradora deverá dar início à liquidação do Fundo nas seguintes hipóteses: (i) os Cotistas reunidos na Assembléia Geral, convocada nos termos acima descritos, por qualquer motivo, não aprovarem instituição sucessora; (ii) não realização da Assembléia Geral referida acima, por falta de quórum em segunda convocação; ou (iii) caso a nova instituição administradora nomeada conforme abaixo não substitua a Instituição Administradora dentro do prazo estabelecido.

Na hipótese de deliberação por substituição da Instituição Administradora em Assembléia Geral, seja ou não decorrente de renúncia expressa, a Instituição Administradora continuará obrigada a prestar os serviços de administração do Fundo até que a nova instituição venha a lhe substituir, o que deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 60 dias, contados da data da referida renúncia ou de deliberação por sua substituição, conforme o caso.

Caso a nova instituição administradora nomeada nos termos do item acima não substitua a Instituição Administradora dentro do prazo estabelecido, a Instituição Administradora procederá a liquidação do Fundo.



Nas hipóteses de substituição da Instituição Administradora e de liquidação do Fundo aplicam-se, no que couber, as normas em vigor sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil da própria Instituição Administradora.

## **Coordenador Líder**

### *Histórico*

O Banif Banco de Investimento (Brasil) S.A. é um banco de investimento internacional que atende clientes institucionais, corporativos, governos e pessoas físicas. O banco integra o Grupo Banif, um conglomerado financeiro com sede em Portugal, com ações negociadas na Euronext. O Grupo Banif possui diversas empresas atuando no setor financeiro, de seguros e imobiliário, e é apoiado por uma vasta rede de distribuição, tendo presença em diversos países como Portugal, Brasil, Estados Unidos da América, Canadá, Venezuela, África do Sul, Inglaterra, México, Ilhas Cayman, Argentina, Bahamas e Espanha. Com 518 agências/pontos de venda, mais de 1.000.000 de clientes e cerca de 4.144 funcionários, o Grupo Banif possui total de ativos superiores a R\$38.000.000.000,00, aproximadamente R\$12.000.000.000,00 de ativos de terceiros sob gestão, e patrimônio líquido acima de R\$2.600.000.000,00. O Grupo Banif é líder do mercado financeiro na Região Autônoma da Madeira e na Região Autônoma dos Açores, com uma forte presença em Portugal Continental, tanto na área de banco comercial como na área de banco de investimento.

O Grupo Banif está presente no Brasil desde 1996, quando instalou, autorizado pelo BACEN, seu escritório de representação. Em 1999, sua presença foi consolidada com a aquisição do Banco Primus, constituído em 1986. Suas principais áreas de atuação são: gestão de recursos de terceiros por meio da Banif Nitor; corretagem de valores por meio da Banif Corretora, no Brasil, da Banif Securities Inc., em Nova Iorque e do Banif Banco de Investimento S.A., em Lisboa; emissão e negociação de títulos de renda fixa e variável nos mercados de capitais local e internacional; derivativos e gestão de risco; securitização de ativos; *project finance*; *corporate finance*; estruturação de operações no mercado imobiliário; *private equity*; *private bank* e *home broker*, por meio da BanifInvest.

Em 2006, entre as operações coordenadas pelo Banif destacam-se a 4ª emissão de debêntures da COPEL - Companhia Paranaense de Energia, no valor total de R\$600.000.000,00, a distribuição de Certificados de Recebíveis Imobiliários lastreados em recebíveis cedidos pela Petrobras Distribuidora S.A., no valor de R\$73.600.000,00, a emissão de Notas Promissórias e Cédulas de Crédito Bancário de Furnas Centrais Elétricas S.A., no valor total de R\$350.000.000,00 e R\$112.600.000,00, respectivamente, e a distribuição de debêntures do BNDESPAR, no valor total de R\$500.000.000,00. O Distribuidor Líder também atuou na distribuição de cotas do FIP Banif Primus Real Estate, no valor de R\$50.000.000,00, e nos Certificados de Recebíveis Imobiliários da Beta Securitizadora S.A. de R\$7.130.000,00 e R\$2.424.000,00.

Em 2007, o Banif participou da distribuição da 3ª emissão pública de debêntures de BNDESPAR, no valor total de R\$1.350.000.000,00 e da oferta pública de ações do Banco do Brasil S.A., no valor de R\$3.000.000.000,00, além de ter coordenado a oferta pública para aquisição de ações representativas de controle da João Fortes Engenharia S.A., totalizando R\$56.275.966,80. O Banif também atuou como administrador e

distribuidor do Fundo de Investimento em Participações - FIP Amazônia Energia, acionista da Madeira Energia S.A. - MESA, sociedade de propósito específico, constituída para a construção e exploração da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio, no Rio Madeira.

Em 2008, o Banif participou como Coordenador das seguintes emissões de debêntures: (i) Primeira Oferta Pública de Distribuição de Debêntures Simples da Unidas S.A., no valor total de R\$250.000.000,00, (ii) Distribuição Pública de Debêntures Simples da 1ª Emissão da Trisul S.A., no valor total de R\$200.000.000,00; e (iii) Distribuição Pública da 2ª Emissão de Debêntures da Klabin Segall S.A., no valor total de R\$230.000.000,00. Além disso, promoveu a 3ª e a 4ª emissões de cotas do Fundo de Investimento em Participações Banif Primus Real Estate, no valor de, respectivamente, R\$10.000.000,00 e R\$9.505.269,50 e estruturou o Fundo de Investimento em Participações Banif Real Estate III, no valor de R\$100.000.000,00.

Já no ano, 2009, o Banif desenvolveu transações em montante de cerca de R\$ 600 milhões, a sua maior parte distribuídos junto a investidores clientes do Banif Banco de Investimento (Brasil) S.A. No período, foi concluída a venda secundária, juntamente com o Banco Santander, de 214.570.000 quotas do Fundo de Investimento em Participações Amazônia Energia ao Fundo de Investimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FI-FGTS), administrado pela Caixa Econômica Federal, tornando-se este detentor de 49,9% das quotas do FIP Amazônia Energia.

Foram também realizadas com sucesso a distribuição de Certificados de Recebíveis Imobiliários da RB Capital Securitizadora S.A., lastreados em créditos cedidos pela Petrobrás Distribuidora S.A., no montante de R\$ 110.100.000,00 e a distribuição de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Beta Securitizadora S.A., lastreados em créditos cedidos pela Odebrecht Realizações Imobiliárias S.A., no montante de R\$ 44.400.000,00.

Ainda em 2009 o Banif foi coordenador de operação de financiamento à Unidas S.A., no montante de R\$ 78.000.000,00, mediante a emissão de Cédulas de Crédito Bancário (CCB) e foi estruturado o FCM - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis e Serviços, no montante de R\$ 150.000.000,00 destinado a aquisição de direitos creditórios decorrentes de venda de mercadorias e prestação de serviços por fornecedores da Petrobrás Distribuidora S.A.

#### *Principais Obrigações e responsabilidades do Coordenador Líder*

- i) assessorar o Fundo em todas as etapas da distribuição das Cotas Seniores;
- ii) participar ativamente, em conjunto com o Fundo, na elaboração dos prospectos preliminar e definitivo, verificando a consistência, qualidade e suficiência das informações deles constantes, sob pena de responder pela falta de diligência ou omissão;
- iii) prestar assistência ao Fundo no registro de distribuição das Cotas Seniores da 1ª Série junto à CVM, ANBIMA e CETIP, acompanhando os respectivos procedimentos;
- iv) receber e processar todos os pedidos de subscrição dos investidores;

- v) desenvolver esforços para assegurar que:
  - a) as informações prestadas pelo Fundo e pela Cedente são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e
  - b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas referentes ao Fundo e que venham a integrar o prospecto são suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- vi) manter à disposição dos investidores os prospectos do Fundo em sua sede e em sua página na rede mundial de computadores;
- vii) acompanhar e controlar o plano de distribuição da Oferta;
- viii) controlar os boletins de subscrição e devolver à Instituição Administradora os boletins não utilizados, se houver, no prazo máximo de 30 dias após o encerramento da Oferta;
- ix) suspender a distribuição pública na ocorrência de qualquer fato, ato ou irregularidade que venha a justificar a suspensão ou o cancelamento do registro da Oferta ou do Fundo;
- x) comunicar imediatamente à CVM, sem prejuízo do disposto no item anterior, a ocorrência do fato, ato ou irregularidade que motive a suspensão da Oferta;
- xi) guardar, à disposição da CVM, pelo prazo de 5 anos, todos os documentos relativos ao processo de registro de distribuição pública e à elaboração do prospecto;
- xii) formar o Consórcio de Distribuição nos termos do Contrato de Colocação, se for o caso;
- xiii) atender ao disposto na Instrução CVM nº 356/01 e na Instrução CVM nº 400/03 e no Código ANBIMA, a qualquer tempo, prestar todas as informações e fornecer todos os documentos exigidos pela legislação, pela CVM e/ou pela ANBIMA, conforme o caso;
- xiv) recolher o termo de adesão ao Regulamento dos subscritores das Cotas Seniores e encaminhá-los à Instituição Administradora; e
- xvii) comunicar imediatamente à Instituição Administradora qualquer fato relevante, que tenha conhecimento, que possa vir a afetar a decisão, por parte dos investidores autorizados a subscrever Cotas Seniores do Fundo.

### *Remuneração do Coordenador Líder*

Pela realização dos serviços descritos no Contrato de Colocação, o Coordenador Líder terá direito a receber:

- i) Comissão de Estruturação e Coordenação: pela estruturação e coordenação da Oferta, o Coordenador Líder fará jus à remuneração líquida de 0,5% incidente sobre o montante total de Cotas Seniores distribuídas, a ser paga pela Cedente ao Coordenador Líder na data de realização do Procedimento de *Bookbuilding*;
- ii) Comissão de Distribuição: pela distribuição pública das Cotas Seniores, o Coordenador Líder fará jus à remuneração líquida de 1% incidente sobre o montante efetivamente captado com a distribuição das Cotas Seniores, a ser paga pela Cedente na data de integralização das Cotas Seniores; e
- iii) Comissão de Sucesso: remuneração que o Coordenador Líder fará jus em decorrência da redução da remuneração das Cotas Seniores em Procedimento de *Bookbuilding* equivalente a 50% do valor presente da economia gerada pela redução da taxa final do Procedimento de *Bookbuilding* em relação à taxa de remuneração das Cotas Seniores correspondente à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, extra-grupo, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, acrescida de sobretaxa equivalente a 3% ao ano, base 252 Dias Úteis, a ser paga pela Cedente na Data de integralização das Cotas Seniores.

### ***Custodiante, Controlador e agente escriturador***

O Custodiante contratado para exercer as atividades de custódia e controladoria do Fundo, conforme previsto nos artigos 38 e 39 da Instrução CVM nº 356/01, será o Banco Bradesco S.A.

### *Histórico*

Para realização da custódia dos ativos da carteira do Fundo e para escrituração das Cotas, conforme previsto nos artigos 38 e 39 da Instrução CVM nº 356/01, a Instituição Administradora contratou o Banco Bradesco S.A..

O Custodiante, por meio do Departamento de Ações e Custódia - Bradesco Custódia, é um dos principais prestadores de Serviços Qualificados para o Mercado de Capitais, sendo líder nacional em Custódia Qualificada, conforme o Ranking Anbima de Custódia de Ativos – Mercado Doméstico. Está estruturado para a prestação de serviços qualificados para o mercado de capitais em geral como custódia, controladoria, escrituração de ativos, serviços de banco mandatário, fundo de investimento em direitos creditórios, trustee, agente de compensação, BDRs e DRs, há mais de 30 anos.

Contando com uma equipe de profissionais especializados, a oferta de serviços é feita em total aderência às demandas dos clientes e às diretrizes dos reguladores e autorreguladores, tendo como principais pilares o relacionamento e a parceria de longo prazo.

O Bradesco Custódia conta com 10 Certificações relacionadas à Gestão da Qualidade ISO 9001:2008 e 3 certificações referentes à Proteção de Dados “GoodPriv@cy”, que ampliam as estruturas de controles e reforçam a eficácia dos processos, cuja manutenção se dá mediante auditorias documentais e de campo, realizadas periodicamente por organismos certificadores credenciados.

O Bradesco Custódia também aderiu ao Código Anbima de Regulação e Melhores Práticas dos Serviços Qualificados ao Mercado de Capitais, ratificando, assim, que todos os seus procedimentos e processos estão adequados às normas e exigências do Código Anbima de Regulação e Melhores Práticas.

Especificamente para a área de custódia, o Bradesco mantém sistemas que garantem a continuidade das atividades em eventual necessidade, a qualquer momento, sem prejuízo ao atendimento de seus clientes.

Os serviços de custódia e controladoria do Custodiante têm a qualidade dos seus processos atestada pela norma NBR ISO 9001:2008, cuja manutenção se dá mediante auditorias documentais e de campo, realizadas periodicamente por organismos certificadores credenciados.

Especificamente para a área de custódia são mantidos os melhores sistemas do mercado, existindo contingência de sistemas e ambiente físico, o que garante a continuidade das atividades em eventual necessidade, a qualquer momento, sem prejuízo ao atendimento de seus clientes.

#### *Fundos de Investimento em Direitos Creditórios*

O Bradesco oferece ao mercado os serviços de custódia, controladoria e administração para os fundos de investimento em direitos creditórios. O serviço abrange a recepção e a análise dos documentos que evidenciam o lastro dos direitos creditórios, bem como a validação desses direitos em relação aos critérios de elegibilidade estabelecidos pelo Regulamento e a realização da liquidação física e financeira evidenciada pelo Contrato de Cessão.

Além disso, é efetuada a custódia, a administração, a cobrança e/ou a guarda da documentação relativa aos direitos creditórios e demais ativos integrantes da carteira do Fundo.

Toda essa atividade realizada está à disposição dos órgãos reguladores, agências de *rating* e auditoria independente, de acordo com a legislação vigente.

#### *Escrituração de Cotas de Fundos de Investimento*

O sistema Bradesco de Escrituração de Cotas de Fundos de Investimento foi desenvolvido para atender às necessidades dos administradores, nas atividades relativas à administração desses fundos e na escrituração de suas cotas, possibilitando o acesso às suas posições, aos dados cadastrais dos cotistas e permitindo a emissão de relatórios.

O Sistema Escritural Bradesco elimina a complexidade do sistema convencional, o que facilita o trabalho das corretoras de valores nas negociações e possibilita a conquista de novos cotistas em qualquer parte do país, uma vez que o sistema é de abrangência nacional. Este serviço compreende o registro da titularidade

das cotas, o controle das movimentações, o processamento dos pagamentos de rendimentos e outros eventos deliberados pelos fundos. Além disso, o Bradesco oferece aos seus cotistas atendimento personalizado por meio da rede de agências.

### *Responsabilidades*

O Custodiante foi contratado pela Instituição Administradora, para realizar o serviço de custódia, controladoria e escrituração de Cotas e será responsável pelas seguintes atividades, sem prejuízo de outras que sejam descritas no Regulamento ou pactuadas em outros documentos:

- i) receber, verificar e analisar trimestralmente a documentação que evidencie o lastro dos Direitos Creditórios, de acordo com os procedimentos definidos no Anexo V do Regulamento;
- ii) validar os Direitos Creditórios em relação aos Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Regulamento;
- iii) processar os arquivos contemplando as informações referentes à baixa de ativos enviados pela Cedente ou pelo Agente de Cobrança em relação à respectiva Lista de Direitos Creditórios;
- iv) realizar a liquidação financeira dos Direitos Creditórios Cedidos;
- v) fazer a custódia, administração, cobrança e/ou guarda de documentação relativa aos Direitos Creditórios e demais ativos integrantes da carteira do Fundo;
- vi) diligenciar para que sejam mantidos, às suas expensas, atualizados e em perfeita ordem, os Documentos Comprobatórios, com metodologia preestabelecida e de livre acesso para o Auditor, para as Agências Classificadoras de Risco e órgãos reguladores;
- vii) cobrar e receber, por conta e ordem do Fundo, pagamentos, resgate de títulos ou qualquer outra renda relativa aos títulos custodiados, depositando os valores recebidos na conta de depósitos do Fundo; e
- viii) observar para que somente as ordens emitidas pela Instituição Administradora, ou por seus representantes legais ou mandatários, devidamente autorizados, sejam acatadas, sendo-lhe vedada a execução de ordens que não estejam diretamente vinculadas às operações do Fundo.

Em relação à guarda dos Documentos Comprobatórios a que se refere o item “v” acima, caberá a Cedente, na qualidade de fiel depositário, guardar tais documentos, conforme estabelecido no Contrato de Depósito, sem prejuízo da responsabilidade do Custodiante em relação à realização de tal atividade.

O Custodiante não será responsável pela autenticidade dos Documentos Comprobatórios e pela existência dos Direitos Creditórios Cedidos, sendo, no entanto, responsável pela pronta notificação à Instituição Administradora caso venha a ter conhecimento formal da aquisição pelo Fundo de Direitos Creditórios que apresentem tais vícios.

Em relação à cobrança dos Direitos Creditórios a que se refere os itens “v” e “vii” acima, o Fundo contratou o Agente de Cobrança para exercer as atividades relacionadas à cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos que estejam inadimplentes, nos termos do Contrato de Cobrança, podendo o Fundo contratar outro agente de cobrança para o exercício dessa função, às expensas do Fundo.

#### *Verificação do lastro dos Direitos Creditórios*

O Custodiante deverá efetuar trimestralmente a verificação do lastro a que se refere o item “i” acima por amostragem, na forma do disposto no Anexo V do Regulamento. O Custodiante poderá contratar, por sua conta e ordem, terceiro para realizar, por amostragem e sob sua responsabilidade, a verificação do lastro dos Direitos Creditórios Cedidos. As irregularidades apontadas nesta auditoria serão informadas à Instituição Administradora, à Gestora, às Agências Classificadoras de Risco e à Cedente.

#### *Remuneração do Custodiante*

O Custodiante terá direito a receber a remuneração descrita no capítulo “Remuneração dos prestadores de serviço” abaixo.

#### *Substituição do Custodiante*

O Custodiante poderá ser substituído a qualquer tempo pelos Cotistas reunidos em Assembléia Geral, conforme disposto no Regulamento, sem qualquer multa ou penalidade de qualquer natureza para o Fundo.

O Custodiante poderá, ainda, mediante aviso prévio à Instituição Administradora na forma prevista no Contrato de Custódia, renunciar às suas funções de Custodiante do Fundo. Nessa hipótese, que configurará um Evento de Avaliação, a Instituição Administradora deverá convocar Assembléia Geral para decidir sobre a substituição ou sobre a liquidação do Fundo.

Na hipótese de deliberação por substituição do Custodiante em Assembléia Geral, seja ou não decorrente de renúncia expressa, o Custodiante continuará obrigado a prestar os serviços de custódia do Fundo até que a nova instituição venha a lhe substituir, o que deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 60 dias, contados da data de deliberação da Assembléia Geral ou do aviso prévio, conforme disposto nos itens acima.

Caso o novo custodiante não substitua o Custodiante dentro do prazo estabelecido, a Instituição Administradora procederá à liquidação antecipada do Fundo.

#### **Gestora**

O Fundo é gerido pela Concórdia S.A. Corretora de Valores Mobiliários Câmbio e Commodities.

A Gestora do Fundo não adota política de exercício de direito de voto em assembleias, nos termos do artigo 21 e seguintes do Código ANBIMA.

### *Histórico*

Com 24 anos de atuação nos mercados de renda fixa, variável e de futuros, a Gestora tem atuação marcante em seu segmento, ocupando posição de destaque no ranking em patrimônio líquido das corretoras não ligadas a bancos.

Com escritórios em São Paulo e Rio de Janeiro, a Gestora tem em seus quadros mais de 128 profissionais, responsáveis por gerir o patrimônio de pessoas e instituições que buscam rentabilidade e solidez para suas aplicações.

Com destacada atuação na BM&FBOVESPA, realiza a intermediação para seus clientes de negócios em ações, futuros financeiros, commodities e títulos públicos e privados, com vasta experiência em operações de hedge e swaps.

A gestão de recursos é um dos principais focos da Gestora, que oferece diversas possibilidades de fundos de investimentos abertos ou exclusivos.

Na categoria de Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios, a Gestora tem atualmente sob administração e/ou gestão 14 fundos, com um patrimônio líquido total de aproximadamente R\$ 2,3 bilhões.

### *Remuneração da Gestora*

A Gestora terá direito a receber a remuneração descrita no capítulo “Remuneração dos prestadores de serviço” abaixo.

### *Substituição da Gestora*

Desde que previamente aprovado pela Assembléia Geral, observado o disposto no item “Características Gerais do Fundo - Assembléia Geral - Direito de voto e critérios para apuração das deliberações”, a Instituição Administradora poderá substituir a Gestora.

### **Auditor**

Para realizar os serviços de auditoria do Fundo será contratada a KPMG Auditores Independentes.

### *Remuneração do Auditor*

O Auditor terá direito a receber a remuneração descrita no capítulo “Remuneração dos prestadores de serviço” abaixo.



#### *Substituição do Auditor*

Caso deseje substituir o Auditor, o Custodiante está desde já autorizado a contratar as seguintes empresas de auditoria sem necessidade de prévia aprovação da Assembléia Geral: (i) PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes; (ii) Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; ou (iii) Ernst & Young.

#### **Agência Classificadora de Risco**

A avaliação de risco do Fundo será efetuada pela Fitch Ratings Brasil Ltda..

#### *Remuneração da Agência Classificadora de Risco*

A Agência Classificadora de Risco terá direito a receber a remuneração descrita no capítulo “Remuneração dos prestadores de serviço” abaixo.

#### *Substituição da Agência Classificadora de Risco*

Desde que previamente aprovado pela Assembléia Geral, observado o disposto no item “Características gerais do Fundo - Assembléia Geral - Direito de voto e critérios para apuração das deliberações”, a Instituição Administradora poderá substituir a Agência Classificadora de Risco.

#### **Fiel Depositário**

A Cedente exercerá a função de fiel depositário dos Documentos Comprobatórios.

#### *Remuneração do Fiel Depositário*

O Fiel Depositário receberá, como forma de remuneração pelo exercício de suas funções, R\$1.000,00 em uma única vez, conforme descrito no capítulo “Remuneração dos prestadores de serviço” abaixo. Ressalta-se que o Fiel Depositário não terá direito de repassar ao Fundo qualquer custo decorrente do exercício dessa função.

#### *Substituição do Fiel Depositário*

A Cedente, na qualidade de fiel depositário dos Documentos Comprobatórios, poderá, a qualquer tempo, sem prejuízo de sua responsabilidade nos termos do artigo 627 e seguintes do Código Civil, nomear e/ou contratar terceiros para prestação dos serviços de guarda física dos Documentos Comprobatórios.

#### **Agente de Cobrança**

A Crediparaná Serviços Financeiros Ltda. foi contratada pelo Fundo como Agente de Cobrança, para exercer as atividades relacionadas à cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos que estejam inadimplentes, podendo contratar terceiros para o exercício dessa função.

#### *Remuneração do Agente de Cobrança*

O Agente de Cobrança receberá, como forma de remuneração pelo exercício de suas funções, R\$1.000,00 em uma única vez.

#### *Substituição do Agente de Cobrança*

Desde que previamente aprovado pela Assembléia Geral, observado o disposto no item “Características gerais do Fundo - Assembléia Geral - Direito de voto e critérios para apuração das deliberações”, a Instituição Administradora poderá substituir o Agente de Cobrança.

#### **Agentes de Recebimento**

Para efetuar o recebimentos dos valores referentes ao pagamento dos Direitos Creditórios Cedidos, a Cedente contratou os Agentes de Recebimento.

O Agente de Recebimento Inicial é Caixa Econômica Federal, instituição financeira contratada pela Cedente, mantenedora da conta corrente que receberá os recursos decorrentes dos Direitos Creditórios Iniciais pagos em instituições financeiras ou nos Correspondentes Bancários.

O Novo Agente de Recebimento, por sua vez, é Banco Bradesco S.A., instituição financeira, contratada pela Cedente para realização da cobrança registrada dos Novos Direitos Creditórios e mantenedora da Conta Transitória, a qual receberá os recursos decorrentes (i) da transferência dos recursos provenientes dos pagamentos dos Direitos Creditórios Iniciais efetuados em instituições financeiras ou nos Correspondentes Bancários; e (ii) dos pagamentos dos Direitos Creditórios (Direitos Creditórios Iniciais e os Novos Direitos Creditórios) efetuados nas Lojas Conveniadas.

#### *Remuneração dos Agentes de Recebimento*

Os Agentes de Recebimento não receberão qualquer forma de remuneração pelo exercício de suas funções, conforme descrito no capítulo “Remuneração dos prestadores de serviço” abaixo.

#### *Substituição dos Agentes de Recebimento*

A Cedente obrigou-se, nos termos do Contrato de Cessão, a não alterar, aditar ou rescindir os contratos celebrados com os Agentes de Recebimento, nem celebrar contratos com outras instituições financeiras para a prestação de serviços equivalentes aos prestados pelos Agentes de Recebimento sem prévia anuência da Instituição Administradora e do Custodiante. Ademais, a Cedente não poderá alterar, abrir ou fechar a Conta de Depósito e a Conta Transitória, mantidas perante os Agentes de Recebimento, sem prévia notificação de 5 Dias Úteis à Instituição Administradora.

## REMUNERAÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇO

### Taxa de administração

A Instituição Administradora terá direito a receber, no 5º Dia Útil do mês subsequente, remuneração correspondente a (i) 0,40% do montante de Patrimônio Líquido, respeitado o valor mínimo mensal de R\$19.500,00; e (ii) R\$1.666,67, pela prestação de serviços de administração, custódia, controladoria e escrituração de Cotas do Fundo.

A remuneração acima será calculada e provisionada diariamente, a partir da primeira integralização de Cotas, conforme a seguinte fórmula:

$$Taxa\ de\ Administração = \frac{0,40\%}{252} \times Patrimônio\ Líquido_{D-1}$$

sendo:

*Taxa de Administração* = taxa de administração, calculada todo Dia Útil;

*Patrimônio Líquido<sub>(D-1)</sub>* = Patrimônio Líquido no Dia Útil anterior; e

Não poderão ser cobradas do Cotista quaisquer outras taxas, tais como taxa de performance, taxa de ingresso e/ou saída.

A remuneração da Gestora e dos prestadores de serviços contratados deverá ser deduzidas da Taxa de Administração acima descrita.

### Taxa de custódia

Nos termos do Contrato de Custódia e do artigo 56, VIII da Instrução CVM nº 356/01, o Custodiante fará jus, pelos serviços de custódia qualificada, Controladoria e escrituração de Cotas do Fundo, a uma remuneração mensal equivalente ao maior dos seguintes valores: (i) 0,25% ao ano do PL; ou (ii) R\$ 10.000,00.

Essa remuneração deverá ser paga diretamente pelo Fundo até o 5º Dia Útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante débito na(s) conta(s) corrente(s) de titularidade do Fundo. Ainda, é previsto um reajuste anual da taxa de custódia, pelo IGPM ou outro índice que venha a substituí-lo. Os valores a serem pagos ao Custodiante serão descontados da Taxa de Administração.

É importante mencionar que as despesas incorridas nas contas de registro e custódia nos diversos sistemas de liquidação, como por exemplo, mas não limitado: CETIP, SELIC e CBLIC, serão debitadas diretamente na(s) conta(s) corrente(s) de titularidade do Fundo e constituem encargos do Fundo.

### **Outras despesas**

Além dos valores mencionados acima, são devidas pelo Fundo aos demais prestadores de serviço as remunerações descritas abaixo. Não foi concedida prioridade de pagamento a qualquer das despesas abaixo relacionadas.

<b>DESPESA</b>	<b>VALOR/ANO</b>
<b>AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO</b>	<b>R\$40.000,00</b>
<b>AUDITORIA</b>	<b>R\$40.000,00</b>

A Agência Classificadora de Risco deverá receber remuneração anual a partir do 2º ano da subscrição de Cotas Seniores e enquanto a classificação de risco da 1ª série de Cotas Seniores for mantida.

Será devido à Auditora, pela realização dos trabalhos anuais de auditoria das demonstrações contábeis do Fundo, o valor de R\$40.000,00 por ano.

## SUMÁRIO DOS CONTRATOS RELEVANTES

### **Contrato de Cessão**

O Contrato de Cessão será celebrado entre a Cedente, o Fundo, a Instituição Administradora e, o Custodiante, na qualidade de interveniente anuente. De acordo com o Contrato de Cessão, a Cedente compromete-se a ceder ao Fundo Direitos Creditórios advindos de operações de Financiamento, nas modalidades CDC e Crédito Pessoal, de sua legítima e exclusiva titularidade e que se enquadrem nos Critérios de Elegibilidade e nas Condições de Cessão.

Os Direitos Creditórios serão cedidos ao Fundo incluindo respectivos juros, multas, e demais encargos eventualmente existentes, bem como os direitos, prerrogativas, privilégios, todos os acessórios e instrumentos que os representam, incluindo respectivos anexos e garantias constituídas.

A Cedente não tem qualquer responsabilidade em relação à eventual insolvência dos Devedores, isto é, a cessão de Direitos Creditórios ao Fundo opera-se sem coobrigação.

De acordo com o Contrato de Cessão, a notificação dos Devedores será facultada ao Fundo, pois a notificação não é condição de validade da cessão, mas apenas para a eficácia da mesma em relação ao Devedor, nos termos do artigo 290 do Código Civil, e o procedimento para cobrar os Direitos Creditórios não sofrerá alteração após a cessão promovida pelo Contrato de Cessão.

Sem prejuízo do disposto acima, a Cedente notificará os Devedores sobre a cessão pactuada no Contrato de Cessão e/ou nos Termos de Cessão por meio de publicação da Lista dos Direitos Creditórios Cedidos no jornal DCI - Comércio e Indústria & Serviços, em até 5 Dias Úteis do registro do Contrato de Cessão e de cada Termo de Cessão em Cartórios de Títulos e Documentos nas Comarcas de Osasco e Curitiba.

A Cedente obriga-se, nos termos do Contrato de Cessão, a não alterar, aditar ou rescindir os contratos celebrados com os Agentes de Recebimento, nem celebrar contratos com outras instituições financeiras para a prestação de serviços equivalentes aos prestados pelos Agentes de Recebimento sem prévia anuência da Instituição Administradora e do Custodiante, nem alterar, abrir ou fechar as contas de depósito da Cedente, mantidas perante os Agentes de Recebimento, sem prévia notificação de 5 Dias Úteis à Instituição Administradora.

A Cedente tem a faculdade de recomprar os Direitos Creditórios Cedidos originados por Financiamentos que venham a ser renegociados, ou que tenham quaisquer prestações vencidas e não pagas e o Fundo tem a faculdade de vendê-los, mediante o pagamento à vista, pela Cedente ao Fundo, desde que o valor da venda não seja inferior ao valor contabilizado na carteira do Fundo, do respectivo Direito Creditório. A recompra deverá contemplar todas as parcelas cedidas ao Fundo de um mesmo contrato, não sendo possível, portanto, a recompra parcial de Direitos Creditórios oriundos de um mesmo Financiamento.

Em caso de renegociação de um Direito Creditório Cedido e adimplido, cujas características a Cedente, por questões comerciais, tenha interesse em alterar, a Cedente poderá exercer previamente a faculdade de recompra deste, nos termos desta seção.

Se o Fundo e a Cedente decidirem pela recompra de Direitos Creditórios Cedidos, o preço da recompra, nos termos acima definidos, será submetido pela Instituição Administradora à Cedente, mediante o envio do Termo de Cessão, cujo modelo integra o Contrato de Cessão. A Cedente, caso concorde com o preço da recompra, deverá, em até 1 Dia Útil a contar da data de recebimento do Termo de Cessão, (i) assinar 2 vias do Termo de Cessão e enviar uma delas, por meio eletrônico, à Instituição Administradora, com cópia para o Custodiante; e (ii) efetuar o pagamento do preço de recompra do Direito Creditório.

Em até 5 Dias Úteis contados da data do pagamento do preço de recompra do Direito Creditório, nos termos do acima, a Cedente obriga-se a utilizar seus melhores esforços para enviar à Instituição Administradora as 2 vias do Termo de Recompra devidamente assinadas. A Instituição Administradora, por sua vez, obriga-se, em até 10 Dias Úteis contados da data de recebimento do Termo de Cessão enviado pela Cedente, a (i) assinar as 2 vias do Termo de Cessão; (ii) registrar o Termo de Cessão no Cartório de Títulos e Documentos da Comarca de Osasco; e (iii) enviar as 2 vias assinadas à Cedente para que ela providencie o registro do Termo de Cessão no Cartório de Títulos e Documentos da Comarca de Curitiba.

A Cedente deverá enviar à Instituição Administradora em até 5 Dias Úteis uma via do Termo de Cessão, devidamente registrado no Cartório de Títulos e Documentos da Comarca de Curitiba.

O pagamento do valor da recompra deverá ser feito à vista, em moeda corrente nacional, mediante crédito em conta corrente de titularidade do Fundo, a ser indicada pela Instituição Administradora.

Em até 5 Dias Úteis contados do pagamento da recompra, o Fundo deverá transferir à Cedente todos os documentos relativos aos Direitos Creditórios readquiridos que estiverem em sua posse.

Observadas as condições constantes dos itens acima, a Cedente e quaisquer outras empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico da Cedente disporão sempre de preferência na aquisição de quaisquer Direitos Creditórios Cedidos objeto de venda pelo Fundo.

Nos termos do Contrato de Cessão, considerar-se-á resolvida a cessão de Direitos Creditórios, inclusive na hipótese de a respectiva cessão ter sido realizada em contrapartida à subscrição e integralização de Cotas Subordinadas, operada de pleno direito, independentemente de qualquer aviso ou notificação à Cedente e sem qualquer ônus ou custo para o Fundo, nas seguintes hipóteses:

- i) caso a Cedente, se interpelada pela Instituição Administradora, não apresente esclarecimentos referentes a qualquer inexatidão nas informações fornecidas, relativas ao Direito Creditório Cedido, em até 5 Dias Úteis;
- ii) caso o Direito Creditório seja reclamado por qualquer terceiro comprovadamente titular de ônus, gravames ou encargos constituídos previamente à aquisição do mesmo pelo Fundo;

- iii) caso inexistam os documentos necessários à cobrança extrajudicial e/ou judicial do Devedor de Direito Creditório inadimplente;
- iv) caso a Cedente não entregue ao Custodiante os Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios Cedidos, quando o Custodiante os requisitar;
- v) caso a cessão de Direitos Creditórios ao Fundo configure fraude contra credores, fraude de execução, fraude de execução fiscal ou ainda fraude falimentar; ou
- vi) caso o Devedor se recuse a realizar o pagamento de qualquer parcela do Financiamento sob alegação de fraude na contratação do Financiamento e tais alegações não sejam contestadas pela Cedente de forma satisfatória, a critério da Instituição Administradora, em até 5 Dias Úteis contados da solicitação de esclarecimento encaminhada à Cedente, por escrito, pela Instituição Administradora.

Sem prejuízo da resolução da cessão, a Cedente deverá notificar a Instituição Administradora e o Custodiante, por meio eletrônico, da ocorrência de qualquer das Condições Resolutivas da Cessão, no prazo de até 48 horas contado da data em que aquela tomar conhecimento do evento.

Considerar-se-á nula a cessão de qualquer Direito Creditório, independentemente de qualquer aviso ou notificação à Cedente e sem qualquer ônus ou custo para o Fundo, nas seguintes hipóteses:

- i) caso o Direito Creditório Cedido não seja de titularidade da Cedente no momento da cessão;
- ii) caso o Direito Creditório Cedido seja originário de Financiamento cujo valor correspondente não tenha sido entregue ao Devedor ou pago ao proprietário ou ao vendedor do respectivo bem financiado, até a data da cessão;
- iii) caso o Direito Creditório Cedido seja originário de Financiamento por qualquer motivo declarado nulo por decisão judicial transitada em julgado; ou
- iv) caso seja verificada a nulidade ou inexistência de lastro do respectivo Direito Creditório Cedido.

O Contrato de Cessão se tornou eficaz na data de sua assinatura e vigorará pelo prazo de duração do Fundo, regendo a partir da referida data todas as cessões de Direitos Creditórios a serem celebradas entre as Partes.

### **Contrato de Custódia e Contrato de Escrituração**

Por meio do Contrato de Custódia e do Contrato de Escrituração, o Custodiante foi contratado pelo Fundo, representado pela Instituição Administradora, para a prestação dos serviços custódia qualificada, escrituração e controladoria, compreendendo os serviços de guarda, liquidação física e financeira das operações com Direitos Creditórios e demais ativos integrantes da carteira do Fundo, administração e informação de eventos associados a esses ativos e de contabilidade, controladoria de ativos e passivos e registro e controle das Cotas.

A Instituição Administradora contratou o Custodiante, com a interveniência da Cedente, para a prestação dos serviços de custódia e controladoria dos ativos integrantes da carteira do Fundo, inclusive dos serviços dos quais trata o artigo 38 da Instrução CVM nº 356/01.

Os ativos do Fundo, objeto dos serviços de Custódia e Controladoria, deverão estar registrados no SELIC, na CETIP e na CBLC ou em outros sistemas de registro, custódia e de liquidação financeira de ativos autorizados pelos órgãos reguladores e fiscalizadores competentes no momento de sua aquisição.

### **Contrato de Colocação**

Contrato firmado entre o Fundo, representado pela Instituição Administradora, e o Coordenador Líder, com a interveniência da Cedente, por meio do qual o Coordenador Líder é contratado como instituição intermediária da distribuição de Cotas Seniores da 1ª Série, sob o regime de melhores esforços de colocação.

Serão de responsabilidade exclusiva da Cedente todos os custos e despesas razoavelmente incorridos na distribuição das Cotas Seniores da 1ª Série, dentre os quais se incluem a confecção do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo, as despesas de publicação do aviso ao mercado, os anúncios de início e encerramento de distribuição das Cotas Seniores, a taxa de registro para distribuição pública das Cotas Seniores, bem como *road shows*, ou outras despesas decorrentes da preparação, distribuição e publicação de quaisquer outros materiais relacionados com a Oferta.

### **Contrato de Prestação dos Serviços de Cobrança de Direitos Creditórios**

Por intermédio desse Contrato, o Agente de Cobrança foi contratado para prestar os serviços de cobrança dos Direitos Creditórios que não foram pagos pelos Devedores nas respectivas datas de vencimento, de acordo com os procedimentos ali previstos e no Regulamento. Pela realização desses serviços, o Agente de Cobrança receberá remuneração a ser paga integralmente pela Cedente.

### **Contrato de Depósito e Outras Avenças**

Por intermédio desse Contrato, a Cedente foi contratada pelo Custodiante para atuar como depositária, aceitando o encargo de fiel depositária, para guardar, sob as penas previstas na legislação aplicável, como se seus fossem, na forma de depósito voluntário conforme previsto no artigo 627 do Código Civil brasileiro, os originais de todos os Documentos Comprobatórios relativos aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo.

Adicionalmente, o Contrato de Depósito prevê que a perda, o extravio, a inexistência ou a indisponibilidade, por qualquer motivo, dos Documentos Comprobatórios (exceto no caso de indisponibilidade temporária decorrente de seu trânsito), deverá ser imediatamente comunicada ao Custodiante, responsabilizando-se a Cedente pelos prejuízos a que derem causa, bem como pela liquidação dos valores referentes aos Direitos Creditórios de tais Documentos Comprobatórios perdidos, extraviados, inexistentes ou indisponíveis, sendo obrigada a realizar o ressarcimento das perdas e danos e demais encargos eventualmente incorridos pelo Fundo e/ou Custodiante.



## GERENCIAMENTO DE RISCOS

### Sistema de gerenciamento de Riscos

Em relação à parcela do Patrimônio Líquido investida em Direitos Creditórios, em caso da ocorrência de um evento ou descumprimento de algum índice, deverão ser tomadas as medidas previstas no Regulamento.

Para a parcela do Patrimônio Líquido investida em ativos financeiros, a política de administração de risco da Instituição Administradora baseia-se em duas metodologias: *Value at Risk* ("VaR") e *Stress Testing*.

O *Value at Risk* (VaR) fornece uma medida da pior perda esperada em ativo ou carteira para um determinado período de tempo e um intervalo de confiança previamente especificado. A metodologia da Instituição Administradora realiza o cálculo do VaR de forma paramétrica, especificando um nível de confiança de 97,5% em um horizonte de tempo de um dia.

O *Stress Testing* é um processo que visa identificar e gerenciar situações que podem causar perdas extraordinárias, com quebra de relações históricas, sejam temporárias ou permanentes. Este teste consiste na avaliação do impacto financeiro e conseqüente determinação das potenciais perdas/ganhos a que o Fundo pode estar sujeito, sob cenários extremos, considerando as variáveis macroeconômicas, nos quais os preços dos ativos tenderiam a ser substancialmente diferentes dos atuais. A análise de cenários consiste na avaliação da carteira sob vários estados da natureza, envolvendo amplos movimentos de variáveis-chave, o que gera a necessidade de uso de métodos de avaliação plena (reprecificação). Os cenários fornecem a descrição dos movimentos conjuntos de variáveis financeiras, que podem ser tirados de eventos históricos (cenários históricos) ou de plausíveis desenvolvimentos econômicos ou políticos (cenários prospectivos). Para a realização do *Stress Testing*, a Instituição Administradora gera diariamente cenários extremos baseados nos cenários hipotéticos disponibilizados pela Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F), que são revistos periodicamente pela Instituição Administradora, de forma a manter a consistência e atualidade dos mesmos.

Os riscos a que está exposto o Fundo, dentre os quais, exemplificativamente, os descritos na seção "Fatores de Risco" deste Prospecto, e o cumprimento da política de investimento do Fundo, descrita no Regulamento, são monitorados por área de gerenciamento de risco e de *compliance* completamente separada da área de gestão. A área de gerenciamento de risco utiliza modelo de controle de risco de mercado, visando estabelecer o nível máximo de exposição a risco. A utilização dos mecanismos de controle de riscos aqui descritos não elimina a possibilidade de perdas pelos Cotistas. As aplicações efetuadas pelo Fundo de que trata este Prospecto apresentam riscos para os Cotistas. Ainda que a Instituição Administradora e a Gestora mantenham sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para seus investidores.

**A utilização dos mecanismos de controle de riscos acima descritos não elimina a possibilidade de perdas pelo Cotista.**

## **OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E CONFLITOS DE INTERESSES**

### **Relacionamento entre a Instituição Administradora e o Custodiante**

A Instituição Administradora e o Custodiante são instituições integrantes do mesmo grupo econômico.

Apesar de pertencerem ao mesmo grupo econômico, a Instituição Administradora e o Custodiante mantêm suas atividades de maneira independente e segregada umas das outras, de forma a garantir transparência, independência e segurança na gestão de recursos de seus clientes.

### **Relacionamento entre a Instituição Administradora e a Gestora**

Além de prestar os serviços de gestão da carteira de Ativos Financeiros do Fundo, a Gestora também presta serviços de gestão para o “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios OMNI VEÍCULOS IV”, administrado pela Instituição Administradora.

### **Relacionamento entre a Instituição Administradora e o Auditor**

Em 30 de junho de 2010, a Instituição Administradora era responsável pela administração de aproximadamente 50 fundos de investimentos em direitos creditórios que são auditados pelo Auditor. Os honorários de auditoria são estabelecidos para cada fundo de investimento em direitos creditórios de uma forma individualizada, com base nas características de cada fundo.

A política adotada pela Instituição Administradora atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que principalmente determinam que o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os seus interesses.

### **Relacionamento entre a Instituição Administradora e a Agência Classificadora de Risco**

Em 30 de junho de 2010, a Instituição Administradora era responsável pela administração de aproximadamente 5 fundos de investimentos em direitos creditórios que contam com a prestação de serviços da Agência Classificadora de Risco. A remuneração paga à Agência Classificadora de Risco pela prestação dos serviços de classificação de risco é estabelecida para cada fundo de investimento em direitos creditórios de uma forma individualizada, com base nas características de cada fundo.

### **Relacionamento entre o Coordenador Líder e a Instituição Administradora, a Gestora, o Auditor, a Agência de Classificadora de Risco e o Custodiante**

O Coordenador Líder e as instituições financeiras integrantes de seu conglomerado financeiro, no Brasil e no exterior, mantêm relacionamentos comerciais com a Instituição Administradora, a Gestora, o Auditor, a Agência de Classificadora de Risco e o Custodiante, relacionados a operações no mercado de balcão organizado, operações de renda variável, futuros e administração de clube de investimento, atribuição de classificação de risco (*rating*) a empresas do conglomerado financeiro, auditoria interna e auditoria de fundos de investimento e custódia de fundos de investimento administrados por partes relacionadas, respectivamente. Todas as relações previamente citadas

estão de acordo com práticas usuais do mercado financeiro, não havendo qualquer contrato ou operação que gere situação de conflito de interesses para o Coordenador ou que seja relevante no âmbito da Oferta.

O Coordenador Líder declara prestar serviços a fundos de investimentos auditados pelo Auditor, sendo esta empresa também responsável pela auditoria interna do Coordenador Líder.

O Coordenador Líder, no curso normal de suas atividades, atua como underwriter de emissões de valores mobiliários que têm sua classificação de risco medida pela Agência Classificadora de Risco, sendo esta empresa também responsável pela classificação de risco do Coordenador Líder e de empresas de seu Grupo Econômico

### **Outros relacionamentos**

A Cedente e a Crediparaná são sociedades sob controle comum. Além de ser correspondente bancário da Cedente, a Crediparaná foi contratada pela Cedente, pelo Fundo e pelo Custodiante para atuar como Agente de Cobrança.

A Cedente foi contratada pelo Fundo como Fiel Depositária dos Documentos Comprobatórios, sendo que o contrato vigorará pelo prazo de duração do Fundo.

Além do relacionamento referente à Oferta, a Cedente manteve e mantém relacionamento comercial com o Custodiante de acordo com as práticas usuais do mercado financeiro. A Cedente poderá inclusive, no futuro, contratar o Coordenador Líder, as sociedades integrantes do grupo econômico do Coordenador Líder ou do Custodiante para assessorá-lo na realização de investimentos ou em quaisquer outras operações necessárias para a condução de suas atividades.

Não há nenhuma outra relação comercial relevante entre os participantes do Fundo ou que poderia de alguma forma resultar em um conflito de interesses entre os participantes. Reforçamos que as partes possuem completa independência na realização de suas respectivas atividades no âmbito do Fundo.

### **CONFLITO DE INTERESSES**

Não há conflito de interesses entre a Cedente, a Instituição Administradora, a Gestora e o Custodiante, que são as instituições envolvidas nos processos de originação, administração, gestão e custódia do Fundo.

A Instituição Administradora declara-se independente para a realização das atividades inerentes às suas funções, mesmo quando realizar operações nas quais atue na condição de contraparte do Fundo ou operações envolvendo títulos de emissão/titularidade da Instituição Administradora ou de suas Partes Relacionadas. Isto posto, apesar do Custodiante ser sociedade coligada à Instituição Administradora declara que não se encontra em conflito de interesses no exercício de suas funções com o Custodiante.

Também não existe conflito de interesse entre as atividades de gestão e seleção a serem desempenhadas pela Gestora.

## REGULAMENTAÇÃO APLICÁVEL E TRIBUTAÇÃO

### Tributação do Fundo

O Fundo não tem personalidade jurídica. Assim, não está sujeito ao pagamento de diversos tributos, tais como: (i) IRPJ; (ii) CSLL; (iii) PIS; (iv) COFINS; e (v) IRRF.

Além disso, o IOF/Títulos incide sobre as operações do Fundo à alíquota zero.

### Tributação dos Cotistas

Resgate ou amortização de Cotas. Os Cotistas, como regra geral, estão sujeitos ao pagamento de imposto de renda retido na fonte (IRRF) sobre os rendimentos produzidos pelas Cotas. Não há retenção de IRRF se o Cotista for instituição financeira ou equiparada, ou ainda outros fundos de investimentos em geral (com algumas exceções).

Por ser o Fundo um condomínio fechado, tal tributo incidirá (i) quando da amortização das cotas; e (ii) no momento do resgate das Cotas, em decorrência do término do prazo de duração ou da liquidação antecipada do Fundo. Somente haverá incidência de imposto de renda se as Cotas tiverem gerado rendimentos ao Cotista (o rendimento corresponderá à diferença positiva entre o valor de resgate ou amortização e o custo de aquisição das Cotas).

Em se tratando de Cotista residente no Brasil ou residente em jurisdição com tributação favorecida (conforme definido pela legislação fiscal brasileira), a alíquota do IRRF será determinada de acordo com o prazo médio da carteira do Fundo e com o prazo do investimento. Assim, caso a carteira do Fundo tenha prazo médio superior a 365 dias, a alíquota do IRRF será determinada de acordo com a seguinte tabela regressiva:

ALÍQUOTA	PRAZO DO INVESTIMENTO
22,5%	até 180 dias
20,0%	entre 181 e 360 dias
17,5%	entre 361 e 720 dias
15,0%	acima de 720 dias

Na hipótese do prazo médio da carteira do Fundo ser igual ou inferior a 365 dias, a alíquota do IRRF será determinada da seguinte forma:

ALÍQUOTA	PRAZO DO INVESTIMENTO
22,5%	até 180 dias
20,0%	acima de 180 dias

Referido IRRF (i) constitui mera antecipação e é deduzido do imposto de renda devido no encerramento de cada período de apuração ou na data da extinção, no caso de Cotista pessoa jurídica; ou (ii) definitivo, em se tratando de Cotista pessoa física, pessoa jurídica optante pelo Simples Nacional ou isenta.

A Instituição Administradora buscará manter a carteira do Fundo como de longo prazo (superior a 365 dias), de forma a proporcionar aos Cotistas o benefício das alíquotas decrescentes do IRRF até a alíquota mínima de 15%. Todavia, a carteira do Fundo poderá apresentar variação do seu prazo médio, passando a ser caracterizada como de curto prazo para efeitos tributários. Ressalte-se que os Direitos Creditórios não integram o cálculo do prazo médio da carteira do Fundo.

Em se tratando de Cotista residente no exterior que invista no Fundo de acordo com a Resolução nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000, do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e não se localize em jurisdição com tributação favorecida, o IRRF incidirá à alíquota de 15%, de forma definitiva.

#### **Ganho na alienação de Cotas.**

O ganho obtido na alienação de Cotas (correspondente à diferença positiva entre o valor de alienação e o custo de aquisição das Cotas alienadas) será tributado (i) como ganho líquido, à alíquota de 15%, no caso de Cotista pessoa jurídica, em operações realizadas dentro ou fora de bolsa (tal imposto constitui mera antecipação do imposto de renda devido no encerramento do período de apuração); (ii) como ganho de capital, à alíquota de 15% (tributação definitiva), no caso de Cotista pessoa física, em operações realizadas fora de bolsa, ou (iii) de acordo com as alíquotas regressivas acima referidas (22,5% a 15%), no caso de Cotista pessoa física em operações realizadas em bolsas e entidades assemelhadas.

Em se tratando de Cotista não-residente localizado em jurisdição com tributação favorecida, o ganho obtido na alienação de Cotas será tributado de acordo com os itens “ii” e “iii” do parágrafo anterior, conforme o caso. Cotista residente no exterior que investir no Fundo de acordo com a Resolução CMN nº 2.689/00 e não se localizar em jurisdição com tributação favorecida terá o ganho obtido na alienação de Cotas em bolsa ou fora de bolsa tributado pelo imposto de renda à alíquota de 15%.

Somente haverá incidência de IOF/Títulos na hipótese de resgate das Cotas antes de decorridos 30 dias a contar da data do investimento no Fundo. A carga fiscal de tal IOF é regressiva, correspondendo inicialmente a 1% do valor do resgate ou cessão (alíquota máxima), limitada a 96% do rendimento da aplicação. O IOF torna-se nulo em aplicações cujo prazo tenha sido de no mínimo 30 dias. Deve-se notar que o Fundo é fechado, de modo que suas Cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração, ou em virtude de sua liquidação.

A alíquota do IOF/Títulos será zero se o Cotista for instituição financeira ou outra instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, ou ainda fundo ou clube de investimento.

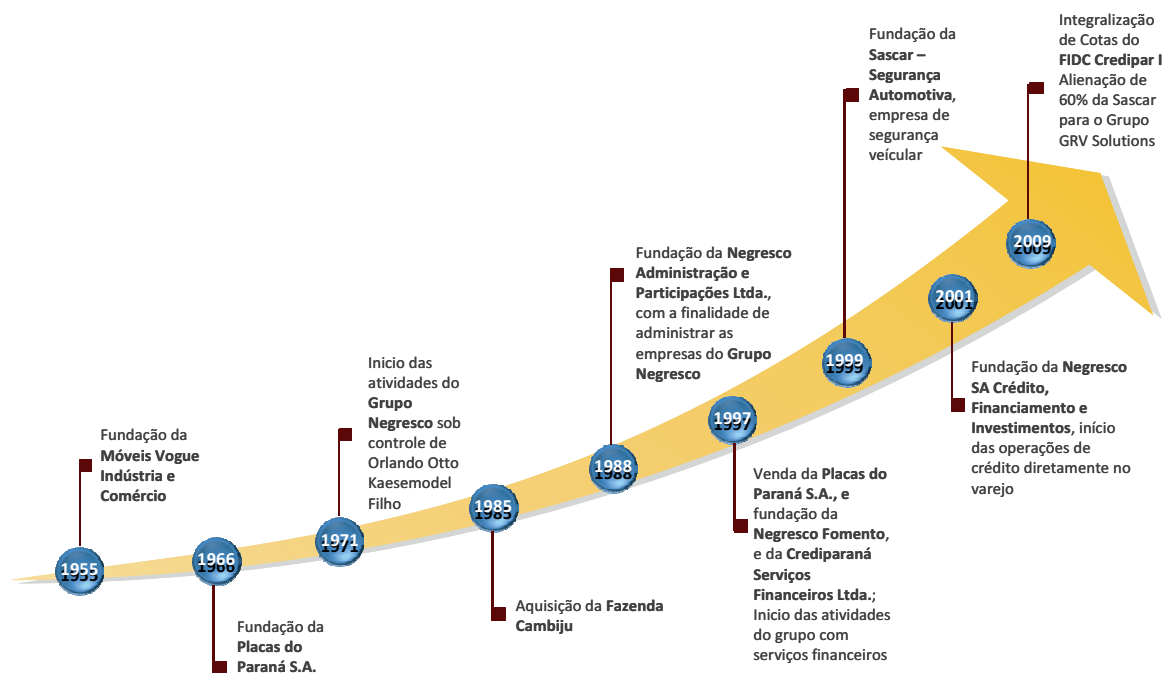
O IOF/Títulos pode ser majorado até uma alíquota máxima de 1,5% ao dia sobre o valor da operação tributada. As alíquotas do IOF podem a qualquer tempo ser alteradas pelo Governo Federal mediante Decreto Executivo, até o referido limite legal, sem necessidade de aprovação do Congresso Nacional. Alterações na legislação do IOF são imediatamente aplicáveis, podendo ocorrer durante o período em que o Cotista mantiver a titularidade das Cotas.

## INFORMAÇÕES RELATIVAS À CEDENTE

### Histórico do grupo econômico da Cedente

O Grupo Negresco, sob o controle acionário de Orlando Otto Kaesemodel Filho, iniciou suas atividades em 1971. Consolidada como uma organização forte e atuante, o Grupo Negresco está presente nos mais diversos setores da economia, tais como imobiliário, ambiental e comercial, primando sempre pela qualidade de seus produtos e dos serviços prestados. Conforme indicado abaixo, dentre as principais atividades desenvolvidas pelo Grupo, destacam-se as de (i) crédito ao varejo; (ii) rastreamento e segurança de automóveis; (iii) reflorestamento de pinus e plantio de araucárias; (iv) investimentos imobiliários em empreendimentos comerciais e residenciais; e (v) estacionamentos.

O quadro abaixo ilustra a evolução e expansão das atividades do Grupo Negresco:



### Sumário e estrutura societária da Cedente

A Cedente é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede social na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Alameda Dom Pedro II, nº 21. De acordo com seu estatuto social, a Cedente tem por objetivo social a prática de todas as operações próprias das sociedades de créditos, financiamento e investimento, permitidas na forma e limites da lei, estatuto social e da legislação aplicável.

A Cedente foi constituída em 10 de abril de 2001, com capital inicial de R\$ 5.000.000,00. Atualmente o capital social da Cedente é R\$7.000.000,00.

A Cedente concentra suas atividades na concessão de financiamento e na administração de crédito destinado para o varejo, atuando por meio de correspondente bancário, a Crediparaná, cuja estratégia baseia-se no atendimento diferenciado às Lojas Credenciadas das regiões em que atua. Nos últimos 12 meses, a Cedente concedeu R\$339.339.212,00 em financiamentos.

A Crediparaná atende, por meio de suas 15 filiais, mais de 2.000.000 clientes cadastrados, em mais de 650 cidades, nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

A Cedente é atualmente controlada pelo Sr. Orlando Otto Kaesemodel Filho, que detém aproximadamente 98,5% das ações ordinárias de sua emissão. A composição acionária atual da Cedente é a seguinte:

ACIONISTA	NÚMERO DE AÇÕES	PORCENTAGEM
Orlando Otto Kaesemodel Filho	6.900.000	98,57%
Orlando Otto Kaesemodel Neto	100.000	1,43%
<b>TOTAL</b>	<b>7.000.000</b>	<b>100%</b>

#### **Administração**

Nos termos de seu Estatuto Social, a Administração da Cedente compete aos diretores Orlando Otto Kaesemodel Filho, como Diretor Presidente, Guilherme Maia Borio e Sérgio Shoji Yamamoto, como diretores sem designação específica.

#### **Principais executivos da Cedente e do Grupo Negresco**

##### *Orlando Otto Kaesemodel Filho*

Formado em administração de empresas pela FAE em 1981, atual Diretor Presidente da Cedente, Sócio-Presidente da Sascar Tecnologia e Segurança Automotiva S/A e da Oelo Locadora de Equipamentos Eletrônicos S.A., o Sr. Orlando Otto Kaesemodel Filho é ainda sócio administrador em outras 8 empresas ligadas ao Grupo Negresco.

##### *Marcelo Ferraz de Almeida*

Formado em Direito pela UFPR e em Economia pela FAE-PR em 1990, com MBA pelo IBMEC, o Sr. Marcelo Ferraz de Almeida possui 20 anos de experiência no mercado financeiro. Trabalhou no Banco Nacional, Banco Crefisul, Banco de Boston, CCF Private Banking e BNP Paribas Private Banking.

#### *Guilherme Maia Borio*

Formado em Engenharia Civil, com Pós-Graduação em Administração pela FGV-SP e MBA pela London Business School, o Sr. Guilherme Maia Borio tem 7 anos de experiência em bancos comerciais (Bank Boston) e 2 anos de experiência em bancos de investimento (Bear Stearns). Foi consultor da Galeazzi & Associados e possui 5 anos de experiência em gestão de instituições financeiras.

#### *Fernando Anhô Moran*

O Sr. Fernando Anhô Moran possui mais de 28 anos de carreira em bancos e financeiras, tendo experiência no desenvolvimento junto a equipes de T.I. de soluções de crédito em CDC e Cartões. Foi ainda Coordenador da Câmara Setorial de Crédito e Finanças da Associação Comercial do Paraná e Gerente Executivo CDC no Banco Bamerindus. Trabalhou também no Banfort Banco de Fortaleza.

#### *Danilo Marques*

Formado em Ciência da Computação e em Administração de Empresas pela FIAG-RJ, com pós-graduação em Gestão de PME (FGV-RJ), Engenharia Econômica (UFRJ) e MBA em Marketing (FGV-RJ), o Sr. Danilo Marques possui 12 anos de experiência na área de risco, crédito e cobrança tendo passado por Cartão Nacional, Bradesco, Fininvest e Unibanco. Possui ainda experiência em gestão de risco de crédito, gestão operacional de crédito e cobrança, modelos estatísticos de crédito e MIS de Risco, Crédito e Cobrança.

#### *Sérgio Shoji Yamamoto*

Formado em Contabilidade pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), o Sr. Sérgio Shoji Yamamoto possui 30 anos de experiência na área contábil, voltada para o planejamento, controle e tomada de decisões, consolidada pelas atuações nas empresas do Grupo Neqresco, além de atuar nos segmentos administrativo e financeiro.

### **Mercado alvo**

O mercado alvo de atuação da Cedente está voltado, principalmente, para pessoas físicas que compõem as Classes “C”, “D” e “E” do país. Nos últimos anos essas classes sociais apresentaram as maiores taxas de crescimento de consumo, especialmente a Classe “C”, a qual de acordo com os dados do IBGE, representa o maior potencial de consumo entre todas elas e é composta por 44% da população brasileira.

### **Produtos e modalidades**

Os principais produtos da Cedente consistem na concessão de financiamento de bens e serviços para pessoas físicas, nas modalidades de Crédito Pessoal e CDC.



### *Crédito Pessoal*

São concedidos empréstimos parcelados ao Devedor, os quais podem ser pagos via boletos ou via cheques pré-datados emitidos pelo Devedor. A taxa de juros é fixa, e determinada no momento da concessão do crédito, assim como o número de parcelas.

A Cedente concede o empréstimo mediante: (i) o depósito de crédito na conta corrente de titularidade do Devedor; (ii) a emissão de cheque à vista cruzado e nominal ao Devedor; ou, ainda, (iii) entrega de dinheiro em espécie na própria Loja Credenciada. Neste caso, o cliente outorga procuração à Loja Credenciada para que esta receba diretamente da Cedente o valor que tenha sido adiantado ao Devedor.

A liquidação do empréstimo ocorre por meio do pagamento do boleto ou da compensação dos cheques em datas pré-determinadas.

### *Crédito Direto ao Consumidor - Cheque pré datado*

Nessa modalidade de financiamento, o Devedor emite cheques pré-datados para a compra de bens e serviços na rede de Lojas Credenciadas. A taxa de juros é fixa, e determinada no momento da concessão do crédito, assim como o número de parcelas.

A liquidação das parcelas do empréstimo ocorre por meio da compensação dos cheques em datas pré-determinadas.

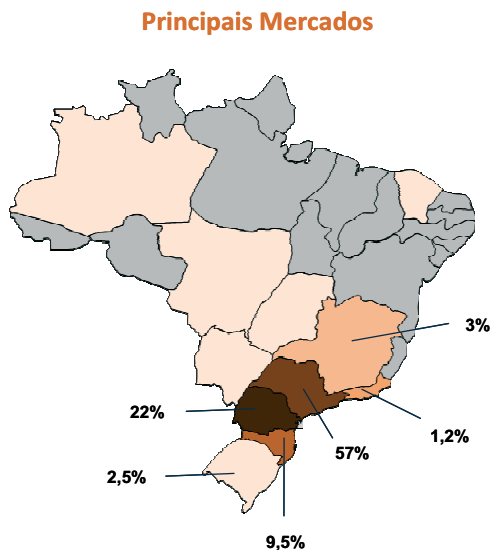
### *Crédito Direto ao Consumidor - CDC Boleto*

O CDC Boleto consiste em financiamento para compra de bens e serviços na rede de Lojas Credenciadas, na qual a taxa de juros e o número de parcelas são determinados no momento da concessão do crédito.

Nessa modalidade, não é necessário que o cliente seja titular de conta bancária, pois a liquidação do empréstimo ocorre através do pagamento mensal do boleto em qualquer instituição financeira, nos Correspondentes Bancários ou nas Lojas Conveniadas.

### Atuação geográfica

A Cedente concentra sua atuação nos Estados de São Paulo, Paraná e Santa Catarina, Estados nos quais possuía, respectivamente e de forma aproximada em 30 de junho de 2010, 57%, 22% e 9% do total de Financiamentos celebrados. Conforme abaixo, a Cedente atua ainda nos Estados de Goiás, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Mato Grosso.



### Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras da Cedente, incluindo suas respectivas notas explicativas, encontram-se no Anexo VII deste Prospecto. Adicionalmente, a seguir foram detalhadas algumas das informações e dados financeiros expressos nas demonstrações financeiras da Cedente.

*Demonstração de Resultado para os semestres findos em 31 de Dezembro de 2007, 2008 e 2009*

R\$ '000			
	<u>2009</u>	<u>2008</u>	<u>2007</u>
<b>RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>54.110</b>	<b>56.907</b>	<b>50.029</b>
Operações de Crédito	49.542	56.627	49.903
Rendas de Aplicação Interfinanceira de Liquidez	381	-	-
Resultado de Títulos e Valores Mobiliários	4.187	280	126
<b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(34.332)</b>	<b>(32.860)</b>	<b>(22.521)</b>
Operações de Captação no Mercado	(7.689)	(8.256)	(6.888)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(26.643)	(24.604)	(15.633)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>19.778</b>	<b>24.047</b>	<b>27.508</b>
<b>RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>	<b>(5.251)</b>	<b>(19.428)</b>	<b>(14.196)</b>
Receitas de Prestação de Serviços	72	316	338
Despesas de Pessoal	(749)	(827)	(1.043)
Despesas Administrativas	(18.197)	(17.230)	(11.541)
Despesas Tributárias	(541)	(2.256)	(2.083)
Outras Receitas Operacionais	16.257	893	386
Outras Despesas Operacionais	(2.093)	(324)	(253)
<b>LUCRO ANTES DO IR E CSLL</b>	<b>14.527</b>	<b>4.619</b>	<b>13.312</b>
IR e CSLL	(5.704)	(1.573)	(4.722)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE / EXERCÍCIO</b>	<b>8.823</b>	<b>3.046</b>	<b>8.590</b>

*Demonstração do Resultado para os semestres findos em 30 de junho de 2008, 2009 e 2010*

R\$ '000			
	<u>1S10</u>	<u>1S09</u>	<u>1S08</u>
<b>RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>43.626</b>	<b>21.233</b>	<b>25.634</b>
Operações de Crédito	29.978	20.921	25.482
Rendas de Aplicação Interfinanceira de Liquidez	-	-	-
Resultado de Títulos e Valores Mobiliários	13.648	312	152
<b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(20.899)</b>	<b>(17.957)</b>	<b>(15.431)</b>
Operações de Captação no Mercado	(5.172)	(3.825)	(3.649)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(15.727)	(14.132)	(11.782)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>22.727</b>	<b>3.276</b>	<b>10.203</b>
<b>RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>	<b>(14.491)</b>	<b>5.337</b>	<b>(8.119)</b>
Receitas de Prestação de Serviços	55	26	255
Despesas de Pessoal	(155)	(240)	(391)
Despesas Administrativas	(15.066)	(8.681)	(7.168)
Despesas Tributárias	(15)	(502)	(1.026)
Outras Receitas Operacionais	1.038	15.472	263
Outras Despesas Operacionais	(348)	(738)	(52)
<b>LUCRO ANTES DO IR E CSLL</b>	<b>8.236</b>	<b>8.613</b>	<b>2.084</b>
IR e CSLL	(3.273)	(3.252)	(1.394)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE / EXERCÍCIO</b>	<b>4.963</b>	<b>5.361</b>	<b>690</b>

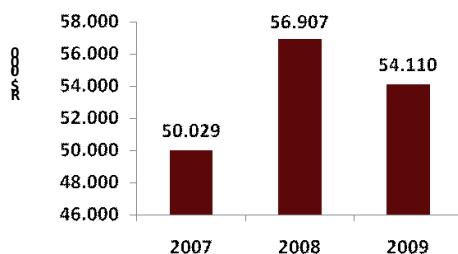
### Balanços Patrimoniais

ATIVO	R\$ '000			
	1S10	2009	2008	2007
<b>CIRCULANTE</b>	<b>125.956</b>	<b>106.793</b>	<b>73.193</b>	<b>74.611</b>
Disponibilidades	697	1.018	541	5.131
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6.990	1.290	3.701	5.653
Títulos e Valores Mobiliários	15.364	24.775	-	-
Operações de Crédito	98.597	72.461	57.322	62.264
Outros Créditos	2.431	5.277	11.629	1.563
Despesas Antecipadas	1.877	1.972	-	-
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>9.478</b>	<b>5.658</b>	<b>5.163</b>	<b>5.898</b>
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>6.602</b>	<b>2.552</b>	<b>1.937</b>	<b>3.088</b>
Operações de Crédito	6.602	2.552	1.937	3.088
<b>PERMANENTE</b>	<b>2.876</b>	<b>3.106</b>	<b>3.226</b>	<b>2.810</b>
Investimentos	102	102	103	85
Imobilizado	1.050	1.008	1.025	711
Intangível	1.454	1.562	1.268	801
Diferido	270	434	830	1.213
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>135.434</b>	<b>112.451</b>	<b>78.356</b>	<b>80.509</b>

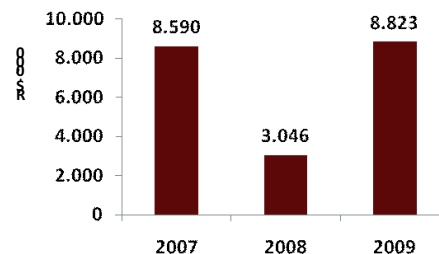
PASSIVO	R\$ '000			
	1S10	2009	2008	2007
<b>CIRCULANTE</b>	<b>43.996</b>	<b>23.887</b>	<b>15.951</b>	<b>45.614</b>
Depósitos a Prazo	29.732	9.742	-	-
Depósito Interfinanceiro	-	-	-	-
Obrigações Diversas	5.797	11.740	3.858	6.222
Recursos de Aceites Cambiais	6.885	1.527	11.625	32.202
Obrigações Fiscais e Tributárias	1.462	682	406	3.538
Outros	120	196	62	3.652
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>70.541</b>	<b>70.630</b>	<b>50.294</b>	<b>25.225</b>
<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>70.541</b>	<b>70.630</b>	<b>50.294</b>	<b>25.225</b>
Depósitos a Prazo	35.408	41.102	-	-
Obrigações Diversas	-	752	389	-
Recursos de Aceites Cambiais	35.133	28.776	49.905	25.225
<b>PATRIMONIO LÍQUIDO</b>	<b>20.897</b>	<b>17.934</b>	<b>12.111</b>	<b>9.670</b>
Capital Social	7.000	7.000	5.000	5.000
Reserva Legal	1.400	1.400	1.000	1.000
Reserva Especial de Lucros	12.497	9.534	6.111	-
Lucros Acumulados	-	-	-	3.670
<b>TOTAL PASSIVO</b>	<b>135.434</b>	<b>112.451</b>	<b>78.356</b>	<b>80.509</b>

### Principais Informações Financeiras

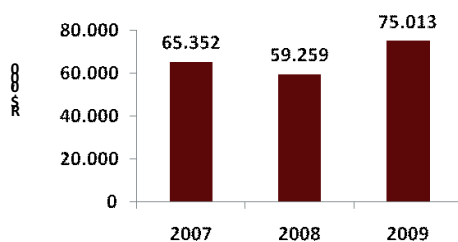
#### Receitas de Intermediação Financeira



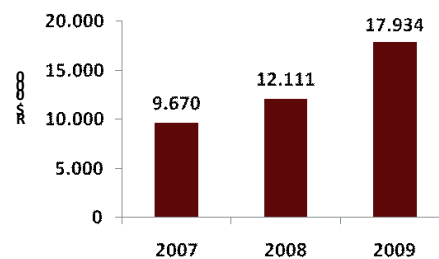
#### Lucro Líquido



#### Operações de Crédito



#### Patrimônio Líquido



O FIDC Credipar I com volume de R\$60.000.00,00 foi captado entre Novembro e Dezembro de 2009, sendo que este Fundo permitiu a Negresco CFI diversificar suas opções de captação e apresentar um crescimento sustentável em sua carteira de crédito no período de junho/2009 até junho/2010.

O Resultado de Títulos e Valores Mobiliários em 2010 refere-se à valorização das cotas subordinadas do FIDC Credipar I.

#### **Experiência prévia em outras operações de securitização**

A Cedente também participa de outro fundo de investimento em direitos creditórios, o “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros Credipar I”. O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros Credipar I emitiu um total de R\$60.000.000,00 em cotas seniores da 1ª série, cada qual com valor unitário de R\$1.000,00. O referido fundo de investimento teve início em 30 de setembro de 2008. Em 30 de junho de 2010, valor da totalidade das cotas seniores emitidas era de R\$60.658.151,00. As cotas seniores têm prazo de 36 meses e terão amortização da valorização incorrida (juros) a partir do 5º Dia Útil do 2º (segundo) mês calendário após o mês de início da subscrição das cotas seniores. A partir do 5º Dia Útil do 12º mês após o mês de início da subscrição das referidas cotas, desde que o fundo tenha recursos, o valor do principal das cotas seniores da 1ª série será amortizado mensalmente em 24 pagamentos mensais.

## **ANEXO I - REGULAMENTO**

*Este Anexo é parte integrante do Prospecto Definitivo de Distribuição Pública de Cotas Seniores da 1ª Série de Emissão do “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros Credipar Mais”*

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Registrado sob o Nº

2 4 4 6 0 5

Osasco

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO  
DO "FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS  
CREDIPAR MAIS"**

Pelo presente instrumento particular, a **BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.** ("Instituição Administradora"), sociedade devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") a administrar fundos de investimento e gerir carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 00.066.670/0001-00, instituição administradora do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS CREDIPAR MAIS** ("Fundo"), inscrito no CNPJ/MF sob nº 12.501636/0001-04, com regulamento registrado no 2º Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco sob o nº 242470 ("Regulamento"):

**CONSIDERANDO QUE:**

- (i) até a presente data, não foram subscritas Cotas de emissão do Fundo;
- (ii) a Instituição Administradora deseja realizar alterações no Regulamento, na forma do Anexo I a este instrumento; e
- (iii) não havendo cotistas do Fundo, não são aplicáveis as disposições do inciso II do artigo 26 da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, nem as disposições do item 24.1 "ii" do Regulamento;

**RESOLVE** a Instituição Administradora deliberar por alterações no Regulamento do Fundo que, nas formas anexas, passam a vigorar a partir do registro do presente instrumento no 2º Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco.

Sendo assim, assina este instrumento em 4 (quatro) vias de igual teor e forma.

Osasco, 18 de novembro de 2010.

**BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**

87051 - Castoamor Simões

2º. OFICIAL DE REGISTRO TÍTULOS DOCUMENTOS  
DE OSASCO - SP

Rua Dante Battiston, 249

Centro - Osasco - SP CEP 06013-030

APRESENTADO HOJE PROTOCOLADO, REGISTRADO E

MICROFILMADO SOB N.º 244605, DO LIVRO B

Osasco, 18 de novembro de 2010

Sônia Maria da Costa Pereira

ANDRÉA C. S. DE ALMEIDA / KATIANE DA M. EVANGELISTA  
SÔNIA MARIA DA COSTA PEREIRA

PROTOCOLO N.º 244605

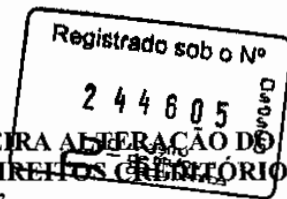
Total Pago R\$ 444,27. Este valor inclui 32% devidos  
ao Estado e 20% à CART Previdência do IPESP, sobre  
R\$ 277,22 devido ao Oficial.

36.309 - José Donizetti de Oliveira





**ANEXO I AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO  
REGULAMENTO DO "FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS  
FINANCEIROS CREDIPAR MAIS"**



**REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS  
FINANCEIROS CREDIPAR MAIS**

2



## ÍNDICE



1.	FORMA DE CONSTITUIÇÃO E OBJETO .....	4
2.	PRAZO DE DURAÇÃO .....	4
3.	POLÍTICA DE INVESTIMENTO .....	5
4.	CONDIÇÕES DE CESSÃO .....	7
5.	CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE .....	8
6.	DESCRIÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS E POLÍTICA DE COBRANÇA .....	10
7.	COTAS DO FUNDO .....	10
8.	CLASSES DE COTAS .....	11
9.	PROCEDIMENTOS DE EMISSÃO, SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO DE COTAS .....	11
10.	AMORTIZAÇÃO E RESGATE DAS COTAS .....	13
11.	CLASSIFICAÇÃO DE RISCO .....	15
12.	NEGOCIAÇÃO DAS COTAS SENIORES .....	15
13.	DISTRIBUIÇÃO DOS RENDIMENTOS DA CARTEIRA DO FUNDO E METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DAS COTAS .....	16
14.	ÍNDICE DE SUBORDINAÇÃO MÍNIMO, TAXA DE CESSÃO E RESERVAS DE AMORTIZAÇÃO E DE LIQUIDEZ .....	17
15.	ORDEM DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS .....	19
16.	METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO .....	19
18.	INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA .....	31
19.	OBRIGAÇÕES, VEDAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA .....	32
20.	REMUNERAÇÃO DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA .....	32
21.	CONTRATAÇÃO DE TERCEIROS .....	33
22.	SUBSTITUIÇÃO DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA E DO CUSTODIANTE .....	35
23.	DESPESAS E ENCARGOS DO FUNDO .....	36
24.	ASSEMBLÉIA GERAL .....	37
25.	ELEIÇÃO DE REPRESENTANTE DOS COTISTAS .....	41
26.	EVENTOS DE AVALIAÇÃO E DE LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA .....	42
27.	LIQUIDAÇÃO DO FUNDO .....	46
28.	INFORMAÇÕES OBRIGATORIAS E PERIÓDICAS .....	49
29.	PUBLICAÇÕES .....	50
30.	DISPOSIÇÕES GERAIS .....	51
ANEXO I .....		52
GLOSSÁRIO DOS PRINCIPAIS TERMOS E EXPRESSÕES UTILIZADOS NO REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS CREDIPAR MAIS .....		52
ANEXO II .....		63
DESCRIÇÃO DA NATUREZA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS, DOS PROCESSOS DE ORIGINAÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS E DA POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO ADOTADA PELA CEDENTE .....		63
ANEXO III .....		66
MODELO DOS CONTRATOS E DA FICHA CADASTRAL DO DEVEDOR .....		66
ANEXO IV .....		67
DESCRIÇÃO DOS MECANISMOS E PROCEDIMENTOS ADOTADOS PARA COBRANÇA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS, INCLUSIVE INADIMPLENTES .....		67
ANEXO V .....		71
DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA ADOTADA PARA VERIFICAÇÃO DO LASTRO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS POR AMOSTRAGEM .....		71
ANEXO VI .....		73
MODELO DE SUPLEMENTO .....		73
ANEXO VII .....		75
TERMO DE CIÊNCIA DE RISCO E ADESÃO AO REGULAMENTO .....		75





## **REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS CREDIPAR MAIS**

O FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS CREDIPAR MAIS, disciplinado pela Resolução nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, do CMN, pela Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, será regido pelo presente Regulamento, conforme o disposto abaixo.

Os principais termos e expressões utilizados neste Regulamento e iniciados por letra maiúscula estão definidos no glossário que integra o presente como seu Anexo I, aplicáveis tanto às formas no singular quanto no plural.

### **1. FORMA DE CONSTITUIÇÃO E OBJETO**

1.1 O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que suas Cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração de cada Série ou em virtude da liquidação do Fundo. É admitida a amortização das Cotas, conforme disposto no presente Regulamento ou por decisão da Assembleia Geral.

1.2. Observado o disposto neste Regulamento e no Contrato de Cessão, o objetivo do Fundo é atuar no sentido de propiciar aos Cotistas a valorização de suas Cotas, preponderantemente por meio de aquisição de Direitos Creditórios oriundos de Financiamentos concedidos pela Cedente aos Consumidores.

### **2. PRAZO DE DURAÇÃO**

2.1 O prazo de duração do Fundo será de 240 (duzentos e quarenta) meses, contados da Data da Subscrição Inicial das Cotas Seniores da 1ª Série. O Fundo somente poderá ser liquidado antecipadamente nas hipóteses expressamente previstas neste Regulamento ou por decisão da Assembleia Geral.

2.2 As diferentes Séries de Cotas Seniores poderão ter prazo de duração distinto daquele estabelecido para o Fundo, os quais serão especificados no respectivo Suplemento, cujo modelo consta do Anexo VI, sendo certo que o prazo das referidas Séries não poderá ser superior ao prazo de duração do Fundo. As Cotas Seniores somente serão resgatadas ao término do prazo de duração de cada Série, em virtude da liquidação do Fundo ou por decisão da Assembleia Geral.



### 3. POLÍTICA DE INVESTIMENTO



3.1 O Fundo é voltado à aplicação preponderantemente de seus recursos em Direitos Creditórios do segmento financeiro que se enquadrem nas Condições de Cessão e Critérios de Elegibilidade previstos neste Regulamento.

3.1.1 Até 31 de dezembro de 2010, o Fundo poderá aplicar seus recursos tanto em Direitos Creditórios Iniciais quanto em Novos Direitos Creditórios. A partir de 1º de janeiro de 2011, as novas aplicações de recursos do Fundo em Direitos Creditórios deverão restringir-se aos Novos Direitos Creditórios, observadas as Condições de Cessão e os Critérios de Elegibilidade estabelecidos neste Regulamento, sem prejuízo dos Direitos Creditórios Iniciais até então adquiridos.

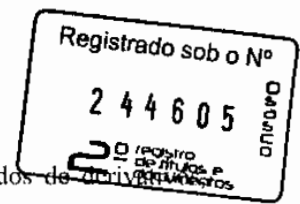
3.2 O Fundo deverá manter, após 90 (noventa) dias do início de suas atividades, a Alocação Mínima, correspondente a, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de seu Patrimônio Líquido alocado em Direitos Creditórios.

3.2.1 O Fundo não poderá aplicar seus recursos em direitos creditórios da Instituição Administradora e/ou de sua coobrigação, bem como de seu controlador, de sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou de outras sociedades sob controle comum da Instituição Administradora.

3.3 O Fundo pode manter a parcela do seu Patrimônio Líquido que não for investida em Direitos Creditórios em moeda corrente nacional ou aplicá-la, isolada ou cumulativamente, nos seguintes títulos e ativos, doravante denominados Ativos Financeiros:

- i) títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- ii) títulos de emissão do BACEN;
- iii) operações compromissadas lastreadas nos títulos mencionados nas alíneas “i” e “ii” acima; e
- iv) cotas de fundos de investimento em renda fixa referenciados, assim definidos pela Instrução CVM nº 409/04, administrados ou não pela Instituição Administradora, que sejam abertos e de longo prazo e cuja política de investimentos preveja a aplicação de, no mínimo, 90% (noventa por cento) do patrimônio líquido nos ativos referidos nas alíneas “i” e “ii” acima.





3.3.1 É facultado ao Fundo, ainda, realizar operações em mercados de derivativos exclusivamente com o objetivo de adequar a rentabilidade intrínseca à operação de aquisição dos Direitos Creditórios, pré-fixada, à remuneração das Cotas Seniores com rendimento pós-fixado em circulação. O limite máximo de exposição do Fundo nesses mercados é de até 1 (uma) vez o Patrimônio Líquido.

3.3.2 As operações contratadas pelo Fundo com instrumentos derivativos, se realizadas, deverão ocorrer (i) em mercado de balcão, sendo que tais operações deverão ser necessariamente registradas na BM&FBOVESPA sob a modalidade “com garantia” em favor do Fundo; e/ou (ii) diretamente na BM&FBOVESPA, sob a modalidade “com garantia”.

3.3.3 Serão considerados, para efeito de cálculo do Patrimônio Líquido, os dispêndios efetivamente incorridos com operações no mercado de derivativos a título de prestação de margens de garantia em espécie, se for o caso, ajustes diários, prêmios e custos operacionais, decorrentes da manutenção de posições em mercados organizados de derivativos, inclusive os valores líquidos das operações.

3.4 É vedado ao Fundo realizar operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo, ou realizar operações de renda variável.

3.5 Os percentuais de composição, concentração e diversificação da carteira do Fundo serão cumpridos diariamente com base no Patrimônio Líquido do Dia Útil imediatamente anterior à data de cada cálculo dos percentuais de composição, concentração e diversificação da carteira.

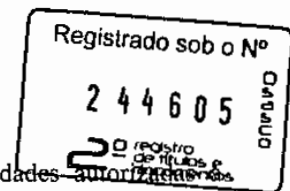
3.6 A Gestora envidará seus melhores esforços para adquirir Ativos Financeiros cujos vencimentos propiciem à carteira classificação de investimento de “longo prazo”, para fins de tributação dos Cotistas, conforme o disposto na Instrução Normativa de nº 1.022, de 5 de abril de 2010, da Secretaria da Receita Federal do Brasil, ou conforme a regulamentação que venha a substituí-la, durante o prazo de duração do Fundo.

3.7 As aplicações no Fundo não contam com garantia: (i) da Instituição Administradora; (ii) da Gestora; (iii) do Custodiante; (iv) de qualquer mecanismo de seguro; ou (v) do FGC.

3.8 Os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo serão mantidos em custódia pelo Custodiante, bem como registrados e/ou mantidos: (i) em conta de depósito diretamente em nome do Fundo; (ii) em contas específicas abertas no SELIC – Sistema de Liquidação e Custódia do BACEN; (iii) em sistemas de registro e de liquidação financeira de







ativos autorizados pelo BACEN; ou (iv) em outras instituições ou entidades autorizadas para a prestação de serviços de custódia pelo BACEN e/ou pela CVM.

3.9 O Fundo poderá investir até 100% (cem por cento) da parcela do seu Patrimônio Líquido que não estiver aplicada em Direitos Creditórios em um único fundo de investimento, que atenda aos requisitos constantes do item 3.3 subitem (iv) acima.

3.10 O Fundo poderá contratar operações com, ou que tenham como contraparte a Gestora, a Instituição Administradora ou empresas controladoras, controladas, coligadas e/ou subsidiárias da Instituição Administradora e da Gestora ou ainda fundos de investimento administrados pela Instituição Administradora e/ou pela Gestora e/ou geridos pela Gestora ou pelas pessoas a eles ligadas.

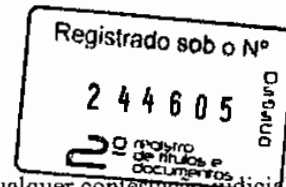
3.11 A Gestora deste Fundo não adota política de voto.

#### **4. CONDIÇÕES DE CESSÃO**

4.1 As Condições de Cessão dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo, que deverão ser verificadas previamente a cada cessão pela Cedente, são exclusiva e cumulativamente:

- i) os Direitos Creditórios devem ser originários de Financiamento:
  - a) concedido pela Cedente aos Consumidores;
  - b) com taxa de juros pré-fixada;
  - c) livre e desembaraçado de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza;
  - d) cuja contratação tenha observado as políticas de crédito vigentes estabelecidas pela Cedente;
  - e) cujo Devedor não tenha apontamentos no SPC, na data de concessão do Financiamento; e
  - f) cujo pagamento deva ser necessariamente realizado por meio de boleto bancário, não sendo permitida a cessão de Direitos Creditórios pagos por meio de cheques pré-datados.





- ii) os Direitos Creditórios não podem ser ou ter sido objeto de qualquer contestação judicial, extrajudicial ou administrativa de que a Cedente tenha conhecimento, independentemente da alegação ou mérito, que possa direta ou indiretamente comprometer a respectiva liquidez e certeza;
- iii) o Devedor não se encontra inadimplente quanto ao cumprimento de qualquer outra obrigação pecuniária em relação à Cedente, suas respectivas controladas, coligadas ou controladoras, diretas ou indiretas;
- iv) a aquisição de Direitos Creditórios relativos a determinado Financiamento deve abranger sempre a totalidade de cada uma das parcelas do Financiamento;
- v) as informações referentes ao respectivo Financiamento devem ter sido transmitidas pela Cedente ao Custodiante, por meio eletrônico ou magnético, de acordo com os procedimentos estabelecidos no Contrato de Cessão;
- vi) o respectivo Financiamento contém somente Direitos Creditórios com valor nominal pré-fixado e frequência de pagamento mensal; e
- vii) os recursos decorrentes dos pagamentos dos Direitos Creditórios efetuados pelos Consumidores nas Lojas Conveniadas sejam depositados obrigatoriamente na Conta Transitória.

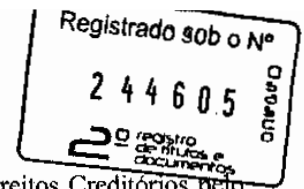
4.2 Em qualquer hipótese, a cessão de Direitos Creditórios ao Fundo deverá ser realizada a parâmetros de mercado, nos termos do disposto no artigo 8º, parágrafo 3º, inciso II da Instrução CVM nº 356/01.

## 5. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

5.1 Sem prejuízo das Condições de Cessão, o Fundo somente poderá adquirir Direitos Creditórios que atendam, exclusiva e cumulativamente, os seguintes Critérios de Elegibilidade:

- i) a aquisição de Direitos Creditórios não deve fazer com que, após a cessão pretendida, a totalidade do débito de determinado Devedor para com o Fundo seja superior a R\$15.000,00 (quinze mil reais);





- ii) os Devedores não devem estar, no momento de aquisição dos Direitos Creditórios pelo Fundo, inadimplentes em relação a outros Direitos Creditórios de titularidade do Fundo;
- iii) os Direitos Creditórios a serem adquiridos não podem estar vencidos e não pagos;
- iv) os Direitos Creditórios a serem adquiridos não devem ter prazo superior a 24 (vinte e quatro) meses contados da sua data de aquisição ou ter data de vencimento posterior ao prazo de amortização da Série de Cotas Seniores em Circulação com vencimento mais longo;
- v) exclusivamente em relação à cessão dos Novos Direitos Creditórios, possuir cobrança registrada perante o Novo Agente de Reccebimento, de acordo com o disposto no item 3.1.1; e
- vi) a aquisição de Direitos Creditórios não deve fazer com que, após a cessão pretendida, mais de 10% (dez por cento) da carteira do Fundo esteja aplicada em Direitos Creditórios oriundos de Financiamentos da modalidade Crédito Pessoal. Não obstante, a qualquer momento, a carteira do Fundo poderá estar integralmente aplicada em Direitos Creditórios oriundos de Financiamentos da modalidade CDC.

5.1.1 A verificação do enquadramento dos Direitos Creditórios que o Fundo pretenda adquirir aos Critérios de Elegibilidade será de responsabilidade do Custodiante previamente a cada cessão com base nos arquivos eletrônicos fornecidos pela Cedente, ou pelo Agente de Cobrança, e nos dados relativos ao Fundo mantidos pelo Custodiante.

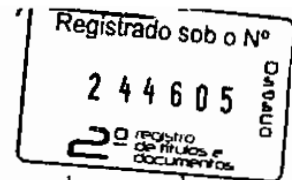
5.2 Todas as informações que venham a ser encaminhadas pela Cedente, ou pelo Agente de Cobrança, ao Custodiante, a fim de que o Custodiante possa verificar o atendimento dos Direitos Creditórios ofertados pela Cedente ao Fundo aos Critérios de Elegibilidade, serão encaminhadas por meio de arquivo eletrônico, em formato previamente estabelecido pelo Custodiante.

5.2.1 Trimestralmente, o Custodiante realizará a verificação de lastro dos Direitos Creditórios Cedidos, por amostragem, com base nos Documentos Comprobatórios, de acordo com o disposto no Anexo V.

5.2.1.1 A verificação será realizada uniformemente, ou seja, não sendo considerados os parâmetros de diversificação de Devedores quando da verificação do lastro.







5.2.2 O Custodiante não poderá ser responsabilizado por qualquer perda que venha a ser imposta ao Fundo ou aos Cotistas por conta de qualquer irregularidade dos Documentos Comprobatórios.

5.3 A alteração dos Critérios de Elegibilidade é de competência exclusiva da Assembleia Geral.

5.4 Na hipótese de qualquer Direito Creditório deixar de atender os Critérios de Elegibilidade após sua aquisição pelo Fundo, não haverá direito de regresso contra o Custodiante, a Instituição Administradora ou a Gestora.

## **6. DESCRIÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS E POLÍTICA DE COBRANÇA**

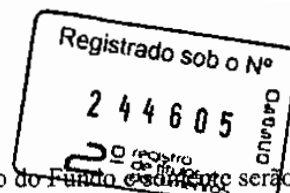
6.1 Nos termos do inciso X do artigo 24 da Instrução CVM nº 356/01, e não consubstanciando Critérios de Elegibilidade, são descritas e apresentadas características inerentes aos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo, divididas da seguinte forma:

- i) descrição dos processos de origem dos Direitos Creditórios, da natureza dos Direitos Creditórios e dos instrumentos jurídicos, contratos ou outros documentos representativos do crédito, bem como da política de concessão de crédito adotada pela Cedente no Anexo II deste Regulamento;
- ii) reprodução dos modelos dos Documentos Comprobatórios – os modelos de contratos e da ficha cadastral no Anexo III deste Regulamento; e
- iii) descrição dos mecanismos e procedimentos adotados para cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos, inclusive inadimplentes no Anexo IV deste Regulamento.

6.2 Caso a Cedente altere a política de concessão de crédito descrita no item 2 do Anexo II, a Cedente enviará notificação, por escrito, à Instituição Administradora em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da alteração para que esta convoque uma Assembleia Geral com a finalidade de alterar o Anexo II a este Regulamento para consolidar as alterações efetuadas na política em referência. A Cedente não poderá ceder ao Fundo Direitos Creditórios contemplando a nova política de concessão de crédito, sem que esta tenha sido alterada no Regulamento, na forma prevista neste item.

## **7. COTAS DO FUNDO**





7.1 As Cotas correspondem a frações ideais do patrimônio do Fundo e somente serão resgatadas ao término dos respectivos prazos de duração, ou em virtude da liquidação do Fundo, ou, ainda, por decisão da Assembleia Geral.

7.2 As Cotas serão escriturais e mantidas em conta de depósitos em nome de seus respectivos titulares perante o Custodiante.

7.2.1 A qualidade de Cotista caracteriza-se pela abertura de conta de depósitos em nome do Cotista.

## **8. CLASSES DE COTAS**

8.1 As Cotas serão divididas em 2 (duas) classes: Cotas Seniores e Cotas Subordinadas; e as Cotas Seniores poderão ser divididas em Séries.

8.2 Todas as Cotas de mesma classe e Série terão iguais taxas, despesas e prazos, bem como direitos de voto.

8.3 As Cotas Seniores são aquelas que não se subordinam às demais para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, nos termos deste Regulamento.

8.4 As Cotas Subordinadas são aquelas que se subordinam às Cotas Seniores para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, nos termos deste Regulamento. Somente ocorrerá a amortização das Cotas Subordinadas após a amortização das Cotas Seniores, ou conforme descrito no presente Regulamento. Somente ocorrerá o resgate das Cotas Subordinadas após o resgate das Cotas Seniores.

## **9. PROCEDIMENTOS DE EMISSÃO, SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO DE COTAS**

9.1 Fica a critério da Instituição Administradora, sem necessidade de aprovação prévia da Assembleia Geral, a emissão de novas Séries de Cotas Seniores, desde que:

- i) seja observado o Índice de Subordinação Mínimo, na respectiva Data de Subscrição Inicial, podendo haver por decisão da Instituição Administradora a emissão concomitante de Cotas Subordinadas para garantir a manutenção do Índice de Subordinação Mínimo;
- ii) seja requerida, por escrito, pela Cedente;





- iii) seja emitida carta pela Agência Classificadora de Risco, a qual deverá ser requerida pela Cedente, as suas expensas, reafirmando que a nova emissão não afetará a classificação de risco das Cotas Seniores obtidas em séries anteriores; e
- iv) a oferta pública de distribuição das novas Séries de Cotas Seniores tenha sido registrada na CVM.

9.1.1 Exceto se de outra forma exigido pela CVM, as Cotas Seniores que não forem subscritas dentro do prazo de colocação da respectiva Série serão canceladas pela Instituição Administradora na forma da Instrução CVM nº 356/01, sem necessidade de aprovação de tal cancelamento pela Assembleia Geral.

9.2 É admitida a emissão e colocação privada de Cotas Subordinadas, a qualquer tempo, pela Instituição Administradora, sem necessidade de aprovação da Assembleia Geral, as quais poderão ser adquiridas exclusivamente pela Cedente ou por suas Partes Relacionadas.

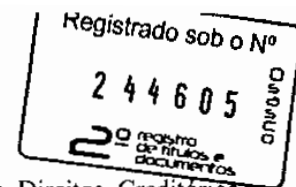
9.3 O valor mínimo para subscrição inicial de Cotas será de R\$25.000,00 (vinte cinco mil reais).

9.4 Será admitida a subscrição por um mesmo Investidor Qualificado de todas as Cotas Seniores emitidas. Não haverá, portanto, requisitos de dispersão das Cotas Seniores.

9.5 As Cotas serão subscritas e integralizadas a partir da respectiva Data de Subscrição Inicial. Na subscrição de Cotas que ocorrer em dia diferente da respectiva Data de Subscrição Inicial, caso os recursos entregues pelo Investidor Qualificado sejam disponibilizados à Instituição Administradora até as 14h30min, será utilizado o valor da Cota da mesma classe e/ou Série em vigor no próprio dia da efetiva disponibilidade dos recursos; caso os recursos entregues pelo investidor sejam disponibilizados à Instituição Administradora após as 14h30min, será utilizado o valor da Cota da mesma classe e/ou Série no Dia Útil subsequente ao da efetiva disponibilidade de recursos.

9.5.1 A integralização de Cotas pode ser efetuada por TED da conta corrente do Investidor Qualificado ou por meio da CETIP. A amortização e o resgate de Cotas podem ser efetuados por crédito em conta corrente, documento de ordem de crédito, TED, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo BACEN.





9.6 Admite-se a integralização de Cotas Subordinadas com Direitos Creditórios, desde que observadas as Condições de Cessão, os Critérios de Elegibilidade, o Índice de Subordinação Mínimo, a Reserva de Liquidez e a Reserva de Amortização.

9.7 É vedada a integralização de Cotas Seniores em Direitos Creditórios ou em outros ativos.

9.8 Cada Cotista, por ocasião de seu ingresso no Fundo, (i) assinará o boletim de subscrição e recibo de integralização, que será autenticado pela Instituição Administradora, (ii) receberá exemplar deste Regulamento e (iii) assinará Termo de Ciência de Risco e Adesão ao Regulamento, declarando estar ciente, dentre outras informações: (a) das disposições contidas neste Regulamento, especialmente aquelas referentes à política de investimento e à taxa de administração cobrada pela Instituição Administradora; (b) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos na cláusula 17 deste Regulamento; (c) da possibilidade de perdas decorrentes das características dos Direitos Creditórios que integram e/ou venham a integrar a carteira do Fundo; e (d) sua qualidade de Investidor Qualificado.

## 10. AMORTIZAÇÃO E RESGATE DAS COTAS

10.1 Os valores e as Datas de Amortização aplicáveis às Cotas Seniores de cada uma das Séries a serem emitidas pelo Fundo deverão constar do Suplemento da respectiva Série.

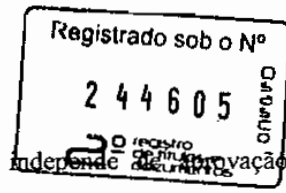
10.1.1 As amortizações das Cotas Seniores nas Datas de Amortização de Cotas Seniores de qualquer Série serão efetuadas em moeda corrente nacional, por meio de depósito em conta corrente de titularidade dos Cotistas, ou mediante qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo BACEN.

10.2 Admite-se o resgate de Cotas Seniores em Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, exclusivamente na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, conforme descrito no item 27.5.2 abaixo.

10.3 A Instituição Administradora poderá realizar a Amortização Compulsória e antecipada das Cotas Seniores, exclusivamente para fins de enquadramento do patrimônio do Fundo (i) ao Índice de Subordinação Mínimo e/ou (ii) à Alocação Mínima em Direitos Creditórios.

10.3.1 A Instituição Administradora deverá, tão logo decida realizar a Amortização Compulsória, convocar Assembleia Geral para deliberar sobre o novo cronograma de amortização se não for possível manter os termos do cronograma originalmente estipulado, observado que a





Amortização Compulsória, nos termos do item 10.3 acima, ~~independe de aprovação da~~ Assembleia Geral.

10.3.2 Na hipótese de a Instituição Administradora decidir pela realização da Amortização Compulsória nos termos dos itens anteriores, o valor referente a tal amortização não será apurado pela fórmula definida no Suplemento das respectivas Séries, mas sim pelo valor necessário de enquadramento do Fundo, conforme previsto no item 10.3 acima. Os Cotistas serão informados, inclusive sobre o valor total envolvendo cada Amortização Compulsória, em até 5 (cinco) Dias Úteis previamente à realização da Amortização Compulsória.

10.3.3 Qualquer Amortização Compulsória afetará todos os Cotistas titulares de Cotas Seniores, de forma proporcional a respectiva participação no Patrimônio Líquido.

10.4 As Cotas Subordinadas poderão ser amortizadas, após o 3º mês contado da Data de Subscrição Inicial das Cotas Seniores da 1ª Série, nos termos do Art. 18-B da Instrução CVM nº356/01, a critério da Instituição Administradora, desde que:

- i) seja observada a obrigação de manter a Reserva de Liquidez e a Reserva de Amortização, conforme estabelecido nos itens 14.4 e 14.5 abaixo;
- ii) haja recursos suficientes para tanto;
- iii) o valor a ser amortizado assegure ao Fundo que, após a amortização pretendida, a Subordinação do Fundo, na data da amortização, permaneça igual ou maior que 25% (vinte e cinco por cento);
- iv) o valor a ser amortizado assegure ao Fundo, após a amortização pretendida, Subordinação igual ou superior ao indicador de inadimplência dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, apurado pelo Custodiante conforme o item 10.4.1 abaixo;
- v) não tenha ocorrido ou esteja em curso qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação; e
- vi) não esteja em curso a liquidação antecipada do Fundo.

10.4.1 A apuração do percentual de inadimplência a que se refere a alínea (iv) do item 10.4 acima será realizada pelo Custodiante de acordo com a seguinte fórmula:





$$Inadimplência = \frac{\text{Direitos Creditórios Inadimplidos}}{\sum_{i=1}^n \text{Cessão}_i}$$



onde:

<i>Direitos Creditórios Inadimplidos</i>	Valor Nominal dos Direitos Creditórios classificados na faixa de risco H de acordo com a Resolução 2.682 do CMN.
<i>Cessão<sub>n</sub></i>	Valor nominal da enésima cessão de Direitos Creditórios realizada pela Cedente ao Fundo.

10.4.2 Os eventos acima não impedirão a amortização das Cotas Subordinadas se anteriormente ou simultaneamente ocorrer o resgate total das Cotas Seniores.

10.5 A não ocorrência de determinada amortização de Cotas Subordinadas em razão do disposto no item 10.4 acima não prejudicará as eventuais amortizações de Cotas Subordinadas subsequentes.

10.6 As Cotas Subordinadas também poderão ser amortizadas por decisão da Assembleia Geral.

## 11. CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

11.1 As Agências Classificadoras de Risco serão responsáveis pela elaboração e atribuição de classificação de risco a cada Série de Cotas Seniores. A classificação de risco deverá ser atualizada, trimestralmente, e ficar à disposição dos Cotistas na sede da Instituição Administradora e em seu *site* na rede mundial de computadores.

11.2 Qualquer alteração na classificação de risco das Cotas Seniores constitui fato relevante para efeito de comunicação aos Cotistas, nos termos do item 28.4 deste Regulamento.

11.3 A Instituição Administradora disponibilizará às Agências Classificadoras de Risco as informações necessárias para a atualização da classificação de risco das Séries de Cotas Seniores.

## 12. NEGOCIAÇÃO DAS COTAS SENIORES





12.1 As Cotas Seniores colocadas junto ao público deverão ser registradas para negociação no mercado secundário através do SF – Módulo de Fundos, sendo a liquidação financeira dos eventos e a custódia realizada pela CETIP, cabendo à Instituição Administradora a adoção das medidas necessárias para tanto; e aos eventuais intermediários assegurar que a aquisição de Cotas somente seja feita por Investidores Qualificados.

### **13. DISTRIBUIÇÃO DOS RENDIMENTOS DA CARTEIRA DO FUNDO E METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DAS COTAS**

13.1 As Cotas, independentemente da classe, serão valorizadas todo Dia Útil, conforme abaixo descrito, caso haja recursos no Fundo suficientes para tal valorização. A primeira valorização ocorrerá no Dia Útil seguinte à Data de Subscrição Inicial da primeira Cota.

13.2 A valorização das Cotas ocorrerá conforme o seguinte procedimento, desde que o patrimônio do Fundo assim permita:

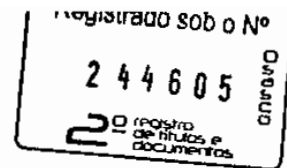
- i) após o pagamento e provisionamento das despesas e encargos do Fundo, será incorporado ao valor de cada Cota Sênior, de forma proporcional e simultânea para cada Série, o valor equivalente à remuneração indicada no respectivo Suplemento da Série, relativa ao Dia Útil imediatamente anterior; e
- ii) após a valorização acima descrita para as Cotas Seniores, o eventual excedente decorrente da valorização da carteira do Fundo no período será incorporado ao valor de cada Cota Subordinada.

13.3 A fórmula de cálculo do valor a ser distribuído para as Cotas Seniores, desde que o patrimônio do Fundo assim permita, nos termos do item 13.2 (i) acima, será determinada no respectivo Suplemento da Série.

13.3.1 Na hipótese de o valor das Cotas Subordinadas ser igual a zero, será incorporado ao valor de cada Cota Sênior, de forma simultânea e proporcional a participação de cada Série em relação ao Patrimônio Líquido do Dia Útil anterior, o valor equivalente à variação patrimonial do Fundo também em relação ao Dia Útil anterior.

13.4 No caso de indisponibilidade temporária do Parâmetro de Remuneração quando da apuração do valor das Cotas Seniores de qualquer das Séries em circulação, será utilizada em sua substituição a mesma taxa diária produzida pelo último valor do Parâmetro de Remuneração





conhecido até a data do respectivo evento. Neste caso, o Custodiante, mediante solicitação da Instituição Administradora, deverá promover os competentes ajustes no valor das respectivas Cotas Seniores no Dia Útil imediatamente subsequente à data de divulgação do valor do Parâmetro de Remuneração que seria aplicável.

13.4.1 Na hipótese de extinção ou impossibilidade de aplicação do Parâmetro de Remuneração de qualquer das Séries de Cotas Seniores em Circulação por imposição legal ou determinação judicial, será aplicada, no lugar do Parâmetro de Remuneração, automaticamente, a taxa substituta que venha a ser adotada pelos agentes de mercado para operações similares. Na hipótese de inexistência do parâmetro acima referido, a Instituição Administradora deverá convocar imediatamente uma Assembleia Geral para que seja deliberado o novo do Parâmetro de Remuneração a ser utilizado para definição do valor das Cotas Seniores.

13.5 O valor unitário das Cotas Subordinadas será o resultado da divisão do eventual saldo remanescente do Patrimônio Líquido, após a subtração do valor de todas as Cotas Seniores em Circulação, pelo número total de Cotas Subordinadas.

#### **14. ÍNDICE DE SUBORDINAÇÃO MÍNIMO, TAXA DE CESSÃO E RESERVAS DE AMORTIZAÇÃO E DE LIQUIDEZ**

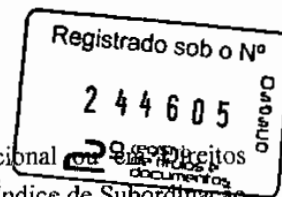
14.1 A Relação Mínima admitida entre o Patrimônio Líquido e o valor das Cotas Seniores em circulação será de 133,33% (cento e trinta e três inteiros e trinta e três centésimos por cento) de forma que Fundo observe, durante seu prazo de existência, ressalvado o disposto no item 14.1.1 abaixo, o Índice de Subordinação Mínimo que corresponda à manutenção de Cotas Subordinadas em montante equivalente a 25% (vinte e cinco inteiros por cento) do valor do Patrimônio Líquido. A Relação Mínima e o Índice de Subordinação Mínimo devem ser apurados todo dia útil, e ficarão à disposição dos Cotistas na sede da Instituição Administradora e em sua página na rede mundial de computadores.

14.1.1 Até o 6º (sexto) mês contado da Data de Subscrição Inicial das Cotas Seniores da 1ª Série, o Índice de Subordinação Mínimo poderá ser de 20% (vinte inteiros por cento) do valor do Patrimônio Líquido. Ainda que durante o prazo previsto neste item, uma vez atingido o Índice de Subordinação Mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do Patrimônio Líquido, este não poderá ser reduzido.

14.2 Na hipótese de inobservância da Relação Mínima e, consequentemente, o desenquadramento do Índice de Subordinação Mínimo por período superior a 2 (dois) Dias Úteis, a Instituição Administradora deverá notificar imediatamente a Cedente sobre tal fato que, por sua vez, poderá exercer a faculdade de, em até 2 (dois) Dias Úteis contados do recebimento de







referida notificação, subscrever e integralizar, em moeda corrente nacional ou em Direitos Creditórios, volume suficiente de Cotas Subordinadas para restabelecer o Índice de Subordinação Mínimo, sem prejuízo do disposto no item 26.1 "v" abaixo.

14.3 A Taxa de Cessão a ser adotada para a determinação do preço de aquisição dos Direitos Creditórios deverá ser: (i) a taxa de juros dos Financiamentos; ou (ii) 4,80% (quatro inteiros e oitenta centésimos por cento) ao mês, aquele que for maior.

14.4 O Fundo deverá sempre manter, durante seu prazo de existência, a Reserva de Liquidez, que corresponde a um montante em Disponibilidades equivalente a 1,00% (um por cento) do Patrimônio Líquido.

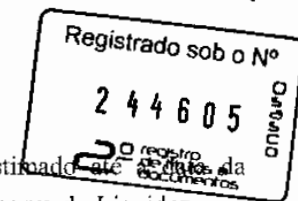
14.5 Adicionalmente à Reserva de Liquidez, a Instituição Administradora deverá constituir Reserva de Amortização. Para tanto, a Instituição Administradora interromperá a aquisição de novos Direitos Creditórios, de modo que o Fundo sempre mantenha em Disponibilidades (líquidas de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza), excluída a soma mantida em Disponibilidades para atendimento da Reserva de Liquidez, soma equivalente a, no mínimo:

- i) 50% (cinquenta por cento) do valor futuro estimado para cada amortização de Cotas Seniores no período compreendido entre 60 (sessenta) dias e 31 (trinta e um) dias corridos antes de cada Data de Amortização de Cotas Seniores; e
- ii) 100% (cem por cento) do valor futuro estimado de cada amortização a partir de 30 (trinta) dias corridos antes de cada Data de Amortização de Cotas Seniores até a data da efetiva amortização.

14.5.1 Uma vez constituída a Reserva de Amortização, nos termos acima referidos, a Instituição Administradora poderá adquirir novos Direitos Creditórios. Caso, uma vez constituída, a Reserva de Amortização deixe de atender ao disposto no item 14.5 acima, a Instituição Administradora deverá interromper imediatamente a aquisição de novos Direitos Creditórios, com vistas à recomposição da Reserva de Amortização.

14.6 Quando da execução dos procedimentos definidos nos itens 14.5 e 14.5.1 acima, a Instituição Administradora deverá priorizar a aquisição de Direitos Creditórios, títulos e ativos cujas datas de vencimento ou de resgate ou sua liquidez de mercado permitam o pagamento tempestivo das amortizações.





14.7 Caso a Reserva de Amortização não atinja o valor estimado até o fim da respectiva amortização, a Instituição Administradora poderá utilizar a Reserva de Liquidez para honrar a respectiva amortização, sendo que, neste caso deverá manter a interrupção da aquisição de Direitos Creditórios até a recomposição da Reserva de Liquidez.

## **15. ORDEM DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS**

15.1 A partir da primeira Data de Subscrição Inicial das Cotas Seniores e até a liquidação do Fundo, sempre preservada a manutenção de sua boa ordem legal, administrativa e operacional, a Instituição Administradora e o Custodiante obrigam-se, por meio dos competentes débitos e créditos realizados nas contas correntes de titularidade do Fundo, a alocar os recursos decorrentes da integralização das Cotas e do recebimento de recursos provenientes da carteira do Fundo, na seguinte ordem:

- i) no pagamento de despesas e encargos de responsabilidade do Fundo, devidos nos termos deste Regulamento e da legislação aplicável;
- ii) na amortização das Cotas Seniores em Circulação, observados os termos e as condições deste Regulamento;
- iii) na constituição da Reserva de Liquidez;
- iv) na constituição da Reserva de Amortização;
- v) no pagamento do preço de aquisição dos Direitos Creditórios em moeda corrente nacional; e
- vi) na amortização de Cotas Subordinadas, observados os limites, os termos e as condições deste Regulamento.

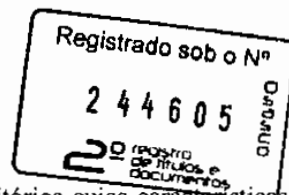
## **16. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO**

16.1 Os ativos do Fundo terão seu valor calculado todo Dia Útil, mediante a utilização da metodologia de avaliação descrita no manual de precificação de ativos do Custodiante, cujo teor está disponível a quaisquer Cotistas na sede do Custodiante.

16.2 O valor de mercado dos Direitos Creditórios será obtido pela apuração dos preços praticados em mercados organizados nas operações realizadas com os mesmos tipos de ativos e que apresentem características semelhantes às das operações realizadas pelo Fundo, levando em



consideração volume, coobrigação e prazo.



16.3 Enquanto não houver mercado ativo de direitos creditórios cujas características sejam semelhantes às dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, estes terão seu valor calculado, todo Dia Útil, pelos respectivos custos de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período.

16.3.1 Na hipótese de se verificar a existência de um mercado ativo de direitos creditórios cujas características sejam semelhantes às dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, estes passarão a ser avaliados pelo seu valor de mercado, conforme descrito no item 16.2 acima.

16.3.2 São elementos que denotam a existência de um mercado ativo de direitos creditórios:

- i) a criação de segmento específico de negociação para tais ativos em bolsa ou em mercado de balcão organizado; e
- ii) a existência de negociações com direitos creditórios em volume financeiro relevante, com frequência e regularidade, de modo a conferir efetiva liquidez para os direitos creditórios.

16.4 As provisões e as perdas com Direitos Creditórios ou com outros ativos integrantes da carteira do Fundo serão, respectivamente, efetuadas ou reconhecidas nos termos da Resolução nº 2.682, de 12 de dezembro de 1999, do CMN. Serão ainda observadas as perdas históricas e/ou a análise de classificação de risco dos sacados.

## 17. FATORES DE RISCO

17.1 O Fundo poderá realizar aplicações que coloquem em risco parte ou a totalidade de seu patrimônio, podendo, inclusive, auferir Patrimônio Líquido negativo, o que exigiria aportes adicionais de recursos por parte dos Cotistas. A carteira do Fundo, e por consequência seu patrimônio, estão submetidos a diversos riscos, dentre os quais, exemplificativamente, os analisados nesta cláusula.

17.1.1 O procedimento de amortização previsto neste Regulamento não constitui promessa de rendimentos, estabelecendo meramente uma previsão de amortização e a preferência entre as diferentes classes de Cotas existentes. Portanto, as Cotas somente serão amortizadas se os resultados da carteira do Fundo assim permitirem.





17.1.2 Os procedimentos para constituição de Reserva de Liquidez e Reserva de Amortização previstos neste Regulamento não constituem promessa ou garantia, por parte da Instituição Administradora ou do Custodiante, de que haverá recursos suficientes para a constituição dessas reservas, representando apenas um objetivo a ser por eles perseguidos.

17.1.3 O Investidor Qualificado, antes de adquirir Cotas, deve ler cuidadosamente os fatores de risco abaixo descritos, responsabilizando-se pelo seu investimento no Fundo. A descrição dos riscos abaixo indicados não é exaustiva, devendo o potencial Investidor Qualificado fazer suas próprias análises antes da aquisição de Cotas do Fundo.

## 17.2 Riscos de mercado

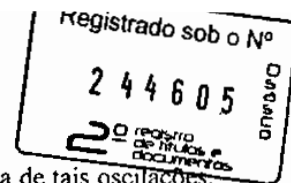
17.2.1 *Descasamento de taxas.* Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são contratados a taxas prefixadas. No entanto, a distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo para as Cotas Seniores podem ter como parâmetro taxas pós-fixadas. Ademais, a Instituição Administradora e a Gestora não estão obrigadas a contratar operações de *hedge* com o objetivo de mitigar esse descasamento de taxas. Desta forma, se a taxa de remuneração das Cotas Seniores elevar-se substancialmente, os recursos do Fundo podem ser insuficientes para pagar parte ou a totalidade dos rendimentos aos titulares de Cotas Seniores. A Cedente, o Fundo, o Custodiante, a Gestora e a Instituição Administradora não prometem ou asseguram rentabilidade aos Cotistas.

17.2.2 *Baixa valorização dos ativos.* A parcela do patrimônio do Fundo não aplicada em Direitos Creditórios poderá ser aplicada em quaisquer dos títulos e ativos especificados no 3.3 deste Regulamento. No entanto, tais ativos podem apresentar valorização efetiva inferior à remuneração das Cotas Seniores em Circulação, o que pode fazer com que os recursos do Fundo tornem-se insuficientes para pagar parte ou a totalidade da meta de rentabilidade prevista para as Cotas Seniores. Nessa hipótese, a rentabilidade das Cotas Seniores poderá ser afetada negativamente, sendo certo que nem o Fundo, nem a Cedente, nem o Custodiante, nem a Instituição Administradora e nem a Gestora prometem ou asseguram rentabilidade aos Cotistas.

17.2.3 *Sujeição dos ativos a oscilações diversas.* Os Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo estão sujeitos a oscilações nos seus preços em função da reação dos mercados frente a fatos e notícias econômicas e políticas, tanto no Brasil como no exterior, podendo ainda responder a notícias e fatos específicos a respeito dos respectivos emissores. As variações de preços dos Ativos Financeiros poderão ocorrer também em função das alterações nas expectativas dos participantes do mercado, podendo inclusive ocorrer mudanças nos padrões de comportamento de preços dos Ativos Financeiros sem que haja mudanças significativas no







contexto econômico e/ou político nacional e internacional. Como decorrência de tais oscilações, poderão ocorrer variações negativas no valor do Patrimônio Líquido, o que poderá afetar negativamente a rentabilidade das Cotas Seniores.

17.2.4 *Efeitos da política econômica do governo federal.* O Fundo, seus ativos e a Cedente estão sujeitos aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal. O Governo Federal intervém frequentemente na política monetária, fiscal e cambial, e, consequentemente, também na economia do País. As medidas que podem vir a ser adotadas pelo Governo Federal para estabilizar a economia e controlar a inflação compreendem controle de salários e preços, desvalorização cambial, controle de capitais e limitações no comércio exterior, alterações nas taxas de juros, entre outras. Tais medidas, bem como a especulação sobre eventuais atos futuros do governo podem gerar incertezas sobre a economia brasileira e uma maior volatilidade no mercado de capitais nacional, podendo afetar adversamente o interesse de Investidores Qualificados na aquisição de Cotas e na liquidação dos Direitos Creditórios pelos Devedores.

### 17.3 Riscos de crédito

17.3.1 *Inexistência de garantia das aplicações do Fundo.* As aplicações no Fundo não contam com garantia da Instituição Administradora, da Gestora, do Custodiante, de quaisquer terceiros, de qualquer mecanismo de seguro, do FGC ou da Cedente. Igualmente, nem o Fundo, nem a Gestora, nem o Custodiante, nem a Instituição Administradora prometem ou asseguram aos Cotistas qualquer rentabilidade ou remuneração decorrentes da aplicação em Cotas. Desse modo, todos os eventuais rendimentos, bem como o pagamento do principal, provirão da carteira de ativos do Fundo, a qual está sujeita a riscos diversos e cujo desempenho é incerto.

17.3.2 *Inadimplência dos emissores dos ativos.* A parcela do patrimônio do Fundo não aplicada em Direitos Creditórios poderá ser aplicada em quaisquer dos títulos e ativos especificados no item 3.3 deste Regulamento. Tais títulos e ativos podem vir a não ser honrados pelos respectivos emissores, de modo que o Fundo teria que suportar tais prejuízos, o que poderia afetar negativamente a rentabilidade das Cotas Seniores.

17.3.3 *Fatores macroeconômicos.* Como o Fundo aplicará seus recursos preponderantemente em Direitos Creditórios, dependerá da solvência dos respectivos Devedores para distribuição de rendimentos aos Cotistas. A solvência dos Devedores pode ser afetada por fatores macroeconômicos relacionados à economia brasileira, tais como elevação das taxas de juros, aumento da inflação, baixos índices de crescimento econômico, entre outros. Assim, na hipótese de ocorrência de um ou mais desses eventos, e não havendo recompra de tais Direitos Creditórios pela Cedente, poderá haver aumento da inadimplência dos Direitos Creditórios





Cedidos, provocando perdas patrimoniais ao Fundo, e podendo afetar a rentabilidade das Cotas Seniores.

17.3.4 *Modificação de créditos por decisão judicial.* Os Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo são oriundos de Financiamentos que poderão ter suas condições questionadas em juízo pelos respectivos Devedores. Não pode ser de todo afastada a possibilidade de os Devedores lograrem êxito nas demandas ajuizadas. Nessa hipótese, os Direitos Creditórios Cedidos podem ter seus valores reduzidos ou até serem anulados em decisão judicial, o que afetaria negativamente o patrimônio do Fundo, bem como a rentabilidade das Cotas Seniores.

17.3.5 *Riscos decorrentes dos procedimentos adotados pela Cedente.* A aprovação dos Financiamentos depende de análise da adequação das condições pessoais dos Devedores à política interna de concessão de crédito da Cedente, a qual se encontra descrita de forma resumida no Anexo II deste Regulamento. Contudo, ainda que a Cedente submeta todas as propostas recebidas aos procedimentos constantes de sua política interna de concessão de crédito e a referida proposta seja ao final aprovada por satisfazer critérios objetivos, não há garantia que os Devedores honrarão seus compromissos assumidos para com a Cedente. A perda acumulada observada pela Agência Classificadora de Risco, com base nas informações históricas da Cedente, é elevada, girando em torno de 15% (quinze por cento) do total de créditos originados pela Cedente. Caso os compromissos assumidos pelos Devedores não sejam devidamente cumpridos, a rentabilidade das Cotas Seniores pode ser afetada adversamente. Ademais, é possível que ocorra alguma falha operacional no momento de análise do risco de crédito do Devedor, ou da formalização do Financiamento cujos Direitos Creditórios foram cedidos ao Fundo. Essas falhas operacionais poderiam dificultar, ou mesmo impedir a efetiva cobrança dos Direitos Creditórios, o que poderia afetar negativamente a rentabilidade das Cotas Seniores.

17.3.6 *Recompra de Direitos Creditórios.* Segundo os termos do Contrato de Cessão, a Cedente tem a faculdade, mas não a obrigação, de recomprar, no todo ou em parte, os Direitos Creditórios Cedidos ao Fundo, independentemente de seus Devedores mostrem-se inadimplentes. Caso sejam realizadas recompras de Direitos Creditórios Cedidos inadimplidos com frequência, o exercício dessa faculdade poderá dificultar a determinação do perfil de inadimplência da carteira do Fundo e, conseqüentemente, do risco de crédito a que o Fundo está sujeito. Por outro lado, se não ocorrer a recompra, o Fundo terá de suportar, na hipótese de inadimplência dos Devedores, parte ou a totalidade dos eventuais prejuízos decorrentes de tal inadimplência, o que pode comprometer a rentabilidade das Cotas Seniores ou mesmo causar perdas ao Patrimônio Líquido.

#### 17.4 Riscos de liquidez





17.4.1 *Inexistência de mercado secundário para negociação de Direitos Creditórios.* Fundo enquadra-se em modalidade de investimento diferenciada, devendo os potenciais Investidores Qualificados avaliar minuciosamente suas peculiaridades, que podem eventualmente trazer consequências negativas para o patrimônio do Fundo, ou que podem tornar o investimento ilíquido. Não existe, no Brasil, mercado secundário ativo para negociação de direitos creditórios. Portanto, caso por qualquer motivo seja necessária a venda dos Direitos Creditórios da carteira do Fundo, poderá não haver compradores ou o preço de negociação poderá causar perda ao patrimônio do Fundo, bem como afetar adversamente a rentabilidade das Cotas Seniores.

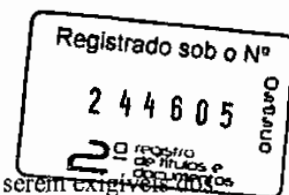
17.4.2 *Falta de liquidez dos Ativos Financeiros.* A parcela do patrimônio do Fundo não aplicada em Direitos Creditórios poderá ser aplicada em quaisquer dos títulos e ativos especificados no item 3.3 deste Regulamento. Tais títulos e ativos podem vir a se mostrar ilíquidos (seja por ausência de mercado secundário ativo, seja por eventual atraso no pagamento por parte do respectivo emissor), o que poderia, eventualmente, afetar pagamentos de amortização e/ou resgate a Cotistas, afetando a liquidez esperada de suas Cotas.

17.4.3 *Fundo fechado e mercado secundário.* O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que suas Cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração do Fundo, ou em virtude de sua liquidação, ou por deliberação da Assembleia Geral. Assim, o Cotista não terá liquidez em seu investimento no Fundo, exceto (i) por ocasião das amortizações programadas ou eventuais, ou (ii) por meio da alienação de suas Cotas no mercado secundário. Atualmente, o mercado secundário de cotas de fundos de investimento apresenta baixa liquidez, o que pode dificultar a venda de Cotas ou ocasionar a obtenção de um preço de venda que cause perda de patrimônio ao Cotista. Não há qualquer garantia da Instituição Administradora, do Custodiante, da Cedente, da Gestora, ou de qualquer outra Parte Relacionada, em relação à possibilidade de venda das Cotas no mercado secundário, preço obtido pelas Cotas, ou mesmo garantia de saída ao Cotista.

17.4.4 *Reserva de amortização não constitui garantia de pagamento.* Será constituída Reserva de Amortização, destinada ao pagamento das amortizações das Cotas Seniores. No entanto, eventualmente o Fundo poderá não ter recursos sequer para a constituição da Reserva de Amortização. É também possível que, não obstante a devida constituição da Reserva de Amortização, o Fundo não tenha, na data prevista, meios suficientes para pagamento de tais amortizações. Desse modo, a existência da Reserva de Amortização não constitui garantia de pagamento das amortizações programadas de Cotas Seniores.

17.4.5 *Insuficiência de recursos no momento da liquidação antecipada.* O Fundo poderá ser liquidado antecipadamente em algumas hipóteses previstas neste Regulamento. Ocorrendo tal liquidação antecipada, o Fundo pode não dispor de recursos para pagamento aos





Cotistas (por exemplo, pelo fato de os Direitos Creditórios Cedidos ainda não serem exigíveis dos respectivos Devedores). Neste caso, ou (i) os Cotistas teriam suas Cotas resgatadas em Direitos Creditórios; ou (ii) o pagamento do resgate das Cotas ficaria condicionado (a) ao vencimento e pagamento pelos Devedores dos Direitos Creditórios Cedidos; ou (b) à venda dos Direitos Creditórios Cedidos a terceiros, sendo que o preço praticado poderia causar perda aos Cotistas.

#### 17.5 Riscos provenientes do uso de derivativos

17.5.1 *Efeitos negativos para a rentabilidade do Fundo.* Somente com vistas a adequar a rentabilidade intrínseca à operação de aquisição dos Direitos Creditórios, pré-fixada, à remuneração das Cotas Seniores com rendimento pós-fixado em circulação, poderão ser contratadas operações no mercado de derivativos. Tais operações, entretanto, poderão afetar negativamente a rentabilidade do Fundo de tal forma que os Cotistas poderão suportar prejuízos em decorrência da utilização de instrumentos derivativos.

17.5.2 *Oscilações no patrimônio do Fundo.* A Gestora poderá contratar operações de swap de taxas prefixadas por taxas pós-fixadas ou ainda operações envolvendo contratos futuros atrelados à referida taxa, para evitar o risco de descasamento de taxas. No entanto, há a possibilidade de a Gestora não conseguir contratar tais operações. Além disso, a realização de operações pelo Fundo no mercado de derivativos pode ocasionar variações no Patrimônio Líquido que levem a perdas patrimoniais ao Fundo e conseqüentemente aos seus Cotistas. Ainda, há a possibilidade de o Fundo auferir Patrimônio Líquido negativo em decorrência das operações realizadas, o que poderá acarretar na necessidade de realizar aportes adicionais de recursos no Fundo por seus Cotistas.

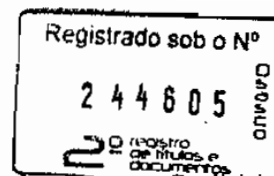
#### 17.6 Riscos específicos

##### 17.6.1 Riscos operacionais

17.6.1.1 *Verificação por amostragem.* A verificação documental (física) da regularidade dos Documentos Comprobatórios é realizada apenas por amostragem por meio de auditoria trimestral é de responsabilidade do Custodiante que contratará o Auditor para a realização dessa verificação. Considerando que tal auditoria é realizada tão somente por amostragem, e em muitos casos após a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, a carteira do Fundo poderá conter Direitos Creditórios cujos Documentos Comprobatórios apresentem irregularidades, o que poderá obstar o pleno exercício pelo Fundo das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios Cedidos.





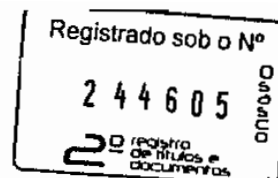


17.6.1.2 *Falhas dos Agentes de Recebimento.* A cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos depende da atuação diligente dos Agentes de Recebimento. Cabe-lhes aferir o correto recebimento dos recursos dos Direitos Creditórios Cedidos. Assim, qualquer falha de procedimento dos Agentes de Recebimento poderá acarretar em menor recebimento dos recursos devidos pelos Devedores. Isso levaria a queda da rentabilidade do Fundo, e eventualmente a prejuízos às Cotas Seniores.

17.6.1.3 *Pagamento dos Direitos Creditórios Iniciais.* A liquidação dos Direitos Creditórios Iniciais, ainda não vencidos ocorrerá por meio de pagamento de boletos pelos Devedores, em instituições financeiras, nos Correspondentes Bancários ou nas Lojas Conveniadas. Os pagamentos efetuados em instituições financeiras ou nos Correspondentes Bancários são recebidos em ou transferidos para contas correntes de titularidade da Cedente mantidas junto ao Agente de Recebimento Inicial, o qual, por sua vez, transfere referidos recursos na mesma data para a Conta Transitória. Tendo em vista que as contas correntes mantidas junto ao Agente de Recebimento Inicial são de titularidade da Cedente e que a efetiva transferência dos recursos pagos originados dos Direitos Creditórios Iniciais Cedidos dependerá de ato unilateral do Agente de Recebimento Inicial, poderá haver atrasos motivados, por exemplo, por problemas operacionais ou intervenção, liquidação ou falência do Agente de Recebimento Inicial. Nessas hipóteses, muito embora o Agente de Recebimento Inicial tenha o dever obrigacional de transferir ao Fundo os recursos pagos originados dos Direitos Creditórios Iniciais para a Conta Transitória, há possibilidade de os recursos ali depositados serem bloqueados e somente por via judicial serem recuperados para o Fundo, o que poderia levá-lo a perder parte do seu patrimônio, podendo ainda afetar negativamente a rentabilidade das Cotas Seniores. Os riscos decorrentes dos pagamentos dos Direitos Creditórios Iniciais efetuados em Lojas Conveniadas são tratados no item 17.6.1.4 abaixo.

17.6.1.4 *Manutenção dos Direitos Creditórios na Conta Transitória.* A liquidação dos Direitos Creditórios, ainda não vencidos ocorrerá por meio de depósito de pagamento de boletos pelos Devedores, em instituições financeiras, nos Correspondentes Bancários ou nas Lojas Conveniadas. Os recursos provenientes do pagamento dos Direitos Creditórios Iniciais em instituições financeiras ou nos Correspondentes Bancários são recebidos pelo Agente de Recebimento Inicial e transferidos para a Conta Transitória. Já os recursos provenientes do pagamento dos Direitos Creditórios (Direitos Creditórios Iniciais e Novos Direitos Creditórios) nas Lojas Conveniadas são diretamente creditados na Conta Transitória. O Custodiante tem a obrigação de efetuar a conciliação das informações recebidas da Cedente referentes aos recursos recebidos na Conta Transitória e a Lista de Direitos Creditórios, com a finalidade de identificar os recursos pagos originados dos Direitos Creditórios Cedidos e transferi-los para a conta corrente de titularidade do Fundo em até 1 (um) Dia Útil contado do efetivo recebimento. Na hipótese de intervenção, liquidação, falência ou aplicação de regimes similares no Novo Agente de





Recebimento, há possibilidade de os recursos ali depositados serem bloqueados e somente por via judicial serem recuperados para o Fundo, o que poderia levá-lo a perder parte do seu patrimônio, podendo ainda afetar negativamente a rentabilidade das Cotas Seniores.

17.6.1.5 *Guarda dos Documentos Comprobatórios pela Cedente.* A Cedente é, na qualidade de fiel depositário, responsável pela guarda física dos Documentos Comprobatórios. Embora a Cedente tenha a obrigação de permitir ao Fundo e ao Custodiante livre acesso à referida documentação, a guarda de tais documentos pela Cedente, ou por qualquer subcontratado, poderá representar dificuldade à verificação da constituição e performance dos Direitos Creditórios Cedidos, podendo gerar perdas ao Fundo e, conseqüentemente, aos seus Cotistas.

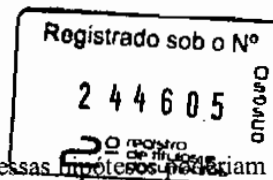
#### 17.6.2 Risco de descontinuidade e reinvestimento

17.6.2.1 *Amortização Compulsória ou Liquidação antecipada.* As Cotas Seniores serão amortizadas com base no cronograma de amortização estabelecido no Suplemento da respectiva Série. No entanto, há eventos que podem ensejar a liquidação antecipada do Fundo, bem como Amortização Compulsória de Cotas. Assim, há a possibilidade de os titulares de Cotas receberem valores antecipadamente, e eventualmente inferiores aos esperados. Outrossim, o Fundo poderá ser liquidado antecipadamente por diversas razões, dentre elas o não cumprimento da Alocação Mínima decorrente da diminuição de Direitos Creditórios Cedidos. Nos termos do Contrato de Cessão, tanto a Cedente quanto o Fundo têm a faculdade, e não a obrigação, de ceder ou adquirir Direitos Creditórios; logo, a cessão somente será realizada se, por exemplo, o preço de cessão for interessante a ambas as partes e estiver dentro dos parâmetros de mercado. Sendo assim, é possível que a cessão não apresente vantagens à Cedente a ponto de o Fundo não conseguir mais adquirir Direitos Creditórios, o que poderia levá-lo ao não cumprimento da Alocação Mínima e conseqüentemente à liquidação antecipada. Mesmo que o Fundo disponha de recursos para pagamento aos Cotistas, o que não é garantido pela Instituição Administradora, Custodiante, Cedente ou quaisquer terceiros, é possível que não haja, disponíveis no mercado, aplicações com mesmas características de prazo, risco e rentabilidade, o que frustraria a expectativa que o investidor possuía no momento em que adquiriu as Cotas.

#### 17.6.3 Riscos da originadora

17.6.3.1 *Descumprimento do Contrato de Cessão.* Em virtude do disposto no Contrato de Cessão, a Cedente poderá ceder Direitos Creditórios ao Fundo, de acordo com as condições ali estabelecidas. Caso a Cedente, por qualquer motivo, interrompa a cessão de Direitos Creditórios pactuada nos termos do Contrato de Cessão, é possível que o Fundo passe a apresentar excesso de





liquidez, ou/e deixe de observar a Alocação Mínima. Quaisquer dessas hipóteses podem levar à liquidação antecipada do Fundo, ou à Amortização Compulsória. Além disso, nos termos do Contrato de Cessão a Cedente se obriga a indicar ao Custodiante quais dentre os Direitos Creditórios Cedidos foram pagos e tiveram seu valor depositado na Conta Transitória. Se tal informação não for dada pela Cedente, o Custodiante terá que solicitar tais informações diretamente ao Agente de Recebimento Inicial o que poderá gerar atrasos no recebimento dos valores recebidos na Conta Transitória, além de custos adicionais relacionados ao desenvolvimento de sistemas por parte do Custodiante, sob pena de ter que segregar os valores recebidos na Conta Transitória e transferi-los ao Fundo. 17.6.3.2

*Diminuição da quantidade de Direitos Creditórios elegíveis.* Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são decorrentes exclusivamente de Financiamentos, e devem necessariamente respeitar os parâmetros da política de investimento descrita neste Regulamento bem como atender aos Critérios de Elegibilidade. Na hipótese de, por qualquer motivo, (i) deixarem de ocorrer tais mútuos; e/ou (ii) não existirem Direitos Creditórios disponíveis para cessão ao Fundo e que satisfaçam os Critérios de Elegibilidade e as Condições de Cessão, poderá ocorrer a liquidação do Fundo, ou ainda a Amortização Compulsória. Ressalte-se que alterações da política econômica do governo e aumento da concorrência no setor de crédito pessoal ou de crédito direto ao consumidor também podem levar à diminuição da quantidade, ou até a inexistência, de Direitos Creditórios elegíveis.

17.6.3.3 *Intervenção, liquidação, falência ou aplicação de regimes similares à Cedente.* Os Direitos Creditórios Iniciais pagos pelo Devedor são recebidos em contas correntes de titularidade da Cedente junto ao Agente de Recebimento Inicial, o qual então os transfere na mesma data para a Conta Transitória. Na hipótese de intervenção, liquidação, falência ou aplicação de regimes similares à Cedente, há a possibilidade de os recursos recebidos pela Cedente e ainda não transferidos para a Conta Transitória serem bloqueados e somente por via judicial serem recuperados para o Fundo, o que poderia afetar sua rentabilidade e levá-lo a perdas patrimoniais. Adicionalmente, a intervenção, liquidação, falência ou aplicação de regimes similares à Cedente poderá interromper a geração de Direitos Creditórios passíveis de cessão ao Fundo, o que poderá culminar no desenquadramento do percentual referido no item 3.2 acima, levando à liquidação antecipada do Fundo, o que pode não atender aos interesses dos Cotistas. A intervenção, liquidação, falência ou aplicação de regimes similares à Cedente poderá da mesma forma gerar desorganização administrativa dela e impedir que informações sobre quais dentre os Direitos Creditórios Cedidos foram pagos e tiveram seu valor depositado na Conta Transitória sejam passadas ao Custodiante. Se tal informação não for dada pela Cedente, o Custodiante terá que solicitar tais informações diretamente ao Agente de Recebimento Inicial o que poderá gerar atrasos no recebimento dos valores recebidos na Conta Transitória, além de custos adicionais relacionados ao desenvolvimento de sistemas por parte do Custodiante, sob pena de não ter meios de segregar os valores recebidos na Conta Transitória e transferi-los ao Fundo. É recomendável







que os Investidores Qualificados interessados em adquirir Cotas Seniores consultem os demonstrativos financeiros da Cedente, que constam do Anexo V dos prospectos preliminar e definitivo de distribuição de Cotas Seniores da 1ª Série, especialmente no que se refere ao balanço patrimonial e demonstrativo de resultados dos semestres findos em 30 de junho de 2010.

#### 17.6.4 Outros riscos

17.6.4.1 *Invalidade ou ineficácia da cessão de Direitos Creditórios.* Com relação à Cedente, a cessão de Direitos Creditórios poderia ser invalidada ou tornada ineficaz, impactando negativamente o patrimônio do Fundo, caso fosse realizada em:

- i) fraude contra credores, inclusive da massa, se no momento da cessão a Cedente estivesse insolvente ou se com ela passasse ao estado de insolvência;
- ii) fraude de execução, caso (a) quando da cessão a Cedente fosse sujeito passivo de demanda judicial capaz de reduzi-la à insolvência; ou (b) sobre os Direitos Creditórios Cedidos pendesse demanda judicial fundada em direito real; e
- iii) fraude à execução fiscal, se a Cedente, quando da celebração da cessão de créditos, sendo sujeito passivo por débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa, não dispusesse de bens para total pagamento da dívida fiscal.

17.6.4.2 *Concentração em modalidade de investimento.* O Fundo aplicará em Direitos Creditórios exclusivamente originados de Financiamentos. Nesse contexto, não será possível ampla diversificação dos investimentos realizados pelo Fundo, sendo estes concentrados em uma espécie primordial de investimento (Direitos Creditórios). A concentração das aplicações em um ou em poucos tipos de investimento eleva as possibilidades de que o Fundo venha a sofrer perda patrimonial, podendo afetar negativamente a rentabilidade das Cotas Seniores.

17.6.4.3 *Intervenção, liquidação, falência ou aplicação de regimes similares ao Agente de Cobrança ou aos Agentes de Recebimento.* Na hipótese de intervenção nos Agentes de Recebimento, o repasse dos recursos provenientes dos pagamentos dos Direitos Creditórios Cedidos poderia ser interrompido, e permaneceria inexigível enquanto perdurasse a intervenção. Em caso de liquidação, falência ou aplicação de regimes similares ao Agente de Cobrança ou aos Agentes de Recebimento, há a possibilidade de os recursos ali depositados serem bloqueados, e somente serem recuperados por meio de pedido de restituição, ou mesmo por via judicial. Em ambos os casos, o patrimônio do Fundo poderia sofrer perdas e a rentabilidade das Cotas Seniores poderia ser afetada negativamente.





17.6.4.4 *Intervenção, liquidação, falência ou aplicação de regimes similares ao Custodiante.* O Fundo terá conta corrente no Custodiante. Na hipótese de intervenção, liquidação, falência ou aplicação de regimes similares neste, há possibilidade de os recursos ali depositados serem bloqueados e somente por via judicial serem recuperados para o Fundo, o que poderia levá-lo a perder parte do seu patrimônio, podendo ainda afetar negativamente a rentabilidade das Cotas Seniores.

17.6.4.5 *Alteração do Regulamento.* O Regulamento pode ser alterado em consequência de normas legais ou regulamentares, por determinação da CVM ou por deliberação da Assembleia Geral. Tais alterações poderão afetar o modo de operação do Fundo e acarretar perdas patrimoniais ao Fundo e afetar negativamente a rentabilidade das Cotas Seniores.

17.6.4.6 *Forma de notificação dos Devedores.* O Contrato de Cessão prevê que os Devedores serão notificados da cessão dos Direitos Creditórios Cedidos apenas por meio de publicações periódicas em jornal de grande circulação, constando especificamente nos boletos para pagamento dos Novos Direitos Creditórios uma previsão genérica sobre a possibilidade da cessão dos Novos Direitos Creditórios. No entanto, caso seja necessário alterar os mecanismos de cobrança, os Devedores não estão obrigados a realizar qualquer pagamento com relação aos Direitos Creditórios Cedidos diretamente ao Fundo até que sejam notificados da referida cessão. Na falta ou atraso de tal notificação, o Patrimônio Líquido e a rentabilidade das Cotas Seniores poderão ser afetados negativamente.

17.6.4.7 *Modalidade recente de investimento.* De acordo com a política de investimentos estabelecida neste Regulamento, o Fundo investirá seus recursos, preponderantemente, em modalidade de investimentos recentemente instituída no Brasil, consistente em direitos creditórios, sobre os quais inexistem dados históricos e estatísticos que possibilitem estimativa de retorno e previsão de desempenho do Fundo a médio e longo prazo para os Investidores Qualificados.

17.6.4.8 *Dação em pagamento de Direitos Creditórios.* No caso de liquidação antecipada do Fundo em que a Assembleia Geral deliberar o resgate das Cotas mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios Cedidos, os titulares de Cotas Seniores poderão encontrar dificuldades para (i) negociar os Direitos Creditórios recebidos; c/ou (ii) cobrar os Direitos Creditórios inadimplentes.

17.6.4.9 *Inexistência de rendimento pré-determinado.* As Cotas Seniores terão seu valor apurado todo Dia Útil, conforme os critérios estabelecidos neste Regulamento. Tais critérios visam a definir qual parcela do Patrimônio Líquido deve ser prioritariamente alocada aos titulares





de Cotas Seniores na hipótese de amortização ou resgate de suas Cotas e não representará, nem deverão ser considerados promessa ou garantia de rentabilidade aos Cotistas Seniores. Portanto, os Cotistas Seniores somente receberão rendimentos se os resultados da carteira do Fundo assim permitirem.

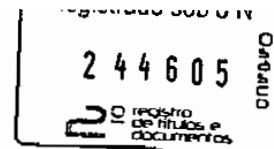
**17.6.4.10 Repasse de valores recuperados por escritórios de cobrança.** Conforme descrito no Anexo IV deste Regulamento, em caso de inadimplência, poderão ser acionados terceiros (geralmente escritórios de cobrança) para localizar os Devedores e empreender tentativa de negociação com os mesmos, com o fim de obter valores em atraso. Em caso de sucesso, os valores recuperados são recebidos pelos próprios terceiros que, periodicamente, repassam tais valores ao Agente de Cobrança ou ao Fundo. O repasse de valores está sujeito a fraudes, desvios de valores, atrasos e problemas operacionais. A ocorrência de quaisquer desses eventos poderia dificultar o recebimento do pagamento referente a Direitos Creditórios inadimplidos de titularidade do Fundo, ocasionando a redução do patrimônio do Fundo, e afetando a rentabilidade das Cotas Seniores.

**17.6.4.11 Alteração da situação financeira dos Devedores.** A cessão ao Fundo dos Direitos Creditórios é precedida de verificação pela Cedente de registros de inadimplência junto ao SPC na data da concessão dos Financiamentos. Como não se faz nova checagem da situação de inadimplência do Devedor, é possível que a situação financeira do Devedor sofra deterioração no período após a cessão ao Fundo dos Direitos Creditórios, caso em que o patrimônio do Fundo e a rentabilidade das Cotas Seniores poderão ser adversamente afetados.

**17.6.4.12 Despesas com a defesa dos Direitos dos Cotistas Seniores.** O Agente de Cobrança realizará a cobrança judicial e extrajudicial dos Direitos Creditórios Cedidos em situação de inadimplência. É facultado ao Fundo, porém, a qualquer tempo, contratar outro agente de cobrança. Nessa hipótese, o custo do novo agente de cobrança poderá ser significativamente maior, e o Fundo poderá não possuir recursos suficientes para adoção e manutenção dos procedimentos judiciais e extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e dos outros ativos de sua titularidade e à defesa dos seus direitos, interesses e prerrogativas. É possível que a maioria dos Cotistas Seniores reunidos em Assembleia Geral não aprove aporte de recursos ao Fundo necessários para assegurar eventual adoção e manutenção dos procedimentos acima referidos. Também é possível que os Cotistas Seniores aprove o aporte de recursos para adoção e manutenção dos procedimentos acima referidos, mas que eles não atinjam os resultados mínimos almejados. Em qualquer das hipóteses, o Patrimônio Líquido e a rentabilidade das Cotas Seniores podem ser afetados negativamente.

## **18. INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA**





18.1 O Fundo é administrado pela Instituição Administradora, a BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sociedade com sede na cidade de Osasco, Estado de São Paulo, Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, bairro Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.066.670/0001-00.

## **19. OBRIGAÇÕES, VEDAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA**

19.1 A Instituição Administradora, observadas as limitações estabelecidas na presente cláusula, neste Regulamento e nas demais disposições legais e regulamentares pertinentes, tem amplos e gerais poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo e para exercer os direitos inerentes aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo.

19.2 Além de observar as obrigações estabelecidas no artigo 34 da Instrução CVM nº 356/01, a Instituição Administradora obriga-se a, no caso de pedido ou decretação de recuperação judicial ou extrajudicial, falência, intervenção ou liquidação extrajudicial, ou ainda de regimes similares dos Agentes de Recebimento ou do Custodiante, os quais mantêm contas correntes nas quais transitam Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, tomar as providências necessárias para o direcionamento do fluxo de recursos relacionados aos Direitos Creditórios Cedidos que transitam nas contas mantidas junto aos Agentes de Recebimento ou Custodiante, conforme o caso, para contas de titularidade do Fundo em outras instituições, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que tomar ciência de tal fato.

19.3 No exercício de suas funções, a Instituição Administradora deve respeitar todas as vedações previstas nos artigos 35 e 36 da Instrução CVM nº 356/01.

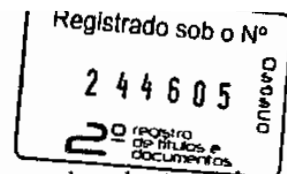
## **20. REMUNERAÇÃO DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA**

20.1 A Instituição Administradora receberá, no 5º (quinto) Dia Útil do mês subsequente, remuneração correspondente a (i) 0,40% (quarenta centésimos por cento) ao ano do montante de Patrimônio Líquido, respeitado o valor mínimo mensal de R\$19.500,00(dezenove mil e quinhentos reais); e (ii) R\$1.666,67 (um mil, seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavo) ao mês, pela prestação de serviços de administração, custódia, controladoria e escrituração de Cotas do Fundo. A referida remuneração será calculada e provisionada diariamente, a partir da primeira integralização de Cotas, conforme a seguinte fórmula:

$$\text{Taxa de Administração} = \frac{0,40\%}{252} \times \text{Patrimônio Líquido}_{D-1}$$







20.2 A Instituição Administradora pode estabelecer que parcelas da taxa de administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da taxa de administração acima fixada.

20.3 Não poderão ser cobradas do Cotista quaisquer outras taxas, tais como taxa de performance, taxa de ingresso e/ou saída.

## 21. CONTRATAÇÃO DE TERCEIROS

21.1 A Instituição Administradora pode, sem prejuízo de sua responsabilidade e do diretor ou sócio-gerente designado, contratar serviços de:

- i) consultoria especializada, objetivando a análise e seleção de Direitos Creditórios e demais ativos para integrarem a carteira do Fundo;
- ii) gestão da carteira do Fundo com terceiros devidamente identificados; e
- iii) custódia, contabilidade e controladoria de ativos e passivos do Fundo.

21.2 A Gestora foi contratada para prestar os serviços de gestão da carteira de Ativos Financeiros do Fundo e deverá receber remuneração a ser deduzida da taxa de administração conforme previsto no Contrato de Gestão, celebrado entre a Instituição Administradora e a Gestora.

21.3 O Custodiante foi contratado pela Instituição Administradora, para realizar o serviço de custódia, controladoria e escrituração de Cotas e será responsável pelas seguintes atividades, sem prejuízo de outras que sejam descritas neste Regulamento ou pactuadas em outros documentos:

- i) receber, verificar e analisar trimestralmente a documentação que evidencie o lastro dos Direitos Creditórios, de acordo com os procedimentos definidos no Anexo V;
- ii) validar os Direitos Creditórios em relação aos Critérios de Elegibilidade estabelecidos no presente Regulamento;
- iii) processar os arquivos contemplando as informações referentes à baixa de ativos enviados pela Cedente ou pelo Agente de Cobrança em relação à respectiva Lista de Direitos Creditórios;







- iv) realizar a liquidação financeira dos Direitos Creditórios Cedidos;
- v) fazer a custódia, administração, cobrança e/ou guarda de documentação relativa aos Direitos Creditórios e demais ativos integrantes da carteira do Fundo;
- vi) diligenciar para que sejam mantidos, às suas expensas, atualizados e em perfeita ordem, os Documentos Comprobatórios, com metodologia preestabelecida e de livre acesso para o Auditor, para as Agências Classificadoras de Risco e órgãos reguladores;
- vii) cobrar e receber, por conta e ordem do Fundo, pagamentos, resgate de títulos ou qualquer outra renda relativa aos títulos custodiados, depositando os valores recebidos na conta de depósitos do Fundo; e
- viii) observar para que somente as ordens emitidas pela Instituição Administradora, ou por seus representantes legais ou mandatários, devidamente autorizados, sejam acatadas, sendo-lhe vedada a execução de ordens que não estejam diretamente vinculadas às operações do Fundo.

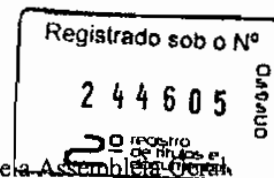
21.3.1 O Custodiante deverá efetuar trimestralmente a verificação do lastro a que se refere o item 21.3 “i” por amostragem, na forma do disposto no Anexo V. O Custodiante poderá contratar, por sua conta e ordem, terceiro para realizar, por amostragem e sob sua responsabilidade, a verificação do lastro dos Direitos Creditórios Cedidos. As irregularidades apontadas nesta auditoria serão informadas à Instituição Administradora, à Gestora, às Agências Classificadoras de Risco e à Cedente.

21.3.2 Em relação à guarda dos Documentos Comprobatórios a que se refere o item 21.3 “v”, caberá a Cedente, na qualidade de fiel depositário, guardar tais documentos, conforme estabelecido no Contrato de Depósito, sem prejuízo da responsabilidade do Custodiante em relação à realização de tal atividade.

21.3.3 Em relação à cobrança dos Direitos Creditórios a que se refere os itens 21.3 “v” e “vii”, o Fundo contratou o Agente de Cobrança para exercer as atividades relacionadas à cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos que estejam inadimplidos, nos termos do Contrato de Cobrança, podendo o Fundo contratar outro agente de cobrança para o exercício dessa função, às expensas do Fundo.

21.3.4 A Instituição Administradora pode, a qualquer tempo, contratar outra instituição credenciada pela CVM para prestação dos serviços de custódia, controladoria e escrituração de





Cotas, agindo sempre no interesse dos Cotistas, e desde que aprovado pela Assembleia Geral.

21.4 A Instituição Administradora, em nome do Fundo, contratará o Auditor para a realização da auditoria anual das Demonstrações Financeiras do Fundo. Caso deseje substituí-lo, fica a Instituição Administradora desde já autorizada a contratar as seguintes empresas de auditoria sem necessidade de prévia aprovação da Assembleia Geral: (i) KPMG Auditores Independentes; (ii) PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes; (iii) Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; ou (iv) Ernst & Young.

## **22. SUBSTITUIÇÃO DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA E DO CUSTODIANTE**

22.1 A Instituição Administradora poderá ser substituída a qualquer tempo pelos Cotistas reunidos em Assembleia Geral, conforme disposto neste Regulamento, sem qualquer multa ou penalidade de qualquer natureza para o Fundo.

22.2 A Instituição Administradora, por meio de carta com aviso de recebimento ou correio eletrônico endereçada a cada cotista ou mediante publicação de anúncio no Periódico utilizado para divulgação das informações do Fundo, pode renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, Assembleia Geral a ser realizada no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a qual deverá deliberar sobre sua substituição.

22.3 A Instituição Administradora deverá dar início à liquidação do Fundo nas seguintes hipóteses: (i) os Cotistas reunidos na Assembleia Geral, convocada nos termos do item 22.2 acima, por qualquer motivo, não aprovarem instituição sucessora; (ii) não realização da Assembleia Geral referida no item 22.2 acima, por falta de quórum em segunda convocação; ou (iii) ocorrência do evento descrito no item 22.5 abaixo.

22.4 Na hipótese de deliberação por substituição da Instituição Administradora em Assembleia Geral, seja ou não decorrente de renúncia expressa, a Instituição Administradora continuará obrigada a prestar os serviços de administração do Fundo até que a nova instituição venha a lhe substituir, o que deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data da referida renúncia ou de deliberação por sua substituição, conforme o caso.

22.5 Caso a nova instituição administradora nomeada nos termos do item 22.4 acima não substitua a Instituição Administradora dentro do prazo estabelecido, a Instituição Administradora procederá à liquidação do Fundo.

22.6 Nas hipóteses de substituição da Instituição Administradora e de liquidação do







- v) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- vii) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de Assembleia Geral;
- viii) taxas de custódia de ativos do Fundo;
- ix) contribuição anual devida à CETIP;
- x) despesas com a contratação das Agências Classificadoras de Risco; e
- xi) despesas com o(s) representante(s) dos Cotistas.

23.2 Quaisquer despesas não previstas nesta cláusula como encargos do Fundo correrão por conta da Instituição Administradora.

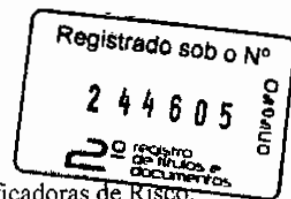
23.3 A Instituição Administradora pode estabelecer que parcelas da taxa de administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da taxa de administração fixada neste Regulamento.

## **24. ASSEMBLÉIA GERAL**

24.1 É da competência da Assembleia Geral:

- i) examinar, anualmente, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pela Instituição Administradora, em até 4 (quatro) meses contados do encerramento do exercício social;
- ii) alterar o disposto neste Regulamento;
- iii) deliberar sobre a substituição da Instituição Administradora e/ou do Custodiante;
- iv) deliberar sobre a substituição da Gestora, do Auditor e/ou do Agente de Cobrança;





- v) deliberar sobre a substituição de qualquer das Agências Classificadoras de RISCO;
- vi) eleger e destituir o(s) representante(s) dos Cotistas;
- vii) deliberar sobre a fusão, incorporação, cisão ou liquidação do Fundo;
- viii) deliberar sobre a alteração do prazo de duração do Fundo;
- ix) resolver se Eventos de Avaliação devem ser considerados como um Evento de Amortização Compulsória;
- x) resolver se a Amortização Compulsória deve acarretar em um Evento de Liquidação do Fundo;
- xi) aprovar os procedimentos a serem adotados no resgate das Cotas mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios;
- xii) deliberar sobre a alteração do Parâmetro de Remuneração das Cotas Seniores, nos termos do disposto no item 13.4.1;
- xiii) deliberar sobre a elevação da taxa de administração praticada pela Instituição Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- xiv) deliberar sobre a alteração dos Critérios de Elegibilidade;
- xv) deliberar sobre a alteração das Condições de Cessão;
- xvi) deliberar sobre a alteração dos critérios de valorização das Cotas;
- xvii) deliberar sobre a alteração dos critérios de amortização das Cotas;
- xviii) deliberar sobre a alteração dos direitos de voto de cada classe;
- xix) deliberar sobre a cobrança de novas taxas, que não a taxa de administração;
- xx) deliberar sobre a alteração da forma de cálculo do Índice de Subordinação Mínimo; e
- xxi) deliberar sobre a emissão de uma nova Série, observado o disposto no item 9.1.







24.2 A convocação de Assembleia Geral será feita pela Instituição Administradora mediante envio de carta com aviso de recebimento aos Cotistas, correio eletrônico ou publicação no Periódico utilizado pelo Fundo.

24.3 Além da reunião anual de prestação de contas, a Assembleia Geral poderá reunir-se por convocação da Instituição Administradora, a seu exclusivo critério, ou mediante solicitação à Instituição Administradora por Cotistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Cotas em circulação.

24.4 A convocação da Assembleia Geral deverá ser feita com, no mínimo, 10 (dez) dias de antecedência contados do envio aos Cotistas de comunicação ou da publicação no Periódico utilizado pelo Fundo.

24.5 A convocação deverá indicar dia, hora e local em que será realizada a Assembleia Geral e os assuntos a serem tratados.

24.6 Não se realizando a Assembleia Geral, será providenciada a expedição aos Cotistas de segunda convocação, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias contados da realização da Assembleia Geral.

24.7 Para efeito do disposto no item anterior, admite-se que a segunda convocação da Assembleia Geral seja providenciada juntamente com a primeira convocação.

24.8 Independentemente das formalidades previstas neste Regulamento, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os Cotistas.

24.9 Salvo motivo de força maior, a Assembleia Geral será realizada na sede da Instituição Administradora. Quando a Assembleia Geral não for realizada na sede da Instituição Administradora, as comunicações enviadas aos Cotistas devem indicar, com clareza, o local da reunião, que em nenhuma hipótese pode realizar-se fora do município da sede da Instituição Administradora.

24.10 A Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Cotistas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Cotas em circulação, e, em segunda convocação, com a presença de, pelo menos, um Cotista.

24.11 As matérias submetidas à deliberação em Assembleia Geral terão os seguintes quoruns de deliberação:





- i) as matérias descritas nas alíneas “i”, “iii”, “vii” e “xiii” do item 24.1 acima deverão ser aprovadas, em primeira convocação, pelos votos favoráveis da maioria das Cotas emitidas e, em segunda convocação, pelos votos favoráveis da maioria das Cotas dos presentes à Assembleia Geral;
- ii) as matérias descritas nas alíneas “ii”, “iv”, “vi”, “viii”, “ix”, “x”, “xi”, “xiv”, “xv”, “xvi”, “xvii”, “xviii”, “xix” e “xx” do item 24.1 acima, sem prejuízo do disposto na alínea “vi” abaixo, deverão ser aprovadas pelos votos favoráveis da maioria das Cotas Seniores em Circulação;
- iii) as matérias descritas nas alíneas “ii”, “xi”, “xii”, “xiv”, “xv”, “xvi”, “xvii”, “xviii””, “xix” e “xx” do item 24.1 acima, bem como aquelas que impliquem em alterações ao Regulamento e/ou de qualquer Contrato de Cessão que afetem negativamente os direitos, garantias e prerrogativas dos titulares de Cotas Subordinadas e/ou na liquidação antecipada do Fundo, deverão ser também aprovadas pelos votos favoráveis da maioria das Cotas Subordinadas em circulação, tomado em separado dos demais Cotistas, em Assembleia Geral convocada especialmente para esse fim;
- iv) a matéria prevista na alínea “v” do item 24.1 deverá ser aprovadas pelos votos favoráveis da maioria das Cotas Seniores em Circulação da Série cuja Agência Classificadora de Risco será substituída;
- v) a matéria prevista na alínea “xii” do item 24.1 deverá ser aprovada pelos votos favoráveis da maioria das Cotas Seniores em Circulação da Série afetada pela alteração do Parâmetro de Remuneração, nos termos do disposto no item 13.4.1; e
- vi) as matérias para as quais não tenha sido estabelecido quorum específico serão aprovadas pela maioria das Cotas em circulação presentes à Assembleia Geral.

24.12 Observado o disposto na alínea “xii” do item 24.1 e no item 24.11 acima, na hipótese de não aprovação do Parâmetro de Remuneração pela maioria das Cotas Subordinadas, caberá aos titulares das Cotas Subordinadas a apresentação de um parâmetro ou critério alternativo de precificação, o qual deverá ser aprovado pela maioria dos titulares das Cotas Seniores em Assembleia Geral.

24.12.1 Caso a Assembleia Geral não aprove o índice ou parâmetro apresentado pelos titulares das Cotas Subordinadas por duas Assembleias Gerais consecutivas, será decretada a Amortização Compulsória da respectiva Série de Cotas Seniores.





24.13 Somente podem votar nas Assembleias Gerais os Cotistas, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de um ano. A presidência das Assembleias Gerais caberá à Instituição Administradora, ressalvada a hipótese de deliberação em sentido diverso por parte dos Cotistas presentes.

24.14 Será sempre assegurada a participação da Instituição Administradora em qualquer Assembleia Geral.

24.15 Não terão direito a voto na Assembleia Geral a Instituição Administradora e seus empregados.

24.16 As decisões da Assembleia Geral devem ser divulgadas aos Cotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias de sua realização, na forma prevista neste Regulamento.

24.17 Este Regulamento poderá ser alterado independentemente de deliberação da Assembleia Geral em casos de alterações nas normas legais e regulamentares vigentes ou de determinação da CVM, hipótese em que deve ser providenciada a ciência aos Cotistas da referida alteração no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da alteração deste Regulamento junto à CVM.

## **25. ELEIÇÃO DE REPRESENTANTE DOS COTISTAS**

25.1 A Assembleia Geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes dos Cotistas para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, em defesa dos direitos e dos interesses dos Cotistas.

25.2 Somente pode exercer as funções de representante dos Cotistas pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos:

- i) ser Cotista ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Cotistas;
- ii) não ser titular de Cotas Subordinadas;
- iii) não exercer cargo ou função na Instituição Administradora, em seus controladores, em sociedades por eles direta ou indiretamente controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum; e







- iv) não exercer cargo da administração ou ser empregado da Cedente ou dos controladores diretos ou indiretos.

25.2.1 Caso os representantes dos Cotistas eventualmente nomeados sejam partes relacionadas a qualquer Cotista Sênior, esses representantes não farão jus, em nenhuma hipótese, ao recebimento de qualquer remuneração do Fundo, da Instituição Administradora, da Gestora, do Custodiante ou da Cedente para exercer tal função. No caso de contratação de profissional especializado, deverá ser decidido em Assembleia Geral o orçamento a ser empregado em tal contratação.

## **26. EVENTOS DE AVALIAÇÃO E DE LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA**

26.1 São considerados Eventos de Avaliação quaisquer das seguintes ocorrências:

- i) caso o Fundo deixe de efetuar o pagamento integral de qualquer das amortizações programadas relativa a qualquer Série, nas respectivas Datas de Amortização;
- ii) caso o indicador de inadimplência, calculado conforme disposto no item 14.4.1, supere a Subordinação, por um período superior a 10 (dez) Dias Úteis;
- iii) caso o indicador de inadimplência, calculado conforme disposto no item 14.4.1, supere o percentual de 20% (vinte por cento), por um período superior a 10 (dez) Dias Úteis;
- iv) amortização ou resgate de Cotas Subordinadas em desacordo com o disposto neste Regulamento;
- v) inobservância, por 10 (dez) Dias Úteis consecutivos, dos limites previstos para a Reserva de Amortização e Reserva de Liquidez;
- vi) inobservância, por 10 (dez) Dias Úteis consecutivos, da Relação Mínima e, consequentemente, do Índice Mínimo de Subordinação;
- vii) inobservância da ordem de pagamento ou aplicação dos recursos do Fundo, conforme estabelecido neste Regulamento;
- viii) renúncia da Instituição Administradora, do Custodiante ou rescisão do Contrato de Custódia;
- ix) rescisão do Contrato de Cobrança;





- x) inobservância pela Instituição Administradora de seus deveres e obrigações previstos neste Regulamento, verificada pelo Custodiante ou pelo representante dos Cotistas, desde que, notificada por qualquer deles para sanar ou justificar o descumprimento, a Instituição Administradora não o fizer no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado do recebimento da referida notificação;
- xi) inobservância pelo Custodiante dos deveres e das obrigações previstas neste Regulamento e no Contrato de Custódia, desde que, verificada e notificada pela Instituição Administradora ou pelo representante dos Cotistas para sanar ou justificar o descumprimento, o Custodiante não o fizer no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis a contar do recebimento da notificação;
- xii) inobservância pelo Agente de Cobrança, dos deveres e das obrigações previstas no respectivo contrato, desde que, se notificados pelo Custodiante ou pela Instituição Administradora para sanarem ou justificarem o descumprimento, não o fizerem no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado do recebimento da referida notificação;
- xiii) caso a Instituição Administradora tenha ciência de alteração ou modificação do objeto social da Cedente que possa alterar substancialmente o ramo de negócio atualmente explorado pela Cedente e/ou comprometer a originação de Direitos Creditórios;
- xiv) caso o Parâmetro de Remuneração de qualquer das Séries de Cotas Seniores em Circulação deixe de ser apurada e/ou divulgada por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis, nos termos do disposto no item 13.4.1 acima;
- xv) rebaixamento da classificação de risco de qualquer Série de Cotas Seniores em mais de 3 (três) sub-níveis, considerando-se relatório de qualquer das Agências Classificadoras de Risco;
- xvi) caso qualquer das Agências Classificadoras de Risco não divulguem a atualização trimestral da classificação de risco referente às Cotas Seniores em Circulação por prazo superior a 60 (sessenta) dias;
- xvii) ocorrência de qualquer Evento de Revisão, nos termos definidos no Contrato de Cessão, conforme transcritos no item 26.1.6 abaixo;
- xviii) caso a Instituição Administradora entenda que há uma situação de risco relevante em potencial para os Cotistas Seniores e/ou o Fundo não prevista neste Regulamento; e





xix) ocorrência de qualquer Evento de Revisão previsto no item 26.1.6.

26.1.2 Sem prejuízo do disposto no item 26.1.4 abaixo, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação, o Fundo interromperá os procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios e a Instituição Administradora convocará imediatamente uma Assembleia Geral, a ser realizada em até 15 (quinze) dias contados da data do evento, a qual decidirá se tal Evento de Avaliação deve ser considerado como um Evento de Liquidação.

26.1.3 Caso a Assembleia Geral delibere que tal Evento de Avaliação não constitui um Evento de Liquidação, a Instituição Administradora deverá adotar as medidas aprovadas pelos Cotistas na referida Assembleia Geral para o saneamento do Evento de Avaliação, bem como para manutenção das atividades regulares do Fundo, inclusive reiniciar o processo de aquisição de Direitos Creditórios, nos termos do Contrato de Cessão.

26.1.4 Caso a Assembleia Geral de que trata o item acima delibere que qualquer dos Eventos de Avaliação constitui um Evento de Liquidação, a Instituição Administradora deverá implementar os procedimentos definidos no item 26.2.1 abaixo, incluindo a convocação de nova Assembleia Geral para deliberar sobre a liquidação antecipada do Fundo, no prazo máximo de 20 (vinte) dias contados da data da Assembleia Geral que deliberou a constituição do Evento de Liquidação.

26.1.5 O direito dos Cotistas Subordinados ao recebimento de qualquer pagamento referente à amortização das Cotas Subordinadas ficará suspenso durante o período compreendido entre a data de ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação até (i) a data da deliberação, pela Assembleia Geral de que o Evento de Avaliação não dá causa à liquidação antecipada do Fundo, independentemente da implementação de eventuais ajustes aprovados pelos Cotistas na referida Assembleia Geral ou (ii) a data em que todos os valores devidos aos Cotistas titulares de Cotas Seniores tiverem sido integralmente pagos pelo Fundo, caso se decida na referida Assembleia Geral pela liquidação antecipada do Fundo.

26.1.6 Nos termos do Contrato de Cessão, são considerados Eventos de Revisão quaisquer das seguintes ocorrências:

- i) alteração do controle acionário, direto ou indireto, da Cedente;
- ii) caso se verifique falha, erro ou incorreção em quaisquer das declarações prestadas pela Cedente nos termos do Contrato de Cessão, que possam comprometer negativamente a



boa ordem legal, administrativa e operacional do Fundo e os direitos, as garantias e as prerrogativas dos titulares das Cotas Seniores;



- iii) caso a Cedente deixe de atender aos valores mínimos de capital e patrimônio líquido ajustado definidos pelas normas do BACEN e do CMN;
- iv) caso ocorra a efetivação de arresto ou de penhora de bens da Cedente ou de suas Partes Relacionadas de valor superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), considerados em conjunto;
- v) ocorrência de qualquer ato ou fato que imponha restrição à alienação dos Direitos Creditórios;
- vi) descumprimento pela Cedente de qualquer de suas obrigações estabelecidas no Contrato de Cessão e nos demais documentos relacionados ao Fundo do qual seja parte, desde que tal descumprimento não seja devidamente regularizado ou justificado adequadamente, no entendimento da Instituição Administradora, dentro do prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do envio, pela Instituição Administradora, de notificação, por escrito, informando da ocorrência do respectivo evento;
- vii) rescisão do Contrato de Cessão; e
- viii) modificações estatutárias que alterem o objeto social da Cedente e que possam impactar no regular cumprimento das obrigações da Cedente nos termos do Contrato de Cessão.

26.1.7 A Cedente deverá notificar, por escrito, a Instituição Administradora e o Custodiante da ocorrência de quaisquer dos Eventos de Revisão indicados acima imediatamente após tomar conhecimento de sua ocorrência, conforme disposto no Contrato de Cessão.

26.2 Será convocada Assembleia Geral para deliberar sobre a liquidação antecipada do Fundo na ocorrência de qualquer das hipóteses abaixo indicadas:

- i) se for deliberado que um Evento de Avaliação constitui Evento de Liquidação;
- ii) caso a Instituição Administradora deixe de convocar Assembleia Geral na hipótese de ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no item 26.1 acima; e
- iii) decretação de falência, intervenção, liquidação extrajudicial, regime especial de administração temporária ou regimes semelhantes com relação (a) à Cedente; e/ou (b) à





Instituição Administradora; e/ou (c) a quaisquer sociedades controladoras das referidas anteriormente.

26.2.1 Sem prejuízo do item acima, na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Liquidação, a Instituição Administradora imediatamente (i) notificará tal fato aos Cotistas, convocando Assembleia Geral neste mesmo ato, e (ii) interromperá a aquisição de Direitos Creditórios.

26.2.2 Na hipótese de aprovação pelos Cotistas sobre a liquidação antecipada do Fundo, a Instituição Administradora deverá iniciar os procedimentos referentes à liquidação do Fundo, conforme disposto no item 27.5 abaixo.

26.2.3 Na hipótese de a Assembleia Geral deliberar pela não liquidação antecipada do Fundo, será concedido aos Cotistas Seniores que não concordarem com a decisão o resgate antecipado de suas Cotas, conforme regras a serem definidas na Assembleia Geral.

26.2.4 Caso a Assembleia Geral delibere a liquidação antecipada do Fundo, todas as Cotas serão resgatadas, observados os procedimentos descritos no item 27.5 abaixo.

## **27. LIQUIDAÇÃO DO FUNDO**

27.1 O Fundo será liquidado, ordinariamente, ao término do prazo de duração previsto no item 2.1 acima.

27.2 Caso no último Dia Útil do prazo de duração do Fundo, a totalidade das Cotas em circulação ainda não tenha sido resgatada, o prazo do Fundo será automaticamente prorrogado até a data em que seja realizada Assembleia Geral para determinar os procedimentos para entrega de Direitos Creditórios aos Cotistas nos termos do item 27.5.2 abaixo ou em que for constituído o condomínio mencionado no item 27.5.2.2 abaixo.

27.3 Na hipótese de liquidação do Fundo, os titulares das Cotas Seniores terão direito de partilhar o Patrimônio Líquido na proporção dos valores previstos para amortização ou resgate da respectiva Série e no limite desses valores, na data de liquidação, sendo vedado qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares das Cotas Seniores.

27.4 Na data de liquidação do Fundo, os titulares das Cotas poderão receber Direitos Creditórios e/ou outros ativos que integrem a carteira do Fundo em pagamento do resgate das Cotas.







27.5 Nas hipóteses previstas neste Regulamento, caso a Assembleia Geral deliberar a liquidação antecipada do Fundo, todas as Cotas serão resgatadas, observados os seguintes procedimentos:

- i) a Instituição Administradora não adquirirá mais Direitos Creditórios e outros ativos para o Fundo;
- ii) todos os recursos em moeda corrente serão utilizados para pagamento dos encargos do Fundo e para o resgate das Cotas;
- iii) as Cotas Seniores terão prioridade no resgate sobre as Cotas Subordinadas; portanto, todos os recursos, Direitos Creditórios e Disponibilidades serão prioritariamente alocados para o resgate das Cotas Seniores, de forma *pro rata* e mediante a observância de igualdade de condições entre todas as Cotas Seniores; e
- iv) as Cotas Subordinadas somente serão resgatadas após o resgate integral de todas as Cotas Seniores, sendo então pago a cada Cota Subordinada o valor correspondente à fração respectiva no eventual saldo remanescente do patrimônio do Fundo.

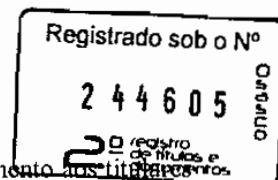
27.5.1 Com o intuito de racionalização do procedimento de resgate de Cotas descrito no item anterior, a Instituição Administradora poderá postergar pagamentos aos Cotistas até que o total de recursos disponíveis seja equivalente ao mínimo de R\$ 50,00 (cinquenta reais) por Cota, exceto na hipótese de o valor dos recursos disponíveis já ser suficiente para o integral resgate das Cotas Seniores e/ou Subordinadas.

27.5.2 A Assembleia Geral deverá definir o prazo máximo para liquidação das Cotas Seniores, que não poderá exceder o prazo de duração de tais Cotas. Caso no último Dia Útil desse prazo a totalidade das Cotas Seniores ainda não tenha sido resgatada mediante pagamento em moeda corrente nacional, as Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas em circulação poderão ser resgatadas mediante a dação em pagamento da totalidade dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, para tanto, deverá ser convocada Assembleia Geral para definir o procedimento a ser adotado.

27.5.2.1 Qualquer entrega de Direitos Creditórios para fins de pagamento de resgate aos titulares de Cotas será realizada por rateio, considerando o valor das Cotas devido por cada Cotista na ocasião, e priorizando-se o resgate das Cotas Seniores.

27.5.2.2 Na hipótese de a Assembleia Geral referida no item 27.5.2 não chegar a acordo referente aos procedimentos de dação em pagamento dos Direitos Creditórios para fins de





pagamento de resgate das Cotas, os Direitos Creditórios serão dados em pagamento aos titulares das Cotas Seniores até o limite do valor destas, mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada titular de Cotas Seniores será calculada de acordo com a proporção de Cotas Seniores detida por cada titular sobre o valor total das Cotas Seniores em Circulação à época. Os eventuais Direitos Creditórios remanescentes após a liquidação de todos os valores devidos aos titulares de Cotas Seniores serão entregues aos titulares de Cotas Subordinadas, proporcionalmente à sua participação no remanescente do patrimônio do Fundo. Feitos tais procedimentos, a Instituição Administradora estará desobrigada em relação às responsabilidades estabelecidas neste Regulamento, ficando autorizada a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes.

27.5.2.3 A Instituição Administradora deverá notificar os titulares das Cotas Seniores, para que elejam um administrador para o referido condomínio de Direitos Creditórios, na forma do artigo 1.323 do Código Civil, informando a proporção de Direitos Creditórios a que cada titular de Cotas Seniores fará jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade da Instituição Administradora perante os Cotistas após a constituição do condomínio de que trata o item anterior.

27.5.2.4 Caso os titulares das Cotas Seniores não procedam à eleição do administrador do condomínio referido no item 27.5.2.2, essa função será exercida pelo titular de Cotas Seniores que detenha a maioria das Cotas Seniores em Circulação.

27.5.2.5 O Custodiante e/ou a empresa contratada para tanto fará a guarda dos Direitos Creditórios Cedidos e dos respectivos Documentos Comprobatórios pelo prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias (contado da notificação referida no item 27.5.2.3 acima), dentro do qual o administrador do condomínio indicará à Instituição Administradora e ao Custodiante, hora e local para que seja feita a entrega dos Direitos Creditórios e Documentos Comprobatórios. Expirado este prazo, a Instituição Administradora poderá promover a consignação da documentação relativa aos Direitos Creditórios Cedidos, na forma do artigo 334 do Código Civil.

27.6 O Fundo será liquidado automaticamente, independentemente de deliberação da Assembleia Geral, na ocorrência das hipóteses abaixo indicadas:

- i) se durante 3 (três) meses consecutivos o Patrimônio Líquido médio do Fundo for inferior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais); e
- ii) por determinação da CVM.





## 28. INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS E PERIÓDICAS

28.1 A Instituição Administradora deverá, na forma e dentro dos prazos estabelecidos, prestar todas as informações e fornecer todos os documentos obrigatórios e periódicos constantes da Instrução CVM nº 356/01, sem prejuízo de outras previstas neste Regulamento, especialmente na presente cláusula.

28.2 A Instituição Administradora, por meio de seu diretor indicado, sem prejuízo do atendimento das determinações estabelecidas na regulamentação em vigor, deve elaborar demonstrativos trimestrais evidenciando ou indicando: (i) que as operações praticadas pelo Fundo estão em consonância com a política de investimento prevista neste Regulamento e com os limites de composição e de diversificação a ele aplicáveis; (ii) que as negociações foram realizadas a taxas de mercado; (iii) os procedimentos de verificação de lastro por amostragem no trimestre anterior adotados pelo Custodiante, incluindo a metodologia para seleção da amostra verificada no período; e (iv) os resultados da verificação do lastro por amostragem, realizada no trimestre anterior pelo Custodiante, explicitando, dentro do universo analisado, a quantidade e a relevância dos Direitos Creditórios inexistentes porventura encontrados.

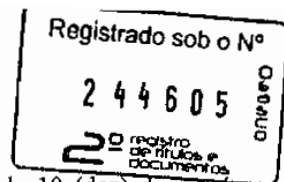
28.3 A Instituição Administradora deve divulgar, anualmente, no Periódico, além de manter disponíveis em sua página na rede mundial de computadores, em sua sede e agência(s) e na sede das instituições que coloquem Cotas desse, o Patrimônio Líquido, o valor das Cotas de cada classe, a Relação Mínima, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem e o último relatório da Agência Classificadora de Risco.

28.4 A Instituição Administradora é obrigada a divulgar, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, nos termos do item 29.1 abaixo, de modo a garantir a todos os Cotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à manutenção do investimento.

28.4.1 Sem prejuízo de outras ocorrências relativas ao Fundo, considera-se fato relevante: (i) a alteração da classificação de risco das Cotas ou, quando houver, dos demais ativos integrantes da carteira do Fundo; (ii) a mudança ou a substituição do Custodiante; (iii) a ocorrência de eventos que afetem ou possam afetar os critérios de composição e os limites de diversificação da carteira do Fundo, bem como o comportamento da carteira de Direitos Creditórios, no que se refere ao histórico de pagamentos; e (iv) a ocorrência de atrasos na distribuição de rendimentos aos Cotistas.







28.5 A Instituição Administradora deve, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos Cotistas, em sua sede e dependências, informações sobre:

- i) o número de Cotas de propriedade de cada um e o respectivo valor;
- ii) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês; e
- iii) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios e demais ativos do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.

28.6 As demonstrações financeiras anuais do Fundo serão auditadas pelo Auditor e estarão sujeitas às normas contábeis expedidas pela CVM. Enquanto a CVM não editar tais normas, aplicam-se ao Fundo as disposições do COSIF.

28.6.1 O Fundo terá escrituração contábil própria.

28.6.2 O exercício social do Fundo tem, exceto no ano de sua constituição, duração de um ano, encerrando-se em 30 de junho de cada ano.

28.6.3 A Instituição Administradora deve colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de qualquer interessado que as solicitar, observados os seguintes prazos máximos:

- i) de 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
- ii) de 60 (sessenta) dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

## 29. PUBLICAÇÕES

29.1 Todas as publicações mencionadas neste Regulamento serão feitas no jornal DCI - Comércio e Indústria & Serviços e na página da Instituição Administradora na rede mundial de computadores.

29.2 A Instituição Administradora fará as publicações previstas neste Regulamento sempre no mesmo Periódico e qualquer mudança deve ser precedida de aviso aos Cotistas





### 30. DISPOSIÇÕES GERAIS

30.1 Para fins do disposto neste Regulamento o correio eletrônico é considerado como forma de correspondência válida nas comunicações entre a Instituição Administradora, o Custodiante, a Cedente e os Cotistas.

30.2 Fica eleito o foro da Comarca de Osasco, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer ações nos processos jurídicos relativos ao Fundo ou quaisquer questões oriundas do presente Regulamento.

Osasco, 18 de novembro de 2010.

**BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**





## ANEXO I

*Este Anexo é parte integrante e inseparável do Regulamento do "Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros Credipar Mais" constituído em 6 de setembro de 2010 por BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. Qualquer mudança em seu conteúdo implica alteração do Regulamento.*

### **GLOSSÁRIO DOS PRINCIPAIS TERMOS E EXPRESSÕES UTILIZADOS NO REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS CREDIPAR MAIS**

Agências Classificadoras de Risco	Standard&Poor's, Fitch Ratings e/ou Moody's, sendo que a classificação de risco das Cotas Seniores da 1ª Série será feita pela Fitch Ratings, sociedade com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praça XV de novembro, nº20, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.813.375/0001-33.
Agente de Cobrança	Crediparaná Serviços Financeiros Ltda., com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Alameda Dom Pedro II nº 21, Batel, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.253.403/0001-78, contratada pelo Fundo para o exercício de atividades relacionadas à cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos inadimplidos, estando autorizada a contratar terceiros para o exercício dessa função.
Agente de Recebimento Inicial	Caixa Econômica Federal, instituição financeira, contratada pela Cedente, mantenedora da conta corrente que receberá os recursos decorrentes dos Direitos Creditórios Iniciais pagos em instituições financeiras ou nos Correspondentes Bancários.
Agentes de Recebimento	São o Agente de Recebimento Inicial e o Novo Agente de Recebimento.







	Derivativos.
CMN	Conselho Monetário Nacional.
CNPJ/MF	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda.
Código Civil	Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.
Condições de Cessão	Requisitos dos Direitos Creditórios a serem cedidos ao Fundo pela Cedente, estabelecidos no item 4.1 do Regulamento, cuja observância é de exclusiva responsabilidade da Cedente.
Consumidores	Pessoas físicas devedoras dos Direitos Creditórios Cedidos.
Conta Transitória	Conta de depósito transitória de titularidade do Custodiante mantida junto ao Novo Agente de Recebimento.
Contrato de Cessão	Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios, por meio do qual a Cedente prometerá ceder Direitos Creditórios ao Fundo (cessionário) originários de Financiamentos, com interveniência do Custodiante.
Contrato de Cobrança	Contrato de Prestação de Serviços de Cobrança de Direitos Creditórios e Outras Avenças, celebrado entre o Fundo, representado pela Instituição Administradora, e o Agente de Cobrança, com a interveniência do Custodiante, e da Cedente.
Contrato de Custódia	Contrato de Prestação de Serviços de Custódia Qualificada e Controladoria de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, firmado entre o Custodiante e a Instituição Administradora, que contém descrição dos





serviços de custódia e controle dos documentos  
prestados pelo Custodiante.

#### Contrato de Depósito

Contrato de Depósito e Outras Avenças, para a prestação de depósito dos Documentos Comprobatórios relativos aos Direitos Creditórios, celebrado entre o Custodiante e a Cedente, com a interveniência do Fundo, representado pela Instituição Administradora

#### Contrato de Gestão

Contrato de Prestação de Serviços de Gestão de Carteira do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiro Credipar Mais, celebrado entre a Gestora e a Instituição Administradora.

#### Correspondentes Bancários

Pessoas jurídicas contratadas pela Cedente para o desempenho das funções de correspondente bancário no País para prestação dos serviços estabelecidos na Resolução nº 3.110, de 31 de julho de 2003, do CMN.

#### COSIF

Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional, editado pelo BACEN.

#### Cotas

Correspondem a frações ideais do patrimônio do Fundo. As cotas do Fundo são divididas em duas classes, Sênior e Subordinada.

#### Cotas Seniores

Todas as cotas emitidas pelo Fundo que não se subordinam às demais para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo.

#### Cotas Seniores da 1ª Série

Primeira série de Cotas Seniores emitidas pelo Fundo.

#### Cotas Seniores em Circulação

A totalidade das Cotas Seniores emitidas que





ainda não tenham sido amortizadas ou resgatadas.

Cotas Subordinadas

As que se subordinam às Cotas Seniores para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo.

Cotistas

Os titulares de Cotas Seniores ou Cotas Subordinadas, quando tratados em conjunto.

Cotistas Seniores

Titulares de Cotas Seniores em Circulação.

Crédito Pessoal

Mútuo concedido a pessoas físicas cujos recursos podem ser utilizados livremente por estas.

Critérios de Elegibilidade

São as características necessárias dos Direitos Creditórios para que sejam passíveis de aquisição pelo Fundo, cuja observância deverá ser verificada pelo Custodiante previamente a cada cessão.

Custodiante

Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede no Município de Osasco, Estado de São Paulo, na Avenida Yara, s/n, Cidade de Deus, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12, para a prestação dos serviços de custódia qualificada, controladoria e escrituração das cotas do Fundo.

CVM

Comissão de Valores Mobiliários.

Data de Amortização

Significa a data de amortização das Cotas de uma determinada Classe ou Série, conforme as condições previstas neste Regulamento e no Suplemento da respectiva Série.

Datas de Amortização de Cotas Seniores

Datas das amortizações programadas das Cotas Seniores, na data prevista no respectivo

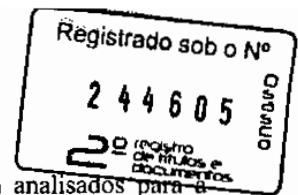




	Suplemento.
Data de Subscrição Inicial	Data da primeira subscrição e integralização de determinada classe ou Série.
Devedores	Os Consumidores.
Dia Útil	De segunda a sexta-feira, exceto (i) feriados nacionais e; (ii) dias em que não houver expediente comercial e bancário em âmbito nacional, no Estado de São Paulo ou na Cidade de Osasco.
Direitos Creditórios	São os Direitos Creditórios Iniciais e os Novos Direitos Creditórios.
Direitos Creditórios Cedidos	São os Direitos Creditórios Iniciais Cedidos e os Novos Direitos Creditórios Cedidos.
Direitos Creditórios Iniciais	Direitos de crédito originados dos Financiamentos celebrados até 31 de dezembro de 2010, incluindo os respectivos juros, multas e demais encargos eventualmente existentes, bem como os direitos, prerrogativas, privilégios, todos os acessórios e instrumentos que os representam, tal como respectivos anexos e garantias constituídas.
Direitos Creditórios Iniciais Cedidos	São os Direitos Creditórios Iniciais cedidos ao Fundo.
Disponibilidades	Compreendem (i) caixa; (ii) depósitos bancários à vista; (iii) numerário em trânsito; e (iv) aplicações de liquidez imediata, o que inclui títulos públicos.
Documentos Comprobatórios	Ficha cadastral do Consumidor, os contratos celebrados com os Consumidores que regulam os Financiamentos e os documentos pessoais







do Consumidor que foram analisados para a concessão do Financiamento.

Evento de Amortização Compulsória

Evento cuja ocorrência enseja a Amortização Compulsória.

Eventos de Avaliação

Eventos cuja ocorrência enseja a interrupção dos procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios, bem como convocação imediata de Assembleia Geral, a qual decidirá se tal Evento de Avaliação deve ser considerado como Evento de Liquidação.

Eventos de Liquidação

Eventos cuja ocorrência enseja a convocação de Assembleia Geral para deliberar sobre a liquidação antecipada do Fundo, bem como a imediata notificação do fato aos Cotistas e a interrupção da aquisição de Direitos Creditórios.

Eventos de Revisão

São os eventos definidos no item 26.1.6 deste Regulamento e no item 11 do Contrato de Cessão.

FGC

Fundo Garantidor de Crédito.

Financiamento

Mútuos concedidos pela Cedente a pessoas físicas nas modalidades de CDC e Crédito Pessoal cujos Direitos Creditórios poderão ser ofertados pela Cedente para cessão ao Fundo.

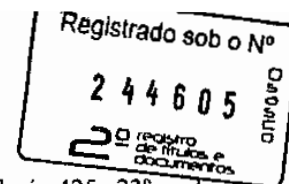
Fundo

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros Credipar Mais.

Gestora

Concórdia S.A. Corretora de Valores Mobiliários Câmbio e Commodities, sociedade autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira de títulos e valores mobiliários, com





sede na Rua Líbero Badaró, 425, 23º andar,  
inscrita no CNPJ/MF sob o nº  
52.904.364/0001.08.

Índice de Subordinação Mínimo

Volume mínimo de Cotas Subordinadas que  
devem ser mantidas pelo Fundo, estabelecida  
no item 14.1 do Regulamento.

Instituição Administradora

BEM Distribuidora de Títulos e Valores  
Mobiliários Ltda., sociedade regularmente  
constituída e em funcionamento no Brasil,  
devidamente autorizada e habilitada pela  
CVM a administrar carteiras de valores  
mobiliários com sede na cidade de Osasco,  
Estado de São Paulo, Cidade de Deus, bairro  
Vila Yara, Prédio Prata, 4º andar, inscrita no  
CNPJ/MF sob o nº 00.066.670/0001-00.

Investidores Qualificados

Investidores qualificados, conforme  
regulamentação legal, e atualmente definidos  
na Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de  
2004, bem como demais autorizados pela  
legislação a adquirir cotas de fundo de  
investimento em direitos creditórios.

Lista de Direitos Creditórios

Lista de Direitos Creditórios oferecidos à  
cessão, a ser preparada em arquivo eletrônico.

Lojas Conveniadas

Lojas nas quais o consumidor pode realizar  
aquisições de bens de consumo por meio de  
financiamento na modalidade CDC, contraído  
junto à Cedente, ou obter mútuos simples, na  
modalidade de Crédito Pessoal, também junto  
à Cedente.

Novo Agente de Recebimento

Banco Bradesco S.A., instituição financeira,  
contratada pela Cedente para realização da  
cobrança registrada dos Novos Direitos  
Creditórios e mantenedora da Conta





Transitória, a qual receberá os recursos decorrentes (i) da transferência dos recursos provenientes dos pagamentos dos Direitos Creditórios Iniciais efetuados em instituições financeiras ou nos Correspondentes Bancários; e (ii) dos pagamentos dos Direitos Creditórios (Direitos Creditórios Iniciais e os Novos Direitos Creditórios) efetuados nas Lojas Conveniadas.

#### Novos Direitos Creditórios

Direitos de crédito originados dos Financiamentos com cobrança registrada no Novo Agente de Recebimento, incluindo os respectivos juros, multas e demais encargos eventualmente existentes, bem como os direitos, prerrogativas, privilégios, todos os acessórios e instrumentos que os representam, tal como respectivos anexos e garantias constituídas.

#### Novos Direitos Creditórios Cedidos

São os Novos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo.

#### Parâmetro de Remuneração

Parâmetro utilizado para determinar os juros e/ou atualização monetária a que fará jus cada uma das Séries de Cotas Seniores a serem emitidas pelo Fundo, a ser definido no Suplemento das respectivas Séries.

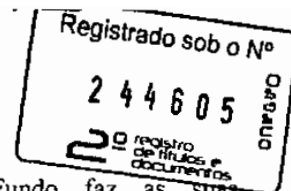
#### Partes Relacionadas

Em relação a qualquer pessoa jurídica, (i) as pessoas jurídicas controladoras de tal pessoa jurídica; (ii) as sociedades direta ou indiretamente controladas por tal pessoa jurídica; (iii) as sociedades coligadas com tal pessoa jurídica; e/ou (iv) sociedades sob o mesmo controle que tal pessoa jurídica.

#### Patrimônio Líquido

Valor do patrimônio líquido do Fundo.



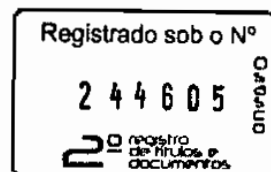


Periódico	Jornal em que o Fundo faz as suas publicações, nos termos do item 29.1 deste Regulamento.
Regulamento	Regulamento do Fundo.
Relação Mínima	Relação mínima entre o Patrimônio Líquido e o valor das Cotas Seniores em circulação, que será equivalente a 133,33% (cento e trinta e três inteiros e trinta e três centésimos por cento).
Reserva de Amortização	Reserva a ser constituída 60 (sessenta) dias antes da efetiva amortização, conforme o item 14.5 do Regulamento.
Reserva de Liquidez	Reserva equivalente 1% (um por cento) do Patrimônio Líquido estabelecida no item 14.4 do Regulamento.
Série	Qualquer série de Cotas Seniores emitida nos termos deste Regulamento e do respectivo Suplemento.
SPC	Serviço de Proteção ao Crédito.
Subordinação	Relação entre o valor das Cotas Subordinadas e o Patrimônio Líquido.
Suplemento	Documento cujo modelo consta do Anexo VI do Regulamento e que, uma vez assinado e averbado pela Instituição Administradora no registro do Regulamento em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, constituirá parte integrante do Regulamento.
Taxa de Cessão	Corresponde à taxa apurada a cada cessão de Direitos Creditórios ao Fundo.
TED	Transferência Eletrônica Disponível.



Termo de Ciência de Risco e Adesão ao Regulamento

É o documento pelo qual os Cotistas (i) declaram estar cientes dos riscos envolvidos no investimento nas Cotas do Fundo; e (ii) aderem ao Regulamento, na forma do Anexo VII a este Regulamento.



## ANEXO II



*Este Anexo é parte integrante e inseparável do Regulamento do "Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros Credipar Mais" constituído em 6 de setembro de 2010 por BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. Qualquer mudança em seu conteúdo implica alteração do Regulamento.*

### **DESCRIÇÃO DA NATUREZA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS, DOS PROCESSOS DE ORIGINAÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS E DA POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO ADOTADA PELA CEDENTE**

#### **1. Natureza**

1.1 Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são oriundos de Financiamentos concedidos pela Cedente aos Devedores nas modalidades de CDC e Crédito Pessoal, incluindo os respectivos juros, multas e demais encargos eventualmente existentes, bem como os direitos, prerrogativas, privilégios, todos os acessórios e instrumentos que os representam, tal como respectivos anexos e garantias constituídas.

1.2 Os Financiamentos são formalizados por meio da assinatura de termos de adesão ao "Contrato de Financiamento Direto ao Consumidor e Utilização do Sistema Credipar de Crédito" devidamente registrado no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Curitiba sob nº 442355, em 13 de fevereiro de 2007.

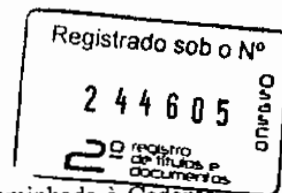
#### **2. Processo de Originação e política de concessão de crédito**

2.1 A originação dos Financiamentos junto aos Consumidores ocorre por meio da atuação das Lojas Conveniadas contratadas pela Cedente, as quais oferecem aos seus clientes, no momento em que esses vão efetuar a aquisição de algum produto ou serviço, a possibilidade de financiá-los ou ainda a de obter um empréstimo pessoal junto à Cedente.

2.2 As Lojas Conveniadas dispõem de fichas cadastrais padronizadas para o preenchimento com as informações e referências pessoais, profissionais e comerciais dos clientes interessados em contratar qualquer modalidade de Financiamento.

2.3 As Lojas Conveniadas são responsáveis por preencher corretamente as fichas cadastrais, verificar a veracidade dos dados cadastrais informados e apresentados pelos clientes, bem como por informar adequadamente ao cliente as condições do Financiamento.





2.4 Uma vez preenchida, a ficha cadastral é imediatamente encaminhada à Cedente por meio físico, via mensageiro, ou por qualquer meio eletrônico, sendo que, na maioria dos casos, o encaminhamento é realizado através do sistema eletrônico padrão da Cedente (Sistema GIS).

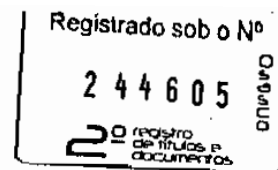
2.5 Recebida a ficha cadastral do cliente, a Cedente inicia o procedimento de análise de crédito, que consiste em: (i) consultar as referências pessoais do cliente; (ii) analisar os dados e informações constantes da ficha cadastral; (iii) verificar o vínculo empregatício do cliente, se aplicável; (iv) consultar os órgãos de proteção ao crédito, notadamente o Confirma on-line, Serasa, SPC, etc.; e (v) efetuar as consultas internas ao eventual histórico de pagamento do cliente em relação à Cedente.

2.5.1 Sem prejuízos de outros requisitos existentes, as seguintes condições constituem pré-requisitos mínimos para que o cliente esteja apto a obter concessão de Financiamento junto à Cedente:

- i) são condições gerais para concessão de CDC:
  - a) possuir renda mensal mínima de 1 salário mínimo, vigente à data da proposta de concessão de crédito;
  - b) ter idade mínima de 18 anos completos à data da negociação;
  - c) fornecer preferencialmente três telefones diferentes (residencial, comercial e referências pessoais); e
  - d) possuir conta corrente há pelo menos um ano (aplica-se à modalidade CDC cheque, não elegível de cessão ao Fundo)
- ii) são condições gerais para a concessão de Crédito Pessoal:
  - a) ser assalariado, aposentado, pensionista ou proprietário de empresa com renda comprovada;
  - b) ter idade mínima de 21 anos;
  - c) o valor máximo da prestação não deve exceder 15% da renda líquida efetiva do Consumidor;
  - d) ter estabilidade mínima de um ano no atual emprego; e
  - e) residir há no mínimo um ano no mesmo endereço.
- iii) o valor do Financiamento deve observar o limite de comprometimento da renda líquida do cliente, estabelecido no manual de regras da Cedente, até o limite máximo de 50%







(cinquenta por cento), conforme modalidade de financiamento contratada e status do cadastro do cliente, sendo que o limite máximo de 50% (cinquenta por cento) aplica-se à modalidade CDC cheque, não elegível de cessão ao Fundo, concedido a cliente já cadastrado perante a Cedente e cujo pagamento tenha sido dividido em, no máximo, 3 (três) parcelas; e

iv) não possuir registro restritivo de crédito no SPC e/ou SERASA.

2.6 As peculiaridades que impeçam a aprovação do crédito mediante a aplicação dos pré-requisitos acima podem, eventualmente, ser analisadas por alçadas superiores, que têm poderes para decidir pela concessão do Financiamento, se assim entenderem conveniente.

2.7 Aprovada a concessão do Financiamento e permanecendo o interesse do cliente em realizá-lo, a Loja Conveniada responsável pela operação recolhe a assinatura do cliente no termo de adesão, atesta a autenticidade das assinaturas mediante conferência e confronto com a documentação original apresentada e libera o crédito ao cliente.

2.8 Para operações de Crédito Pessoal, a entrega do crédito se dá por meio de depósito na conta corrente do cliente, por meio da atribuição de cheque à vista nominal cruzado ou através da entrega de dinheiro em espécie, pela Loja Conveniada, ao cliente. Neste caso, o cliente outorga procuração à Loja Conveniada para que esta receba diretamente da Cedente o valor que tenha sido adiantado ao cliente.

2.9 A Loja Conveniada envia à Cedente o termo de adesão devidamente assinado e o borderô com o movimento dos Financiamentos celebrados ao longo de um dia útil.

2.10 Como regra geral, até o fim do terceiro dia útil subsequente ao recebimento da documentação referida no item 2.9 acima a Cedente paga à Loja Conveniada, nos termos do que constar no borderô: (i) o valor dos bens financiados pelos clientes; e (ii) o montante de Crédito Pessoal adiantado pelas Lojas Conveniadas aos clientes.





### ANEXO III



*Este Anexo é parte integrante e inseparável do Regulamento do "Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros Credipar Mais" constituído em 6 de setembro de 2010 por BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. Qualquer mudança em seu conteúdo implica alteração do Regulamento.*

### MODELO DOS CONTRATOS E DA FICHA CADASTRAL DO DEVEDOR



#### ANEXO IV



*Este Anexo é parte integrante e inseparável do Regulamento do “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros Credipar Mais” constituído em 6 de setembro de 2010 por BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. Qualquer mudança em seu conteúdo implica alteração do Regulamento.*

#### DESCRIÇÃO DOS MECANISMOS E PROCEDIMENTOS ADOTADOS PARA COBRANÇA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS, INCLUSIVE INADIMPLENTES

1. Existem duas modalidades de Financiamento, CDC e Crédito Pessoal. Adicionalmente, existem duas formas para pagamento ordinário dos Financiamentos: (i) depósito de cheques pré-datados entregues pelo Devedor previamente à concessão do Financiamento, que não são passíveis de aquisição pelo Fundo; e (ii) pagamento, pelo Devedor, dos boletos bancários.

1.1 Tanto os Direitos Creditórios Iniciais e quanto os Novos Direitos Creditórios são originados dos Financiamentos, de acordo com a mesma política de concessão de crédito descrita neste Regulamento. No entanto, os Direitos Creditórios Iniciais e os Novos Direitos Creditórios possuem procedimentos de cobrança diferenciados, conforme os itens 1.1.1 e 1.1.2 abaixo.

1.1.1 As etapas da cobrança ordinária dos Direitos Creditórios Iniciais são a seguir descritas:

- i) até a data de vencimento, os boletos de pagamento referentes aos Direitos Creditórios Iniciais Cedidos poderão ser pagos em instituições financeiras, nos Correspondentes Bancários ou Lojas Conveniadas, sendo que (a) os pagamentos efetuados em instituições financeiras ou nos Correspondentes Bancários serão creditados em contas de depósito de titularidade da Cedente junto ao Agente de Recebimento Inicial, o qual, em até 1 (um) Dia Útil, transferirá referidos recursos para a Conta Transitória; e (b) os pagamentos efetuados nas Lojas Conveniadas serão diretamente creditados na Conta Transitória;
- ii) após a data de vencimento, os boletos de pagamento referentes aos Direitos Creditórios Iniciais Cedidos somente poderão ser pagos nas agências do Agente de Recebimento Inicial, nos Correspondentes Bancários e nas Lojas Conveniadas. Os pagamentos efetuados nas agências do Agente de Recebimento Inicial ou nos Correspondentes Bancários serão creditados em conta corrente de titularidade da Cedente mantida junto ao





Agente de Recebimento Inicial, o qual, em até 1 (um) Dia Útil, transferirá referidos recursos para a Conta Transitória. Já os pagamentos efetuados nas Lojas Conveniadas serão creditados diretamente na Conta Transitória;

- iii) o Agente de Recebimento Inicial deverá informar à Cedente sobre os recursos recebidos em contas correntes de titularidade da Cedente mantidas junto ao Agente de Recebimento Inicial, na mesma data em que tais recursos forem recebidos e transferidos para a Conta Transitória; e
- iv) em até 1 (um) Dia Útil do crédito dos recursos referentes aos Direitos Creditórios Iniciais na Conta Transitória, tanto pela transferência de recursos pelo Agente de Recebimento Inicial, quanto pelo crédito efetuado diretamente na Conta Transitória, a Cedente deverá informar ao Custodiante e à Instituição Administradora a quais Direitos Creditórios Iniciais se referem os referidos recursos. O Custodiante, por sua vez, deverá fazer a conciliação das informações prestadas pela Cedente e a Lista de Direitos Creditórios e, no mesmo Dia Útil do recebimento das informações, transferir (a) os recursos da Conta Transitória correspondentes ao pagamento dos Direitos Creditórios Iniciais Cedidos para a conta corrente de titularidade do Fundo; e (b) os recursos restantes na Conta Transitória para uma conta corrente de titularidade da Cedente.

1.1.2 As etapas da cobrança ordinária dos Novos Direitos Creditórios são a seguir descritas:

- i) até a data de vencimento, os boletos de pagamento referentes aos Novos Direitos Creditórios Cedidos serão cobrados por meio do serviço de cobrança registrada do Novo Agente de Recebimento e poderão ser pagos em qualquer instituição financeira, nos Correspondentes Bancários ou nas Lojas Conveniadas, sendo que (a) os pagamentos referentes aos Novos Direitos Creditórios Cedidos efetuados em instituições financeiras ou nos Correspondentes Bancários serão diretamente creditados na conta corrente de titularidade do Fundo; e (b) os pagamentos efetuados nas Lojas Conveniadas serão diretamente creditados na Conta Transitória;
- ii) após a data de vencimento, os boletos de pagamento referentes aos Novos Direitos Creditórios Cedidos somente poderão ser pagos nas agências do Novo Agente de Recebimento, nos Correspondentes Bancários ou nas Lojas Conveniadas. Os pagamentos referentes aos Novos Direitos Creditórios Cedidos efetuados nas agências do Novo Agente de Recebimento serão diretamente creditados na conta corrente de titularidade do Fundo. Já os pagamentos efetuados nas Lojas Conveniadas serão diretamente creditados na Conta Transitória;





- iii) em até 1 (um) Dia Útil do crédito dos recursos referentes aos Novos Direitos Creditórios na Conta Transitória, a Cedente deverá informar ao Custodiante e à Instituição Administradora a quais Novos Direitos Creditórios referem-se os referidos recursos. O Custodiante, por sua vez, deverá fazer a conciliação das informações prestadas pela Cedente e a Lista de Direitos Creditórios e, em até 1 (um) Dia Útil, transferir (a) os recursos da Conta Transitória correspondentes ao pagamento dos Novos Direitos Creditórios Cedidos para a conta corrente de titularidade do Fundo; e (b) os recursos restantes na Conta Transitória para uma conta corrente de titularidade da Cedente.

2. Processo de cobrança extrajudicial dos Direitos Creditórios Cedidos inadimplidos, será conduzido pelo Agente de Cobrança. O Agente de Cobrança deverá observar os seguintes procedimentos:

- i) a partir do 3º (terceiro) Dia Útil, inclusive, de atraso no pagamento de parcela do Financiamento, o Devedor deve ser contatado por telefone por funcionários do Agente de Cobrança, que efetuarão a cobrança extrajudicial da dívida;
- ii) por volta do 12º (décimo segundo) dia contado do atraso no pagamento de Direito Creditório, é enviada correspondência ao Devedor cobrando o valor inadimplido;
- iii) por volta do 22º (vigésimo segundo) dia contado da data de vencimento, o Agente de Cobrança deverá notificar o SPC sobre o inadimplemento;
- iv) se, apesar das providências acima descritas, o Devedor permanecer em atraso, por volta do 32º (trigésimo segundo) dia contado da data de vencimento, deverá ser efetuada a negativação do Devedor junto ao SPC;
- v) por volta do 36º dia contados da inadimplência, a cobrança deverá ser transferida para escritórios de cobrança especializados com atuação no Município em que o respectivo Devedor tenha domicílio. Os escritórios de cobrança atuam em nome do Agente de Cobrança, que permanece responsável pela atividade de cobrança perante o Fundo;
- vi) é permitido ao escritório de cobrança contratado, referido no item “v” acima, a concessão de abatimentos, nos termos da política de cobrança da Cedente e do Agente de Cobrança; e
- vii) em alguns casos específicos, poderá se dar início à ação de execução judicial da dívida, sem prejuízo à continuidade dos procedimentos de cobrança extrajudicial.





2.1 Para a cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos, o Agente de Cobrança se compromete a utilizar exatamente os mesmos critérios que utiliza para cobrar os Direitos Creditórios que sejam de titularidade da Cedente. Adicionalmente, o Agente de Cobrança é responsável por arrecadar os valores cobrados. Caso ocorra a renegociação dos Direitos Creditórios o Agente de Cobrança emitirá novos boletos bancários a serem pagos diretamente em conta corrente de titularidade do Fundo, fará a reconciliação desses Direitos Creditórios e preparará um arquivo de baixa de Direitos Creditórios Cedidos cobrados a ser enviado diariamente ao Custodiante.

2.2 Após o prazo limite estipulado para a comunicação extrajudicial, o processo de cobrança passará para o estágio Judicial, estágio em que será providenciada a ação de busca e apreensão do bem financiado ou de execução da quantia devida.

2.2.1 A ação judicial poderá ser efetuada por advogados próprios ou por escritório de advocacia/advogado contratado, mediante contrato firmado entre as partes.

2.2.2 Todos os contratos enviados a escritórios/advogados terceirizados deverão ser registrados no sistema para controle pela área de cobrança da Cedente.

2.3 Em posse das informações sobre quais Direitos Creditórios Cedidos cobrados foram pagos pelos Devedores e devidamente transferidos ao Fundo, no mesmo Dia Útil do recebimento de tais valores, o Custodiante efetuará a baixa contábil destes Direitos Creditórios Cedidos da carteira do Fundo.



## ANEXO V

*Este Anexo é parte integrante e inseparável do Regulamento do "Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros Credipar Mais" constituído em 6 de setembro de 2010 por BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. Qualquer mudança em seu conteúdo implica alteração do Regulamento.*



### DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA ADOTADA PARA VERIFICAÇÃO DO LASTRO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS POR AMOSTRAGEM

1. Sem prejuízo da responsabilidade legal do Custodiante, a verificação do lastro dos Direitos Creditórios deverá ser realizada por meio de auditoria trimestral nos respectivos documentos, por amostragem. As irregularidades apontadas nesta auditoria serão informadas à Instituição Administradora e à Agência Classificadora de Risco.

a) a verificação referida no item 1 acima será realizada trimestralmente pelo Custodiante ou por terceiro contratado. A análise da documentação será realizada utilizando os procedimentos de auditoria por amostragem, e dependerá de alguns estudos estatísticos, sendo realizada com base em amostras de registros operacionais e contábeis, podendo variar de acordo com o tamanho da carteira e o nível de concentração dos Direitos Creditórios.

b) o Custodiante utilizar-se-á de amostra probabilística aleatória simples, selecionada por sorteio não viciado, obtida de acordo com o seguinte procedimento: (i) divide-se o tamanho da população "N" pelo tamanho da amostra "n", obtendo um intervalo de retirada "k"; (ii) sorteia-se o ponto de partida; e (iii) a cada "k" elementos, retira-se um Direito Creditório Cedido para a amostra. A seleção da amostra considerará ainda parâmetros em relação à diversificação de clientes, quantidade e valor médio dos Direitos Creditórios Cedidos, intervalo de confiança de no mínimo 90% (noventa por cento) e erro amostral tolerável aceitável, calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$n_0 = \frac{1}{E_o^2}$$

$$n = \frac{N \times n_0}{N + n_0}$$

Onde:

Eo = Erro Amostral Tolerável (o erro amostral tolerável será entre 5% e 10%, considerando principalmente os seguintes aspectos: natureza dos Direitos Creditórios Elegíveis; qualidade do Cedente; quantidade de verificações do lastro dos Direitos Creditórios Elegíveis já realizadas e





respectivos resultados observados); e



N = tamanho da população (o universo de amostragem a ser utilizado compreenderá exclusivamente os Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao Fundo desde a última verificação, exceto para a primeira verificação, que compreenderá a totalidade dos Direitos Creditórios Elegíveis).

A seleção da amostra de Direitos Creditórios Elegíveis para verificação será obtida da seguinte forma: (i) divide-se o tamanho da população (N) pelo tamanho da amostra (n), obtendo um intervalo de retirada (k); (ii) sorteia-se o ponto de partida; e (iii) a cada k elementos, retira-se um para a amostra.

1.1 A verificação será realizada uniformemente, ou seja, não sendo considerado os parâmetros de diversificação de Devedores quando da verificação do lastro.

1.2 O Custodiante não poderá ser responsabilizado por qualquer perda que venha a ser imposta ao Fundo ou aos Cotistas por conta de qualquer irregularidade dos Documentos Comprobatórios.

1.3 Para atendimento ao disposto no § 3º, inciso III, do artigo 8º da Instrução nº 356/01, da CVM, a Instituição Administradora considerará as informações fornecidas pelo Custodiante após o término do trimestre do exercício social, retroativas aos últimos 3 (três) meses os resultados da verificação dos Documentos Comprobatórios, por amostragem, realizada no trimestre anterior pelo Custodiante, nas quais o Custodiante, ou o auditor contratado pelo mesmo, explicitará, dentre o universo analisado, a quantidade e a relevância dos Direitos Creditórios inexistentes porventura encontrados.



## ANEXO VI



*Este Anexo é parte integrante e inseparável do Regulamento do “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros Credipar Mais” constituído em 6 de setembro de 2010 por BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. Qualquer mudança em seu conteúdo implica alteração do Regulamento.*

### MODELO DE SUPLEMENTO

#### “SUPLEMENTO DA [ORDINAL POR EXTENSO] SÉRIE DE COTAS SENIORES”

1. *O presente documento constitui o suplemento nº [COMPLETAR] ([POR EXTENSO]) (“Suplemento”) referente às Cotas Seniores da [COMPLETAR] ([POR EXTENSO]) Série emitidas nos termos do regulamento do “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros Credipar Mais” e posteriores alterações, originalmente registrado sob o nº [COMPLETAR] no [COMPLETAR] Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, do qual este Suplemento é parte integrante (“Regulamento”), inscrito no CNPJ/MF sob o nº [COMPLETAR] e administrado por BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sociedade com sede na cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no núcleo administrativo denominado “Cidade de Deus”, bairro Vila Yara, Prédio Novíssimo, 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.066.670/0001-00, neste ato representada nos termos de seu Contrato Social (“Instituição Administradora”).*
2. *Serão emitidas nos termos deste Suplemento e do Regulamento, [COMPLETAR] ([POR EXTENSO]) Cotas Seniores da [COMPLETAR] ([POR EXTENSO]) Série no valor de R\$ [COMPLETAR] ([POR EXTENSO]) cada, na data da primeira subscrição de Cotas da presente Série (“Data de Subscrição Inicial”).*
3. *O prazo de duração desta [COMPLETAR] ([POR EXTENSO]) Série será de [COMPLETAR] ([POR EXTENSO]) meses.*
4. *Na subscrição de Cotas Seniores da [COMPLETAR] ([POR EXTENSO]) Série em data diversa da Data de Subscrição Inicial será utilizado o valor da Cota de mesma Série em vigor no próprio dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à Instituição Administradora, em sua sede ou dependências, calculado conforme o disposto no Regulamento.*







5. A remuneração das Cotas Seniores da [COMPLETAR]ª Série ([POR EXTENSO]) será calculada de acordo com a cláusula [COMPLETAR] do Regulamento, e com a fórmula definida abaixo:

[INSERIR FÓRMULA]

6. A partir do [COMPLETAR] ([POR EXTENSO]) dia útil do [COMPLETAR] ([POR EXTENSO]) mês calendário após o mês de início da Subscrição Inicial de Cotas Seniores, desde que o Fundo tenha recursos, as Cotas Seniores da [COMPLETAR]ª Série ([POR EXTENSO]) serão amortizadas mensalmente pelo valor correspondente à variação positiva acumulada do valor da Cota Sênior, entre a Data de Subscrição Inicial, no caso da primeira parcela de amortização, ou a data de pagamento da última parcela de amortização, nos demais casos, e o último dia útil anterior à data de pagamento da parcela de amortização em referência.

6. Adicionalmente, a partir do [COMPLETAR] ([POR EXTENSO]) Dia Útil do [COMPLETAR] ([POR EXTENSO]) mês após o mês de início da Subscrição Inicial de Cotas Seniores, desde que o Fundo tenha recursos, o valor do principal das Cotas Seniores [COMPLETAR]ª Série ([POR EXTENSO]) será amortizado mensalmente em [COMPLETAR] ([POR EXTENSO]) pagamentos mensais.

7. Os termos definidos utilizados não expressamente definidos neste Suplemento terão significado idêntico ao que lhes é atribuído no Regulamento.

8. O presente Suplemento, uma vez assinado pela Instituição Administradora, constituirá parte integrante do Regulamento e por ele será regido, devendo prevalecer as disposições deste Suplemento em caso de qualquer conflito ou controvérsia em relação às disposições do Regulamento. As Cotas Seniores da [COMPLETAR]ª ([POR EXTENSO]) Série terão os poderes, direitos, prerrogativas, privilégios, deveres e obrigações atribuídos às demais Séries em circulação, exceto com relação aos prazos e valores de amortização e resgate, bem como a remuneração, especificados e expressamente previstos neste Suplemento.

9. O presente Suplemento deverá ser averbado nos registros do Regulamento no [COMPLETAR]ª Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco."



## ANEXO VII



*Este Anexo é parte integrante e inseparável do Regulamento do "Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros Credipar Mais" constituído em 6 de setembro de 2010 por BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. Qualquer mudança em seu conteúdo implica alteração do Regulamento.*

### TERMO DE CIÊNCIA DE RISCO E ADESÃO AO REGULAMENTO

#### FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS CREDIPAR MAIS

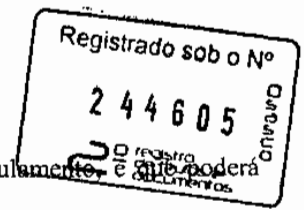
Pelo presente Termo de Ciência de Risco e Adesão ao Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros Credipar Mais ("Fundo" e "Regulamento", respectivamente), para todos os fins de direito e em atendimento ao disposto no artigo 23, parágrafo primeiro, da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, o investidor abaixo assinado adere expressamente aos termos do Regulamento, cujo conteúdo declara conhecer e aceitar integralmente.

Exceto se definido de outra forma no presente Termo de Ciência de Risco e Adesão, os termos e expressões aqui utilizados têm os mesmos significados definidos no Anexo I ao Regulamento.

O investidor também declara:

- i) ser investidor qualificado, nos termos do artigo 109 da Instrução CVM nº 409 de 18 de agosto de 2004 e suas posteriores alterações, bem como demais autorizados pela legislação a adquirir cotas de fundo de investimento em direitos creditórios;
- ii) ter recebido cópia do Regulamento do Fundo, bem como conhecer e reconhecer como válidas e obrigatórias as suas normas, aderindo formalmente, neste ato, às suas disposições;
- iii) ter ciência de que não foi ou será elaborado qualquer material publicitário referente ao Fundo, sendo o Prospecto e o Regulamento suficientes ao seu completo entendimento do Fundo, de suas operações e dos riscos envolvidos;
- iv) ter ciência da Política de Investimento e dos objetivos do Fundo, da Taxa de Administração e do grau de risco desse tipo de aplicação financeira em função das características de seus ativos, tal como disposto nos Capítulos 3 e 17 ("Política de





Investimento” e “Fatores de Riscos”, respectivamente) do Regulamento, e que poderá ocorrer perda total do capital investido no Fundo;

- v) que a Política de Investimento do Fundo e os riscos aos quais o Fundo está sujeito estão de acordo com a sua situação financeira, seu perfil de risco e sua estratégia de investimento;
- vi) ter ciência de que o objetivo do Fundo não representa garantia de rentabilidade;
- vii) ter ciência de que as operações do Fundo não contam com a garantia da Instituição Administradora, da Gestora, do Custodiante, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Crédito - FGC;
- viii) ter ciência de que, no exercício de suas atividades, a Instituição Administradora e a Gestora têm poderes para praticar todos os atos necessários à administração e gestão da carteira de ativos do Fundo, observando o disposto no Regulamento, na legislação vigente, podendo definir como atuar dentro das possibilidades e de mercado;
- ix) autorizar a Instituição Administradora a determinar os horários limite para aplicações e resgates, e ter ciência de que a Instituição Administradora poderá, a seu exclusivo critério, determinar o fechamento temporário das aplicações em função de condições do mercado financeiro e alterar os valores de movimentação do Fundo;
- x) que tomou ciência da possibilidade de alteração do Regulamento em decorrência de normas legais ou regulamentares, ou de determinação da CVM, independentemente de realização de Assembleia Geral, nos termos do artigo 26, Parágrafo Único, da Instrução CVM 356;
- xi) ter ciência de que o Periódico utilizado para divulgação das informações do Fundo é o jornal “DCI - Comércio e Indústria & Serviços”; e
- xii) que se responsabiliza pela veracidade das declarações aqui prestadas, bem como por ressarcir a Instituição Administradora de quaisquer prejuízos (incluindo perdas e danos) decorrentes de falsidade, inexatidão ou imprecisão dessas declarações.

[LOCAL], [DATA]



(Assinaturas Autorizadas)



**Nome do Investidor:**

**CNPJ/CPF:**

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_

Nome:

RG:

CPF/MF:

2. \_\_\_\_\_

Nome:

RG:

CPF/MF:



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## **ANEXO II - RELATÓRIO DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO**

*Este Anexo é parte integrante do Prospecto Definitivo de Distribuição Pública de Cotas Seniores da 1ª Série de Emissão do “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros Credipar Mais”*

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ABS/Crédito Direto ao  
Consumo  
Brasil  
Relatório de Rating  
Preliminar

## Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Credipar Mais Classe Sênior - Série 2010-1

### Analistas

#### Finanças Estruturadas

Raquel Olivetti  
55 11 4504-2612  
[raquel.olivetti@fitchratings.com](mailto:raquel.olivetti@fitchratings.com)

Jayne Bartling  
55 11 4504-2602  
[jayne.bartling@fitchratings.com](mailto:jayne.bartling@fitchratings.com)

Ely Mizrahi  
55 11 4504-2617  
[ely.mizrahi@fitchratings.com](mailto:ely.mizrahi@fitchratings.com)

#### Instituições Financeiras

Rita Gonçalves  
55 21 4503-2600  
[rita.goncalves@fitchratings.com](mailto:rita.goncalves@fitchratings.com)

Luiz C. Vieira  
55 21 4503-2600  
[luiz.vieira@fitchratings.com](mailto:luiz.vieira@fitchratings.com)

### Pesquisa Relacionada

#### Metodologia

- *Critério de Avaliação Para Securitização de Crédito ao Consumo na América Latina, 03 de outubro de 2008;*
- *Global Structured Finance Rating Criteria, 13 de agosto de 2010;*
- *Criteria for Structured Finance Loss Severity Ratings, 17 de fevereiro de 2009.*

#### Outras Pesquisas

- *Securitização de Crédito ao Consumo no Brasil - Verdade ou Ilusão?, 27 de abril de 2009.*

### Sumário

Resumo da Transação .....	1
Transação e Estrutura Legal .....	3
Análise do Colateral .....	4
Estrutura Financeira .....	9
Risco de Contrapartes .....	13
Monitoramento .....	14
Apêndice A: Originação, Cessão e Cobrança .....	15
Apêndice B: Perfil de Crédito do Originador .....	17
Apêndice C: Resumo da Transação .....	19

### Resumo da Transação

#### Ratings

Classe/Série	Montante (BRL MM)	Vencimento Final Legal	Rating Preliminar	Reforço de Crédito <sup>a</sup>	Rating de Severidade de Perda <sup>b</sup>	Perspectiva
Cota Sênior - Série 2010-1	100,0	Set/2013	AAA(bra)	20,0%	LS-2	Estável
Cotas Subordinadas	25,0	Set/2013	NA	--	NA	--
Total Emissão	125,0					

\*O Rating Preliminar não constitui a opinião de crédito da Fitch Ratings, porém é uma indicação que poderá ser confirmada ou não no momento da atribuição do rating final. O Rating Preliminar está baseado em informações prévias fornecidas pelo emissor e outros participantes da estruturação desta oferta até 16 de setembro de 2010. O Rating Preliminar fica condicionado à conferência dos documentos finais que estejam em conformidade com as informações já recebidas. Quaisquer alterações das informações poderão resultar em atribuição de rating final diferente do preliminar. Os ratings de crédito da Fitch não constituem recomendação de compra, venda ou manutenção de um título. O prospecto e outros materiais disponibilizados desta oferta deverão ser lidos anteriormente à sua aquisição.

NA – Não Avaliada.

<sup>a</sup> Reforço de crédito na forma de cotas subordinadas, adicionado à sobrecolateralização (calculada sobre o saldo devedor da carteira de BRL125 milhões).

<sup>b</sup> Detalhes estão no relatório "Criteria for Structured Finance Loss Severity Ratings", de 17 de fevereiro de 2009.

Fonte: Fitch Ratings

A Fitch Ratings atribuiu o Rating Nacional Preliminar de Longo Prazo 'AAA(bra)' à primeira série de cotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros Credipar Mais (FIDC Credipar Mais). Esta operação é uma securitização de direitos creditórios oriundos de financiamentos na modalidade de crédito direto ao consumidor (CDC) e crédito pessoal (CP), originados pela Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos (Negresco). A primeira série de cotas seniores será objeto de oferta pública de distribuição em regime de melhores esforços, enquanto a emissão de cotas subordinadas será adquirida integralmente pela Negresco.

O Rating Preliminar atribuído à primeira série de cotas seniores desta operação reflete a capacidade de pagamento pontual e integral do principal investido e a taxa benchmark de rendimento do CDI, acrescido de um *spread* anual (a ser determinado no em processo de *bookbuilding*), nas datas programadas de amortização até seu vencimento final.

### Principais Fundamentos do Rating

#### Pontos Fortes

- **Reforço de Crédito** - A subordinação inicial da operação em benefício dos cotistas seniores será de 20,0% do Patrimônio Líquido (PL) do fundo. Entretanto, dentro dos seis primeiros meses da operação, a subordinação deverá atingir 25,0% do PL do fundo e, uma vez atingido, este percentual deverá ser mantido durante todo o prazo de vigência do fundo. Além da subordinação, os investidores seniores contam com o reforço de crédito adicional proporcionado pelo excesso de *spread* de, aproximadamente, 64,0% ao ano (a.a.). Este excesso absorverá, em primeira instância, a inadimplência e as perdas da carteira, para então ser alocado às cotas subordinadas. Estas serão amortizadas desde que a subordinação permaneça sempre igual ou superior a 25,0% e que determinadas condições previstas no regulamento estejam atendidas.
- **Alinhamento dos Interesses Econômicos** - Não haverá ágio, ou antecipação de receita financeira futura quando da cessão do crédito ao FIDC, uma vez que a



taxa de aquisição deverá ser equivalente a, no mínimo, a taxa de juros do financiamento. A taxa de aquisição estabelecida na operação alinha os interesses econômicos dos investidores seniores aos da Negresco (cotista subordinado e cedente). Além disso, a Negresco receberá o excesso de *spread*, resultante da diferença entre a remuneração dos créditos e a remuneração das cotas seniores e despesas, em caso de boa performance da carteira ao longo da vigência da operação.

- Integridade da Estrutura Jurídica - A Fitch recebeu a minuta do parecer da assessoria jurídica da operação sobre a estrutura legal apresentada nesta, atestando que um evento de intervenção ou liquidação da cedente não deve afetar a integridade e a titularidade dos direitos creditórios do fundo.

#### Pontos Fracos

- Qualidade de Crédito da Carteira - A carteira de crédito da Negresco é composta por contratos de financiamento ao consumo concedidos a pessoas físicas, principalmente das classes C, D e E. Desta forma, a perda acumulada observada é elevada, em torno de 15,0% do total originado. A Fitch utilizou informações históricas da Negresco para verificar a qualidade de crédito da carteira e derivar a o cenário-base de perda esperada para esta transação.
- Descasamento entre o Rendimento do Ativo e do Passivo - Os direitos creditórios elegíveis possuem rentabilidade prefixada, e a remuneração das cotas seniores será pós-fixada. Esta situação gera descasamento das taxas dentro do prazo dos direitos creditórios adquiridos. Apesar de a operação contemplar o uso de instrumentos de derivativos para mitigar o risco de descasamento da taxa de juros, a aplicação desta ferramenta não será obrigatória. Assim, a Fitch incorporou em sua modelagem de fluxo de caixa um cenário de *stress* de taxa de juros para verificar a capacidade da estrutura de capital da transação em absorver riscos desta natureza.
- Risco de Mistura dos Fluxos (*Commingling*) - Até 31 de dezembro de 2010, será permitido ao fundo adquirir direitos creditórios que não possuem cobrança registrada no Agente de Recebimento, o Banco Bradesco S.A. (Bradesco). Portanto, os pagamentos efetuados em bancos referentes aos direitos creditórios sem cobrança registrada no Bradesco serão inicialmente depositados em uma conta de depósito em nome da Negresco, domiciliada na Caixa Econômica Federal (CEF). Em até um dia útil, os recursos deverão ser transferidos para uma conta centralizadora em nome do Bradesco, também domiciliada na CEF. No mesmo dia, o Bradesco, também custodiante da operação, fará a reconciliação com base em relatório enviado pela Negresco e encaminhará os recursos à conta de titularidade do fundo.

Entretanto, para financiamentos concedidos após setembro de 2010, a cobrança passará a ser de forma registrada. O recebimento das respectivas prestações será feito diretamente na conta de titularidade do fundo.

#### Aplicação de Critério e Dados Históricos

##### *Aplicação de Critério*

A Fitch aplicou para esta análise as metodologias “Critério de Avaliação para Securitização de Crédito ao Consumo na América Latina”, publicada em 3 de outubro de 2008; “Critério para Ratings de Severidade de Perda de Finanças Estruturadas”, publicada em 17 de fevereiro de 2009; e “Critério Global para Rating de Finanças Estruturadas”, publicada em 13 de agosto de 2010. Os relatórios estão disponíveis em [www.fitchratings.com.br](http://www.fitchratings.com.br).

##### *Dados Históricos*

Em uma operação estruturada lastreada por financiamentos de crédito direto ao consumo, para derivar uma expectativa de cenário-base para perda a Fitch busca inicialmente identificar o comportamento da carteira do cedente. Para isso, foram

analisados dados estatísticos por safra de origem, além de outras informações, que abrangem o período de maio de 2007 a abril de 2010, elaborados pela KPMG Risk Advisory Services Ltda. (KPMG). A análise por safra de origem, quando comparada às estatísticas consolidadas de desempenho da carteira, fornece uma estimativa mais apropriada de perda, uma vez que os efeitos diluidores de crescimento da carteira são removidos. Os dados levantados pela KPMG também foram complementados com informações fornecidas diretamente pela Negresco, compreendendo o período entre janeiro de 2007 e julho de 2010.

## Transação e Estrutura Legal

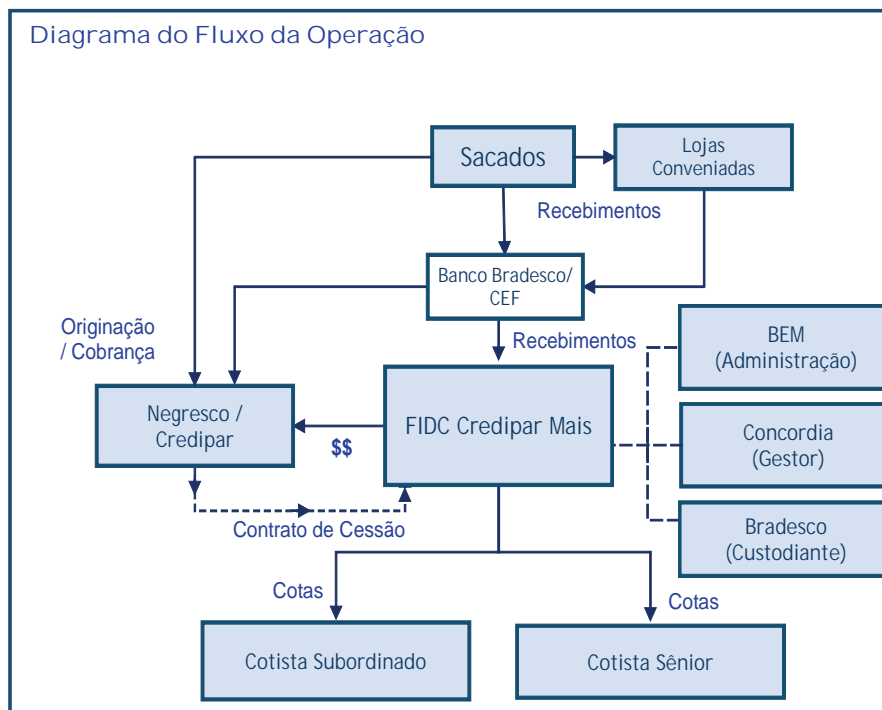
O FIDC Credipar Mais é um fundo de investimento em direitos creditórios de condomínio fechado, com prazo de duração de vinte anos. A primeira série de cotas seniores tem prazo de três anos, a partir da primeira subscrição. O fundo será administrado pela BEM DTVM Ltda. (BEM), e o Bradesco exercerá as funções relacionadas à custódia dos ativos e será o agente de recebimento dos direitos creditórios do fundo. A Credipar Serviços Financeiros Ltda. (Credipar) foi contratada como fiel depositária dos documentos comprobatórios dos direitos creditórios adquiridos pelo fundo e agente de cobrança dos direitos creditórios vencidos e não pagos. A Concordia CCVM S.A. (Concordia) ficará encarregada da gestão da carteira de ativos financeiros do fundo.

O fundo emitirá duas classes distintas de cotas, sênior e subordinada. O fundo poderá promover novas emissões de cotas seniores sem que haja necessidade de autorização prévia de assembleia de cotistas, e desde que observadas certas condições previstas no regulamento. Estas condições incluem o cumprimento da subordinação mínima estabelecida e a afirmação dos ratings atribuídos às cotas seniores em circulação.

O montante da primeira série de cotas seniores será de até BRL100,0 milhões, com prazo total de três anos. Após um período inicial de carência de três meses, a cota sênior terá amortizações mensais dos juros acumulados. Após 24 meses, passará a amortizar em base mensal o principal investido, além dos juros acumulados, até o vencimento final.

As cotas subordinadas serão subscritas e integralizadas pela Negresco, em montante inicial de até BRL25,0 milhões, que corresponderá a 20,0% do PL do fundo. Até o sexto mês de vigência do fundo, a subordinação deverá corresponder a 25,0% do PL do fundo, e este será o novo percentual mínimo de subordinação, a ser mantido até o vencimento das cotas seniores. As cotas subordinadas terão o mesmo prazo das cotas seniores, em relação à carência para pagamento de juros, e poderão ser amortizadas desde que seja mantido o percentual mínimo de subordinação de 25,0% do PL do fundo e que determinadas condições previstas no regulamento sejam respeitadas. Para que a Negresco receba um pagamento de cotas subordinadas, não poderá estar em andamento um evento de avaliação ou liquidação da operação.

A provisão dos direitos creditórios vencidos e não pagos será realizada conforme a Resolução 2.682 do Banco Central do Brasil (Bacen). De acordo com esta resolução, direitos creditórios em atraso por mais de 180 dias serão integralmente provisionados como perda efetiva pelo Bradesco. Além disso, não apenas os direitos creditórios vencidos e não pagos serão provisionados, mas todos os direitos creditórios (a vencer e vencidos) de determinado sacado. O percentual aplicado à provisão considera o direito creditório que apresentar maior risco, ou seja, aquele vencido e não pago por maior tempo.



## Estrutura Legal

A Fitch solicitou e recebeu uma minuta do parecer legal da assessoria jurídica da transação, atestando a constituição de cessão definitiva, de forma perfeita e acabada, da carteira de crédito objeto da securitização; a necessidade de a operação efetuar o registro da cessão e notificação dos sacados; a capacidade jurídica da Negresco de conceder empréstimos e realizar cessões ao fundo; e o fato de que um evento de insolvência da Negresco não deverá afetar a integridade da estrutura do fundo, das cotas emitidas ou das garantias nelas constituídas. Entretanto, segundo o parecer, os direitos creditórios sem cobrança registrada que estiverem na conta de titularidade da Negresco poderão estar sujeitos a retenção em caso de processo de intervenção ou falimentar desta.

## Esclarecimento

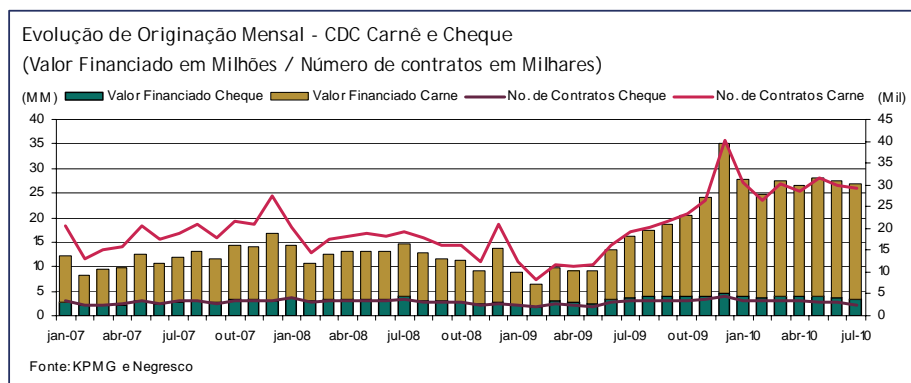
Em sua análise de crédito, a agência conta com uma opinião legal e/ou fiscal emitida pela assessoria jurídica da transação. A Fitch reforça que não presta aconselhamento legal e/ou fiscal, nem atesta que opiniões legais e/ou fiscais ou quaisquer outros documentos relacionados à transação ou à sua estrutura sejam suficientes para qualquer propósito. A nota ao final deste relatório esclarece que este documento não constitui consultoria legal, fiscal ou sobre a estruturação da operação por parte da Fitch, nem deve ser utilizado como tal. Caso os leitores deste relatório necessitem de aconselhamento legal, fiscal e/ou sobre a estruturação, devem procurar profissionais capacitados nas jurisdições relevantes.

## Análise do Colateral

A Negresco oferece principalmente os produtos de CDC e CP, além de outros produtos em menor escala, como cartões de crédito de bandeira própria para lojistas conveniados. O CDC e CP são oferecidos exclusivamente a consumidores através de lojistas conveniados com a Negresco. Os lojistas estão fortemente concentrados no setor de varejo de móveis e eletrônicos, voltado às classes de consumo C, D e E.

## Crédito Direto ao Consumo (CDC)

O CDC é oferecido no formato de carnê ou cheques pré-datados, com taxas prefixadas de juros e prestações mensais. Para esta transação, será elegível para aquisição apenas o CDC via carnê. Em 2010, a originação mensal de CDC via carnê e cheque pré-datado era de 87,0% e 13,0%, respectivamente. O percentual de CDC via cheque vem se reduzindo gradativamente em relação aos 30,0% registrado no início de 2009, comparado a todo o CDC originado pela Negresco. Isto se deve ao aumento considerável em volume de CDC via carnê e à menor demanda por CDC via cheque.

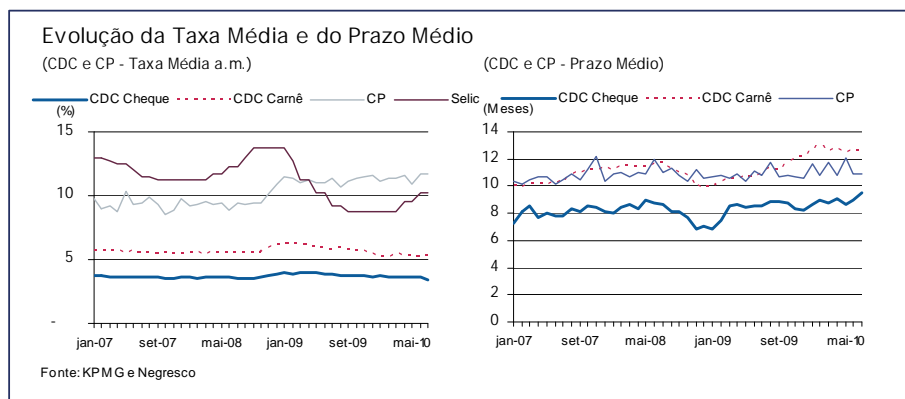


No período observado de 43 meses entre janeiro de 2007 e julho de 2010, a Negresco ampliou sua originação de forma expressiva. Entre maio de 2007 e maio 2009, a originação mensal era de, em média, BRL15,7 milhões, apesar de ter sido verificada uma queda no último trimestre de 2008 e no primeiro semestre de 2009, em decorrência dos efeitos da crise financeira global e da implementação de medidas mais rigorosas de aprovação de crédito pela Negresco. No segundo semestre de 2009, entretanto, houve retomada do consumo, e o pico de originação neste ano se concentrou principalmente nos meses de novembro e dezembro, períodos de maior consumo, quando foi atingida uma média de originação de BRL30 milhões.

Em novembro de 2009, a Negresco dobrou sua originação mensal de CDC através da expansão do lojista Comercial Zena Móveis Sociedade Ltda. (Lojas Marabraz), no Estado de São Paulo.

Uma parte razoável da originação mensal de CDC está concentrada entre três lojistas de móveis. No primeiro semestre de 2010, as Lojas Marabraz, Mercadomóveis Ltda. (MM) e Valdar Móveis Ltda. (Valdar) representaram 52,0%, 8,0% e 2,0%, respectivamente, da originação de CDC. O restante é pulverizado entre mais de 2.500 lojistas, com representatividade individual inferior a 1,0%.

O prazo médio ponderado dos financiamentos de CDC via carnê se manteve em 12 meses ao longo de 2010. Durante o período observado, este prazo oscilou entre nove e 12 meses. Atualmente, a Negresco não oferece prazo de financiamento superior a 24 meses.



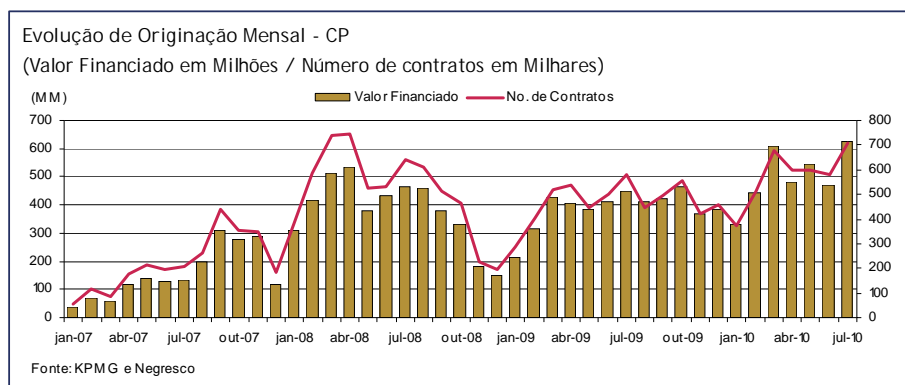
A taxa média de juros de CDC via carnê tem sido relativamente estável entre 2007 e 2010, oscilando entre 5,2% ao mês (a.m.) e 6,3% a.m., apesar da trajetória de declínio da taxa básica de juros no Brasil neste período. No período de 12 meses encerrado em julho de 2010, a taxa média era de 5,5% a.m., e a manutenção deste patamar de juros se deve à atuação da Negresco em municípios do interior, além de grande regiões metropolitanas, onde a competição por CDC é menos intensa.

## Crédito Pessoal (CP)

O CP é originado através da mesma plataforma de CDC, mas com critérios de concessão de crédito distintos. Este produto não é oferecido em todos os estabelecimentos de lojistas conveniados. Os financiamentos possuem taxas prefixadas de juros e prestações mensais, pagáveis via carnê emitido pela Negresco. A Fitch ressalta que o limite máximo de exposição do fundo ao CP é de 10,0% do seu PL.

A originação mensal de CP tem sido crescente, porém se manteve em volume muito menor em relação ao CDC. No período de 12 meses encerrado em julho de 2010, a originação mensal era de cerca de BRL462,7 mil, sobre uma média mensal de 534 financiamentos concedidos. Não obstante, a originação apresenta maior crescimento desde o início da oferta de crédito aos consumidores através da Lojas Marabraz.

No período de 12 meses observado, o prazo médio e a taxa média de juros eram de 11 meses e 11,3% a.m., uma das taxas mais elevadas dentro do segmento de CP.



## Crítérios de Elegibilidade

Os direitos creditórios serão adquiridos pelo fundo de acordo com os critérios de elegibilidade e condições de cessão, ambos estabelecidos no regulamento e no contrato de cessão. A verificação dos critérios de elegibilidade será realizada anteriormente à aquisição por parte do fundo e será de responsabilidade do Bradesco. São considerados critérios de elegibilidade:

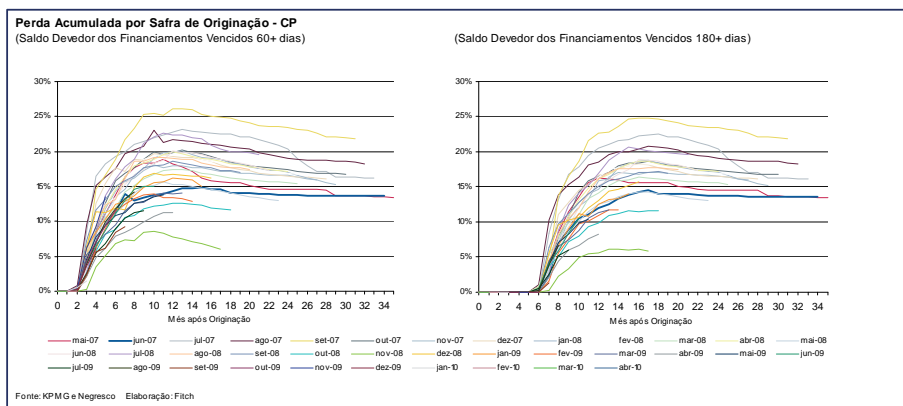
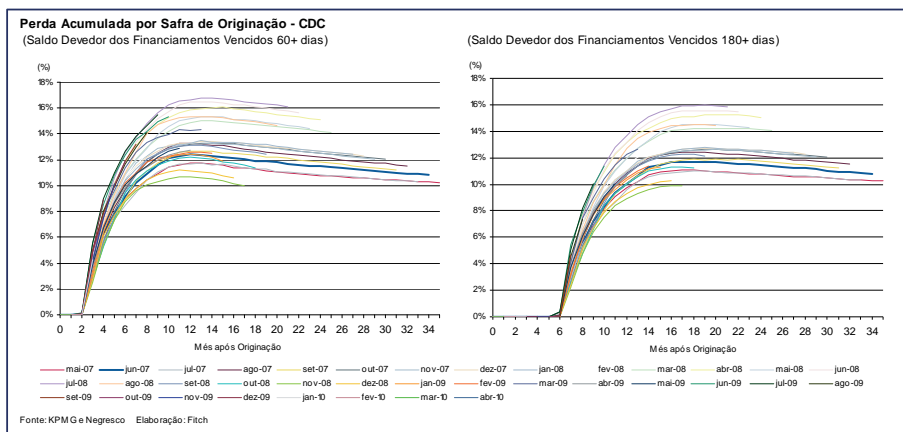
- Os direitos creditórios cedidos ao fundo não podem ter prazo superior a 24 meses, a partir da sua data de aquisição ou vencimento após a última série de cotas seniores em circulação;
- Após a cessão, a totalidade do débito de determinado devedor para com o fundo não poderá ser superior a BRL15,0 mil;
- No momento da aquisição, os devedores não poderão estar inadimplentes com o fundo;
- Os direitos creditórios não poderão estar vencidos e não pagos;
- No momento da cessão, o limite de concentração para CDC é de, no mínimo, 90,0% do valor presente da carteira, e não haverá limite máximo para este; e
- A partir de 31 de dezembro de 2010, os direitos creditórios deverão ter cobrança registrada no Bradesco.

Os direitos creditórios deverão atender ainda, antes da aquisição, às condições de cessão. A verificação destas condições é de responsabilidade da Negresco, mediante declaração de que os direitos creditórios respeitam os seguintes critérios:

- Os direitos creditórios cedidos ao fundo deverão ser originados de contratos de financiamento com taxas de juros prefixadas e frequência de pagamento mensal;
- A cessão deve abranger a totalidade dos contratos de financiamento ao consumo;
- Os devedores não poderão estar inadimplentes junto à Negresco ou a suas respectivas controladas, coligadas ou controladoras, diretas ou indiretas;
- Os contratos de financiamento ao consumo devem ter seu pagamento realizado através de boleto bancário e não será permitida a cessão de direitos creditórios pagos por meio de cheques;
- Os direitos creditórios não podem ser ou ter sido objeto de qualquer contestação judicial, extrajudicial ou administrativa de que a Negresco tenha conhecimento, independentemente da alegação ou mérito, que possa direta ou indiretamente comprometer a respectiva liquidez e certeza; e
- Os pagamentos referentes aos direitos creditórios efetuados nas lojas conveniadas deverão ser depositados na conta centralizadora de titularidade do Bradesco.

## Inadimplência e Perda

A análise de inadimplência e perda foi baseada no levantamento feito pela KPMG, que compreendeu um histórico de 36 meses, entre maio de 2007 e abril de 2010, sobre a pontualidade de pagamento da carteira da Negresco. Estes dados foram separados por produto (CDC e CP) e apresentados por safra de originação em base mensal. A Fitch ressalta que os dados apresentados sobre o CDC não tiveram abertura entre carnê e cheque.



Para CDC e CP, a agência analisou as safras de originação, e levou em conta os financiamentos com parcela vencida e não paga acima de sessenta, noventa e 180 dias. Conforme citado acima, o CDC contempla tanto a modalidade de carnê, quanto a de cheque. O comportamento das safras de CDCs com parcela vencida e não paga acima de sessenta e 180 dias está apresentado no gráfico abaixo.

Os financiamentos de cada safra com parcela vencida e não paga acima de 180 dias representam em torno de 12,0% do total originado da respectiva safra. Ao considerar dentro da safra apenas a originação de CDC carnê, a Fitch estima que este percentual seja próximo a 14,5%. Esta diferença se deve à tendência observada de menor perda no CDC cheque, que não será elegível para cessão ao fundo. Portanto, em momentos de maior representatividade do CDC cheque (em 2009, por exemplo), foram observados índices menores de perda.

Outro fator importante considerado na análise é a comparação do percentual de contratos com uma parcela em atraso acima de sessenta e de 180 dias. A Fitch concluiu que os créditos com mais de sessenta dias de atraso possuem recuperação relativamente baixa. Assim, a inadimplência acima de sessenta dias segue como exemplo razoável de uma 'linha sem volta'. A partir desta faixa de atraso, grande parte da recuperação advém dos esforços de empresas de cobrança terceirizada. Desta forma, a Fitch decidiu considerar como cenário-base de perda acumulada de 14,5% para CDC, levando em conta financiamentos com parcela vencida e não paga superior a sessenta dias.



O comportamento histórico de inadimplência e perda de CP demonstra maior volatilidade ao longo do período observado. A gráfico abaixo ilustra esta tendência. Semelhante ao comportamento de CDC carnê, os financiamentos vencidos e não pagos acima de sessenta dias dificilmente voltam a ser pagos, sem que haja esforços por parte de empresas de cobrança terceirizada. Com base nesta informação histórica de pontualidade de CP, a Fitch estimou um cenário-base de perda acumulada de 18,5% até o final da safra.

## Pré-pagamento e Refinanciamento

O evento de pré-pagamento consiste na liquidação do empréstimo pelo tomador antes da data de vencimento final. Neste caso, o tomador paga o saldo devedor do empréstimo ao credor. O refinanciamento é o pagamento antecipado do saldo devedor do empréstimo por meio de recursos provenientes de um novo empréstimo, concedido pelo mesmo credor ou por uma instituição concorrente. Em geral, o tomador busca o refinanciamento para alongar o prazo de pagamento do empréstimo, aumentar o saldo devedor da dívida ou reduzir a taxa de juros cobrada.

Ao contrário de diversas outras modalidades de crédito ao consumo, como crédito consignado proveniente de instituições públicas e financiamento de veículos, a tendência observada de pré-pagamento no CDC e CP é pouco representativa. O comportamento de baixo pré-pagamento se deve à menor competição por este tipo de financiamento, sem necessidade de refinanciamento para a concessão de crédito adicional ao mesmo tomador, ao contrário, por exemplo, do crédito consignado. Além disso, a Negresco atua com plataforma de originação própria de financiamentos, sem estrutura de comissionamento para correspondentes terceirizados.

Em geral, o índice de pré-pagamento acumulado por safras de originação observado foi de 2,28% e 2,64% para CDC e CP, respectivamente. Esta tendência de pré-pagamento foi utilizada na modelagem de fluxo de caixa da Fitch.

## Descasamento entre o Rendimento do Ativo e do Passivo

Os direitos creditórios serão adquiridos pelo fundo a uma taxa de desconto prefixada, enquanto o rendimento das cotas seniores será pós-fixado, gerando exposição ao risco de descasamento de taxa de juros. Esta exposição ao descasamento de taxas também é influenciada pelo prazo dos direitos creditórios. Assim, quanto maior o prazo do direito creditório, maior a exposição ao risco. Apesar de a operação contemplar o uso de instrumentos de derivativos, que poderiam mitigar este risco, o uso desta ferramenta não é obrigatória. Todavia, este risco conta com dois fatores mitigantes: o elevado excesso de *spread* e o curto prazo dos financiamentos originados pela Negresco.

O descasamento deverá inicialmente consumir o excesso de *spread* gerado pela carteira da operação e, caso o descasamento se acentue, passará a sensibilizar as cotas subordinadas do fundo. A Fitch incorporou o risco de descasamento das taxas de juros em sua modelagem de fluxo de caixa, em cenários de *stress* condizentes com a categoria do Rating Preliminar atribuído às cotas seniores. Um exemplo de cenário de estresse incluiu uma elevação gradativa do CDI ao longo dos primeiros 24 meses, dos atuais 10,75% a.a. para 24,0% a.a.

## Estrutura Financeira e Modelagem de Fluxo de Caixa

### Reforço de Crédito

#### Subordinação

O montante da primeira série de cotas seniores será igual a BRL100,0 milhões. A subordinação inicial será de 20,0% do PL do fundo, e esta deverá atingir 25,0% do PL nos seis primeiros meses do fundo. Assim que o novo patamar de 25,0% for atingido, este será o novo percentual mínimo de subordinação, até o vencimento das cotas seniores em circulação.



Na ocorrência de desenquadramento do percentual de subordinação mínima por mais de dois dias úteis, a aquisição de novo colateral será interrompida, e o fato deverá ser imediatamente comunicado pela BEM à Negresco. A Negresco deverá, em até dois dias úteis a partir do recebimento da notificação, subscrever e integralizar novas cotas subordinadas e, caso a subordinação mínima não seja atingida em até dez dias úteis, a BEM deverá convocar a assembleia geral de cotistas para deliberar se o evento de avaliação constitui um evento de liquidação antecipada da operação.

As cotas subordinadas poderão ser amortizadas a partir do terceiro mês de existência do fundo, desde que: após a amortização pretendida a subordinação seja igual ou maior a 25,0%; as reservas de amortização e liquidez estejam constituídas; não tenha ocorrido ou esteja em curso evento de avaliação ou evento de liquidação; e se, após a amortização pretendida, a subordinação seja igual ou superior ao índice de inadimplência da carteira do fundo calculado pelo Bradesco.

#### Recompra ou Substituição de Direitos Creditórios

Nesta análise, a Fitch não incorporou o benefício da recompra de direitos creditórios inadimplidos pela Negresco, pois esta ação é voluntária, e não obrigatória. Não há um limite estabelecido na operação em relação ao montante máximo permitido de recompra de créditos inadimplidos.

Caso a Negresco exerça a faculdade de recompra de qualquer crédito inadimplido, esta deverá recomprar obrigatoriamente todo o saldo devedor do respectivo contrato, ou seja, todas as parcelas remanescentes (a vencer e vencidas) do devedor inadimplente. O pagamento da recompra deverá ser realizado em moeda corrente.

A Fitch entende que esta ação deve ser cuidadosamente monitorada, já que pode distorcer o real desempenho da carteira de crédito securitizada. Para observar o real desempenho desta carteira, a agência, em seu processo de monitoramento mensal, incorporará os créditos recomprados em seus índices de desempenho e, em conjunto, buscará entender se a ferramenta de recompra está sendo utilizada reiteradamente, tornando o veículo de securitização dependente de tal mecanismo.

#### Excesso de *Spread*

Nesta operação, o preço de aquisição será igual ao valor presente do direito creditório, calculado pela maior taxa entre 4,80% a.m. ou a taxa de juros do contrato de empréstimo. Assim, em resposta ao desconto dos créditos, será gerado um excesso de *spread*, que poderá beneficiar os cotistas seniores. A Fitch estima que o excesso de *spread* seja de aproximadamente 64,0% a.a., conforme a tabela abaixo.

Após absorver em primeira instância as perdas originadas pela carteira do fundo, o excesso de *spread* será acrescido às cotas subordinadas, e poderá retornar à Negresco via amortização, caso todas as condições para a amortização das cotas subordinadas estejam atendidas.

#### Excesso de *Spread* Estimado

Componente	Cálculo	Resultado (% a.a.)
Taxa Mínima de Juros dos Financiamentos	$((1+4,80\%)^{12})-1$	75,52%
(Cotas seniores)	$((1+10,75\%) \times (1+3\%)-1) \times 75\%$	(10,55%)
(Custos e Despesas da Operação)		(1,0%)
Sobrecolateralização		63,97%

Elaboração: Fitch

#### Reserva de Amortização e de Liquidez

Com o fluxo de caixa oriundo dos direitos creditórios, será constituída e mantida uma reserva de caixa para fazer frente às amortizações futuras das cotas seniores.

Para tanto, a aquisição de novos direitos creditórios será interrompida e, sessenta dias antes da data de cada amortização programada, o fundo deverá manter 50,0% do pagamento projetado em ativos líquidos. Trinta dias antes, 100% do pagamento projetado deverá estar aplicados em ativos líquidos. A BEM será a responsável por verificar e compor corretamente esta reserva. Uma vez constituída a reserva, poderá ocorrer a aquisição de novos direitos creditórios.

Além da reserva de caixa para as amortizações futuras será mantida uma reserva de liquidez equivalente a 1,0% do PL do fundo, durante todo seu prazo de duração, que deverá estar aplicada em ativos líquidos.

### Ordem de Prioridade de Pagamento

Durante a vigência do fundo, e em base contínua, a BEM utilizará os recursos das liquidações dos direitos creditórios de acordo com a seguinte ordem de prioridade de pagamentos:

- Pagamento de encargos e despesas do fundo;
- Pagamento de resgate ou amortizações programadas de cotas seniores;
- Formação da reserva de liquidez;
- Formação de reserva de caixa para pagamento de resgate ou amortização de cotas seniores;
- Novas aquisições de direitos creditórios; e
- Pagamento de resgate ou amortização de cotas subordinadas, observados os limites, termos e condições estabelecidos na operação.

Caso ocorra um evento de liquidação antecipada ou um evento de avaliação seja considerado um evento de liquidação antecipada, o fundo deixará de adquirir novos direitos creditórios e alocará os recursos recebidos entre despesas e encargos e amortização das cotas seniores até o resgate.

### Eventos de Avaliação / Liquidação

Na ocorrência de certos eventos, a BEM convocará uma assembleia geral de cotistas para deliberar se estes constituem um evento de liquidação antecipada das cotas do fundo. Durante a verificação destes eventos, a aquisição de novos direitos creditórios será suspensa e todos os recursos em caixa serão retidos e direcionados primordialmente para a liquidação das cotas seniores ainda em circulação. Alguns eventos de avaliação/revisão específicos deste fundo são:

- Não pagamento integral, por parte do fundo, de qualquer uma das amortizações programadas;
- Indicador de inadimplência, calculado pela BEM, acima de 20,0%, permanecendo neste patamar por mais de dez dias úteis.
- Indicador de inadimplência, calculado pela BEM, acima do índice de subordinação, permanecendo neste patamar por mais de dez dias úteis. Este indicador considera como numerador o total de direitos creditórios classificados como H segundo a Resolução 2.682, e como denominador o total de direitos creditórios adquiridos pelo fundo desde o início da operação;
- Amortização ou resgate das cotas subordinadas em desacordo com o disposto no regulamento;
- Inobservância, por dez dias úteis, da subordinação mínima;
- Inobservância, por dez dias úteis, dos limites previstos para a reserva de caixa e a reserva de liquidez;
- Inobservância da ordem de pagamento ou aplicação dos recursos do fundo;

- Renúncia da instituição administradora, do custodiante ou rescisão do contrato de custódia;
- Rescisão do contrato de cobrança;
- Rebaixamento da classificação de risco de qualquer série de cotas seniores em mais de três níveis, considerando o rating 'AAA (bra)' ;
- Alteração do controle acionário, direto ou indireto, da Negresco;
- Descumprimento, por parte da Negresco, dos valores mínimos de capital e PL ajustado definidos pelas normas do Bacen e do Conselho Monetário Nacional (CMN);

A liquidação antecipada do fundo poderá acontecer:

- Caso a BEM deixe de convocar a assembleia geral de cotistas na hipótese de ocorrência de um evento de avaliação/revisão;
- Em caso de decretação de falência, intervenção, liquidação extrajudicial, regime especial de administração temporária ou regimes semelhantes com relação à Negresco; e/ou à BEM; e/ou a quaisquer sociedades controladoras das pessoas anteriormente referidas.

## Modelagem de Fluxo de Caixa

A Fitch desenvolve e utiliza modelos próprios para a modelagem de fluxo de caixa de uma operação estruturada. A agência customiza o modelo para replicar a estrutura de capital apresentada pela operação, bem como as características da carteira de crédito que será adquirida. A Fitch utilizou as seguintes premissas para fins da modelagem de fluxo de caixa da primeira série de cotas seniores:

- Subscrição de BRL100,0 milhões em cotas seniores e BRL25,0 milhões em cotas subordinadas;
- Todo PL do fundo investido em direitos creditórios, com prazo médio dos direitos creditórios de 12 meses e prazo máximo de 24 meses;
- Taxa *benchmark* de rendimento das cotas seniores igual a CDI acrescido de 3,0% a.a.;
- Taxa mínima de juros dos financiamentos cedidos para o fundo de 4,80% a.m. (75,52% a.a.) e taxa de cessão equivalente à taxa de juros dos financiamentos;
- Período de carência de três meses para pagamento de juros e 24 meses para amortização de principal, ambos em base mensal;
- Múltiplo de estresse de 3,35 vezes sobre a perda-base de 15,0% (ponderada pela composição de 90,0% CDC e 10,0% CP) e realização de 100% da curva de perda dentro dos primeiros 12 meses, conforme demonstrado nas safras apresentadas;
- Cenário de estresse de taxa de juros, conforme apresentado na seção "Descasamento de Taxa de Juros".

A Fitch submeteu o cenário-base a certos fatores de estresse de inadimplência, perdas e variação de taxa de juros, com o objetivo de avaliar a capacidade de pagamento integral das cotas seniores nas datas programadas.

A curva de perda média ponderada foi utilizada na modelagem de fluxo de caixa, e sobre esta curva foi utilizado o múltiplo de estresse de 3,35 vezes sobre o cenário-base estimado de perda de 15,0%, suportando um cenário de estresse equivalente a

50,0% de perda. A utilização do múltiplo de estresse mais baixo para a categoria do Rating Preliminar atribuído às cotas seniores se deve ao entendimento da Fitch de que o cenário-base estimado de perda acumulada de 15,0% sobre esta carteira já incorpora certo grau de estresse econômico, pelo fato de os consumidores serem, principalmente, de baixa renda.

Com base na análise do fluxo de caixa, o reforço de crédito presente na estrutura do fundo suporta os estresses supracitados, condizentes com a categoria de Rating Preliminar 'AAA(bra)' atribuída às cotas seniores.

## Riscos de Contrapartes

### Desvio ou Mistura do Fluxo de Recebimento (*Commingling*)

A Fitch identificou que existe uma exposição da operação em relação a riscos relacionados ao desvio e à mistura do fluxo de recebimentos do fundo em relação aos recebimentos da Negresco.

Até 31 de dezembro de 2010, o fundo poderá adquirir direitos creditórios sem cobrança registrada no Bradesco (direitos creditórios iniciais). Os pagamentos efetuados no sistema bancário referentes aos direitos creditórios iniciais serão depositados, a princípio, em uma conta de depósito em nome da Negresco, domiciliada na Caixa Econômica Federal (CEF). Os recursos deverão ser transferidos em até um dia útil para uma conta centralizadora em nome do Bradesco, também domiciliada na CEF. No mesmo dia, o Bradesco fará a reconciliação com base no relatório enviado pela Negresco e encaminhará os recursos à conta de titularidade do fundo. Em caso de intervenção ou liquidação da Negresco, os recursos que estiverem na conta de depósito poderão ficar temporariamente indisponíveis. A Fitch entende que a titularidade dos recursos será mantida, mas o tempo necessário para a liberação destes poderá comprometer o pagamento das cotas seniores. Este risco, contudo, é mitigado pelo fato de a conta de depósito ser de exclusiva movimentação da CEF e pelo curto prazo em que os recursos permanecem na conta de depósito (um dia útil).

A partir de 1º de janeiro de 2011, somente direitos creditórios com cobrança registrada no Bradesco (novos direitos creditórios) poderão ser adquiridos pelo fundo, o que mitiga o risco supracitado quando os pagamentos forem realizados no sistema bancário, uma vez que os recursos serão depositados diretamente na conta de titularidade do fundo. A Fitch ressalta, entretanto, que quaisquer financiamentos adquiridos anteriormente à data de início da cobrança registrada terão seus recebimentos feitos mediante cobrança não registrada.

Em relação aos pagamentos realizados nas lojas conveniadas, tanto referentes aos direitos creditórios iniciais quanto aos novos direitos creditórios, a Fitch entende que existem riscos operacionais relativos às lojas conveniadas e à Negresco. Os recursos provenientes dos recebimentos em lojas conveniadas podem não ser encaminhados à conta de depósito e ficar retidos na loja por motivos diversos, como, por exemplo, por erro na transferência destes. Além disso, a reconciliação dos recursos provenientes de pagamento em lojas conveniadas será feita pelo Bradesco, com base em relatório de reconciliação da Negresco. Caso a Negresco não envie o relatório ou ele contenha algum erro, o Bradesco terá que fazer a reconciliação manual, o que demandará tempo maior. A Fitch entende que tais riscos podem comprometer o FIDC, dependendo do tempo necessário para solucioná-los. Como o prazo para envio dos recursos para a conta de depósito e envio do relatório de reconciliação é de até um dia útil a partir do recebimento, a exposição aos riscos acima é minimizada.

### *Servicing*

A Crediparaná Serviços Financeiros Ltda. (Credipar) foi contratada pelo fundo, através do contrato de cobrança dos direitos creditórios e outras avenças, para efetuar a cobrança dos direitos creditórios inadimplentes.

A partir da notificação enviada pelo Bradesco à Credipar, em relação à ocorrência

de inadimplemento, terão início os procedimentos de cobrança previstos no acordo acima mencionado, que inclui:

- Nos primeiros três dias após o inadimplemento, a Credipar iniciará a cobrança por telefone;
- Até o 12º dia após o inadimplemento será enviada uma correspondência para o endereço residencial do devedor;
- Após o 22º dia, a Credipar deverá notificar os órgãos de proteção ao crédito (SPC, Serasa) sobre o não pagamento e, caso persista o inadimplemento, no 32º dia será efetuada a negativação do devedor junto aos órgãos de proteção ao crédito (SPC, Serasa);
- Após o 36º dia de inadimplemento a cobrança será transferida para empresa de cobrança terceirizada; e
- Uma vez esgotados os meios de cobrança extrajudicial poderá ser iniciado o processo de cobrança judicial.

No entender da Fitch, o bom desempenho desta função por parte da Credipar ou das empresas de cobrança terceirizadas por ela contratadas será fundamental para o adequado andamento da operação. A qualidade do desempenho desta função deverá se refletir na performance de pagamento dos direitos creditórios cedidos ao fundo. A Fitch realizou uma avaliação interna da qualidade de crédito da Credipar e entende que a estrutura da operação poderá ser impactada caso seu perfil de crédito se deteriore, já que isto pode indicar piora em relação à capacidade operacional da cobrança realizada.

## Partes da Transação

Função	Nome	Ratings	Perspectiva
Emissor	FIDC Credipar Mais	NA	NA
Cedente	Negresco S.A. Crédito, Financiamento e Investimentos	NA	NA
Administrador	BEM DTVM Ltda.	NA	NA
Gestor	Concordia CCVM S.A.	NA	NA
Custodiante	Banco Bradesco S.A.	F1+(bra)/AAA (bra)	Estável
Agente de Recebimento	Banco Bradesco S.A.	F1+(bra)/AAA (bra)	Estável
Agente de Recebimento	Caixa Econômica Federal S.A.	F1+(bra)/AA+ (bra)	Estável
Agente de Cobrança/ Fiel Depositária	Crediparaná Serviços Financeiros Ltda.	NA	NA

NA – Não Avaliada

Fonte: Fitch Ratings

## Monitoramento

A Fitch acompanhará o desempenho desta operação até o seu vencimento final. Este acompanhamento visa a assegurar que o rating atribuído continue refletindo, apropriadamente, o perfil de risco das cotas avaliadas.

A Fitch receberá, todo mês, diversos relatórios sobre o desempenho da carteira de direitos creditórios que lastreia a emissão e sobre a estrutura de capital do fundo. Estas informações, fornecidas pelas partes da transação, serão analisadas mensalmente pelos analistas responsáveis.

No decorrer do processo de monitoramento, caso a transação apresente desempenho aquém das expectativas iniciais no momento da atribuição do rating, a Fitch conduzirá uma revisão completa, e quaisquer elementos e fatores serão apresentados e deliberados em comitê de rating. Se o desempenho da transação permanecer dentro das expectativas, a transação passará por revisão completa, em base anual.

Os detalhes sobre o desempenho desta transação estarão disponíveis na área de monitoramento de Finanças Estruturadas, no site da Fitch.

## Apêndice A: Originação, Cessão e Cobrança

### Originação

A Negresco é uma financeira de pequeno porte, especializada no crédito massificado, voltado especialmente às classes de baixo poder aquisitivo. As principais atividades são o CDC lojista (que representa aproximadamente 95,0% dos negócios) e o Crédito Pessoal.

A Negresco possui acordo com cerca de 2.600 lojistas, dentre os quais se destacam a MM e a Marabraz, que juntas totalizam mais de 50,0% da produção mensal de CDC. Funcionários próprios e terceirizados são alocados nas lojas para realizar o cadastro e a análise de crédito dos clientes.

O processo de concessão de crédito inicia-se quando o cliente efetua uma compra parcelada em uma das lojas conveniadas à Negresco, ou solicita um empréstimo (que pode ser solicitado em algumas lojas conveniadas ou próprias do grupo). Primeiro, o atendente define com o cliente o valor, o plano e a forma de pagamento. Posteriormente, é realizado o cadastro do cliente, e a ficha-proposta é preenchida e encaminhada através do sistema Credipar.net, disponível na loja. As propostas ficam organizadas em uma “esteira” de crédito para avaliação. A primeira análise é realizada automaticamente pelo sistema, de acordo com os parâmetros estabelecidos junto aos órgãos de proteção ao crédito. Caso o cliente possua algum registro em um dos órgãos, a proposta é automaticamente cancelada. Do contrário, todas as propostas serão analisadas de forma individual pela área de crédito, com base nos limites previamente autorizados.

Para estabelecer o limite de crédito, o departamento financeiro examina vários documentos relativos à situação atual do tomador: identidade (RG, CPF), condição residencial e declaração de renda, entre outros. O departamento também efetua consulta junto aos órgãos de proteção ao crédito (SPC, Serasa) e analisa a ficha cadastral completa e assinada do tomador.

São condições gerais para a concessão de CDC:

- A renda mensal do cliente deve ser de, pelo menos, um salário mínimo;
- O cliente deve ter idade mínima de 18 anos;
- O cliente deve possuir conta corrente há pelo menos um ano (requisito para a modalidade CDC Cheque - não elegível ao fundo);
- Se possível, o cliente deve fornecer três telefones de contato (residencial, comercial e de referências pessoais).
- O valor do principal emprestado é limitado a 30,0% da renda mensal para novos clientes e a 40,0% da renda mensal para clientes com histórico na Negresco;
- O cliente não pode estar inadimplente junto à Negresco.

São condições gerais para a concessão de Crédito Pessoal:

- O cliente deve ser assalariado, aposentado, pensionista ou proprietário de empresa com renda comprovada;
- O cliente deve ter idade mínima de 21 anos;
- O cliente deve residir no mesmo local por pelo menos um ano;
- O cliente deve estar no mesmo emprego por pelo menos um ano;

- O valor máximo da prestação não deve exceder o limite de 15,0% da renda líquida efetiva;
- O cliente não pode estar inadimplente junto à Negresco.

Os índices de inadimplência são maiores do que os registrados, em geral, nas atividades bancárias, devido à natureza do crédito ao consumo. Outro aspecto relevante é a elevada exposição das classes de baixa renda ao crescente endividamento informal e à perda de poder aquisitivo.

## Procedimentos de Cobrança

A cobrança é realizada pela Credipar, cujo departamento de cobrança está concentrado na filial de Curitiba e apresenta a seguinte estrutura:

- Um diretor de riscos, responsável pelas áreas de crédito e cobrança;
- Um gerente de cobrança;
- Dois supervisores de cobrança;
- Seis assistentes administrativos;
- 56 operadores.

Parte da estrutura acima destacada envolve funcionários que trabalham não apenas com o financiamento de bens e empréstimo pessoal, mas também com outros produtos oferecidos pela Negresco aos seus clientes.

A Credipar conta com empresas de cobrança terceirizadas, cujas ações obedecem à régua de cobrança estabelecida. Diariamente, são enviados relatórios às empresas, com os contratos inadimplentes a serem cobrados.

As empresas de cobrança que prestam serviço de cobrança para a Credipar são:

- Services Assessoria e Cobrança Ltda;
- JMS Recuperadora de Crédito Ltda;
- Decisão Consultoria e Cobrança S/C Ltda;
- Bandeira Assessoria e Cobrança Ltda.

A régua de cobrança seguida pela Credipar para as operações de CDC Carnê pode ser visualizada no quadro abaixo:

Valor	Parcela	SPC	Serasa	Acionamento Interno (Início Cobrança)	Carta Boleto	Assessoria
Menor R\$ 100,00	1ª	20 dias	30 dias	5 dias	10 dias	31 dias
Maior R\$ 100,00		15 dias	25 dias	5 dias	7 dias	31 dias
Menor R\$ 100,00	2ª	25 dias	35 dias	11 dias	15 dias	31 dias
Maior R\$ 100,00		20 dias	30 dias	5 dias	10 dias	31 dias
Menor R\$ 70,00	3ª, 4ª	30 dias	40 dias	16 dias	20 dias	31 dias
Maior R\$ 70,00		25 dias	35 dias	11 dias	15 dias	31 dias
Menor R\$ 70,00	5ª	30 dias	40 dias	16 dias	20 dias	46 dias
Maior R\$ 70,00		25 dias	35 dias	11 dias	15 dias	46 dias
Menor R\$ 70,00	6ª, 7ª, 8ª, 9ª	35 dias	45 dias	21 dias	20 dias	46 dias
Maior R\$ 70,00		30 dias	40 dias	16 dias	20 dias	46 dias
Geral	10ª, 24ª	50 dias	65 dias	21 dias	25 dias	46 dias

O acionamento interno consiste no contato direto com o cliente por telefone, envio de correspondência, notificação e negativação nos órgãos de proteção ao crédito (SPC e/ou Serasa).

Para as operações de CDC Cheque e Crédito Pessoal, a Credipar age internamente até o 65º dia; a partir de então, a cobrança passa para uma das empresas listadas acima.



## Apêndice B: Perfil de Crédito do Originador

### Perfil e Histórico

A origem da Negresco está ligada à venda, em 1997, da participação da família Kaesemodel em seu principal negócio, a fábrica de painéis de madeira aglomerada Placas do Paraná S.A. Após a venda, a família decidiu diversificar suas atividades e investir na área financeira.

Inicialmente, a atuação teve como foco o financiamento de capital de giro para o comércio varejista de Curitiba, através de uma empresa de fomento e da Credipar, responsável pela originação dos créditos e administração de cartões, demais atividades comerciais, análise de risco de crédito, cobrança, TI e controladoria da área financeira.

Em 2001, o grupo decidiu ampliar as atividades de financiamento para pessoas físicas, através do CDC Lojista para as classes C, D e E em Curitiba. Para tanto, foi criada formalmente a financeira Negresco. Desde então, a Negresco, em conjunto com sua correspondente, a Credipar, ampliou as modalidades de produtos para o financiamento ao varejo: CDC Lojista (carnê e cheque) e Crédito Pessoal. A Negresco, através da Credipar, passou a atuar também em outras cidades de maior porte do Sul (Joinville, Maringá e Ponta Grossa), Centro-Oeste (DF, Cuiabá e Goiânia), Minas Gerais (Belo Horizonte) e São Paulo. Desde 2007, duplicou o volume do crédito (BRL277,0 milhões de carteira de crédito para financeira e taxa composta de crescimento anual de 38,0% a.a.), principalmente após o lançamento de seu primeiro FIDC em 2008, no valor de BRL60,0 milhões e com subordinação mínima de 15,0%.

A Negresco é atualmente o principal negócio do seu controlador, Orlando Otto Kaesemodel, e de seus familiares, que possuem investimentos em outros segmentos, como reflorestamento de araucária, sistemas de rastreamento (SASCAR - empresa em que 60,0% das cotas de controle foram recentemente vendidas), serviços de estacionamento para o Aeroporto de São José dos Pinhais (Auto Park), entre outros. Em junho de 2010, as demonstrações gerenciais combinadas da Negresco e da Credipar apresentavam ativos de BRL182,0 milhões, carteira de crédito retida de BRL144,0 milhões, patrimônio de BRL19,7 milhões e lucro líquido de BRL 4,6 milhões.

### Estratégia e Perspectivas

Com a crise financeira global e a contratação de uma consultoria para a revisão da estratégia e melhorias operacionais das atividades de financiamento, a Negresco tem buscado focar na melhoria da qualidade de sua carteira. Desta forma, vem implementando mecanismos que permitam maior controle das informações e que limitem a perda apresentada no portfólio, bem como ações que permitam melhorar a rentabilidade. O efeito destas ações será visível provavelmente a partir de 2011.

A financeira também tem intensificado esforços para diversificar a originação de ativos e a captação no médio e longo prazos, o que é considerado positivo, tendo em vista a concentração de sua produção em grandes lojistas e a dependência atual da captação oriunda do acionista.

Atualmente, o principal produto da Negresco é o CDC Lojista, nas modalidades carnê (80,0%), cheque (15,0%) e Crédito Pessoal (5%), já que o financiamento de capital de giro, embora concentrado em alguns poucos lojistas, é realizado em prazos muito curtos (entre um e três meses), e a operação de cartão está alocada inteiramente na Credipar.

No portfólio de CDC-carnê, a média do ticket gira em torno de BRL600,0 a BRL760,0, com taxas de 5,0% a.m. e prazo médio de cerca de 12 meses. Este produto é



oferecido a um universo de cerca de 1.500 lojas. No caso da operação CDC cheque, o número de lojas em que o produto é oferecido é bem menor (677 lojas). O ticket médio é mais elevado, em torno de BRL1,1 mil, com taxas de cerca de 3,6% a.m. e prazo médio de nove meses. No caso da operação Crédito Pessoal, oferecida principalmente nas lojas da rede MM e nas lojas próprias do grupo, o valor financiado gira em torno de BRL800,0, com taxas mais altas, em torno de 12,0% a.m., e prazo médio de 11 meses, devido à perda estimada ser mais elevada que as demais.

De forma geral, a Negresco ainda mantém acordos com um grande grupo de lojistas, cerca de 2.500 lojas de diferentes portes, embora tenha realizado uma ampla depuração da base destes. Cerca de 95,0% da produção são originados nas regiões Sul e Sudeste e concentram-se principalmente nos maiores clientes, como o MM e, mais recentemente, a Marabraz, responsáveis conjuntamente por mais de 30,0% das operações de CDC. A Negresco aloca nestes clientes boa parte de seu funcionário próprios e terceirizados para realizar o cadastro e a análise de crédito, concorrendo diretamente com outros bancos e financeiras que atuam na região Sul do País.

Para o financiamento destas atividades, a Negresco utiliza desde sua constituição à captação de letras de câmbio junto a empresas e acionistas (valor equivalente a 1,5 vez do PL), além das cessões de crédito junto a bancos como Bradesco, HSBC e Paraná Banco, que têm sido realizadas com coobrigação e através de cessão fiduciária para evitar a antecipação de receitas, bem como outras formas alternativas.

O primeiro FIDC e mais recentemente as linhas disponibilizadas pelo Fundo Garantidor de Crédito (FGC), através da cessão de carteira e DPGEs, permitiram à Negresco maior capacidade de originação durante a crise. Estas novas linhas contribuíram para a maior originação e também pressionaram sua alavancagem desde junho de 2009. A carteira de crédito da Negresco, com o primeiro FIDC incluso, atingiu cerca de 6 vezes o PL em junho de 2009 e retornou aos patamares históricos de 11 vezes a 12 vezes do PL ao final de dezembro de 2009, tendo atingido 17 vezes do PL em junho de 2010.

Historicamente, devido à sua estratégia de otimização do capital, a Negresco mantém seus indicadores prudenciais de capital próximos ao limite de 11,0%, mesmo considerando a incorporação de uma parcela dos seus resultados. Com exceção de 2008, devido à crise financeira global, a distribuição de dividendos tem sido superior a 40,0% do seu resultado. Em junho de 2010, o coeficiente de capitalização atingiu seu maior desenquadramento, o índice atingiu cerca de 9,0% e apresentou uma deficiência de BRL2,3 milhões, sanada com a capitalização de BRL3,1 milhões obtida com a integralização de aporte em agosto, através da conversão em capital de BRL1,8 milhão de recursos de letras de câmbio do acionista e BRL1,3 milhões de dividendos.

## Apêndice C: Resumo da Transação

### FIDC Credipar Mais

Brasil/Crédito Direto ao Consumo

#### Estrutura de Capital

Classe/Série	Ratings	Perspectiva	(%)	Montante (BRL MM)	Reforço de Crédito (%)	Taxa Benchmark (CDI + Spread)	Pgto. Freq.	Vencimento Final	ISIN
Sênior Série 2010-1	'AAA(bra)'	Estável	80,0	100,0	20,0%	CDI + 3,0% a.a.	Mensal	Set/2013	--
Subordinada	NA	Estável	20,0	25,0	--	--	Mensal	Set/2013	--
Total			100,0	125,0					

NA - Não Avaliado

#### Informações Relevantes

Detalhes:		Partes:	
Data de Início de Distribuição	--	Emissor	FIDC Credipar Mais
País / Ativo	Brasil / ABS/Crédito Direto ao Consumo	Cedente	Negresco Crédito, Financiamento e Investimento S.A.
País da SPE	Brasil	Gestor	Concórdia CCVM S.A.
Analistas	Raquel Olivetti 55 11 4504-2612 Jayme Bartling 55 11 4504-2602	Administrador Custodiante Frequência de Amortização	BEM DTVM Ltda. Banco Bradesco S.A. Mensal
Analista de Monitoramento	Ely Mizrahi 55 11 4504-2617 Kleber Oliveira 55 11 4504-2613		

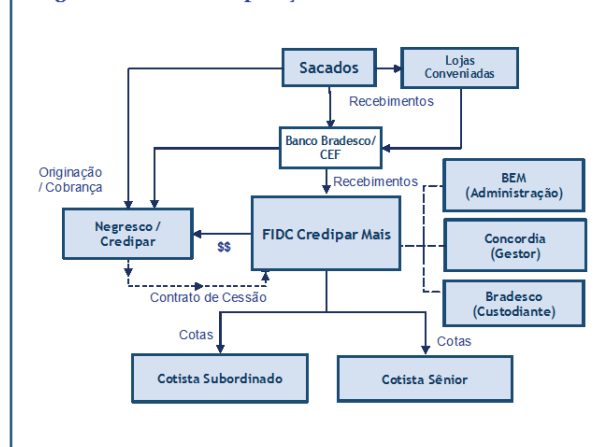
#### Fundamentos do Rating

- Reforço de Crédito** - A subordinação inicial da operação em benefício dos cotistas seniores será de 20,0% do Patrimônio Líquido (PL) do fundo. Entretanto, dentro dos seis primeiros meses da operação, a subordinação deverá atingir 25,0% do PL do fundo e, uma vez atingido, este percentual deverá ser mantido durante todo o prazo de vigência do fundo. Além da subordinação, os investidores seniores contam com o reforço de crédito adicional proporcionado pelo excesso de spread de, aproximadamente, 64,0% ao ano (a.a.). Este excesso absorverá, em primeira instância, a inadimplência e as perdas da carteira, para então ser alocado às cotas subordinadas. Estas serão amortizadas desde que a subordinação permaneça sempre igual ou superior a 25,0% e que determinadas condições previstas no regulamento estejam atendidas.
- Alinhamento dos Interesses Econômicos** - Não haverá ágio, ou antecipação de receita financeira futura quando da cessão do crédito ao FIDC, uma vez que a taxa de aquisição deverá ser equivalente a, no mínimo, a taxa de juros do financiamento. A taxa de aquisição estabelecida na operação alinha os interesses econômicos dos investidores seniores aos da Negresco (cotista subordinado e cedente). Além disso, a Negresco receberá o excesso de spread, resultante da diferença entre a remuneração dos créditos e a remuneração das cotas seniores e despesas, em caso de boa performance da carteira ao longo da vigência da operação.
- Integridade da Estrutura Jurídica** - A Fitch recebeu a minuta do parecer da assessoria jurídica da operação sobre a estrutura legal apresentada nesta, atestando que um evento de intervenção ou liquidação da cedente não deve afetar a integridade e a titularidade dos direitos creditórios do fundo.
- Qualidade de Crédito da Carteira** - A carteira de crédito da Negresco é composta por contratos de financiamento ao consumo concedidos a pessoas físicas, principalmente das classes C, D e E. Desta forma, a perda acumulada observada é elevada, em torno de 15,0% do total originado. A Fitch utilizou informações históricas da Negresco para verificar a qualidade de crédito da carteira e derivar a o cenário-base de perda esperada para esta transação.
- Descasamento entre o Rendimento do Ativo e do Passivo** - Os direitos creditórios elegíveis possuem rentabilidade prefixada, e a remuneração das cotas seniores será pós-fixada. Esta situação gera descasamento das taxas dentro do prazo dos direitos creditórios adquiridos. Apesar de a operação contemplar o uso de instrumentos de derivativos para mitigar o risco de descasamento da taxa de juros, a aplicação desta ferramenta não será obrigatória. Assim, a Fitch incorporou em sua modelagem de fluxo de caixa um cenário de stress de taxa de juros para verificar a capacidade da estrutura de capital da transação em absorver riscos desta natureza.

- Risco de Mistura dos Fluxos (Commingling)** - Até 31 de dezembro de 2010, será permitido ao fundo adquirir direitos creditórios que não possuem cobrança registrada no Agente de Recebimento, o Banco Bradesco S.A. (Bradesco). Portanto, os pagamentos efetuados em bancos referentes aos direitos creditórios sem cobrança registrada no Bradesco serão inicialmente depositados em uma conta de depósito em nome da Negresco, domiciliada na Caixa Econômica Federal (CEF). Em até um dia útil, os recursos deverão ser transferidos para uma conta centralizadora em nome do Bradesco, também domiciliada na CEF. No mesmo dia, o Bradesco, também custodiante da operação, fará a reconciliação com base em relatório enviado pela Negresco e encaminhará os recursos à conta de titularidade do fundo.

Entretanto, para financiamentos concedidos após setembro de 2010, a cobrança passará a ser de forma registrada. O recebimento das respectivas prestações será feito diretamente na conta de titularidade do fundo.

#### Diagrama do Fluxo da Operação



TODOS OS RATINGS DE CRÉDITO DA FITCH ESTÃO SUJEITOS A ALGUMAS LIMITAÇÕES E TERMOS DE EXONERAÇÃO DE RESPONSABILIDADE. POR FAVOR, VEJA NO LINK A SEGUIR ESSAS LIMITAÇÕES E TERMOS DE EXONERAÇÃO DE RESPONSABILIDADE: [HTTP://FITCHRATINGS.COM/UNDERSTANDINGCREDITRATINGS](http://fitchratings.com/understandingcreditratings). AS DEFINIÇÕES E TERMOS DE USO DOS RATINGS ESTÃO DISPONÍVEIS NO SITE PÚBLICO DA AGÊNCIA, EM [WWW.FITCHRATINGS.COM](http://WWW.FITCHRATINGS.COM). OS RATINGS PÚBLICOS, CRITÉRIOS E METODOLOGIAS PUBLICADOS ESTÃO PERMANENTEMENTE DISPONÍVEIS NESTE SITE. O CÓDIGO DE CONDUTA DA FITCH E POLÍTICAS DE CONFIDENCIALIDADE, CONFLITOS DE INTERESSE, SEGURANÇA DE INFORMAÇÃO (FIREWALL) DE AFILIADAS, COMPLIANCE E OUTRAS POLÍTICAS E PROCEDIMENTOS RELEVANTES TAMBÉM ESTÃO DISPONÍVEIS NESTE SITE, NA SEÇÃO "CÓDIGO DE CONDUTA".

Copyright © 2010 da Fitch, Inc., Fitch Ratings Ltd. e suas subsidiárias. One State Street Plaza, NY, NY 10004. Telefone: 1-800-753-4824 (para chamadas efetuadas nos Estados Unidos), ou (001212) 908-0500 (chamadas fora dos Estados Unidos). Fax: (212) 480-4435. Proibida a reprodução ou retransmissão, integral ou parcial, exceto quando autorizada. Todos os direitos reservados. Ao atribuir e manter seus ratings, a Fitch conta com informações factuais que recebe de emissores e *underwriters* e de outras fontes que a agência considera confiáveis. A Fitch executa uma pesquisa razoável das informações factuais de que dispõe, de acordo com suas metodologias de rating, e obtém razoável verificação destas informações de fontes independentes, na medida em que estas fontes estejam disponíveis com determinado patamar de segurança, ou em determinada jurisdição. A forma como é conduzida a investigação factual da Fitch e o escopo da verificação de terceiros que a agência obtém poderão variar, dependendo da natureza do título analisado e do seu emissor, das exigências e práticas na jurisdição em que o título analisado é oferecido e vendido e/ou em que o emitente esteja localizado, da disponibilidade e natureza da informação pública envolvida, do acesso à administração do emissor e seus consultores, da disponibilidade de verificações pré-existentes de terceiros, como relatórios de auditoria, cartas de procedimentos acordadas, avaliações, relatórios atuariais, relatórios de engenharia, pareceres legais e outros relatórios fornecidos por terceiros, disponibilidade de fontes independentes e competentes de verificação, com respeito ao título em particular, ou na jurisdição do emissor, em especial, e a diversos outros fatores. Os usuários dos ratings da Fitch devem estar cientes de que nem uma investigação factual aprofundada, nem qualquer verificação de terceiros poderá assegurar que todas as informações de que a Fitch dispõe com respeito a um rating serão precisas e completas. Em última instância, o emissor e seus consultores são responsáveis pela precisão das informações fornecidas à Fitch e ao mercado ao disponibilizar documentos e outros relatórios. Ao emitir seus ratings, a Fitch é obrigada a confiar no trabalho de especialistas, incluindo auditores independentes, com respeito às demonstrações financeiras, e advogados, com referência a assuntos legais e tributários. Além disso, os ratings são naturalmente prospectivos e incorporam hipóteses e predições sobre eventos futuros que, por sua natureza, não podem ser confirmados como fatos. Como resultado, apesar de qualquer verificação sobre fatos atuais, os ratings podem ser afetados por condições ou eventos futuros não previstos na ocasião em que um rating foi emitido ou afirmado.

As informações neste relatório são fornecidas "tal como se apresentam", sem que ofereçam qualquer tipo de garantia. Um rating da Fitch constitui opinião sobre o perfil de crédito de um título. Esta opinião se apoia em critérios e metodologias existentes, que são constantemente avaliados e atualizados pela Fitch. Os ratings são, portanto, resultado de um trabalho de equipe na Fitch, e nenhuma classificação é de responsabilidade exclusiva de um indivíduo, ou de um grupo de indivíduos. O rating não cobre o risco de perdas em função de outros riscos que não sejam o de crédito, a menos que tal risco esteja especificamente mencionado. A Fitch não participa da oferta ou venda de qualquer título. Todos os relatórios da Fitch são de autoria compartilhada. Os profissionais identificados em um relatório da Fitch participaram de sua elaboração, mas não são isoladamente responsáveis pelas opiniões expressas no texto. Os nomes são divulgados apenas para fins de contato. Um relatório que contenha um rating atribuído pela Fitch não constitui um prospecto, nem substitui as informações reunidas, verificadas e apresentadas aos investidores pelo emissor e seus agentes com respeito à venda dos títulos. Os ratings podem ser modificados ou retirados a qualquer tempo, por qualquer razão, a critério exclusivo da Fitch. A agência não oferece aconselhamento de investimentos de qualquer espécie. Os ratings não constituem recomendação de compra, venda ou retenção de qualquer título. Os ratings não comentam a correção dos preços de mercado, a adequação de qualquer título a determinado investidor ou a natureza de isenção de impostos ou taxa sobre pagamentos efetuados com respeito a qualquer título. A Fitch recebe honorários de emissores, seguradores, garantidores, outros cobrigados e *underwriters* para avaliar os títulos. Estes honorários geralmente variam entre USD1.000 e USD750.000 (ou o equivalente em moeda local aplicável) por emissão. Em certos casos, a Fitch analisará todas ou determinado número de emissões efetuadas por um emissor em particular ou seguradas ou garantidas por determinada seguradora ou garantidor, mediante o pagamento de uma única taxa anual. Tais honorários podem variar de USD10.000 a USD1.500.000 (ou o equivalente em moeda local aplicável). A atribuição, publicação ou disseminação de um rating pela Fitch não implicará consentimento da Fitch para a utilização de seu nome como especialista, com respeito a qualquer declaração de registro submetida mediante a legislação referente a títulos em vigor nos Estados Unidos da América, a Lei de Serviços Financeiros e Mercados, de 2000, da Grã-Bretanha ou a legislação referente a títulos de qualquer outra jurisdição, em particular. Devido à relativa eficiência da publicação e distribuição por meios eletrônicos, a pesquisa da Fitch poderá ser disponibilizada para os assinantes eletrônicos até três dias antes do acesso para os assinantes dos impressos.

### **ANEXO III - ESTATUTO SOCIAL**

*Este Anexo é parte integrante do Prospecto Definitivo de Distribuição Pública de Cotas Seniores da 1ª Série de Emissão do “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros Credipar Mais”*

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



**NEGRESO S/A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS**

**CNPJ/MF 04.379.829/0001-06 – NIRE 413 00019291**

**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

1) **Espécie:** Assembléia Geral Extraordinária. 2) **Local, data e hora:** Na sede social, na Alameda Dom Pedro II, nº 21, Bairro Batel, Curitiba, Paraná, CEP 80420-060, no dia 08 de junho de 2009, às 09:00 horas. 3) **Presenças:** Acionistas titulares da totalidade das ações representativas do capital social, conforme consta do Livro de Presença, razão pela qual foi dispensada a publicação de editais de convocação, na forma do Artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, mais Ricardo Franco de Souza e Enio Antonio Lena pretendentes ao cargo de diretor. 4) **Composição da Mesa:** Orlando Otto Kaesemodel Filho – Presidente. Sérgio Shoji Yamamoto – Secretário. 5) **Deliberações:** Por unanimidade dos votos dos presentes, os acionistas decidiram: **a)** lavrar a ata em forma de sumário; **b)** reformar o Estatuto Social da Sociedade, conforme a seguir: **I** – Alterar o artigo 2º, para incluir o endereço completo, passando a sua redação a ser: “**Artigo 2º** - A Sociedade tem sede e foro na Cidade de Curitiba, estado do Paraná, na Alameda Dom Pedro II, nº 21, Bairro Batel, CEP 80420-060”. **II** – Alterar o Capítulo V, para incluir nele as regras que dizem respeito à Ouvidoria. Dessa forma o capítulo V, passa a ter a seguinte redação: “**Capítulo V – DO CONSELHO FISCAL E DA OUVIDORIA. Artigo 15** – Com funcionamento nos exercícios sociais em que se instalar a pedido de acionistas, o Conselho Fiscal é composto de três membros efetivos e três suplentes eleitos pela Assembléia Geral. **Parágrafo Primeiro** – O Conselho Fiscal terá os poderes e atribuições que a lei lhe confere. **Parágrafo Segundo** – Nos exercícios em que for instalado, os membros do Conselho Fiscal terão a remuneração estabelecida em lei. **Artigo 16** – A Sociedade terá uma Ouvidoria, nos termos da Resolução CMN n.º 3.477, de 26 de julho de 2007, cuja finalidade é assegurar a estrita observância das normas legais e regulamentares relativas aos direitos do consumidor e de atuar como canal de comunicação entre a Sociedade e seus clientes. **Parágrafo Primeiro** – O Ouvidor será eleito pela Diretoria da Sociedade para um mandato de 3 (três) anos, a partir da data da eleição e posse, podendo ser reconduzido. O Ouvidor poderá ser destituído por maioria absoluta de votos da Diretoria, que, nessa hipótese, deverá eleger um Ouvidor

1  
“O Selo de Autenticidade de Atos foi afixada na última folha do documento entregue para a parte.”





## NEGRESCO S/A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

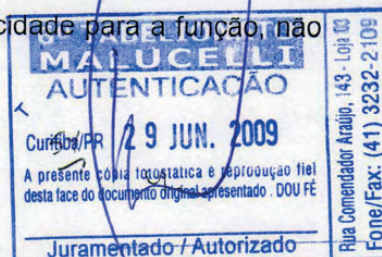
CNPJ/MF 04.379.829/0001-06 – NIRE 41 3 00019291

### ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

substituto. **Parágrafo Segundo** – O Ouvidor terá atuação independente e segregada da área de auditoria interna e não poderá desempenhar outra função na Sociedade, exceto pelo exercício do cargo de diretor responsável pela Ouvidoria. **Parágrafo Terceiro** – O Ouvidor deverá atuar com transparência, independência, imparcialidade e isenção, devendo a Sociedade providenciar as condições adequadas para que a atuação do ouvidor se dê na forma prevista no presente Estatuto. **Parágrafo Quarto** – A Ouvidoria terá as seguintes atribuições: I – receber, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado às reclamações dos clientes e usuários de produtos e serviços da Sociedade, que não forem solucionadas pelo atendimento habitual realizado pelas filiais e quaisquer outros pontos de atendimentos; II – prestar os esclarecimentos necessários e dar ciência aos reclamantes acerca do andamento de suas demandas e das providências adotadas; III – informar aos reclamantes o prazo previsto para resposta final, o qual não pode ultrapassar trinta dias; IV – encaminhar resposta conclusiva para a demanda dos reclamantes até o prazo máximo de trinta dias; V – propor aos administradores da Sociedade, medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos e rotinas, em decorrência da análise das reclamações recebidas; VI – elaborar e encaminhar à auditoria interna e aos administradores da Sociedade, ao final de cada semestre, relatório quantitativo e qualitativo acerca da atuação da ouvidoria, contendo medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos e rotinas, em decorrência da análise das reclamações recebidas. **Parágrafo Quinto** – O ouvidor será eleito pela Diretoria da Sociedade dentre pessoas qualificadas e de elevados princípios éticos e morais, além de amplos conhecimentos relacionados aos direitos do consumidor e a mediação de conflitos. Dentro do prazo legal, e após esse prazo sempre que houver ingresso de novo integrante na ouvidoria, o ouvidor e demais participantes da ouvidoria deverão apresentar certificado de aprovação em exame de certificação organizado por entidade de reconhecida capacidade técnica. **Parágrafo Sexto** – A destituição do ouvidor será feita pela Diretoria, por maioria absoluta de votos, em casos de demonstração de incapacidade para a função, não

2

“O Selo de Autenticidade de Atos foi afixada na última folha do documento entregue para a parte.”





**NEGRESO S/A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS**

**CNPJ/MF 04.379.829/0001-06 – NIRE 41 3 00019291**

**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

apresentação da certificação exigida, não cumprimento dos deveres e responsabilidades estabelecidas na legislação pertinente a ouvidoria ou por solicitação expressa do ouvidor. **Parágrafo Sétimo** – A Sociedade assume o compromisso de: a) criar condições adequadas para o funcionamento da ouvidoria, bem como para que a sua atuação seja pautada pela transparência, independência, imparcialidade e isenção; b) assegurar o acesso da ouvidoria às informações necessárias para providenciar a adequada resposta às reclamações recebidas, com total apoio administrativo, podendo requisitar informações e documentos para o exercício de suas atividades”. **III** – Renumerar os artigos subsequentes do Estatuto em razão da deliberação anterior que acrescentou mais um artigo no Capítulo V. **IV** – Alterar o artigo 6º, para acrescentar as espécies de ações que compõem o Capital Social, ou seja, ordinárias e aumentar do capital social de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) para R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais), subscrito e integralizado no ato, em moeda corrente nacional, sendo que o capital será subscrito por Orlando Otto Kaesemodel Filho e que Sergio Shoji Yamamoto e Orlando Otto Kaesemodel Neto declaram que não tem interesse em subscrever qualquer quantidade de ações neste aumento de capital, alterando-se o artigo 6º, do estatuto social, que passa a ter a seguinte redação: “**Artigo 6º** - O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais), representados por 7.000.000 (sete milhões) de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal”. c) consolidar o estatuto social em razão das alterações aprovadas. Em consequência o Estatuto Social, já reformado e consolidado, passa a vigorar nos seguintes termos: “**ESTATUTO SOCIAL. CAPÍTULO I – DENOMINAÇÃO, SEDE E FORO, OBJETIVO E DURAÇÃO. Artigo 1º** - **NEGRESO S.A. – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS** é uma sociedade de capital fechado, que se rege por este Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis. **Artigo 2º** - A Sociedade tem sede e foro na Cidade de Curitiba, estado do Paraná, na Alameda Dom Pedro II, nº 21, Bairro Batel, CEP 80420-060. **Artigo 3º** - A Sociedade tem por objetivo social a prática de todas as operações próprias das

3

“O Selo de Autenticidade de Atos foi afixado na última folha do documento entregue para a parte.”

<b>OPERADORA MALUCELLI</b>	
<b>AUTENTICAÇÃO</b>	
Curitiba, PR	29 JUN. 2009
A presente cópia fotostática é reprodução fiel desta face do documento original apresentado. DOU FE	
Juramentado / Autorizado	
Rua Comendador Araújo, 143 - Loja 03	
Fone/Fax: (41) 3232-2109	



## NEGRESKO S/A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

CNPJ/MF 04.379.829/0001-06 – NIRE 41 3 00019291

### ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

sociedades de crédito, financiamento e investimento, que lhe são permitidas na forma e limites da lei, deste Estatuto e pela legislação aplicável. **Artigo 4º** - Por deliberação da Diretoria e com a devida e prévia autorização do órgão competente, poderá a sociedade criar filiais, agências, escritórios, ou dependências adicionais, em qualquer parte do território nacional, observadas as disposições legais e regulamentares em vigor. **Artigo 5º** - A Sociedade tem prazo de duração indeterminado. **CAPÍTULO II – CAPITAL SOCIAL E AÇÕES.** **Artigo 6º** - O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais), representados por 7.000.000 (sete milhões) de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **CAPÍTULO III – DA ASSEMBLÉIA GERAL.** **Artigo 7º** - A Assembléia Geral reunir-se-á, ordinariamente, nos quatro primeiros meses que se seguirem ao encerramento do Exercício Social para tratar das matérias específicas previstas na lei 6.404/76, e, extraordinariamente, quando necessária aos interesses sociais, sempre precedidas das convocações. **Artigo 8º** - A Assembléia Geral será presidida pelo Diretor Presidente, o qual nomeará um secretário. **CAPÍTULO IV – DA DIRETORIA.** **Artigo 9º** - A Administração da sociedade compete à Diretoria, cujos membros serão sempre pessoas naturais residentes no Brasil. **Artigo 10** - A Diretoria será composta de dois a cinco Membros, serão um Diretor Presidente e os demais Diretores sem designação especial, eleitos em Assembléia Geral por um período de 02 (dois) anos, podendo ser reeleitos. **Artigo 11** - Os Diretores tomarão posse nos cargos mediante termo lavrado e assinado no livro próprio, após homologação do Banco Central do Brasil, sendo dispensados da prestação de caução. A posse implica o conhecimento dos deveres legais inerentes ao cargo, das normas estatutárias e regimentais e a observância das diretrizes emanadas da Assembléia Geral. **Parágrafo Primeiro** - Os Diretores permanecerão nos seus cargos até a posse dos seus substitutos. **Parágrafo Segundo** - A Diretoria terá todos os poderes de representação ativa e passiva da sociedade, em Juízo ou fora dele. **Parágrafo Terceiro** - A Diretoria tem ampla e cabal autonomia de ação visando à realização dos objetivos sociais à prática dos atos necessários ao normal

4

“O Selo de Autenticidade de Atos foi afixada na última folha do documento entregue para a parte.”

<b>6º TABELIONATO MALUCELLI AUTENTICAÇÃO</b>	
Curitiba/PR	<b>29 JUN. 2009</b>
A presente cópia fotostática é reprodução fiel desta face do documento original apresentado. DOU FE	
Juramentado / Autorizado	
Ria Comendador Araújo, 143 - Loja 03 Fone/Fax: (41) 3232-2109	



## NEGRESO S/A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

CNPJ/MF 04.379.829/0001-06 – NIRE 41 3 00019291

### ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

funcionamento da sociedade, inclusive os atos que importem em aquisição ou alienação de bens imóveis, constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros. **Parágrafo Quarto** - A Sociedade representada pelo Diretor Presidente, poderá constituir procuradores, observadas as disposições legais e regulamentares atinentes, definindo-lhes poderes e prazo de mandato, inclusive, para em conjunto com um dos Diretores sem designação especial, nos termos definidos em cada instrumento de mandato, praticarem atos de gestão. **Parágrafo Quinto** - O Diretor Presidente ou dois Diretores em conjunto, ou um Diretor em conjunto com um procurador, podem constituir procurador para representar a Sociedade ativa e passivamente, em Juízo ou fora dele. **Parágrafo Sexto** - Quando a Sociedade tiver eleito somente o Diretor Presidente e um Diretor sem designação especial, o Diretor Presidente será substituído em suas faltas, ausências ou impedimentos, pelo Diretor sem designação especial. **Parágrafo Sétimo** - Quando a Sociedade tiver eleito além do Diretor Presidente, dois ou mais Diretores sem designação especial, a substituição do Diretor Presidente, em suas faltas, ausências ou impedimentos, será feita por um entre eles, indicado pela Assembléia Geral. **Artigo 12** - Aos Diretores compete - Ao Diretor Presidente: a) a representação da sociedade, ativa e passivamente, em Juízo ou fora dele; b) convocar e presidir as Assembléias; c) dirigir os negócios ordinários da Sociedade e fixar as normas gerais a serem observadas pela Diretoria. c) dirigir os negócios ordinários da Sociedade e fixar as normas gerais a serem observadas pela Diretoria; d) organizar os serviços da Sociedade, provendo seus cargos e funções e fixando os respectivos vencimentos; e) elaborar com os demais Diretores o relatório anual; f) designar o Diretor que deve substituir, cumulativamente, outro Diretor em seu impedimento temporário; g) vetar, fundamentadamente, as deliberações da Diretoria, podendo determinar novo exame do assunto; h) fixar a orientação geral da política administrativa e operacional da Sociedade; i) estabelecer os limites de alçada dos Diretores, fixando-lhes a competência para definir negócios, celebrar contratos e demais atos administrativos; j) conceder licença aos membros da Diretoria; k) fixar os critérios básicos da

5

"O Selo de Autenticidade de Atos foi afixado na última folha do documento entregue para a parte."

<b>TEBES</b>	
<b>MALUCELLI</b>	
<b>AUTENTICAÇÃO</b>	
Curitiba/PR	29 JUN. 2009
A presente cópia fotostática é reprodução fiel desta face do documento original apresentado. DOU FE	
Juramentado / Autorizado	
Rua Comendador Araújo, 143 - Loja 3	
Fone/Fax: (41) 3232-2111	



## NEGRESO S/A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

CNPJ/MF 04.379.829/0001-06 – NIRE 41 3 00019291

### ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

administração do pessoal; l) escolher e destituir os auditores independentes; m) aprovar o regimento interno; n) declarar dividendo intermediário à conta do Lucro Líquido, Lucros Acumulados ou de Reserva de Lucros existentes. Aos Diretores sem designação especial compete: a) exercer os encargos que lhes sejam atribuídos pelo Diretor Presidente, acatando as normas gerais fixadas pelo estatuto e regimento interno; b) a representação da sociedade ativa e passivamente, em Juízo ou fora dele, em conjunto com outro Diretor, ou em conjunto com um procurador, com poderes definidos em instrumento de mandato; c) substituir o Diretor Presidente, em suas faltas, ausência ou impedimentos, observados os critérios fixados no Parágrafo Sexto e Parágrafo Sétimo do Artigo 11. **Artigo 13** - A Sociedade estará legitimamente representada, nos Países ou no exterior, nos atos que envolvam responsabilidades, se o respectivo documento estiver assinado pelo Diretor Presidente ou por dois Diretores sem designação especial, ou por um Diretor sem designação especial em conjunto com um procurador com poderes, definidos em instrumento de mandato. **Artigo 14** - A remuneração dos Diretores será fixada pela Assembléia Geral. **Parágrafo Único** - A verba dos honorários de que trata este artigo é global e mensal, e sua distribuição será feita por Resolução da Diretoria.

**CAPÍTULO V – DO CONSELHO FISCAL E DA OUVIDORIA. Artigo 15** – Com funcionamento nos exercícios sociais em que se instalar a pedido de acionistas, o Conselho Fiscal é composto de três membros efetivos e três suplentes eleitos pela Assembléia Geral. **Parágrafo Primeiro** – O Conselho Fiscal terá os poderes e atribuições que a lei lhe confere. **Parágrafo Segundo** – Nos exercícios em que for instalado, os membros do Conselho Fiscal terão a remuneração estabelecida em lei.

**Artigo 16** – A Sociedade terá uma Ouvidoria, nos termos da Resolução CMN n.º 3.477, de 26 de julho de 2007, cuja finalidade é assegurar a estrita observância das normas legais e regulamentares relativas aos direitos do consumidor e de atuar como canal de comunicação entre a Sociedade e seus clientes. **Parágrafo Primeiro** – O Ouvidor será eleito pela Diretoria da Sociedade para um mandato de 3 (três) anos, a partir da data da eleição e posse, podendo ser reconduzido. O Ouvidor

6

"O Selo de Autenticidade de Atos foi afixada na última folha do documento entregue para a parte."





## NEGRESKO S/A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

CNPJ/MF 04.379.829/0001-06 – NIRE 41 3 00019291

### ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

poderá ser destituído por maioria absoluta de votos da Diretoria, que, nessa hipótese, deverá eleger um Ouvidor substituto. **Parágrafo Segundo** – O Ouvidor terá atuação independente e segregada da área de auditoria interna e não poderá desempenhar outra função na Sociedade, exceto pelo exercício do cargo de diretor responsável pela Ouvidoria. **Parágrafo Terceiro** – O Ouvidor deverá atuar com transparência, independência, imparcialidade e isenção, devendo a Sociedade providenciar as condições adequadas para que a atuação do ouvidor se dê na forma prevista no presente Estatuto. **Parágrafo Quarto** – A Ouvidoria terá as seguintes atribuições: I – receber, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado às reclamações dos clientes e usuários de produtos e serviços da Sociedade, que não forem solucionadas pelo atendimento habitual realizado pelas filiais e quaisquer outros pontos de atendimentos; II – prestar os esclarecimentos necessários e dar ciência aos reclamantes acerca do andamento de suas demandas e das providências adotadas; III – informar aos reclamantes o prazo previsto para resposta final, o qual não pode ultrapassar trinta dias; IV – encaminhar resposta conclusiva para a demanda dos reclamantes até o prazo máximo de trinta dias; V – propor aos administradores da Sociedade, medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos e rotinas, em decorrência da análise das reclamações recebidas; VI - elaborar e encaminhar à auditoria interna e aos administradores da Sociedade, ao final de cada semestre, relatório quantitativo e qualitativo acerca da atuação da ouvidoria, contendo medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos e rotinas, em decorrência da análise das reclamações recebidas. **Parágrafo Quinto** – O ouvidor será eleito pela Diretoria da Sociedade dentre pessoas qualificadas e de elevados princípios éticos e morais, além de amplos conhecimentos relacionados aos direitos do consumidor e a mediação de conflitos. Dentro do prazo legal, e após esse prazo sempre que houver ingresso de novo integrante na ouvidoria, o ouvidor e demais participantes da ouvidoria deverão apresentar certificado de aprovação em exame de certificação organizado por entidade de reconhecida capacidade técnica.

**Parágrafo Sexto** – A destituição do ouvidor será feita pela Diretoria por maioria

7

"O Selo de Autenticidade de Atos foi afixada na última folha do documento entregue para a parte."





## NEGRESCO S/A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

CNPJ/MF 04.379.829/0001-06 – NIRE 41 3 00019291

### ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

absoluta de votos, em casos de demonstração de incapacidade para a função, não apresentação da certificação exigida, não cumprimento dos deveres e responsabilidades estabelecidas na legislação pertinente a ouvidoria ou por solicitação expressa do ouvidor. **Parágrafo Sétimo** – A Sociedade assume o compromisso de: a) criar condições adequadas para o funcionamento da ouvidoria, bem como para que a sua atuação seja pautada pela transparência, independência, imparcialidade e isenção; b) assegurar o acesso da ouvidoria às informações necessárias para providenciar a adequada resposta às reclamações recebidas, com total apoio administrativo, podendo requisitar informações e documentos para o exercício de suas atividades. **CAPÍTULO VI – DO EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇO GERAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, DISTRIBUIÇÃO E PARTICIPAÇÃO NOS LUKROS.** **Artigo 17** - O Exercício Social coincidirá com o ano civil, devendo a 31 de dezembro de cada ano, ser levantado o balanço e demonstrações financeiras, com observância das prescrições legais e técnicas. **Artigo 18** - Serão levantados balanços semestrais no último dia de junho e dezembro de cada ano. **Artigo 19** - Levantado o balanço semestral e deduzidas as correções, amortizações e depreciações cabíveis, bem como as provisões legais e técnicas, os lucros líquidos, assim conceituados em lei, terão a destinação que lhe for dada pela Assembléia Geral, mediante a proposta de destinação de lucros apresentada pela Diretoria, atendido o seguinte: 5% (cinco por cento) dos lucros serão levados ao fundo de reserva legal, destinados a assegurar a integridade do Capital Social nos limites da Lei. **CAPÍTULO VII – DISPOSIÇÕES GERAIS.** **Artigo 20** - A Sociedade entrará em liquidação nos casos e forma previstos em lei competindo à Assembléia Geral nomear o liquidante e o Conselho Fiscal, fixando sua remuneração. **Artigo 21** - A fusão, incorporação e cisão da sociedade, será deliberada por maioria absoluta dos votos. **Artigo 22** - É expressamente proibido aos Diretores comprometer o lucro da Sociedade em operações ou obrigações estranhas aos negócios sociais. **Artigo 23** - Para os casos omissos neste Estatuto recorrer-se-á aos princípios gerais de direito e às Leis que regem as Sociedades por Ações e às Leis aplicáveis às Sociedades de

8

54  
"O Selo de Autenticidade de Atos foi afixado na última folha do documento entregue para a parte."





## NEGRESKO S/A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

CNPJ/MF 04.379.829/0001-06 – NIRE 41 3 00019291

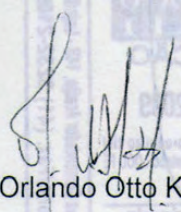
### ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

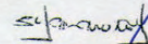
sua espécie, bem como aos regulamentos baixados pelas autoridades competentes.

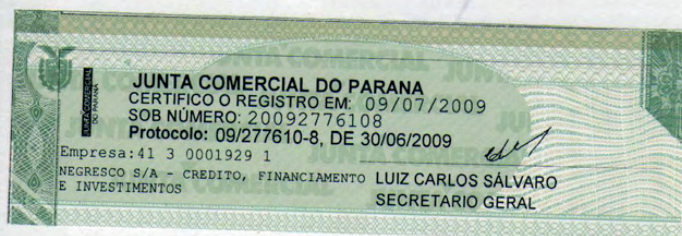
d) eleger os seguintes diretores, sem designação específica, com mandato até a Assembléia Geral Ordinária (AGO) de 2010, para coincidir com a eleição dos demais membros da diretoria: **Ricardo Franco de Souza**, brasileiro, solteiro, nascido em 29/09/1982, Administrador de Empresas, CI/RG nº 44.941.108-4 – SSP/SP, CPF/MF nº 297.409.888-65, residente e domiciliado na Rua Candido Hartmann, 465, Mercês, Curitiba, PR, CEP 80730-440 e **Enio Antonio Lena**, brasileiro, casado, contador, CI/RG nº 1053376909 – SSP/RS, CPF/MF nº 543.956.150-15, residente e domiciliado na Rua Aristides Athayde Junior, 602, apto. 801, Bigorrrilho, Curitiba, PR, CEP 80730-370. Os eleitos preenchem as condições fixadas na Resolução CMN nº 3.041, de 28 de novembro de 2002, e declaram não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que o impeça de exercer atividade mercantil, nem a administração de sociedades mercantis e tomarão posse somente após a homologação de sua eleição pelo Banco Central do Brasil. 6) **Encerramento**: Nada mais havendo, foi encerrada a sessão. Curitiba, 08 de junho de 2009. 7) **Relação dos Presentes**: (a) Orlando Otto Kaesemodel Filho; Orlando Otto Kaesemodel Neto; Sérgio Shoji Yamamoto; Ricardo Franco de Souza e Enio Antonio Lena.

Certificamos que a presente é cópia fiel da ata da Assembléia Geral Extraordinária ocorrida em 08 de junho de 2009, lavrada a folhas 38 a 46 do livro nº 01 de Atas de Assembléias Gerais desta Instituição.

Curitiba, 08 de junho de 2009.

  
Orlando Otto Kaesemodel Filho  
Presidente

  
Sérgio Shoji Yamamoto  
Secretário





ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA  
 CNPJ/MF 04.379.829/0001-08 - NIRE 419.0001281  
 NEGRESSO S/A - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

seus espécies, bem como aos regulamentos baixados pelas autoridades competentes.  
 (d) eleger os seguintes diretores, sem designação específica, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 2010, para coincidir com a eleição dos demais membros da diretoria: Ricardo Franco de Souza, brasileiro, solteiro, nascido em 28/09/1982, Administrador de Empresas, CIREJ nº 44.941.108-4 - SSP/SP, CPF/MF nº 297.409.888-65, residente e domiciliado na Rua Candido Hartmann, 465, Mercês, Curitiba, PR, CEP 80730-440 e Enio Antonio Lena, brasileiro, casado, contador, CIREJ nº 1023378909 - SSP/RS, CPF/MF nº 543.958.150-15, residente e domiciliado na Rua Aristides Azevedo Junior, 602, apto. 801, Bigonilha, Curitiba, PR, CEP 80730-370. Os eleitos preenchem as condições fixadas na Resolução CMN nº 3.041, de 28 de novembro de 2002, e declaram não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que o impeça de exercer atividade mercantil, nem a administração de sociedades mercantis e tomarem posse somente após a homologação de sua eleição pelo Banco Central do Brasil. (e) Encerramento: Nada mais havendo, foi encerrada a sessão. Curitiba, 08 de junho de 2009. (f) Relatório dos Presentes: (a) Othando Otto Kaesemodel Filho; Othando Otto Kaesemodel Neto; Sérgio Shiozi Yamamoto; Ricardo Franco de Souza e Enio Antonio Lena.

ATESTAMOS que este documento foi submetido a exame do Banco Central do Brasil, em processo regular, e a manifestação a respeito dos atos praticados consta de carta emitida a parte.

DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO TÍTULO  
 FINANCEIRO  
 Gerência Técnica de Curitiba

4.717.824-5 - João Carlos Z. Costa  
 ANALISTA

6º TABELIONATO <b>MALUCELLI</b> AUTENTICAÇÃO		Rua Comendador Araújo, 143 - Lajeado Fone/Fax: (41) 3232-2109
Curitiba/PR	29 JUN. 2009	
A presente cópia fotostática e reprodução fiel desta face do documento original apresentado. DOU FE		
Juramentado / Autorizado		

Curitiba/PR	29 JUN. 2009
A presente cópia fotostática e reprodução fiel desta face do documento original apresentado. DOU FE	
Juramentado / Autorizado	

**ANEXO IV - DECLARAÇÕES DO COORDENADOR LÍDER E DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA**

*Este Anexo é parte integrante do Prospecto Definitivo de Distribuição Pública de Cotas Seniores da 1ª Série de Emissão do “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros Credipar Mais”*




(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS  
CREDITÓRIOS FINANCEIROS CREDIPAR MAIS**

**BANIF BANCO DE INVESTIMENTO (BRASIL) S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Minas de Prata, 30, 15º andar, Vila Olímpia, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.753.740/0001-58, representada na forma de seu estatuto social (“Coordenador Líder”), na qualidade de instituição intermediária responsável pela colocação pública das cotas seniores da primeira série do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros Credipar Mais (“Fundo”), nos termos do artigo 56 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, vem declarar que:

- i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que as informações prestadas pelo Fundo e a cedente dos direitos creditórios por ele adquiridos são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, de modo a permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da oferta; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas que integram o prospecto preliminar e que venham a integrar o prospecto definitivo, são suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da oferta; e
- ii) (a) o prospecto preliminar foi e o prospecto definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes; e (b) prospecto preliminar contém e o prospecto definitivo conterá as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da oferta, dos valores mobiliários ofertados, do Fundo, de suas atividades, de sua situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

São Paulo, 15 de setembro de 2010.

<b>BANIF BANCO DE INVESTIMENTO (BRASIL) S.A.</b>	
Coordenador Líder	
	
Nome:	Nome:
Cargo:	Cargo:
Gert Wunderlich Diretor Corporate Bank	Atila Noaldo S. A. Silva Diretor



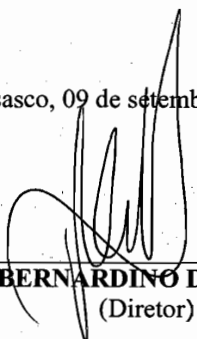
**Bradesco**  
BEM DTVM

### DECLARAÇÃO

**André Bernardino da Cruz Filho**, brasileiro, casado, bancário, portador da cédula de identidade nº 35.331.675-1 SSP-SP e inscrito no CPF/MF sob nº 192.221.224/53, com endereço comercial na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara, na qualidade de Diretor da **BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS Ltda.**, sociedade limitada com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.066.670/0001-00, responsável civil e criminalmente pela supervisão e acompanhamento do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS CREDIPAR MAIS ("FUNDO")**, DECLARA:

- (a) estar ciente de suas obrigações para com o **FUNDO**;
- (b) ser responsável pela movimentação dos direitos creditórios componentes da carteira do **FUNDO**; e
- (c) ser responsável, nos termos da legislação em vigor, inclusive perante terceiros, por negligência, imprudência ou imperícia na administração do **FUNDO**, sujeitando-se, ainda, à aplicação das penalidades previstas no Artigo 11 da Lei n.º 6.385, de 07 de dezembro de 1976.

Osasco, 09 de setembro de 2010.

  
\_\_\_\_\_  
**ANDRÉ BERNARDINO DA CRUZ FILHO**  
(Diretor)



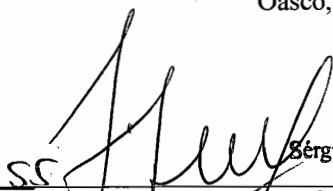
**DECLARAÇÃO**

**PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400/03**

A **BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários a administrar fundos de investimento, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, Prédio Novíssimo, 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 00.066.670/0001-00, representada na forma de seu Contrato Social, nos termos da legislação e regulamentação vigentes, na qualidade de Administradora (a “Administradora”) do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS CREDIPAR MAIS** (o “**FUNDO**”), vem nos termos do artigo 56, da Instrução n.º 400, de 29 de dezembro de 2003 e posteriores alterações, da Comissão de Valores Mobiliários, **DECLARAR** que:

- (a) o Prospecto da Oferta: (i) foi elaborado de acordo com as normas pertinentes; (ii) contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Cotas, do Fundo, das Cedentes e das suas atividades, bem como dos riscos inerentes às atividades das Cedentes e ao investimento nas Cotas Seniores, no contexto da Oferta;
- (b) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro da Oferta e fornecidas ao mercado durante a Oferta, nos termos do artigo 56 da Instrução n.º 400 da Comissão de Valores Mobiliários.

Osasco, 28 de julho de 2010.



Sérgio Socha



NAB Norberto Pinto Barbedo

**BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS Ltda.**





**Bradesco**  
**BEM DTVM**

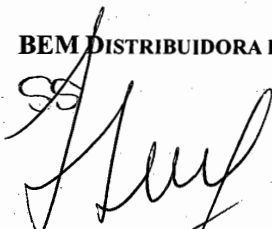
**DECLARAÇÃO DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM  
DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS CREDIPAR MAIS**

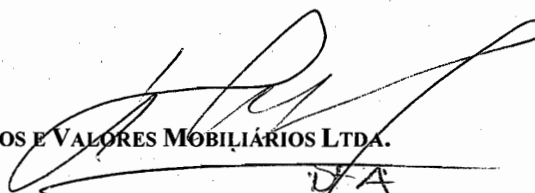
**BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade devidamente autorizada a administrar carteiras de títulos e valores mobiliários pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, s/n, 4º andar, Prédio Prata, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob nº 00.066.670/0001-00, na qualidade de instituição administradora do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros Credipar Mais e para todos os fins legais e de direito, declara que:

- (i) sob pena de prática de crime de falsidade ideológica, o regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros Credipar Mais está em conformidade com a legislação vigente; e
- (ii) assume o compromisso de seguir as normas da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada, e adotar as providências necessárias para o atendimento das exigências que venham a ser formuladas pela CVM.

Osasco, 09 de setembro de 2010.

**BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**

  
Sérgio Socha

  
Domingos Figueiredo de Abreu



**ANEXO V - RELATÓRIO DE REVISÃO ESPECIAL DA CARTEIRA ELABORADO PELA KPMG**

*Este Anexo é parte integrante do Prospecto Definitivo de Distribuição Pública de Cotas Seniores da 1ª Série de Emissão do “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros Credipar*



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



RISK ADVISORY SERVICES

# Negresco S.A. Crédito Financiamento e Investimentos

Relatório sobre a aplicação de procedimentos pré-acordados  
30 de abril de 2010

ADVISORY

AUDIT ■ TAX ■ ADVISORY

- 
- Este relatório foi elaborado a partir da base de dados e das demais informações fornecidas pela Crediparaná Serviços Financeiros. É importante ressaltar que o comportamento passado da carteira de direitos creditórios cedidos ao Fundo não constitui garantia de que este venha, no futuro, a se repetir ou sofrer alterações. Este relatório não constitui garantia, por parte da KPMG, quanto a solvência, adimplemento, pontualidade ou qualidade da carteira de direitos creditórios cedidos ao Fundo. Nenhuma decisão de adquirir as quotas deverá ser tomada somente com base nas informações contidas no relatório. O conteúdo deste relatório deve ser cuidadosamente analisado, considerando-se todas as informações contidas no prospecto.





**KPMG Risk Advisory Services Ltda.**

R. Dr. Renato Paes de Barros, 33  
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil  
Caixa Postal 2467  
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel  
Fax Nacional  
Internacional  
Internet

55 (11) 2183-3000  
55 (11) 2183-3001  
55 (11) 2183-3034  
www.kpmg.com.br

À

Negresco S.A. Crédito Financiamento e Investimento  
São Paulo - SP

26 de julho de 2010

Prezados senhores:

Em conformidade com os termos de nossa proposta para prestação de serviços, datada de 25 de maio de 2010, a KPMG Risk Advisory Services Ltda. ("KPMG") apresenta constatações relativas à revisão especial da carteira de recebíveis da Crediparaná Serviços Financeiros ("Credipar" ou "Cedente"). Tais recebíveis são representados por contratos de financiamento para aquisição de bens, e contratos de empréstimos pessoais.

Nossos trabalhos tiveram como objetivo confirmar, por meio de recálculo e verificação, os dados relativos às características de *performance* dos pagamentos dos recebíveis, bem como levantar informações sobre procedimentos operacionais e sobre os respectivos controles relacionados aos processos de origemação e cobrança dos recebíveis.

As informações apresentadas neste relatório foram elaboradas a partir da leitura de uma base de dados gerada pela Credipar para o período compreendido entre 1º de maio de 2007 e 30 de abril de 2010. Indicamos, ainda neste relatório, as fontes das demais informações apresentadas.

Não empreendemos nenhum trabalho adicional para estabelecer a confiabilidade nos dados disponibilizados, além dos procedimentos indicados neste relatório. Nossos trabalhos foram executados no período de 27 de maio a 9 de junho de 2010 e basearam-se no sistema de controles internos vigente durante a execução de nossos trabalhos. Conforme acordado com V.Sas., não foi julgada necessária a atualização da base de dados utilizada entre essa data e a data de nosso relatório.

Enfatizamos que este trabalho não representa uma auditoria executada conforme normas de auditoria aplicáveis no Brasil e, portanto, não deve ser interpretado como tal. Os procedimentos por nós realizados foram definidos com representantes da Credipar e foram limitados em natureza e extensão aos procedimentos por V.Sas. considerados adequados às suas necessidades.

Agradecemos o apoio da Gerência e dos colaboradores da Credipar no transcurso de nossos trabalhos e colocamo-nos à sua inteira disposição para prestarmos quaisquer esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Pedro Vitor Zago  
Sócio

Fabio Barbosa  
Gerente Sênior

KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e integrante da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça.

KPMG Risk Advisory Services Ltda. is a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International, a Swiss corporation.

## Conteúdo

Os contatos na KPMG em relação a este relatório são:

Pedro Vitor Zago  
Diretor  
Tel.: 55 (11) 2183-3290  
Fax: 55 (11) 2183-3001  
pzago@kpmg.com.br

Fabio Barbosa  
Gerente Sênior  
Tel.: 55 (11) 2183-3788  
Fax: 55 (11) 2183-3001  
fabio@barbosa@kpmg.com.br

<b>Descrição</b>	<b>Página</b>
<b>Objetivos do trabalho e base para preparação das informações</b>	<b>4</b>
<b>Sumário Executivo</b>	<b>5</b>
<b>Apresentação da carteira de recebíveis</b>	<b>6</b>
<b>Análises de performance</b>	<b>28</b>
<b>Conciliação da base de dados com os registros contábeis</b>	<b>49</b>
<b>Verificação física de contratos e respectivos documentos acessórios</b>	<b>50</b>
<b>Descrição dos procedimentos de origemação e cobrança dos recebíveis</b>	<b>52</b>
<b>Anexos</b>	<b>61</b>



## Objetivos do trabalho e base para preparação das informações

### Seção I

#### Objetivos do trabalho

De acordo com informações fornecidas por representantes da Credipar, a execução dos procedimentos pré-acordados, objeto de nossa contratação, atende aos principais objetivos a seguir:

- Identificar, por meio de leitura e recálculo de uma base de dados, os valores relativos ao perfil e à *performance* de pagamentos por parte dos clientes das carteiras de financiamento de bens e empréstimos pessoais originados pela Credipar.
- Levantar os fluxos de origemação, coleta e cobrança desses recebíveis e identificar os respectivos controles e a sua aderência às políticas estabelecidas internamente por meio de testes por amostragem.

#### Base para preparação

- As informações contidas neste relatório, relativas às características demográficas dos recebíveis e de sua *performance* de pagamentos, foram obtidas por meio da leitura e da compilação de uma base de dados fornecida pela área de Tecnologia da Credipar e compreendem as operações geradas pela Cedente, para um período de 36 meses, de 1º de maio de 2007 a 30 de abril de 2010. Essa base de dados foi submetida a procedimentos de reconciliação com os registros oficiais do Cedente, conforme descrito na Seção III deste relatório.
- Os procedimentos pré-acordados a seguir formaram o escopo de nossos trabalhos, estabelecidos com representantes da Credipar, e foram limitados em natureza e extensão aos procedimentos por V.Sas. considerados adequados às necessidades da operação.
- Para mensurar a *performance* de pagamentos das operações, foram definidos, em comum acordo com representantes da Credipar, critérios para a apuração dos percentuais de inadimplência do pagamento das parcelas, que representariam indicativos de desempenho, sendo estes:
  - *Aging* de pagamentos: apresenta os recebimentos ocorridos (liquidez da carteira) e os volumes financeiros vencidos e não liquidados, ambos segregados por faixas de prazos. Esse prazo de recebimento considera a diferença entre a data de vencimento da parcela e a data de pagamento pelo financiado.
  - *Pool*/estático (*vintage analysis*): apresenta a distribuição dos volumes financeiros não liquidados com atraso superior a 60, 90 e 180 dias. Para elaboração dessa informação, o saldo devedor de cada contrato é classificado de acordo com a parcela mais atrasada em cada um dos meses sob análise.
- Conforme solicitação de representantes da Credipar, foram elaboradas informações sobre os volumes mensais de financiamento relativos ao período de 1º de maio de 2007 a 30 de abril de 2010. Distribuições e estatísticas sobre as características da carteira também foram realizadas para o período sob análise, conforme descrito a seguir.
- As informações contidas neste relatório, relativas às políticas e aos procedimentos de origemação e cobrança dos recebíveis, foram obtidas pela indagação aos responsáveis pelas áreas de Crédito e Cobrança, pela consulta aos manuais de políticas de crédito e cobrança e pela observação dos fluxos de origemação executados com base em testes por amostragem.



## Sumário Executivo

Os procedimentos pré-acordados que constituíram o escopo de nossos trabalhos e as referências para as devidas informações apresentadas neste relatório estão apresentados a seguir:

		Página	
Análises demográficas	<b>Apresentação da Carteira</b>	CDC	CP
	Tabela - Distribuição da produção mensal em volume financeiro, valor liberado e quantidade de contratos	7	9
	Gráfico - Distribuição da produção mensal em volume financeiro, valor liberado e quantidade de contratos	8	10
	Tabela - Evolução mensal do Ticket Médio das operações	11	12
	Gráfico - Evolução mensal do Ticket Médio das operações	13	13
	Tabela - Distribuição das operações por quantidade de parcelas	14	16
	Gráfico - Distribuição das operações por quantidade de parcelas	15	17
	Tabela - Distribuição das operações em faixas de valor financiado	18	20
	Gráfico - Distribuição das operações em faixas de valor financiado	19	21
	Tabela - Distribuição das operações por região	22	23
Análises performance	Tabela - Evolução mensal da taxa média efetiva ponderada	24	24
	Gráfico - Evolução mensal da taxa média efetiva ponderada	25	25
	Tabela - Distribuição das operações por loja	26	27
	<b>Apresentação da Carteira</b>	CDC	CP
	Tabela - Aging List	29	31
	Tabela - Aging List - 1st e 2nd Payment Default	30	32
	Tabela - Representação analítica do Pool estático	35 / 36	42 / 43
	Tabela - Indicadores de recuperação	37 / 38	44 / 45
	Gráfico - Representação gráfica do Pool estático - Inadimplência por safra de parcelas vencidas acima de 60 dias	39	46
	Gráfico - Representação gráfica do Pool estático - Inadimplência por safra de parcelas vencidas acima de 90 dias	40	47
	Gráfico - Representação gráfica do Pool estático - Inadimplência por safra de parcelas vencidas acima de 180 dias	41	48
	Gráfico - Representação gráfica do Pool estático - Inadimplência por safra de parcelas vencidas acima de 60 dias - 1º Payment Default	49	-
	Gráfico - Representação gráfica do Pool estático - Inadimplência por safra de parcelas vencidas acima de 90 dias - 1º Payment Default	50	-
	Gráfico - Representação gráfica do Pool estático - Inadimplência por safra de parcelas vencidas acima de 180 dias - 1º Payment Default	51	-
	Gráfico - Representação gráfica do Pool estático - Inadimplência por safra de parcelas vencidas acima de 60 dias - Cheque / Carnê	52	-
	Gráfico - Representação gráfica do Pool estático - Inadimplência por safra de parcelas vencidas acima de 90 dias - Cheque / Carnê	53	-
	Gráfico - Representação gráfica do Pool estático - Inadimplência por safra de parcelas vencidas acima de 180 dias - Cheque / Carnê	54	-

## Apresentação da carteira de recebíveis

### Seção II

**Tabela 2.1 – Identificação dos tipos de produtos e representatividade**

Tipo de produto	Somatório do valor liberado - R\$(000)		%	Somatório do valor financiado - R\$(000)		%	Quantidade de contratos	%
<b>CDC</b>	<b>477.800</b>			<b>639.292</b>			<b>727.642</b>	
- Carnê	371.392		77,7%	513.884		80,4%	619.505	85,1%
- Cheque	106.408		22,3%	125.407		19,6%	108.137	14,9%
<b>CP</b>	<b>11.079</b>			<b>19.105</b>			<b>14.186</b>	
- Carnê	10.734		96,9%	18.602		97,4%	13.988	98,6%
- Cheque	345		3,1%	503		2,6%	198	1,4%
<b>Total</b>	<b>488.879</b>			<b>658.397</b>			<b>741.828</b>	

**Tabela 2.2 - Características gerais da carteira de recebíveis**

Período sob análises: **1º de maio de 2007 a 30 de abril de 2010**

Somatório do valor das parcelas - **R\$ 658.396.551 mil**

Somatório do valor financiado - **R\$ 477.800.017**

Média mensal de origemação (valor futuro) - **R\$ 18.288.793**

Média mensal de origemação (valor financiado) - **R\$ 13.579.969**

Quantidade de contratos - **741.828**

Média de contratos originados (mês) - **20.606**

*Ticket* médio das operações (valor futuro) - **R\$ 888**

*Ticket* médio das operações (valor financiado) - **R\$ 659**

Prazo médio das operações - **12 parcelas**



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e filia-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KOWS 65907. KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

## Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Tabela 2.3 - Distribuição da produção mensal e anual em volume financeiro, valor liberado e quantidade de contratos no período – CDC

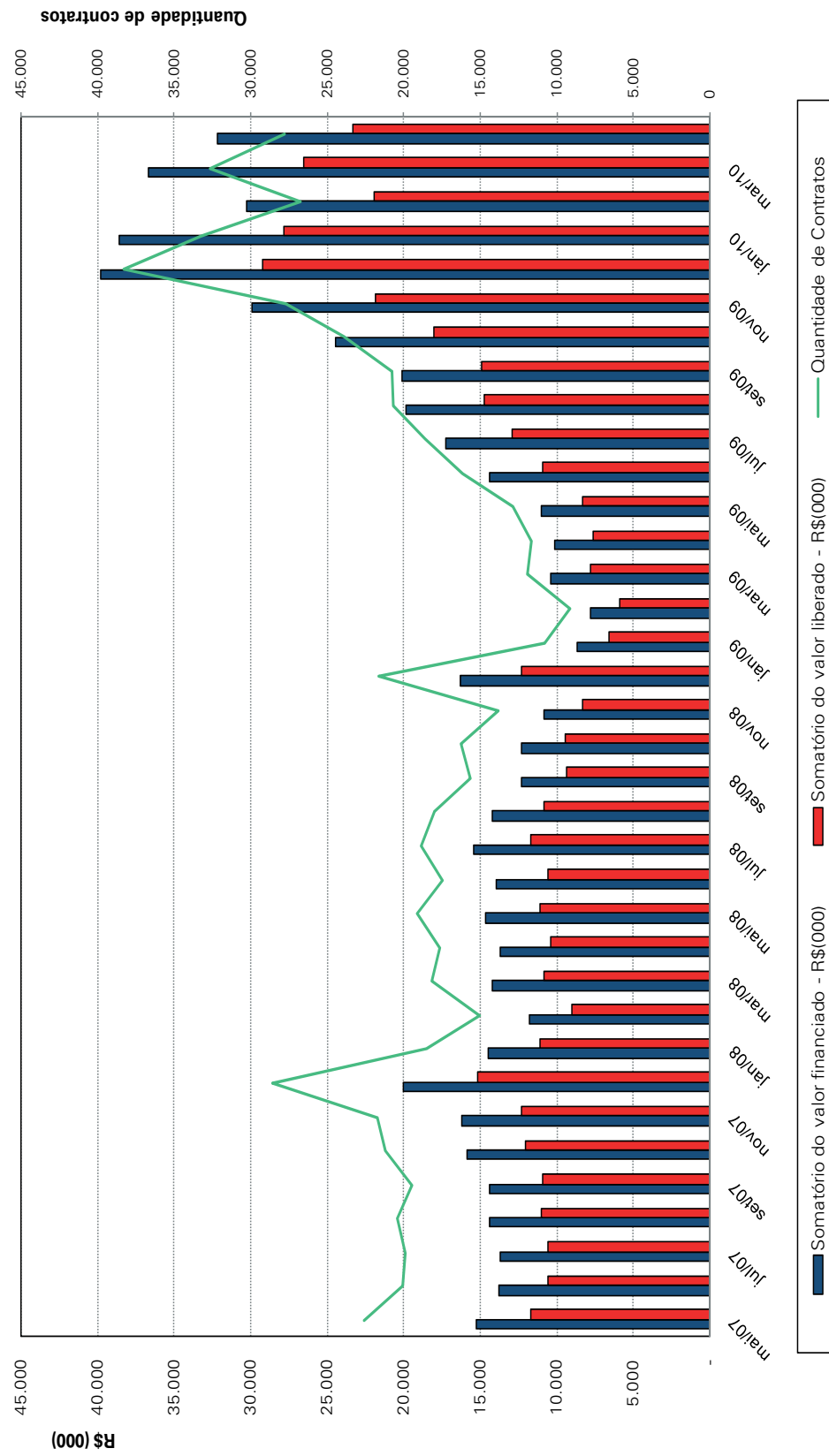
Mensal				Anual			
Período	Somatório do valor liberado - R\$(000)	Somatório do valor financiado - R\$(000)	Quantidade de Contratos	Período	Somatório do valor liberado - R\$(000)	Somatório do valor financiado - R\$(000)	Quantidade de Contratos
mai/07	11.724	15.259	22.603	2007*	94.324	123.616	174.037
jun/07	10.541	13.744	20.081	2008	124.891	164.201	210.378
jul/07	10.566	13.729	19.876	2009	158.926	213.744	222.652
ago/07	11.029	14.420	20.444	2010**	99.659	137.730	120.575
set/07	10.960	14.414	19.516				
out/07	12.025	15.839	21.219				
nov/07	12.321	16.191	21.735	Total	477.800	639.292	727.642
dez/07	15.159	20.020	28.563				
jan/08	11.059	14.472	18.493	* Período compreendido entre maio a dezembro de 2007			
fev/08	8.979	11.773	15.067	** Período compreendido entre janeiro a abril de 2010			
mar/08	10.816	14.237	18.186				
abr/08	10.441	13.675	17.649				
mai/08	11.100	14.611	19.115				
jun/08	10.562	13.972	17.471				
jul/08	11.705	15.450	18.893				
ago/08	10.796	14.256	18.036				
set/08	9.382	12.312	15.670				
out/08	9.468	12.343	16.258				
nov/08	8.314	10.818	13.864				
dez/08	12.269	16.282	21.676				
jan/09	6.557	8.652	10.837				
fev/09	5.916	7.840	9.156				
mar/09	7.821	10.415	11.933				
abr/09	7.655	10.104	11.635				
mai/09	8.291	11.010	12.894				
jun/09	10.928	14.400	16.210				
jul/09	12.956	17.236	18.573				
ago/09	14.745	19.850	20.684				
set/09	14.941	20.104	20.786				
out/09	18.038	24.482	23.938				
nov/09	21.839	29.885	27.694				
dez/09	29.238	39.765	38.312				
jan/10	27.813	38.592	33.297				
fev/10	21.952	30.258	26.747				
mar/10	26.533	36.680	32.701				
abr/10	23.361	32.200	27.830				
Total	477.800	639.292	727.642	As informações analíticas por forma de pagamento estão apresentadas no Anexo I			



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e filia-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KOWS 65907.  
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

## Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.1 - Distribuição da produção mensal em volume financeiro, valor financiado e quantidade de contratos no período – CDC



## Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Tabela 2.4 - Distribuição da produção mensal e anual em volume financeiro, valor liberado e quantidade de contratos no período – CP

Mensal				Anual			
Período	Somatório do valor liberado - R\$(000)	Somatório do valor financiado - R\$(000)	Quantidade de Contratos	Período	Somatório do valor liberado - R\$(000)	Somatório do valor financiado - R\$(000)	Quantidade de Contratos
mai/07	137	235	205	2007	1.397	2.286	1.915
jun/07	122	195	181	2008	3.751	6.186	5.128
jul/07	120	195	183	2009	4.117	7.324	5.036
ago/07	175	296	228	2010	1.814	3.308	2.107
set/07	97	159	151				
out/07	266	431	374	Total	11.079	19.105	14.186
nov/07	237	374	299				
dez/07	243	402	294				
jan/08	271	444	328				
fev/08	349	574	495				
mar/08	420	692	610				
abr/08	444	735	623				
mai/08	317	524	442				
jun/08	350	563	427				
jul/08	360	597	504				
ago/08	363	602	502				
set/08	300	496	425				
out/08	294	477	408				
nov/08	163	274	207				
dez/08	119	207	157				
jan/09	185	332	253				
fev/09	280	500	364				
mar/09	368	649	461				
abr/09	361	646	479				
mai/09	331	579	387				
jun/09	365	643	443				
jul/09	394	702	516				
ago/09	350	609	380				
set/09	380	675	448				
out/09	423	761	508				
nov/09	330	593	377				
dez/09	351	636	420				
jan/10	303	542	345				
fev/10	423	763	489				
mar/10	604	1.117	673				
abr/10	483	886	600				
Total	11.079	19.105	14.186				

\* Período compreendido entre maio a dezembro de 2007

\*\* Período compreendido entre janeiro a abril de 2010

\* Período compreendido entre maio a dezembro de 2007

\*\* Período compreendido entre janeiro a abril de 2010

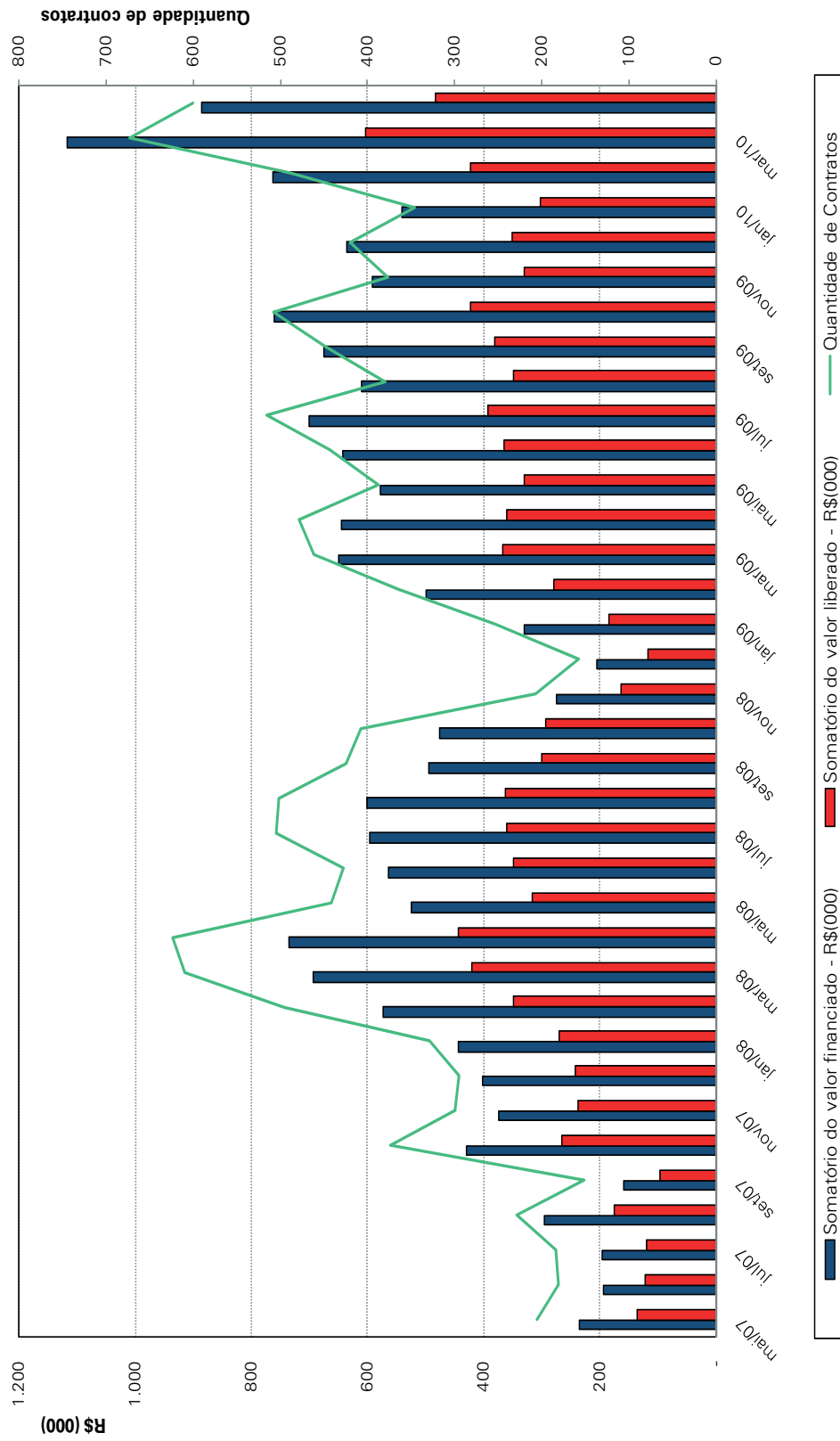
As informações analíticas por forma de pagamento estão apresentadas no Anexo II



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e filia-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KOWS 65907.  
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

## Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.2 - Distribuição da produção mensal em volume financeiro, valor financiado e quantidade de contratos no período – CP Consolidado





## Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Tabela 2.5 - Evolução mensal do *ticket* médio e taxa média das operações - CDC

Período	Ticket médio do valor financiado - R\$	Ticket médio do valor liberado - R\$	Prazo médio ponderado mensal	Taxa média
mai/07	675	519	10	5,20%
jun/07	684	525	10	5,25%
jul/07	691	532	10	5,14%
ago/07	705	539	10	5,06%
set/07	739	562	10	5,12%
out/07	746	567	11	5,07%
nov/07	745	567	11	5,04%
dez/07	701	531	11	5,08%
jan/08	783	598	11	4,97%
fev/08	781	596	11	4,95%
mar/08	783	595	11	5,00%
abr/08	775	592	10	5,03%
mai/08	764	581	11	5,03%
jun/08	800	605	11	4,97%
jul/08	818	620	11	5,10%
ago/08	790	599	10	5,17%
set/08	786	599	10	5,14%
out/08	759	582	10	5,26%
nov/08	780	600	9	5,53%
dez/08	751	566	9	5,85%
jan/09	798	605	9	5,81%
fev/09	856	646	10	5,61%
mar/09	873	655	10	5,59%
abr/09	868	658	10	5,44%
mai/09	854	643	10	5,46%
jun/09	888	674	10	5,34%
jul/09	928	698	10	5,32%
ago/09	960	713	11	5,41%
set/09	967	719	11	5,39%
out/09	1.023	754	11	5,38%
nov/09	1.079	789	12	5,36%
dez/09	1.038	763	12	5,22%
jan/10	1.159	835	12	5,29%
fev/10	1.131	821	12	5,19%
mar/10	1.122	811	12	5,23%
abr/10	1.157	839	13	5,09%
<b>Total</b>	<b>879</b>	<b>657</b>		



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e filia-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KODMS 65907.  
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

## Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Tabela 2.6 - Evolução mensal do *ticket* médio e taxa média das operações - CP

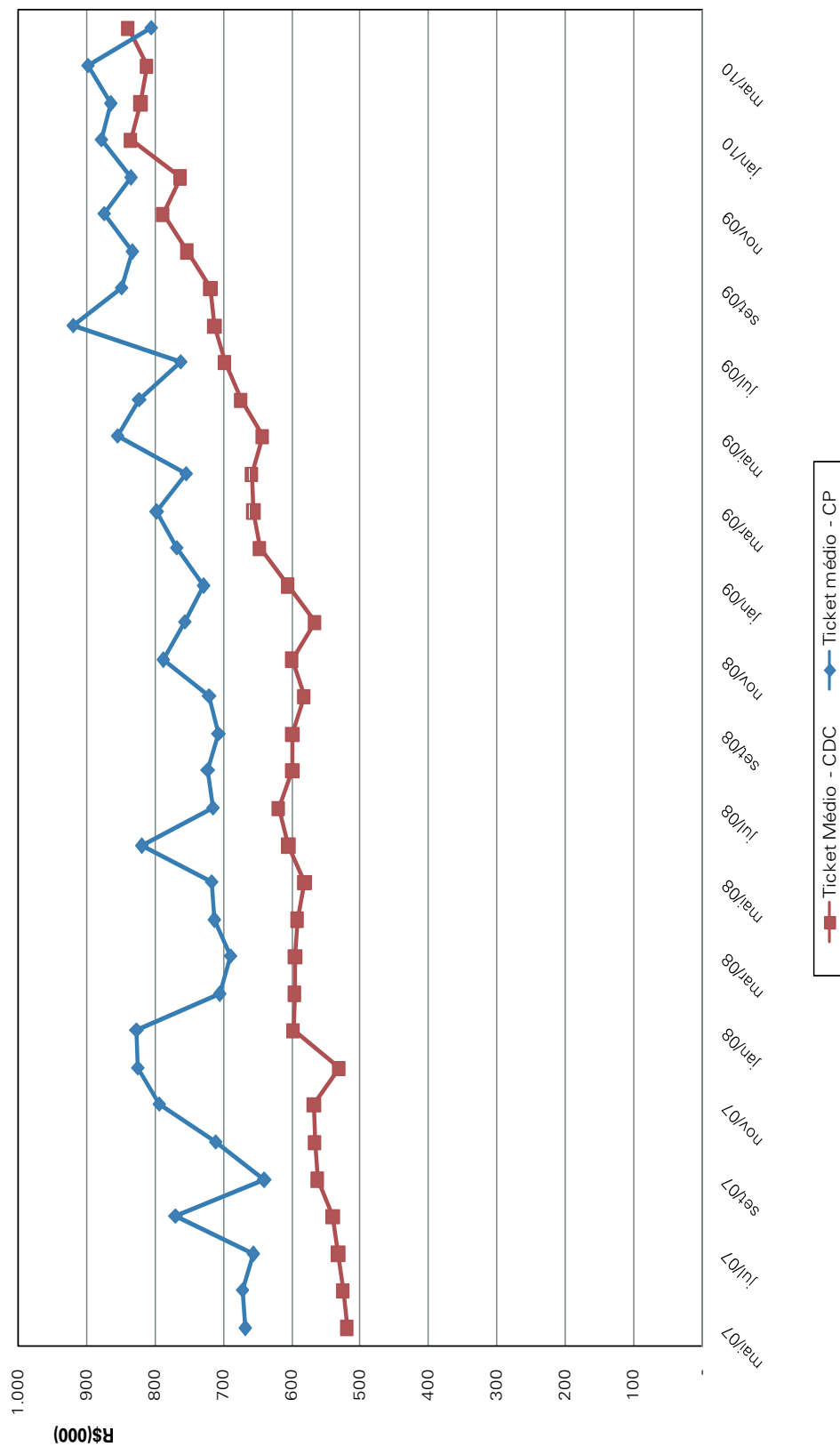
Período	Ticket médio do valor financiado - R\$	Ticket médio do valor liberado - R\$	Prazo médio ponderado mensal	Taxa média
mai/07	1.146	668	11	10,44%
jun/07	1.075	672	10	9,29%
jul/07	1.068	656	11	9,49%
ago/07	1.299	769	11	9,96%
set/07	1.053	640	10	9,92%
out/07	1.152	712	10	9,51%
nov/07	1.251	794	11	8,39%
dez/07	1.366	825	12	8,43%
jan/08	1.354	827	11	9,39%
fev/08	1.160	705	11	9,52%
mar/08	1.135	689	11	9,64%
abr/08	1.180	713	11	9,48%
mai/08	1.185	717	11	9,55%
jun/08	1.319	820	12	8,25%
jul/08	1.184	715	11	9,64%
ago/08	1.199	722	11	9,58%
set/08	1.166	707	11	9,66%
out/08	1.170	720	11	9,51%
nov/08	1.326	789	11	9,61%
dez/08	1.316	757	10	11,09%
jan/09	1.311	730	11	11,51%
fev/09	1.374	769	11	11,29%
mar/09	1.408	797	11	11,12%
abr/09	1.349	754	11	11,25%
mai/09	1.496	856	11	11,11%
jun/09	1.452	823	11	10,71%
jul/09	1.360	763	11	11,22%
ago/09	1.603	920	12	9,89%
set/09	1.506	849	11	11,08%
out/09	1.498	833	11	11,27%
nov/09	1.573	875	11	11,41%
dez/09	1.514	836	11	11,58%
jan/10	1.571	879	12	10,71%
fev/10	1.561	866	11	11,41%
mar/10	1.660	898	12	11,09%
abr/10	1.476	805	11	11,76%
<b>Total</b>	<b>1.347</b>	<b>781</b>		



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e filia-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KOWS 65907.  
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

## Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.3 - Evolução mensal do *ticket* médio das operações



## Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

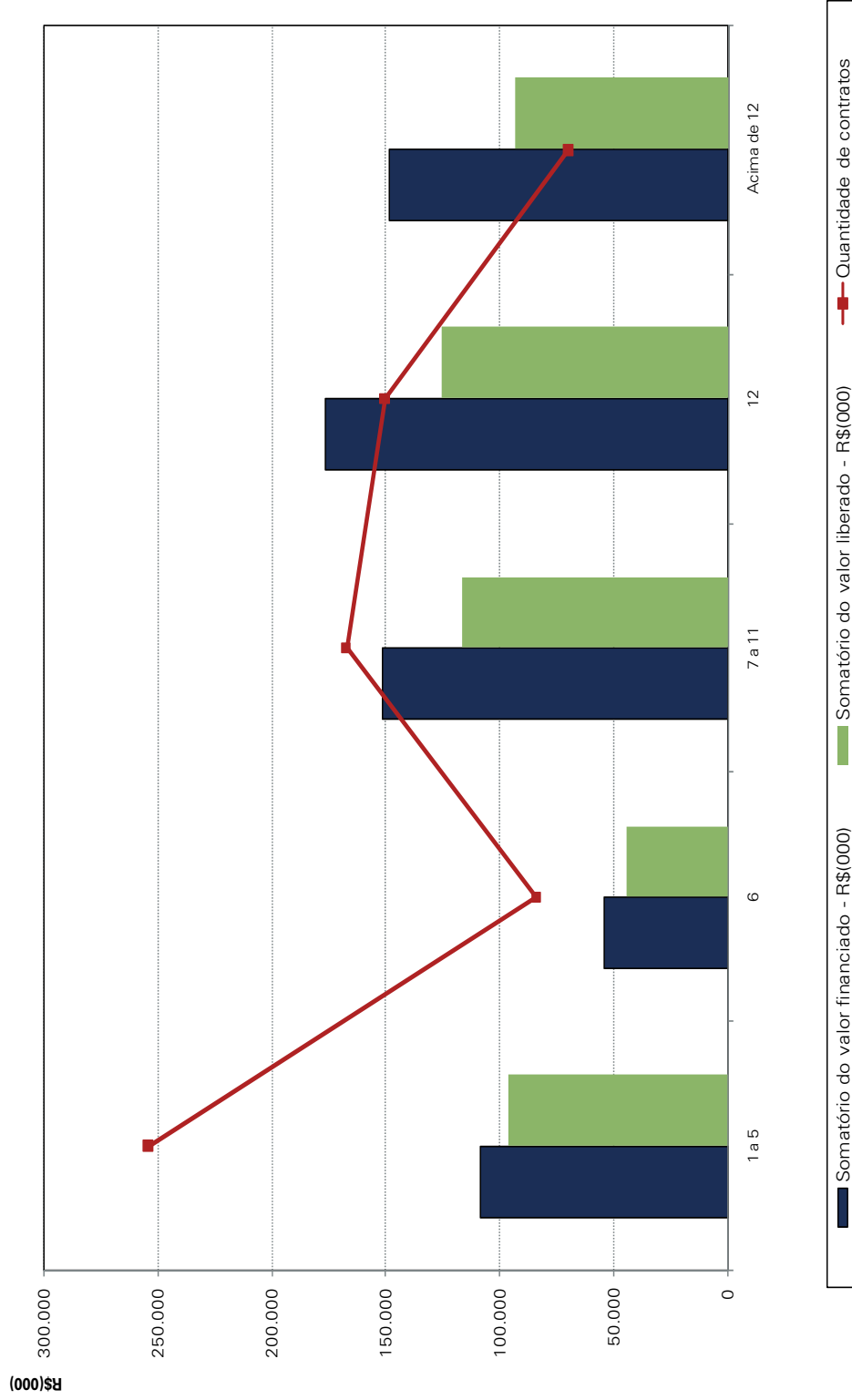
Tabela 2.7 - Distribuição das operações por quantidade de parcela - CDC

Quantidade de parcelas	Somatório do valor financiado - R\$(000)	%	% Acum.	Somatório do valor liberado - R\$(000)	%	% Acum.	Quantidade de contratos	% Acum.
1 a 5	108.841	17,03%	17,03%	96.819	20,26%	20,26%	254.527	34,98%
6	54.090	8,46%	25,49%	44.917	9,40%	29,66%	84.284	11,58%
7 a 11	151.407	23,68%	49,17%	116.660	24,42%	54,08%	167.722	23,05%
12	176.315	27,58%	76,75%	125.564	26,28%	80,36%	150.880	20,74%
Acima de 12	148.638	23,25%	100,00%	93.840	19,64%	100,00%	70.229	9,65%
<b>Total</b>	<b>639.292</b>	<b>100,00%</b>		<b>477.800</b>	<b>100,00%</b>		<b>727.642</b>	<b>100,00%</b>
<b>Prazo médio</b>	<b>11</b>							



## Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.4 - Distribuição das operações por quantidade de parcelas - CDC



## Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Tabela 2.8 - Distribuição das operações por quantidade de parcela - CP

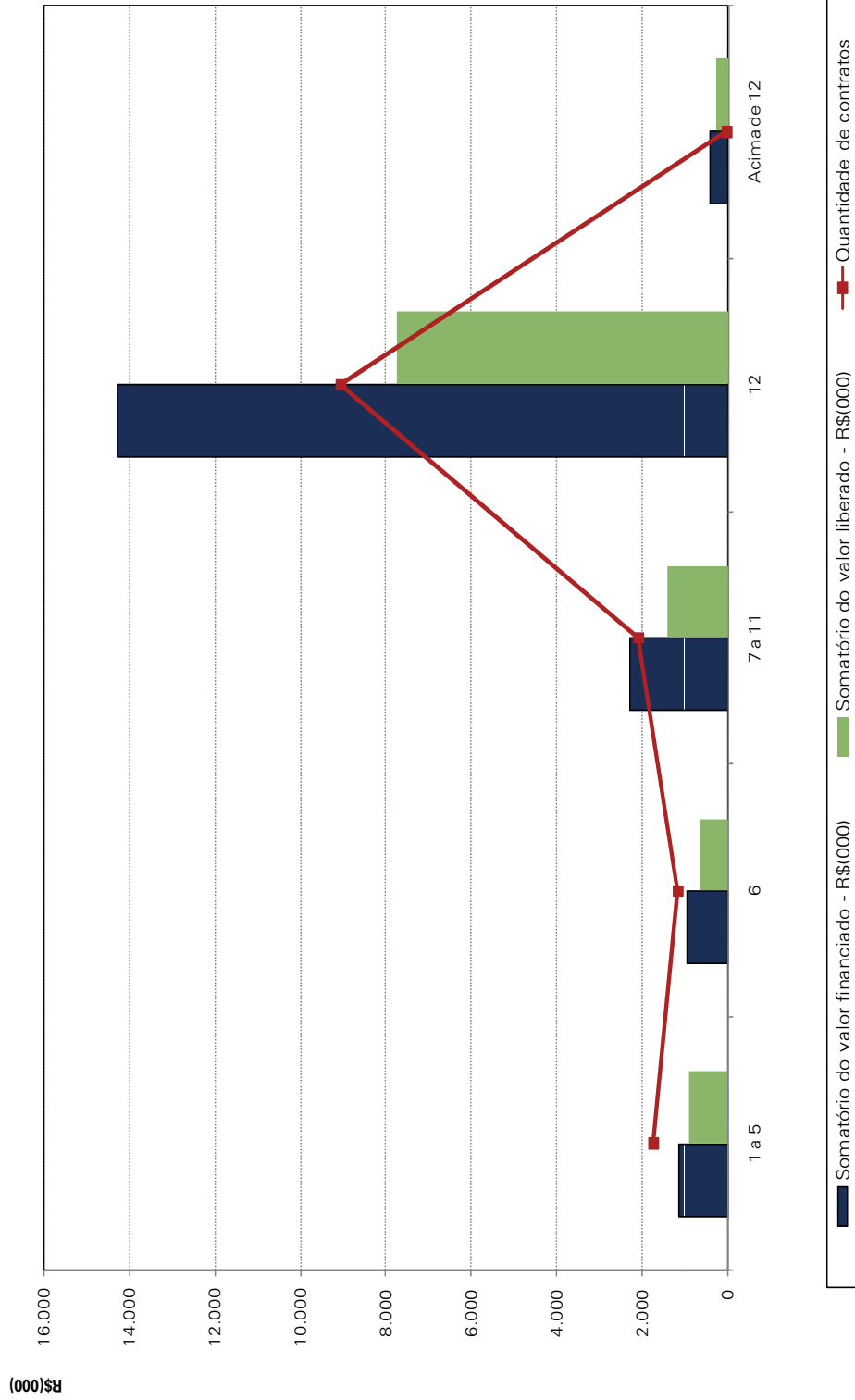
Quantidade de parcelas	Somatório do valor financiado - R\$(000)	%	% Acum.	Somatório do valor liberado - R\$(000)	%	% Acum.	Quantidade de contratos	% Acum.
1 a 5	1.160	6,07%	6,07%	912	8,23%	8,23%	1.759	12,40%
6	963	5,04%	11,11%	678	6,12%	14,35%	1.185	8,35%
7 a 11	2.281	11,94%	23,05%	1.428	12,89%	27,24%	2.123	14,97%
12	14.289	74,79%	97,84%	7.768	70,11%	97,35%	9.077	63,99%
Acima de 12	413	2,16%	100,00%	294	2,65%	100,00%	42	0,30%
<b>Total</b>	<b>19.105</b>	<b>100,00%</b>		<b>11.079</b>	<b>100,00%</b>		<b>14.186</b>	<b>100,00%</b>
<b>Prazo médio</b>	11							





## Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.5 - Distribuição das operações por quantidade de parcelas - CP



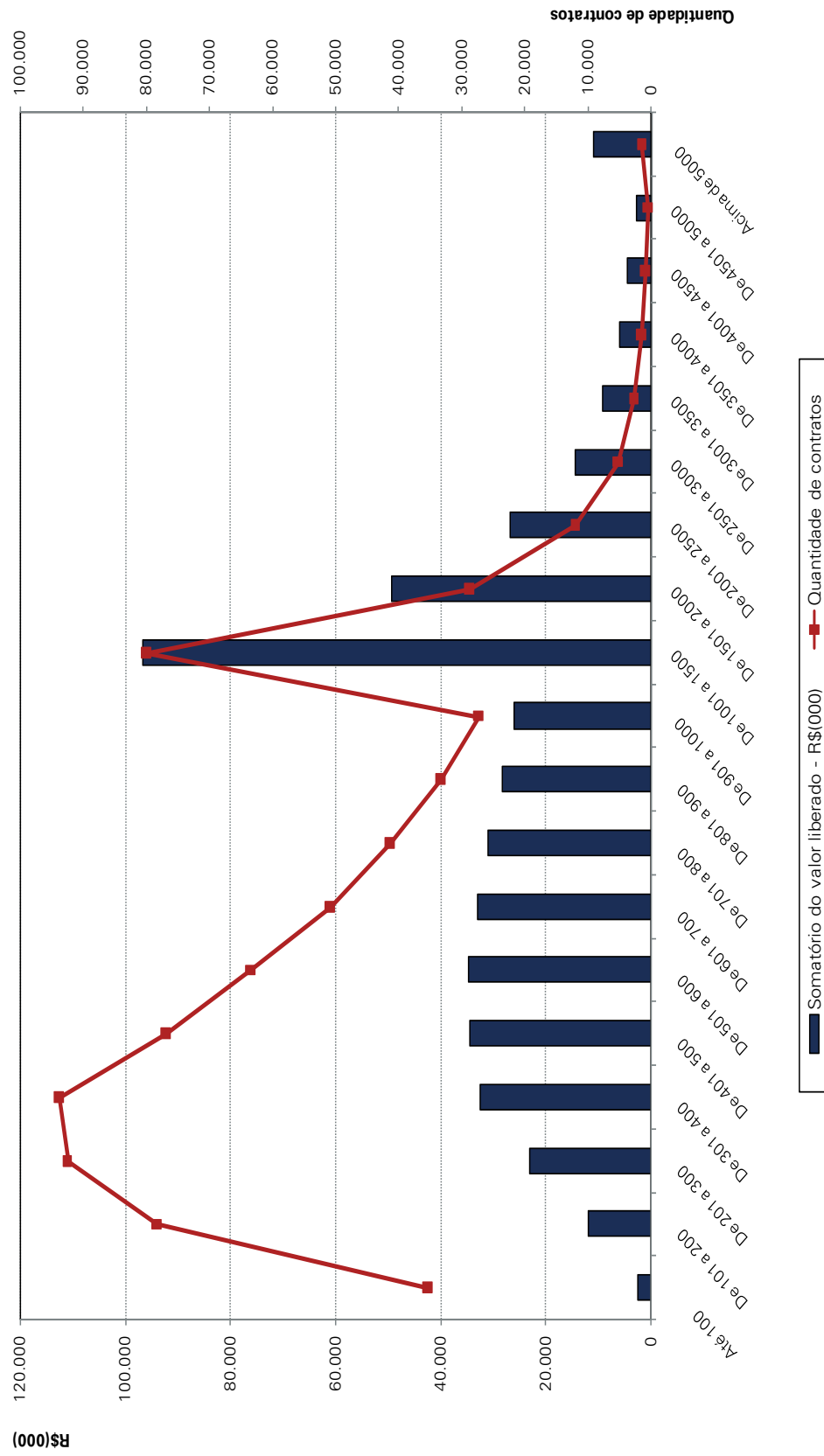
## Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Tabela 2.9 - Distribuição das operações em faixas de valor (em valores financiados) - CDC

Faixas de valor (R\$)	Somatório do valor liberado - R\$(000)	%	% Acum.	Quantidade de contratos	%	% Acum.
Até 100	2.463	0,52%	0,52%	35.519	4,88%	4,88%
De 101 a 200	11.877	2,49%	3,00%	78.292	10,76%	15,64%
De 201 a 300	23.125	4,84%	7,84%	92.471	12,71%	28,35%
De 301 a 400	32.583	6,82%	14,66%	93.824	12,89%	41,24%
De 401 a 500	34.409	7,20%	21,86%	76.944	10,57%	51,82%
De 501 a 600	34.736	7,27%	29,13%	63.437	8,72%	60,54%
De 601 a 700	32.972	6,90%	36,03%	50.926	7,00%	67,53%
De 701 a 800	30.995	6,49%	42,52%	41.463	5,70%	73,23%
De 801 a 900	28.299	5,92%	48,44%	33.397	4,59%	77,82%
De 901 a 1000	26.075	5,46%	53,90%	27.490	3,78%	81,60%
De 1001 a 1500	96.581	20,21%	74,11%	80.012	11,00%	92,60%
De 1501 a 2000	49.279	10,31%	84,43%	28.840	3,96%	96,56%
De 2001 a 2500	26.666	5,58%	90,01%	12.071	1,66%	98,22%
De 2501 a 3000	14.453	3,02%	93,03%	5.322	0,73%	98,95%
De 3001 a 3500	9.058	1,90%	94,93%	2.820	0,39%	99,34%
De 3501 a 4000	5.962	1,25%	96,18%	1.602	0,22%	99,56%
De 4001 a 4500	4.543	0,95%	97,13%	1.077	0,15%	99,71%
De 4501 a 5000	2.830	0,59%	97,72%	600	0,08%	99,79%
Acima de 5000	10.895	2,28%	100,00%	1.535	0,21%	100,00%
<b>Total</b>	<b>477.800</b>	<b>100,00%</b>		<b>727.642</b>	<b>100,00%</b>	

## Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.6 - Distribuição das operações em faixas de valor (em valores financiados) - Veículos leves



## Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

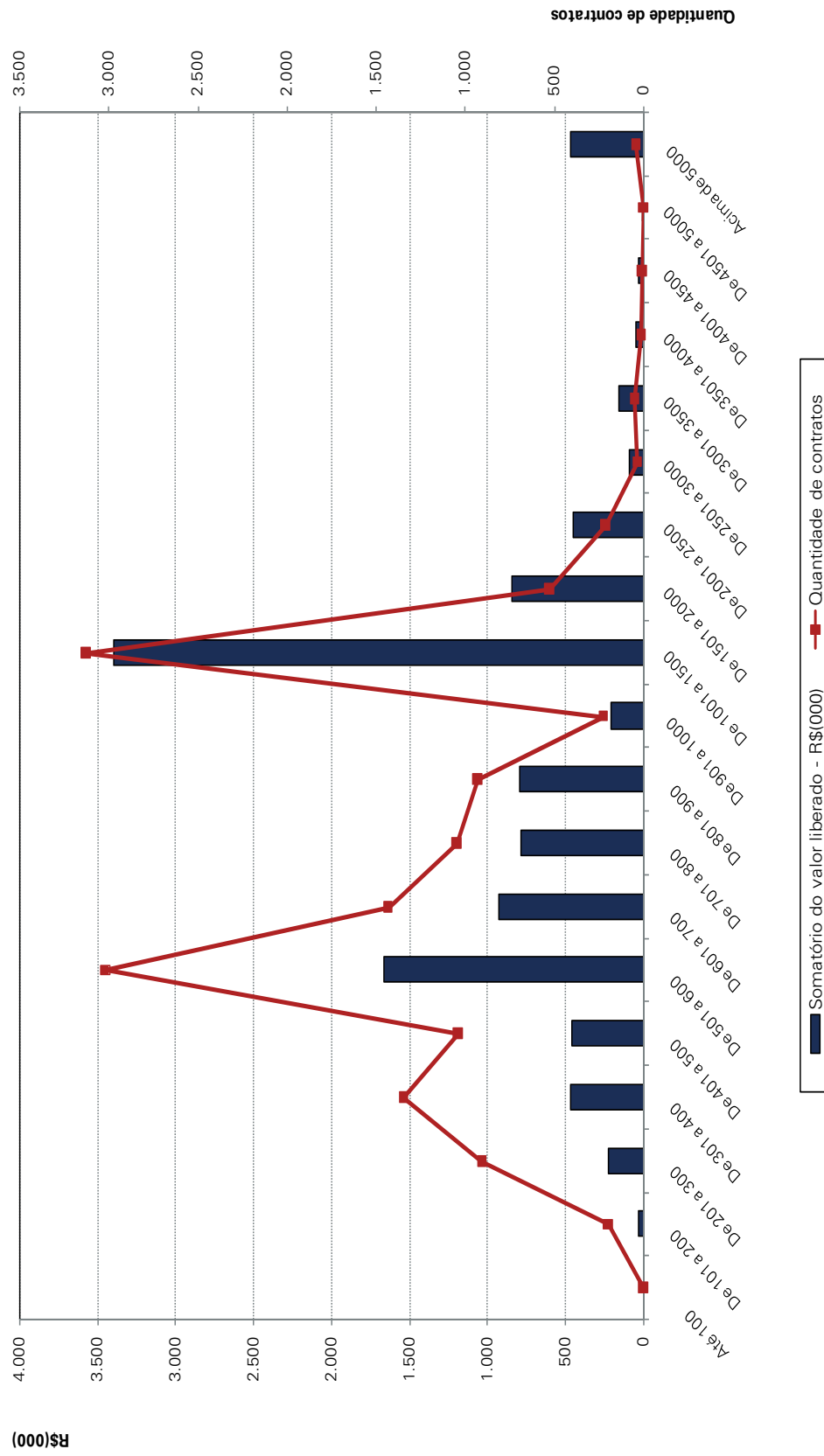
Tabela 2.10 - Distribuição das operações em faixas de valor (em valores financiados) - CP

Faixas de valor (R\$)	Somatório do valor liberado - R\$(000)	%	% Acum.	Quantidade de contratos	%	% Acum.
Até 100	0	0,00%	0,00%	3	0,02%	0,02%
De 101 a 200	32	0,29%	0,29%	199	1,40%	1,42%
De 201 a 300	225	2,03%	2,32%	907	6,39%	7,82%
De 301 a 400	465	4,20%	6,52%	1.346	9,49%	17,31%
De 401 a 500	464	4,19%	10,71%	1.043	7,35%	24,66%
De 501 a 600	1.662	15,00%	25,71%	3.017	21,27%	45,93%
De 601 a 700	932	8,42%	34,12%	1.433	10,10%	56,03%
De 701 a 800	788	7,11%	41,24%	1.051	7,41%	63,44%
De 801 a 900	793	7,16%	48,40%	932	6,57%	70,01%
De 901 a 1000	213	1,92%	50,32%	226	1,59%	71,60%
De 1001 a 1500	3.395	30,64%	80,96%	3.129	22,06%	93,66%
De 1501 a 2000	845	7,62%	88,58%	530	3,74%	97,39%
De 2001 a 2500	451	4,07%	92,65%	216	1,52%	98,91%
De 2501 a 3000	95	0,86%	93,51%	36	0,25%	99,17%
De 3001 a 3500	156	1,41%	94,92%	50	0,35%	99,52%
De 3501 a 4000	51	0,46%	95,38%	14	0,10%	99,62%
De 4001 a 4500	37	0,33%	95,71%	9	0,06%	99,68%
De 4501 a 5000	9	0,08%	95,79%	2	0,01%	99,70%
Acima de 5000	466	4,21%	100,00%	43	0,30%	100,00%
<b>Total</b>	<b>11.079</b>	<b>100,00%</b>		<b>14.186</b>	<b>100,00%</b>	



## Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.8 - Distribuição das operações em faixas de valor (em valores financiados) - Veículos pesados



## Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Tabela 2.11 - Distribuição das operações por região - CDC

Estado	Somatório do Valor liberado - R\$(000)	% Acum.	Somatório do Valor financiado - R\$(000)	% Acum.	Quantidade de Contratos	% Acum.
PR	194.522	40,7%	262.558	41,1%	347.682	47,8%
SP	120.936	25,3%	166.719	26,1%	138.672	19,1%
SC	94.128	19,7%	125.724	19,7%	145.949	20,1%
RJ	33.935	7,1%	38.553	6,0%	45.740	6,3%
MG	7.163	1,5%	9.123	1,4%	11.127	1,5%
CE	5.759	1,2%	8.116	1,3%	8.619	1,2%
MS	4.413	0,9%	5.868	0,9%	6.654	0,9%
GO	3.172	0,7%	4.310	0,7%	4.522	0,6%
MT	3.072	0,6%	4.009	0,6%	4.747	0,7%
DF	2.665	0,6%	3.424	0,5%	2.861	0,4%
AM	2.345	0,5%	3.029	0,5%	3.263	0,4%
RS	1.917	0,4%	2.629	0,4%	2.439	0,3%
ES	959	0,2%	1.293	0,2%	1.643	0,2%
PB	926	0,2%	1.267	0,2%	1.378	0,2%
SE	779	0,2%	1.065	0,2%	956	0,1%
PE	447	0,1%	647	0,1%	582	0,1%
PI	405	0,1%	605	0,1%	577	0,1%
PA	142	0,0%	196	0,0%	100	0,0%
BA	39	0,0%	51	0,0%	28	0,0%
MA	26	0,0%	40	0,0%	36	0,0%
RN	17	0,0%	22	0,0%	18	0,0%
AL	11	0,0%	15	0,0%	16	0,0%
RO	6	0,0%	8	0,0%	12	0,0%
TO	7	0,0%	8	0,0%	5	0,0%
RR	5	0,0%	7	0,0%	7	0,0%
AC	4	0,0%	5	0,0%	6	0,0%
AP	1	0,0%	1	0,0%	3	0,0%
<b>Total</b>	<b>477.800</b>	<b>100,0%</b>	<b>639.292</b>	<b>100,0%</b>	<b>727.642</b>	<b>100,0%</b>





## Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Tabela 2.12 - Distribuição das operações por região – CP

Estado	Somatório do Valor liberado - R\$(000)	% Acum.	Somatório do Valor financiado - R\$(000)	% Acum.	Quantidade de Contratos	% Acum.
PR	10.479	94,6%	18.215	95,3%	13642	96,2%
SP	289	2,6%	418	2,2%	286	2,0%
SC	251	2,3%	390	2,0%	221	1,6%
CE	20	0,2%	26	0,1%	10	0,1%
MG	10	0,1%	13	0,1%	7	0,0%
MS	7	0,1%	10	0,1%	2	0,0%
GO	6	0,1%	8	0,0%	2	0,0%
MT	4	0,0%	5	0,0%	4	0,0%
AM	3	0,0%	4	0,0%	1	0,0%
RS	3	0,0%	4	0,0%	1	0,0%
RJ	3	0,0%	5	0,0%	3	0,0%
DF	1	0,0%	2	0,0%	2	0,0%
ES	1	0,0%	1	0,0%	1	0,0%
PB	1	0,0%	2	0,0%	2	0,0%
SE	1	0,0%	1	0,0%	1	0,0%
PI	1	0,0%	1	0,0%	1	0,0%
PE	-	0,0%	-	0,0%	0	0,0%
PA	-	0,0%	-	0,0%	0	0,0%
MA	-	0,0%	-	0,0%	0	0,0%
BA	-	0,0%	-	0,0%	0	0,0%
RN	-	0,0%	-	0,0%	0	0,0%
AL	-	0,0%	-	0,0%	0	0,0%
RR	-	0,0%	-	0,0%	0	0,0%
RO	-	0,0%	-	0,0%	0	0,0%
AC	-	0,0%	-	0,0%	0	0,0%
TO	-	0,0%	-	0,0%	0	0,0%
AP	-	0,0%	-	0,0%	0	0,0%
<b>Total</b>	<b>11.079</b>	<b>100,0%</b>	<b>19.105</b>	<b>100,0%</b>	<b>14.186</b>	<b>100,0%</b>



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e filia-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KOWS 65907.  
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

## Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Tabela 2.13 - Evolução mensal da taxa média praticada

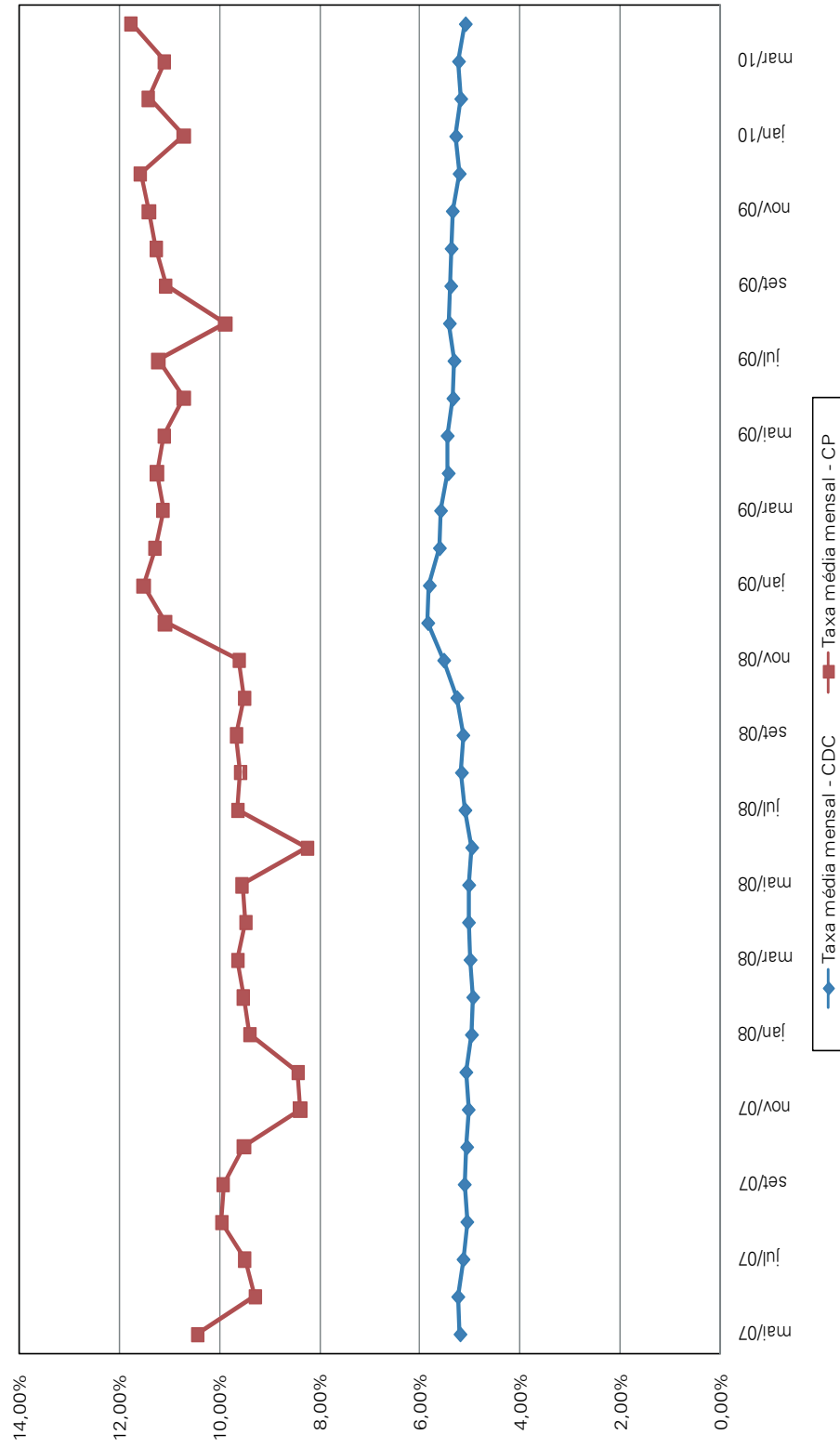
Período	CDC		CP
	Taxa média mensal	Taxa média mensal	
mai/07	5,20%	10,44%	
jun/07	5,25%	9,29%	
jul/07	5,14%	9,49%	
ago/07	5,06%	9,96%	
set/07	5,12%	9,92%	
out/07	5,07%	9,51%	
nov/07	5,04%	8,39%	
dez/07	5,08%	8,43%	
jan/08	4,97%	9,39%	
fev/08	4,95%	9,52%	
mar/08	5,00%	9,64%	
abr/08	5,03%	9,48%	
mai/08	5,03%	9,55%	
jun/08	4,97%	8,25%	
jul/08	5,10%	9,64%	
ago/08	5,17%	9,58%	
set/08	5,14%	9,66%	
out/08	5,26%	9,51%	
nov/08	5,53%	9,61%	
dez/08	5,85%	11,09%	
jan/09	5,81%	11,51%	
fev/09	5,61%	11,29%	
mar/09	5,59%	11,12%	
abr/09	5,44%	11,25%	
mai/09	5,46%	11,11%	
jun/09	5,34%	10,71%	
jul/09	5,32%	11,22%	
ago/09	5,41%	9,89%	
set/09	5,39%	11,08%	
out/09	5,38%	11,27%	
nov/09	5,36%	11,41%	
dez/09	5,22%	11,58%	
jan/10	5,29%	10,71%	
fev/10	5,19%	11,41%	
mar/10	5,23%	11,09%	
abr/10	5,09%	11,76%	
<b>Total</b>	<b>879</b>	<b>657</b>	



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e filia-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KOWS 65907.  
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

## Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.9 - Evolução mensal do taxa média praticada



## Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Tabela 2.14 - Distribuição das operações por loja - CDC

# Lojas	Somatório do valor liberado - R\$(000)	% Acum.	Somatório do valor financiado - R\$(000)	% Acum.	Quantidade de contratos	%
1 Mercadomoveis Ltda	90.684	18,98%	124.087	19,41%	137.763	18,93%
2 Comercial Zena Moveis Sociedade Ltda.	83.399	17,45%	116.777	18,27%	86.789	11,93%
3 Valdar Moveis Ltda.	18.177	3,80%	24.327	3,81%	41.406	5,69%
4 Menezes Eletromoveis Ltda.	7.324	1,53%	9.555	1,49%	11.807	1,62%
5 Valdir Comercio de Moveis Ltda.	6.865	1,44%	9.212	1,44%	4.680	0,64%
6 Ponto Certo Ltda.	6.192	1,30%	7.716	1,21%	17.249	2,37%
7 Borracheiro Vigario Geral Ltda.	5.829	1,22%	6.464	1,01%	8.031	1,10%
8 Darom Moveis Ltda.	4.697	0,98%	6.551	1,02%	9.612	1,32%
9 Mauro Comercio de Pizos e Azulejos Ltda.	4.119	0,86%	4.855	0,76%	4.590	0,63%
10 Bj Santos e Cia Ltda.	4.081	0,85%	5.542	0,87%	8.446	1,16%
<b>Total 10 maiores</b>	<b>231.369</b>	<b>48,42%</b>	<b>315.086</b>	<b>49,29%</b>	<b>330.373</b>	
<b>Demais (2673 Lojas)</b>	<b>246.431</b>	<b>51,58%</b>	<b>324.206</b>	<b>50,71%</b>	<b>397.269</b>	
<b>Total</b>	<b>477.800</b>	<b>100,00%</b>	<b>639.292</b>	<b>100,00%</b>	<b>727.642</b>	



## Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Tabela 2.13 - Distribuição das operações por loja - CP

#	Lojas	Somatório do valor liberado - R\$(000)	%	% Acum.	Somatório do valor financiado - R\$(000)	%	% Acum.	Quantidade de contratos	%
1	Mercadomoveis Ltda.	9.776	88,24%	88,24%	17.372	90,93%	90,93%	13.202	93,06%
2	Crediparana Servicos Financeiros S/C Ltda.	537	4,84%	93,09%	682	3,57%	94,50%	287	2,02%
3	Sascar - Tecnologia e Seguranca Automotivos	390	3,52%	96,61%	483	2,53%	97,03%	302	2,13%
4	Darom Moveis Ltda.	116	1,05%	97,65%	204	1,07%	98,09%	190	1,34%
5	Sas-Car Representacao Comercial Ltda.	47	0,43%	98,08%	57	0,30%	98,39%	31	0,22%
6	Azevedo e Chaowiche Ltda.	46	0,42%	98,50%	56	0,29%	98,68%	26	0,18%
7	Valdar Moveis Ltda.	44	0,40%	98,89%	79	0,41%	99,09%	52	0,37%
8	Crediparana Servicos Financeiros Ltda.	30	0,27%	99,16%	37	0,19%	99,29%	12	0,08%
9	Fossatti Moveise e Eletrodomesticos Ltda.	25	0,22%	99,38%	32	0,17%	99,46%	24	0,17%
10	Ar & Am Intermediacao e Agenciamento	18	0,17%	99,55%	32	0,17%	99,62%	12	0,08%
<b>Total 10 maiores</b>		11.029	99,55%		19.033	99,62%		14.138	
<b>Demais (18 Lojas)</b>		50	0,45%	<b>100,00%</b>	72	0,38%	<b>100,00%</b>	48	
<b>Total</b>		<b>11.079</b>	<b>100,00%</b>		<b>19.105</b>	<b>100,00%</b>		<b>14.186</b>	



## Seção III - Análises de performance



## Análises de performance

Para realização das análises de performance demonstradas nos slides a seguir, foi utilizado uma base de dados adicional disponibilizado pela Credipar a fim de atualizar as informações que foram utilizadas para realização das análises demográficas.

A base de dados utilizada para as análises demográficas não continham operações em prejuízo bem como operações cedidas para a empresa do Grupo Negresco denominada "Negresco Fomento Ltda.". A fim de atualizar nossas análises de performance e demonstrar uma situação real da carteira de recebíveis, nos foi disponibilizado uma base de dados adicional para incluirmos em nossas análises.

A seguir, as informações das duas bases disponibilizadas para as análises demográficas e performance:

(1) Base de dados utilizada para as análises de demográficos:

	<b>Somatório do valor financiado</b>	<b>Quantidade de Contrato</b>
CDC	639.291.517	727.642
CP	19.105.035	14.186
<b>Total</b>	<b>658.396.551</b>	<b>741.828</b>

(2) Base de dados utilizada para as análises de performance:

	<b>Somatório do valor financiado</b>	<b>Quantidade de Contrato</b>
CDC	733.337.221	796.746
CP	21.921.259	15.617
<b>Total</b>	<b>755.258.480</b>	<b>812.363</b>

Diferenças observadas:

	<b>Somatório do valor financiado</b>	<b>Quantidade de Contrato</b>
(1)	658.396.551	741.828
(2)	755.258.480	812.363
	96.861.928	70.535

% diferença 12,8%



## Análises de performance – Aging list

Apresenta a situação das parcelas em 30 de abril de 2010, segregadas entre liquidadas antecipadamente, em dia, em atraso ou vencidas e não liquidadas. Indica a liquidez da carteira.

Tabela 3.1 - Aging list CDC: liquidez da carteira

Faixas	Σ do Valor financiado - R\$(000)	%	% Acum.
<b>Total sob análise</b>	<b>733.337</b>		
(-) Desconto	1.170		
(-) Parcelas a vencer após 30 de abril de 2010	204.255		
<b>Parcelas vencidas e/ou liquidadas até 30 de abril de 2010</b>	<b>527.912</b>		
<b>Parcelas pagas antecipadamente</b>	<b>161.399</b>		
Acima de 180 dias	1.113	0,2%	0,2%
151 a 180 dias	448	0,1%	0,3%
121 a 150 dias	678	0,1%	0,4%
91 a 120 dias	1.099	0,2%	0,6%
61 a 90 dias	2.077	0,4%	1,0%
31 a 60 dias	6.910	1,3%	2,3%
16 a 30 dias	13.343	2,5%	4,9%
1 a 15 dias	135.731	25,7%	30,6%
<b>Parcelas liquidadas no vencimento</b>	<b>138.129</b>	26,2%	56,7%
<b>Parcelas vencidas e liquidadas com atraso</b>	<b>161.012</b>		
1 a 15 dias	105.293	19,9%	76,7%
16 a 30 dias	29.902	5,7%	82,3%
31 a 60 dias	14.183	2,7%	85,0%
61 a 90 dias	3.337	0,6%	85,7%
91 a 120 dias	1.753	0,3%	86,0%
121 a 150 dias	1.253	0,2%	86,2%
151 a 180 dias	978	0,2%	86,4%
Acima de 180 dias	4.314	0,8%	87,2%
<b>Parcelas vencidas e não liquidadas</b>	<b>67.373</b>	12,8%	100,0%



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e filia-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KOWS 65907. KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

## Análises de performance – Aging list (cont.)

A tabela 3.2 apresenta a situação dos contratos cuja primeira parcela não foi liquidada ou foi liquidada com atraso superior a 60 dias (*1st payment default*). Da mesma forma, indica a situação dos contratos cuja segunda parcela não foi liquidada ou foi liquidada com atraso superior a 60 dias (*2nd payment default*).

Tabela 3.2 - Aging list - 1<sup>st</sup> e 2<sup>nd</sup> Payment Default - CDC

Faixas	1 <sup>st</sup> Payment Default			2 <sup>nd</sup> Payment Default		
	Σ do Valor financiado - R\$(000)	%	% Acum.	Σ do Valor financiado - R\$(000)	%	% Acum.
<b>Total sob análise</b>	<b>44.472</b>			<b>24.783</b>		
(-) Desconto	218			78		
(-) Parcelas a vencer após 30 de abril de 2010	15.064			8.417		
<b>Parcelas vencidas e/ou liquidadas até 30 de abril de 2010</b>	<b>29.190</b>			<b>16.288</b>		
<b>Parcelas pagas antecipadamente</b>	<b>219</b>			<b>654</b>		
Acima de 180 dias	22	0,1%	0,1%	15	0,1%	0,1%
151 a 180 dias	6	0,0%	0,1%	3	0,0%	0,1%
121 a 150 dias	8	0,0%	0,1%	5	0,0%	0,1%
91 a 120 dias	10	0,0%	0,2%	8	0,0%	0,2%
61 a 90 dias	16	0,1%	0,2%	13	0,1%	0,3%
31 a 60 dias	25	0,1%	0,3%	30	0,2%	0,5%
16 a 30 dias	32	0,1%	0,4%	67	0,4%	0,9%
1 a 15 dias	100	0,3%	0,7%	513	3,1%	4,0%
<b>Parcelas liquidadas no vencimento</b>	<b>261</b>	0,9%	1,6%	<b>641</b>	3,9%	8,0%
<b>Parcelas vencidas e liquidadas com atraso</b>	<b>2.478</b>			<b>4.016</b>		
1 a 15 dias	200	0,7%	2,3%	1.071	6,6%	14,5%
16 a 30 dias	153	0,5%	2,9%	655	4,0%	18,5%
31 a 60 dias	316	1,1%	3,9%	576	3,5%	22,1%
61 a 90 dias	421	1,4%	5,4%	425	2,6%	24,7%
91 a 120 dias	254	0,9%	6,2%	239	1,5%	26,2%
121 a 150 dias	184	0,6%	6,9%	171	1,0%	27,2%
151 a 180 dias	154	0,5%	7,4%	144	0,9%	28,1%
Acima de 180 dias	797	2,7%	10,1%	734	4,5%	32,6%
<b>Parcelas vencidas e não liquidadas</b>	<b>26.232</b>	89,9%	100,0%	<b>10.977</b>	67,4%	100,0%



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e filia-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KOMS 65907. KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

## Análises de performance – Aging list

Apresenta a situação das parcelas em 30 de abril de 2010, segregadas entre liquidadas antecipadamente, em dia, em atraso ou vencidas e não liquidadas. Indica a liquidez da carteira.

Tabela 3.3 - Aging list CP: liquidez da carteira

Faixas	Σ do Valor financiado - R\$(000)	%	% Acum.
<b>Total sob análise</b>	<b>21.921</b>		
(-) Desconto	151		
(-) Parcelas a vencer após 30 de abril de 2010	4.714		
<b>Parcelas vencidas e/ou liquidadas até 30 de abril de 2010</b>	<b>17.057</b>		
<b>Parcelas pagas antecipadamente</b>	<b>5.908</b>		
Acima de 180 dias	118	0,7%	0,7%
151 a 180 dias	44	0,3%	0,9%
121 a 150 dias	62	0,4%	1,3%
91 a 120 dias	93	0,5%	1,9%
61 a 90 dias	140	0,8%	2,7%
31 a 60 dias	277	1,6%	4,3%
16 a 30 dias	425	2,5%	6,8%
1 a 15 dias	4.750	27,8%	34,6%
<b>Parcelas liquidadas no vencimento</b>	<b>1.642</b>	9,6%	44,3%
<b>Parcelas vencidas e liquidadas com atraso</b>	<b>6.936</b>		
1 a 15 dias	4.562	26,7%	71,0%
16 a 30 dias	1.185	7,0%	78,0%
31 a 60 dias	587	3,4%	81,4%
61 a 90 dias	157	0,9%	82,3%
91 a 120 dias	86	0,5%	82,8%
121 a 150 dias	60	0,4%	83,2%
151 a 180 dias	46	0,3%	83,4%
Acima de 180 dias	252	1,5%	84,9%
<b>Parcelas vencidas e não liquidadas</b>	<b>2.571</b>	15,1%	100,0%



## Análises de performance – Aging list (cont.)

A tabela 3.4 apresenta a situação dos contratos cuja primeira parcela não foi liquidada ou foi liquidada com atraso superior a 60 dias (*1st payment default*). Da mesma forma, indica a situação dos contratos cuja segunda parcela não foi liquidada ou foi liquidada com atraso superior a 60 dias (*2nd payment default*).

Tabela 3.4 - Aging list - 1<sup>st</sup> e 2<sup>nd</sup> Payment Default - CP

Faixas	1st Payment Default			2nd Payment Default		
	Σ do Valor financiado - R\$(000)	%	% Acum.	Σ do Valor financiado - R\$(000)	%	% Acum.
<b>Total sob análise</b>	<b>1.245</b>			<b>921</b>		
(-) Desconto	8			5		
(-) Parcelas a vencer após 30 de abril de 2010	273			221		
<b>Parcelas vencidas e/ou liquidadas até 30 de abril de 2010</b>	<b>964</b>			<b>696</b>		
<b>Parcelas pagas antecipadamente</b>	<b>10</b>			<b>33</b>		
Acima de 180 dias	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%
151 a 180 dias	0	0,0%	0,1%	0	0,1%	0,1%
121 a 150 dias	0	0,0%	0,1%	1	0,1%	0,2%
91 a 120 dias	0	0,0%	0,1%	1	0,1%	0,3%
61 a 90 dias	1	0,1%	0,2%	1	0,2%	0,5%
31 a 60 dias	1	0,1%	0,3%	2	0,3%	0,8%
16 a 30 dias	2	0,2%	0,4%	4	0,6%	1,4%
1 a 15 dias	6	0,6%	1,1%	23	3,4%	4,8%
<b>Parcelas liquidadas no vencimento</b>	<b>1</b>	<b>0,1%</b>	<b>1,1%</b>	<b>12</b>	<b>1,7%</b>	<b>6,5%</b>
<b>Parcelas vencidas e liquidadas com atraso</b>	<b>112</b>			<b>190</b>		
1 a 15 dias	6	0,7%	1,8%	42	6,0%	12,4%
16 a 30 dias	6	0,6%	2,4%	28	4,0%	16,4%
31 a 60 dias	11	1,1%	3,5%	29	4,2%	20,6%
61 a 90 dias	15	1,5%	5,0%	22	3,1%	23,7%
91 a 120 dias	9	1,0%	6,0%	14	2,0%	25,7%
121 a 150 dias	7	0,7%	6,7%	10	1,4%	27,2%
151 a 180 dias	5	0,5%	7,3%	9	1,3%	28,5%
Acima de 180 dias	53	5,5%	12,8%	37	5,3%	33,7%
<b>Parcelas vencidas e não liquidadas</b>	<b>840</b>	<b>87,2%</b>	<b>100,0%</b>	<b>461</b>	<b>66,3%</b>	<b>100,0%</b>



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e filia-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KODMS 65907. KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

## Análises de performance (pool) - Descrição dos critérios adotados e trabalhos efetuados

Nos slides a seguir apresentamos os resultados observados durante nossos testes realizados para análise do pool estático (por contrato), demonstrando o prazo de liquidação das parcelas vencidas no período sob análise. Tal informação tem como principal objetivo apresentar o comportamento de pagamentos por safra de originação dos contratos.

Carteira sob análise: 1º de maio de 2010 e 30 de abril de 2010

Safra de originação: mensal

Períodos de "Corte" para operações vencidas: acima de 60 dias; acima de 90 dias; e acima de 180 dias

Produtos analisados:

- CDC
- CP

### Pool Estático por contrato

Apresenta a distribuição dos volumes financeiros não liquidados com atrasos superiores aos seguintes "cortes": 60 dias, 90 dias e 180 dias. Para elaboração de tal informação, classificamos o saldo devedor de cada contrato de acordo com a parcela mais atrasada em cada um dos meses sob análise, considerando a totalidade de suas parcelas em aberto (vencidas e a vencer). A fim de calcular a percentual de inadimplência (tendência) para cada uma das safras sob análise, dividimos o somatório dos saldos devedores dos contratos inadimplentes pelo total originado na respectiva safra ao longo do período sob análise.

As análises a seguir estão apresentadas de forma consolidada. A seguir uma breve descrição do que será apresentado em cada um dos slides, incluindo as premissas utilizadas e significados dos termos utilizados.

Cabe ressaltar que os slides apresentados neste relatório foram preparados de forma sintética, sendo que as respectivas bases de dados analíticas utilizadas para sua confecção estão localizadas ao final deste relatório.

Slides 1 e 2: Representação analítica dos percentuais de inadimplência médios (tendência) observados em cada uma das safras sob análise (Parte I e Parte II)

Tabela que apresenta um resumo, por safra de originação, dos percentuais médios de inadimplência (tendência) observados para cada um dos "cortes" pré-definidos. Os percentuais médios apresentados foram calculados a partir da aplicação da seguinte fórmula: "Somatório dos saldos devedores dos contratos inadimplentes / Total originado na respectiva safra sob análise" para cada mês contido no período sob análise e, conseqüentemente, a divisão destes percentuais pela quantidade de meses analisados/considerados para determinada safra (média).

Adicionalmente, calculamos também o desvio-padrão (%) de cada uma das safras sob análise, a partir dos percentuais de inadimplência obtidos no parágrafo descrito acima. Esse percentual demonstra o quanto os valores utilizados para o cálculo da média estão dispersos em relação ao valor apresentado, ou seja, quanto maior o desvio-padrão observado, maior terão sido as variações observadas entre um mês e outro (percentuais de inadimplência).

Na última coluna da tabela apresentada, informamos o período analisado para cada uma das safras que foram objeto de nossas análises. O número informado considera a diferença entre a data-base de nossas análises, 30 de abril de 2009, e a mês de originação da safra analisada.

Slides 3 e 4: Indicadores de Recuperação

Tabela que apresenta um resumo, por safra de originação, dos percentuais de recuperação observados entre os diferentes "cortes" analisados (60 dias; 90 dias; e 180 dias), ou seja, evidência o percentual recuperado, relativo a parcelas vencidas e não liquidadas, entre um "corte" e outro.



## Análises de performance - Pool Estático

Tabela 3.5 - Relação analítica dos percentuais médios de inadimplência segregados por safra - parte I/II - (CDC)

Safra de Originação (mensal)	Volume originado (mensal)	% Representatividade	Vencidos acima de 60 dias		Vencidos acima de 90 dias		Vencidos acima de 180 dias		Período Analisado
			% médio	Desvio Padrão (%)	% médio	Desvio Padrão (%)	% médio	Desvio Padrão (%)	
mai/07	15.439	2,1%	10,1%	2,4%	9,9%	2,4%	9,6%	2,5%	36
jun/07	14.488	2,0%	10,6%	2,7%	10,4%	2,7%	10,1%	2,7%	35
jul/07	15.177	2,1%	10,0%	2,6%	9,9%	2,6%	9,5%	2,6%	34
ago/07	16.558	2,3%	11,3%	3,0%	11,1%	3,0%	10,6%	3,0%	33
set/07	16.557	2,3%	10,8%	3,0%	10,5%	3,0%	10,1%	3,1%	32
out/07	18.246	2,5%	11,4%	3,2%	11,1%	3,3%	10,6%	3,4%	31
nov/07	18.776	2,6%	11,5%	3,2%	11,2%	3,2%	10,7%	3,3%	30
dez/07	23.408	3,2%	11,6%	3,2%	11,4%	3,2%	10,8%	3,3%	29
jan/08	16.985	2,3%	11,5%	3,3%	11,3%	3,3%	10,7%	3,4%	28
fev/08	13.890	1,9%	11,9%	3,5%	11,7%	3,6%	11,1%	3,7%	27
mar/08	17.271	2,4%	12,7%	3,9%	12,4%	3,9%	11,7%	4,0%	26
abr/08	16.740	2,3%	13,5%	4,2%	13,2%	4,2%	12,5%	4,3%	25
mai/08	17.929	2,4%	12,6%	4,2%	12,3%	4,2%	11,5%	4,3%	24
jun/08	17.377	2,4%	13,6%	4,6%	13,2%	4,6%	12,3%	4,6%	23
jul/08	19.079	2,6%	13,9%	4,7%	13,5%	4,7%	12,5%	4,8%	22
ago/08	17.226	2,3%	12,6%	4,4%	12,2%	4,5%	11,1%	4,5%	21
set/08	14.623	2,0%	10,5%	3,9%	10,1%	4,0%	9,1%	4,0%	20
out/08	14.386	2,0%	9,7%	3,7%	9,3%	3,7%	8,3%	3,7%	19

Subtotal sob análise **304.154** **41,5%**





## Análises de performance - Pool estático (cont.)

Tabela 3.6 - Relação analítica dos percentuais médios de inadimplência segregados por safra - parte II/II - (CDC)

Safra de Originação (mensal)	Volume originado (mensal)	% Representatividade	Vencidos acima de 60 dias		Vencidos acima de 90 dias		Vencidos acima de 180 dias		Período Analisado
			% médio	Desvio Padrão (%)	% médio	Desvio Padrão (%)	% médio	Desvio Padrão (%)	
nov/08	12.381	1,7%	8,6%	3,2%	8,2%	3,3%	7,2%	3,3%	18
dez/08	18.838	2,6%	8,9%	3,4%	8,4%	3,4%	7,3%	3,4%	17
jan/09	10.164	1,4%	9,7%	3,9%	9,3%	3,9%	7,9%	3,8%	16
fev/09	9.354	1,3%	9,7%	4,0%	9,2%	4,0%	7,6%	3,9%	15
mar/09	12.678	1,7%	10,8%	4,6%	10,2%	4,6%	8,4%	4,4%	14
abr/09	12.070	1,6%	9,2%	4,1%	8,6%	4,0%	6,9%	3,7%	13
mai/09	13.298	1,8%	9,0%	4,3%	8,2%	4,1%	6,1%	3,7%	12
jun/09	18.044	2,5%	10,6%	5,1%	9,7%	4,9%	7,0%	4,3%	11
jul/09	21.715	3,0%	10,3%	5,2%	9,2%	5,0%	5,9%	4,2%	10
ago/09	24.465	3,3%	8,8%	4,9%	7,7%	4,6%	4,0%	3,7%	9
set/09	24.452	3,3%	8,0%	4,9%	6,7%	4,5%	2,4%	3,3%	8
out/09	29.117	4,0%	6,9%	4,6%	5,4%	4,1%	0,1%	-	7
nov/09	34.852	4,8%	5,5%	4,4%	3,8%	3,6%	-	-	6
dez/09	45.671	6,2%	4,6%	4,5%	2,4%	3,3%	-	-	5
jan/10	41.398	5,6%	2,1%	3,0%	0,0%	-	-	-	4
fev/10	31.768	4,3%	0,0%	-	-	-	-	-	3
mar/10	36.716	5,0%	-	-	-	-	-	-	2
abr/10	32.200	4,4%	-	-	-	-	-	-	1

subtotal sob análise	429.183	58,5%
Subtotal sob análise (slide anterior)	304.154	41,5%
Total sob análise	733.337	100,0%
Média de Originação Mensal	20.370	2,8%



## Análises de performance - Pool estático (cont.)

Tabela 3.7 - Indicadores de Recuperação - I/II (CDC)

Safra de Originação (mensal)	Volume originado (mensal)	% Representatividade	Indicador de Recuperação (Variação entre vencidos a mais de 60 dias e 90 dias)	Indicador de Recuperação (Variação entre vencidos a mais de 90 dias e 180 dias)
mai/07	15.439	2,1%	0,1%	0,3%
jun/07	14.488	2,0%	0,2%	0,3%
jul/07	15.177	2,1%	0,2%	0,4%
ago/07	16.558	2,3%	0,2%	0,4%
set/07	16.557	2,3%	0,2%	0,5%
out/07	18.246	2,5%	0,2%	0,5%
nov/07	18.776	2,6%	0,2%	0,5%
dez/07	23.408	3,2%	0,3%	0,6%
jan/08	16.985	2,3%	0,3%	0,6%
fev/08	13.890	1,9%	0,3%	0,6%
mar/08	17.271	2,4%	0,3%	0,7%
abr/08	16.740	2,3%	0,3%	0,7%
mai/08	17.929	2,4%	0,3%	0,8%
jun/08	17.377	2,4%	0,4%	0,9%
jul/08	19.079	2,6%	0,4%	1,0%
ago/08	17.226	2,3%	0,4%	1,0%
set/08	14.623	2,0%	0,4%	1,0%
out/08	14.386	2,0%	0,4%	1,0%
<b>Subtotal sob análise</b>	<b>304.154</b>	<b>41,5%</b>		



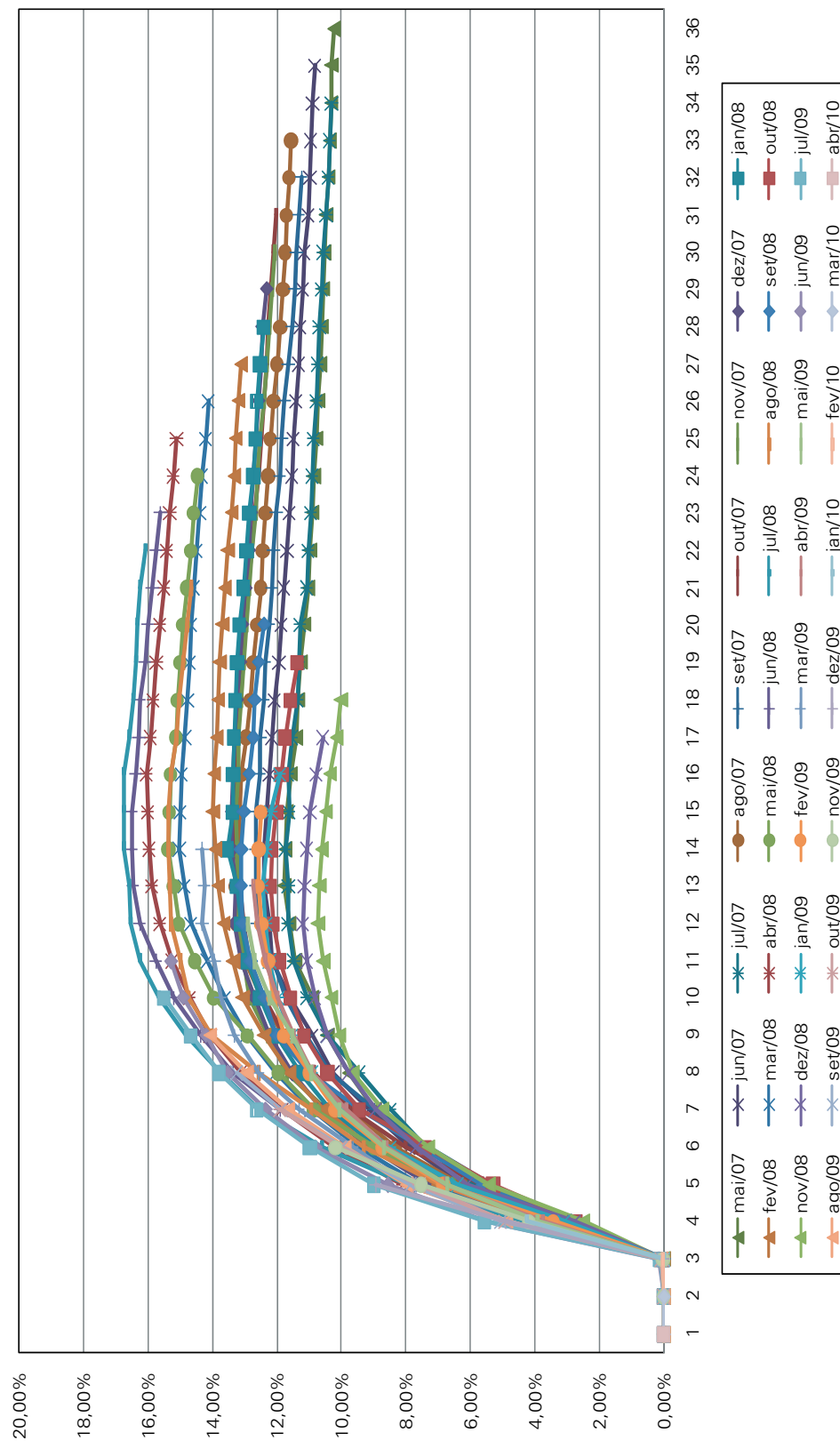
## Análises de performance - Pool estático (cont.)

Tabela 3.8 - Indicadores de Recuperação - II/II (CDC)

Safra de Originação (mensal)	Volume originado (mensal)	% Representatividade	Indicador de Recuperação (Variação entre vencidos a mais de 60 dias e 90 dias)	Indicador de Recuperação (Variação entre vencidos a mais de 90 dias e 180 dias)
nov/08	12.381	1,7%	0,4%	1,0%
dez/08	18.838	2,6%	0,4%	1,1%
jan/09	10.164	1,4%	0,4%	1,4%
fev/09	9.354	1,3%	0,5%	1,6%
mar/09	12.678	1,7%	0,6%	1,8%
abr/09	12.070	1,6%	0,6%	1,7%
mai/09	13.298	1,8%	0,7%	2,1%
jun/09	18.044	2,5%	0,9%	2,7%
jul/09	21.715	3,0%	1,1%	3,3%
ago/09	24.465	3,3%	1,1%	3,7%
set/09	24.452	3,3%	1,3%	4,4%
out/09	29.117	4,0%	1,5%	5,3%
nov/09	34.852	4,8%	1,6%	-
dez/09	45.671	6,2%	2,2%	-
jan/10	41.398	5,6%	2,1%	-
fev/10	31.768	4,3%	-	-
mar/10	36.716	5,0%	-	-
abr/10	32.200	4,4%	-	-
subtotal sob análise	429.183	58,5%		
Subtotal sob análise (slide anterior)	304.154	41,5%		
Total sob análise	733.337	100,0%		
Média de Originação Mensal	20.370	2,8%		

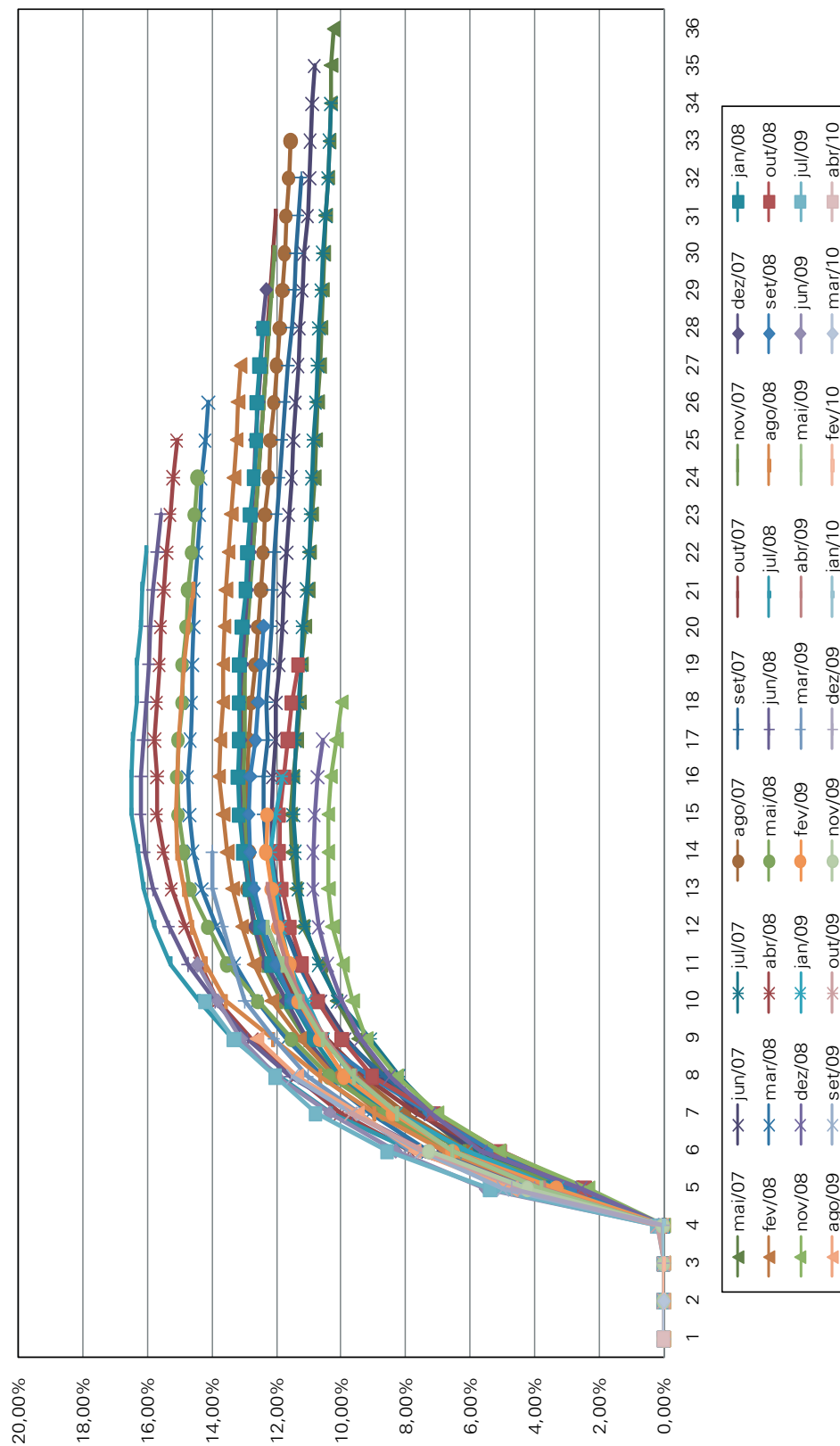
## Análises de performance - Pool estático (cont.)

Gráfico 3.1 - Pool estático - "corte" 60 dias (CDC)



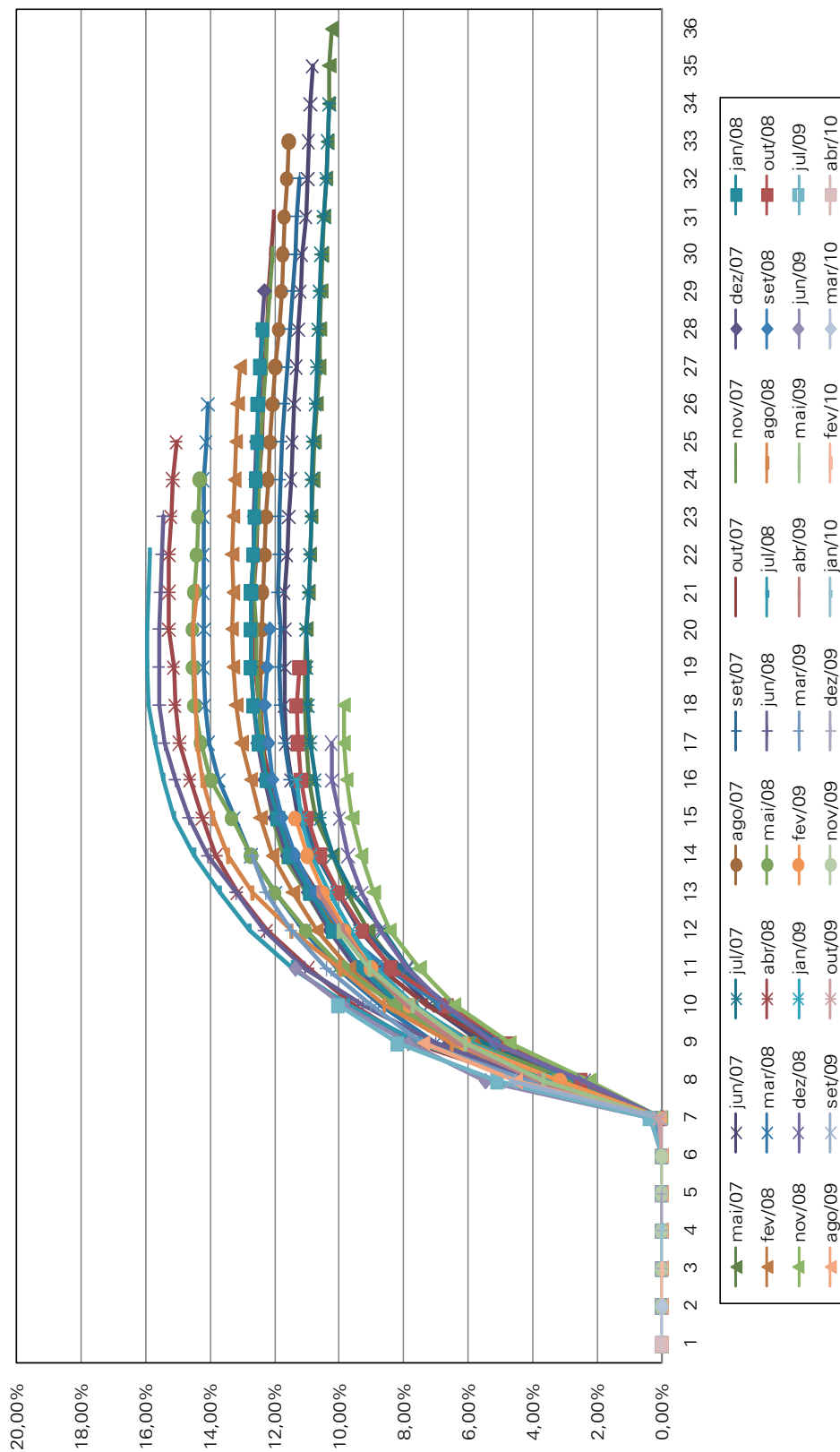
## Análises de performance - Pool estático (cont.)

Gráfico 3.2 - Pool estático - "corte" 90 dias (CDC)



## Análises de performance - Pool estático (cont.)

**Gráfico 3.3 - Pool estático - "corte" 180 días (CDC)**



## Análises de performance - Pool estático (cont.)

Tabela 3.9 - Relação analítica dos percentuais médios de inadimplência segregados por safra - parte I/II - (CP)

Safra de Originação (mensal)	Volume originado (mensal)	% Representatividade	Vencidos acima de 60 dias		Vencidos acima de 90 dias		Vencidos acima de 180 dias		Período Analisado
			% médio	Desvio Padrão (%)	% médio	Desvio Padrão (%)	% médio	Desvio Padrão (%)	
mai/07	243	1,1%	14,3%	3,7%	14,1%	3,7%	13,6%	3,5%	36
jun/07	207	0,9%	12,8%	3,3%	12,6%	3,3%	12,2%	3,5%	35
jul/07	221	1,0%	19,1%	4,7%	18,8%	4,8%	18,2%	4,8%	34
ago/07	337	1,5%	18,7%	4,1%	18,4%	4,1%	17,9%	4,1%	33
set/07	198	0,9%	21,8%	5,9%	21,5%	5,8%	20,9%	6,0%	32
out/07	508	2,3%	16,5%	4,6%	16,1%	4,6%	15,4%	4,8%	31
nov/07	444	2,0%	15,2%	4,2%	14,9%	4,3%	14,4%	4,4%	30
dez/07	475	2,2%	16,4%	4,4%	16,1%	4,3%	15,1%	4,4%	29
jan/08	513	2,3%	15,8%	5,1%	15,5%	5,1%	14,7%	5,1%	28
fev/08	690	3,1%	16,0%	4,9%	15,7%	4,9%	14,9%	4,9%	27
mar/08	844	3,8%	14,3%	4,3%	14,0%	4,3%	13,4%	4,3%	26
abr/08	887	4,0%	16,1%	5,0%	15,8%	5,1%	14,8%	5,2%	25
mai/08	627	2,9%	12,4%	4,0%	12,1%	4,1%	11,3%	4,1%	24
jun/08	707	3,2%	15,6%	5,7%	15,3%	5,7%	14,1%	5,7%	23
jul/08	780	3,6%	17,6%	6,6%	17,1%	6,5%	15,6%	6,5%	22
ago/08	765	3,5%	15,5%	5,4%	14,9%	5,4%	13,7%	5,6%	21
set/08	625	2,9%	15,3%	4,8%	14,8%	4,8%	13,3%	5,0%	20
out/08	543	2,5%	10,0%	3,6%	9,7%	3,6%	8,6%	3,7%	19
Subtotal sob análise		9.616	43,9%						



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e filia-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KOWS 65907.  
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.



**Análises de performance - Pool estático (cont.)**

**Tabela 3.10 - Relação analítica dos percentuais médios de inadimplência segregados por safra - parte II/II - (CP)**

Safra de Originação (mensal)	Volume originado (mensal)	% Representatividade	Vencidos acima de 60 dias		Vencidos acima de 90 dias		Vencidos acima de 180 dias		Período Analisado
			% médio	Desvio Padrão (%)	% médio	Desvio Padrão (%)	% médio	Desvio Padrão (%)	
nov/08	302	1,4%	6,1%	2,6%	5,6%	2,5%	4,4%	2,3%	18
dez/08	260	1,2%	13,3%	4,8%	12,8%	4,8%	11,0%	4,7%	17
jan/09	387	1,8%	12,4%	4,7%	11,8%	4,7%	9,5%	4,5%	16
fev/09	563	2,6%	10,4%	4,7%	9,6%	4,7%	7,7%	4,4%	15
mar/09	757	3,5%	10,2%	4,4%	9,4%	4,4%	7,6%	3,9%	14
abr/09	736	3,4%	7,4%	3,8%	6,8%	3,6%	5,0%	3,0%	13
mai/09	680	3,1%	9,7%	4,4%	8,9%	4,4%	6,6%	3,9%	12
jun/09	732	3,3%	9,8%	5,3%	8,8%	5,0%	5,9%	3,8%	11
jul/09	808	3,7%	7,1%	4,2%	6,1%	3,8%	3,6%	2,5%	10
ago/09	721	3,3%	8,6%	5,2%	7,5%	4,8%	3,6%	3,2%	9
set/09	749	3,4%	5,3%	3,6%	4,0%	2,9%	0,6%	0,9%	8
out/09	840	3,8%	6,6%	4,4%	4,5%	3,9%	0,0%	-	7
nov/09	667	3,0%	7,3%	5,5%	5,0%	4,4%	-	-	6
dez/09	695	3,2%	3,3%	3,0%	1,8%	2,2%	-	-	5
jan/10	591	2,7%	1,0%	0,7%	0,5%	-	-	-	4
fev/10	799	3,6%	0,0%	-	-	-	-	-	3
mar/10	1.130	5,2%	-	-	-	-	-	-	2
abr/10	886	4,0%	-	-	-	-	-	-	1
subtotal sob análise	12.305	56,1%							
Subtotal sob análise (slide anterior)	9.616	43,9%							
Total sob análise	21.921	100,0%							
Média de Originação Mensal	609	2,8%							



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e filia-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KOWS 65907.  
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

## Análises de performance - Pool estático (cont.)

Tabela 3.11 - Indicadores de Recuperação - I/II (CP)

Safra de Originação (mensal)	Volume originado (mensal)	% Representatividade	Indicador de Recuperação (Variação entre vencidos a mais de 60 dias e 90 dias)	Indicador de Recuperação (Variação entre vencidos a mais de 90 dias e 180 dias)
mai/07	243	1,1%	0,2%	0,6%
jun/07	207	0,9%	0,2%	0,4%
jul/07	221	1,0%	0,2%	0,6%
ago/07	337	1,5%	0,3%	0,6%
set/07	198	0,9%	0,3%	0,6%
out/07	508	2,3%	0,4%	0,7%
nov/07	444	2,0%	0,3%	0,6%
dez/07	475	2,2%	0,3%	0,9%
jan/08	513	2,3%	0,3%	0,8%
fev/08	690	3,1%	0,4%	0,7%
mar/08	844	3,8%	0,3%	0,6%
abr/08	887	4,0%	0,3%	1,0%
mai/08	627	2,9%	0,4%	0,8%
jun/08	707	3,2%	0,4%	1,2%
jul/08	780	3,6%	0,6%	1,5%
ago/08	765	3,5%	0,6%	1,2%
set/08	625	2,9%	0,5%	1,5%
out/08	543	2,5%	0,3%	1,1%
<b>Subtotal sob análise</b>	<b>9.616</b>	<b>43,9%</b>		

## Análises de performance - Pool estático (cont.)

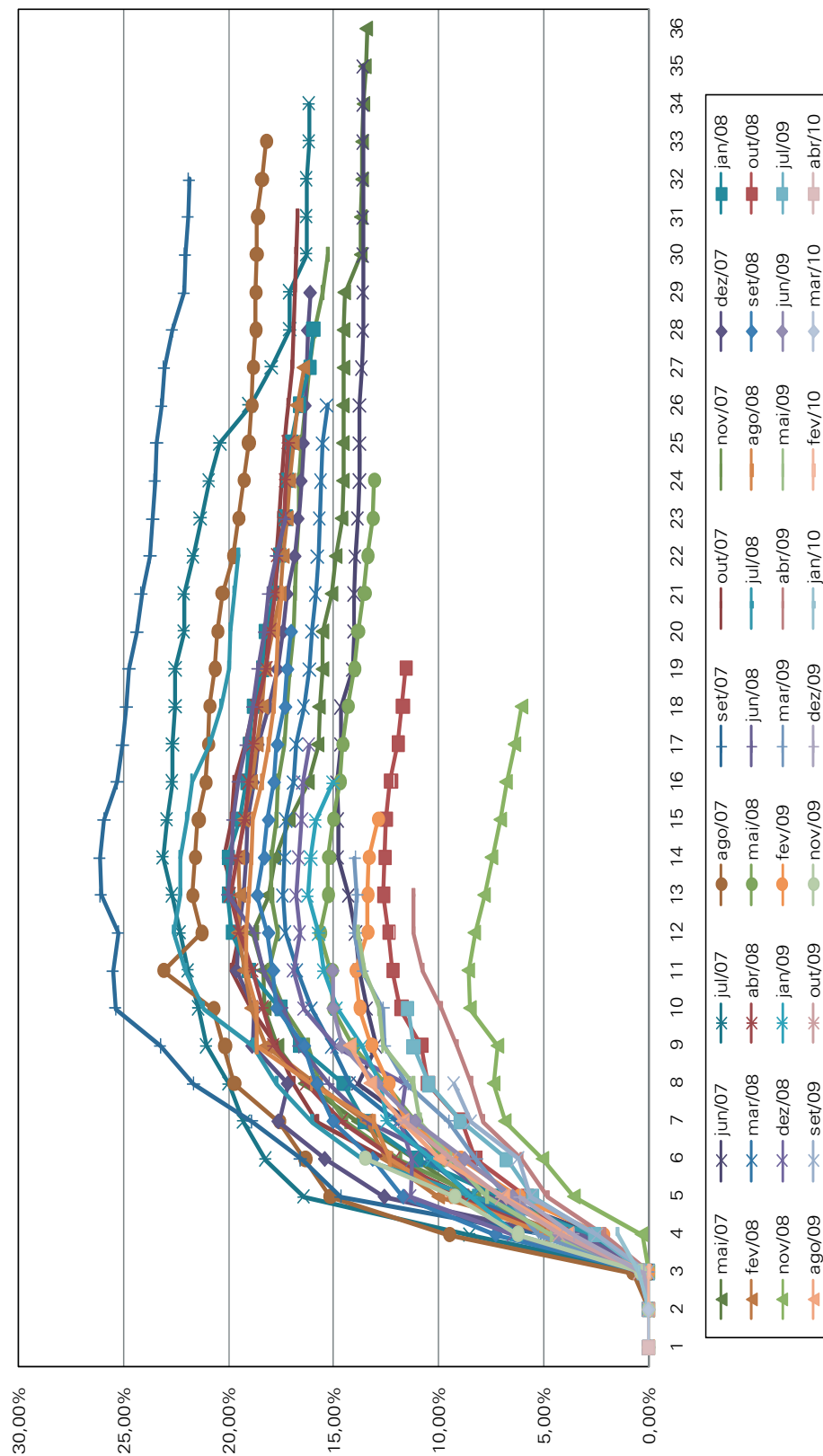
Tabela 3.12 - Indicadores de Recuperação - II/II (CP)

Safra de Originação (mensal)	Volume originado (mensal)	% Representatividade	Indicador de Recuperação (Variação entre vencidos a mais de 60 dias e 90 dias)	Indicador de Recuperação (Variação entre vencidos a mais de 90 dias e 180 dias)
nov/08	302	1,4%	0,5%	1,2%
dez/08	260	1,2%	0,5%	1,8%
jan/09	387	1,8%	0,6%	2,3%
fev/09	563	2,6%	0,7%	2,0%
mar/09	757	3,5%	0,7%	1,8%
abr/09	736	3,4%	0,6%	1,8%
mai/09	680	3,1%	0,7%	2,3%
jun/09	732	3,3%	1,0%	2,9%
jul/09	808	3,7%	1,0%	2,6%
ago/09	721	3,3%	1,1%	3,9%
set/09	749	3,4%	1,3%	3,4%
out/09	840	3,8%	2,0%	4,5%
nov/09	667	3,0%	2,3%	-
dez/09	695	3,2%	1,5%	-
jan/10	591	2,7%	0,5%	-
fev/10	799	3,6%	-	-
mar/10	1.130	5,2%	-	-
abr/10	886	4,0%	-	-
<b>subtotal sob análise</b>	<b>12.305</b>	<b>56,1%</b>		
<b>Subtotal sob análise (slide anterior)</b>	<b>9.616</b>	<b>43,9%</b>		
<b>Total sob análise</b>	<b>21.921</b>	<b>100,0%</b>		
<b>Média de Originação Mensal</b>	<b>609</b>	<b>2,8%</b>		



## Análises de performance - Pool estático (cont.)

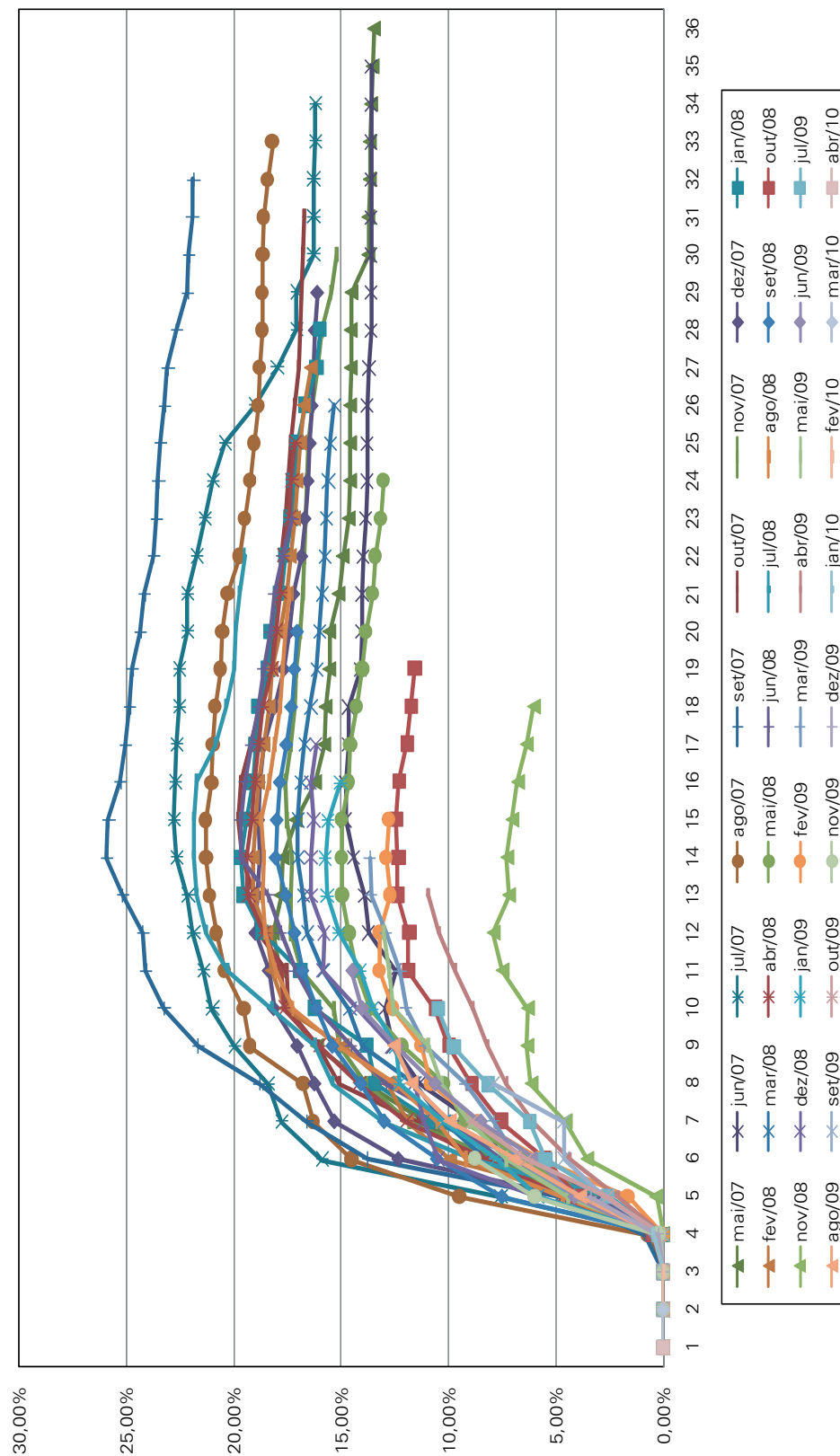
**Gráfico 3.4 - Pool estático - "corte" 60 días (CP)**



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. XOMS 65907. KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

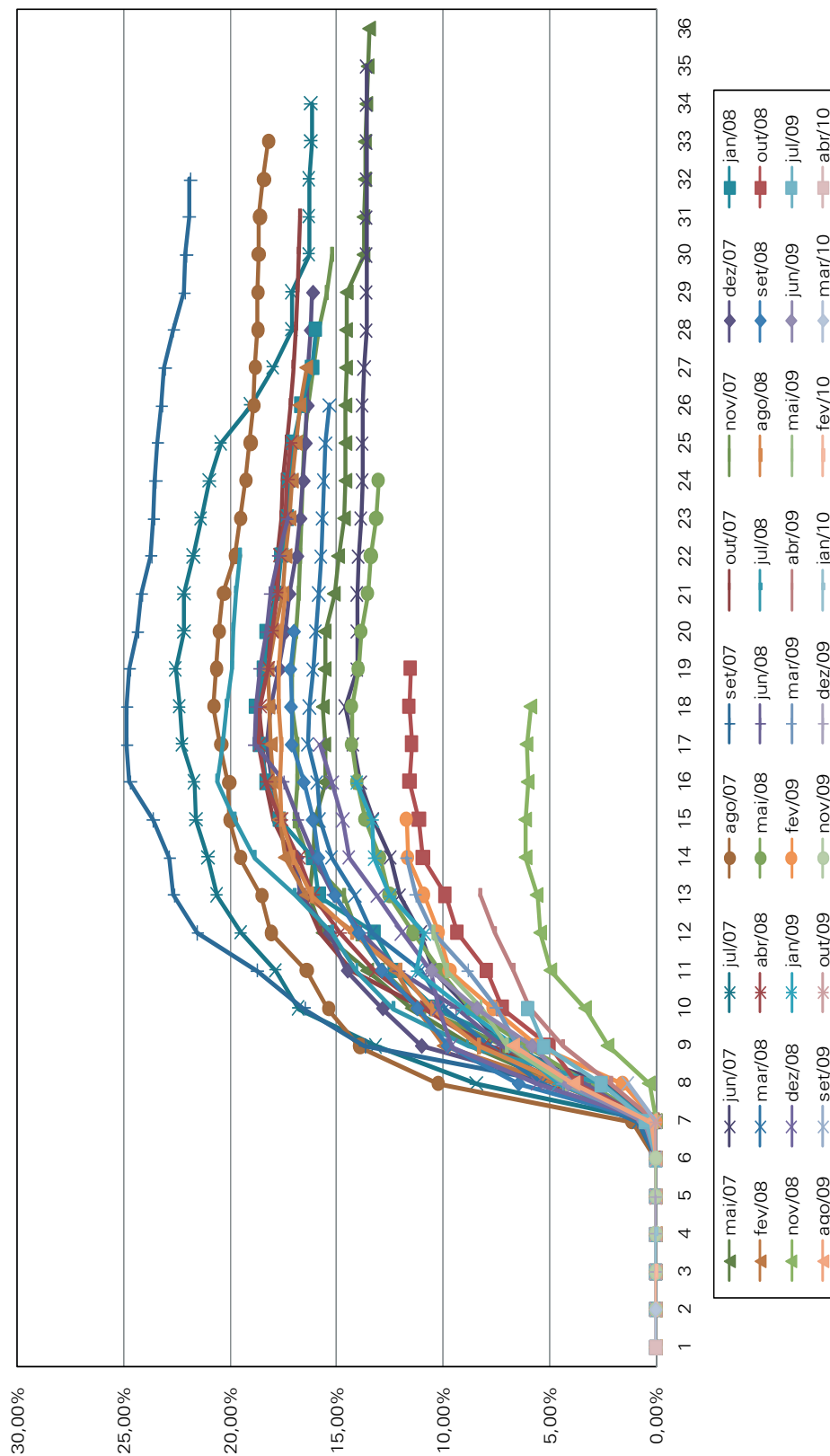
## Análises de performance - Pool estático (cont.)

Gráfico 3.5 - Pool estático - "corte" 90 dias (CP)



## Análises de performance - Pool estático (cont.)

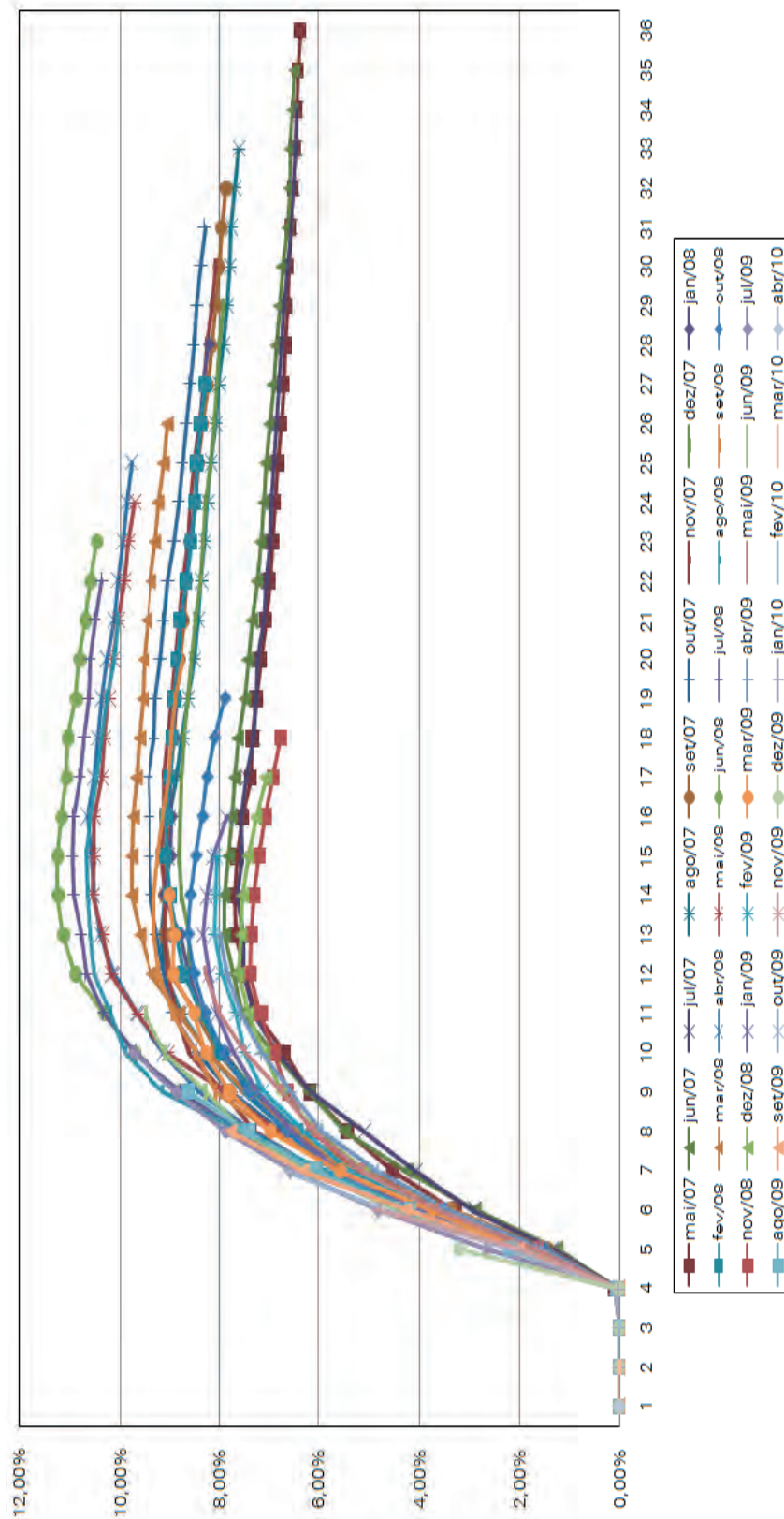
Gráfico 3.6 - Pool estático - "corte" 180 dias (CP)



## Análises de performance - Pool estático (cont.)

Para demonstrar as análises a seguir (Gráfico 3.7; Gráfico 3.8; Gráfico 3.9), segregamos da base de dados utilizada os contratos de operações CDC que não tiveram a primeira parcela liquidada ou foram liquidadas com atraso maior de 60 dias. (*1º Payment Default*)

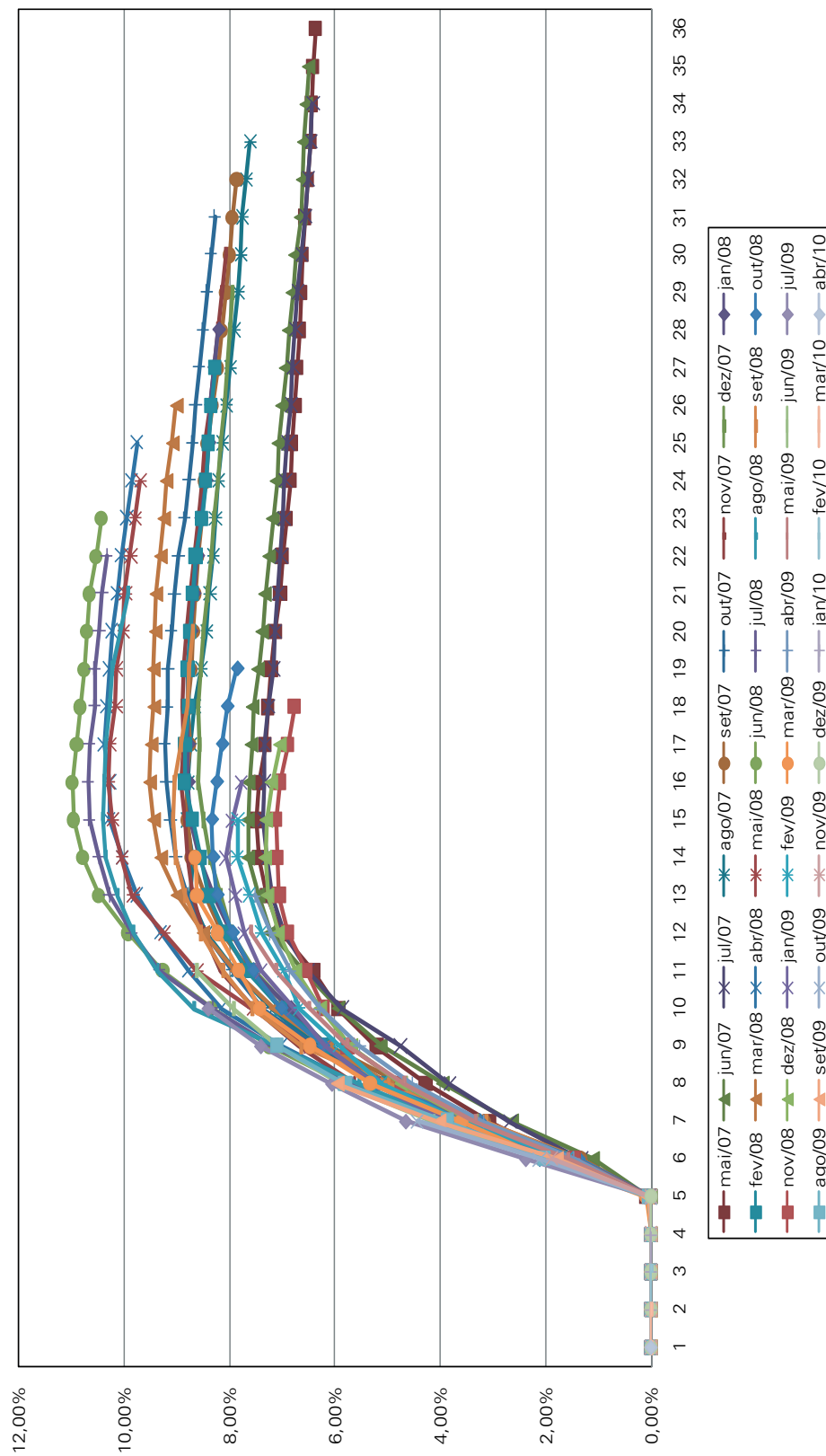
Gráfico 3.7 - Pool estático - "corte" 60 dias (CDC)





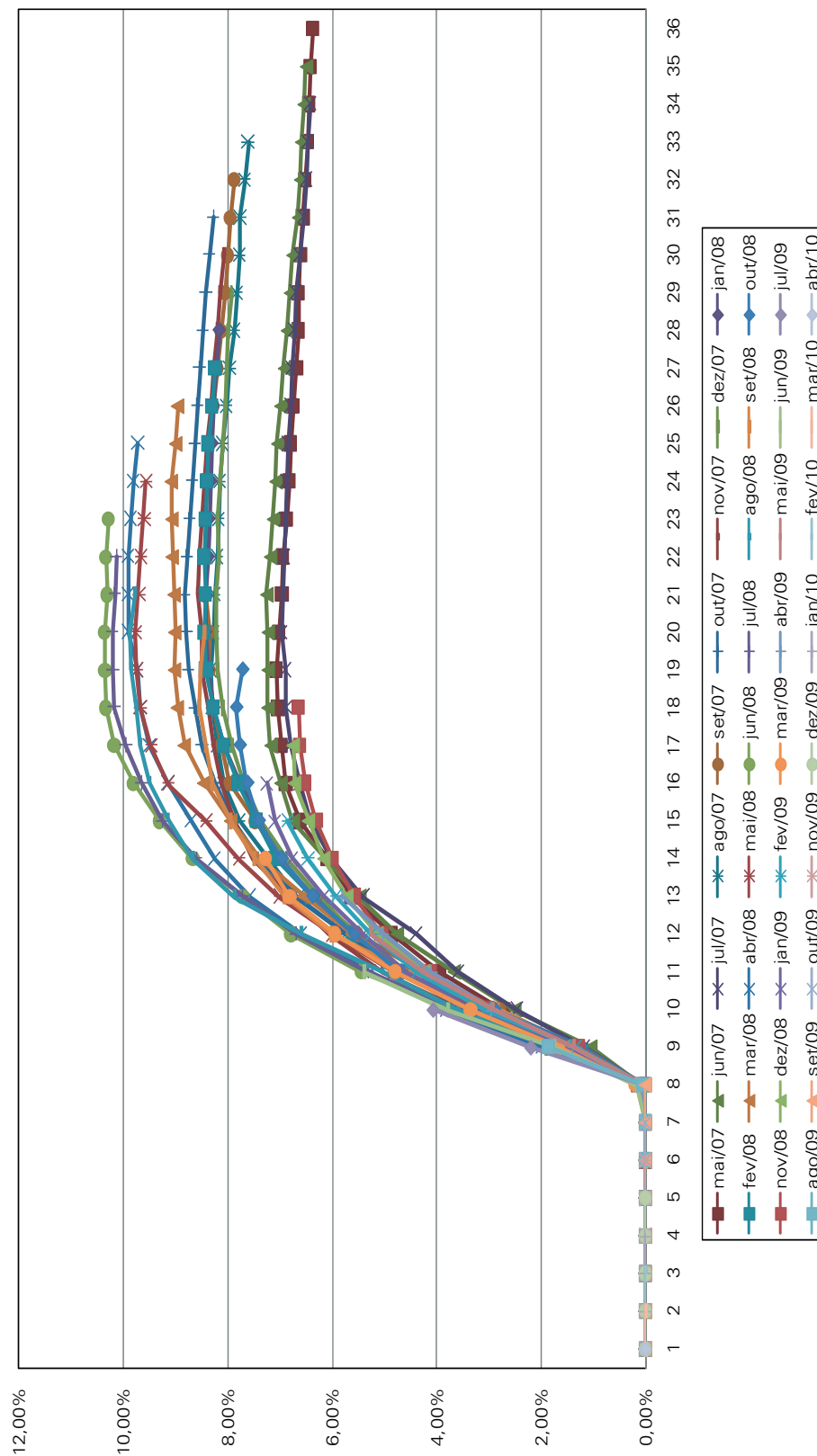
## Análises de performance - Pool estático (cont.)

Gráfico 3.8 - Pool estático - "corte" 90 dias (CDC)



## Análises de performance - Pool estático (cont.)

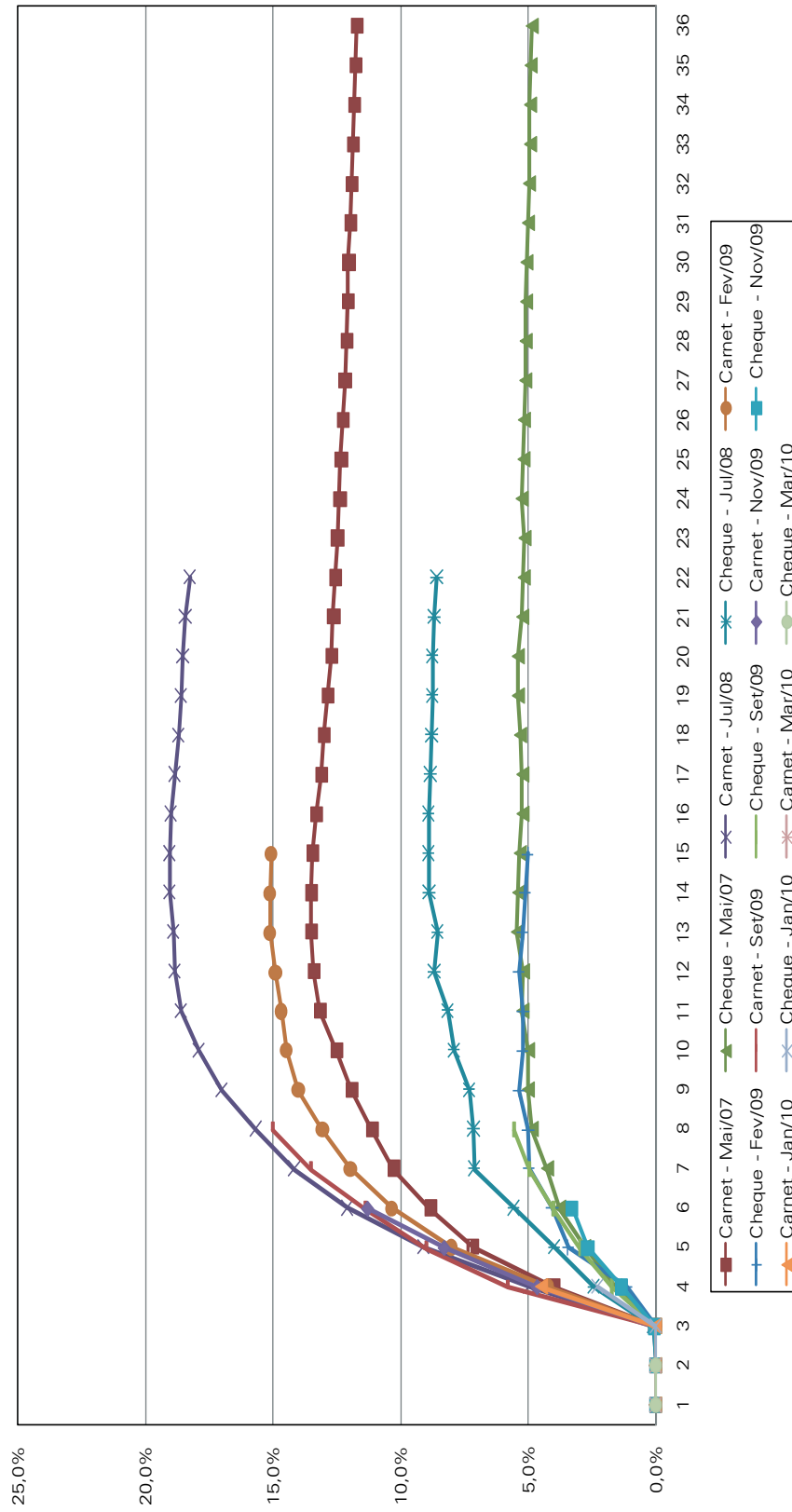
Gráfico 3.9 - Pool estático - "corte" 180 dias (CDC)



## Análises de performance - Pool estático (cont.)

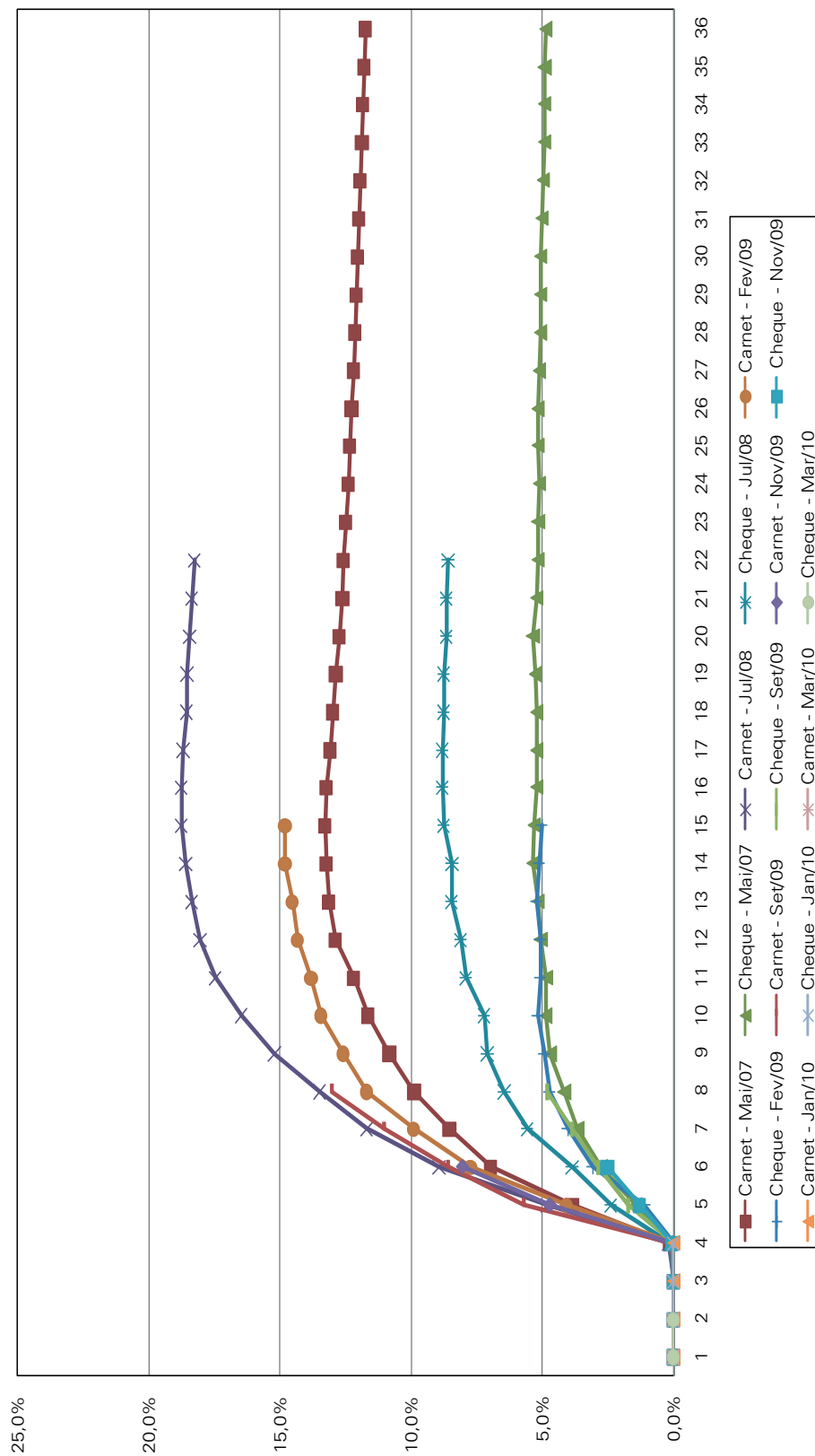
Para demonstrar as análises a seguir (Gráfico 3.10; Gráfico 3.11; Gráfico 3.12), selecionamos de forma aleatória uma safra para cada período analisado das operações de CDC, segregados pela forma de pagamento das operações, cheque ou carnê, a fim de demonstrar os níveis de inadimplência para cada uma delas.

**Gráfico 3.10 - Pool estático - "corte" 60 dias (CDC)**



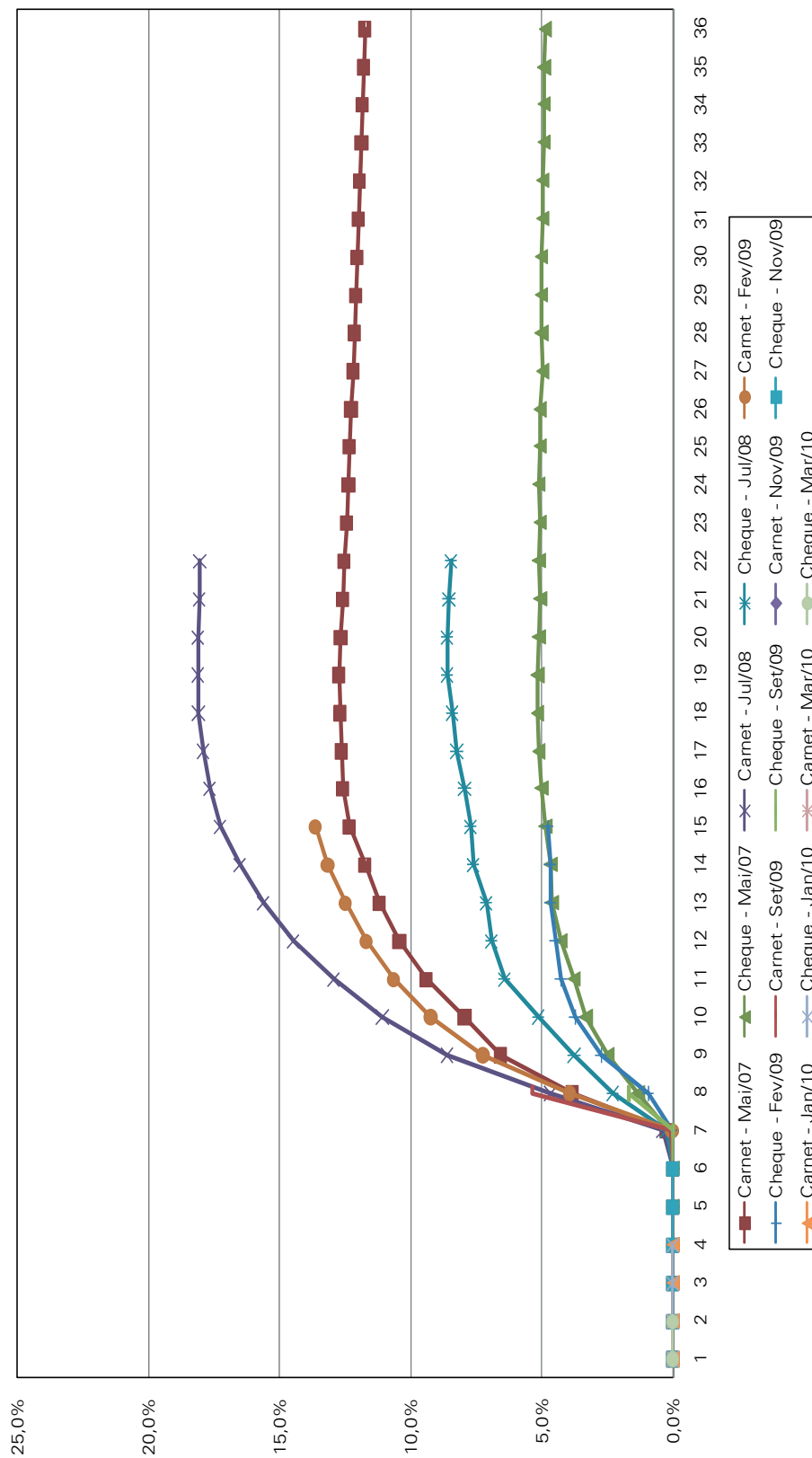
## Análises de performance - Pool estático (cont.)

Gráfico 3.11 - Pool estático - "corte" 90 dias (CDC)



## Análises de performance - Pool estático (cont.)

Gráfico 3.12 - Pool estático - "corte" 180 dias (CDC)



## Confronto dos saldos analisados com os registros da Credipar

### Conciliação da base de dados com os respectivos saldos contábeis

A fim de evidenciarmos a integridade da base de dados utilizada para realização de nossas análises, obtivemos junto a Credipar o balancete contábil na data-base de 30 de abril de 2010, data-base de nossos testes, para confrontar com os saldos em aberto contidos na base de dados fornecida. A seguir os resultados observados (R\$ 000):

<u>Descrição</u>	<u>Somatório dos valor das parcelas (R\$)</u>
Base de dados completa - CDC (01/05/2007 a 31/04/2010)	733.337.221
Base de dados completa - CP (01/05/2007 a 31/04/2010)	21.921.259
Base de dados completa (01/05/2007 a 31/04/2010)	<b>755.258.480</b>
(-) Parcelas liquidadas - CDC	478.073.679
(-) Parcelas liquidadas - CP	15.174.072
	<u>262.010.729</u>
Base de dados em aberto em 31.04.2010	262.010.729
(-) contratos em aberto - CDC	255.263.542
(-) contratos em aberto - CP	<u>6.747.187</u>
<b>(=) Total da base de dados para conciliação</b>	<b>262.010.729</b>
<b>Saldo contábil em 31/01/2010 (Valor Futuro)</b>	<b>259.867.544</b>
Diferença - (R\$000)	2.143.185
Diferença - (%)	0,82%



## Verificação física de contratos e respectivos documentos acessórios

A fim de verificarmos a existência dos documentos requeridos pela Credipar para formalização de suas operações selecionamos uma amostra, através da aplicação da fórmula matemática abaixo, para verificação dos documentos existentes:

$$n_o = \frac{1}{E_o^2} \quad n = \frac{N \times n_o}{N + n_o}$$

Eo = erro amostral tolerável (10%)    N = tamanho da população

Intervalo de Confiança = 95%

Foram selecionados 100 contratos para execução de nossos testes. Esta amostra foi obtida a partir da fórmula apresentada e a seleção de itens foi realizada de forma aleatória. Foram apresentados para nossa verificação os seguintes documentos:

- Termos aditivos
- RG\*
- CPF\*
- Comprovante de residência\*\*

\* Documentação solicitada apenas para operações de Crédito Pessoal

\*\* Documentação solicitada apenas para operações de Crédito Pessoal com valor acima de R\$ 1.000,00

Efetuamos um confronto entre as informações contidas na base de dados disponibilizada pela Credipar e os respectivos Termos aditivos apresentados, contemplando as seguintes informações:

- |                           |                          |
|---------------------------|--------------------------|
| • Número do termo aditivo | • Quantidade de parcelas |
| • CPF do devedor          | • Data de vencimento     |
| • Valor do empréstimo     | • Data de emissão        |
| • Valor da parcela        | • Taxa de juros          |

Os procedimentos realizados e o resultado deste procedimento esta apresentado no próximo slide.



## Verificação física de contratos e respectivos documentos acessórios

Apresentamos a seguir o resultado da aplicação deste procedimento:

Procedimento	Contratos		Com		Contratos não	
	apresentados	divergência	Pendências	apresentados	Total	
Verificação do Termo Aditivo	95	-	-	5	100	
Verificação do "número do termos de aditivo"	95	-	-	5	100	
Verificação do "CPF do cliente"	95	-	-	5	100	
Verificação da "data de vencimento"	95	-	-	5	100	
Verificação da "data de emissão"	95	-	-	5	100	
Verificação da "quantidade de parcelas"	95	-	-	5	100	
Verificação do "valor da taxa de juros"	95	-	-	5	100	
Verificação do "valor do empréstimo"	95	-	-	5	100	
Verificação do "Valor da parcela"	95	-	-	5	100	
Identificação do "RG e CPF do cliente"	95	-	5	5	100	
Identificação do "comprovante de residência do cliente"	95	-	8	5	100	



## Descrição dos procedimentos para originação e cobrança dos recebíveis

### Estrutura de crédito

A área de crédito da Credipar é composta atualmente por aproximadamente 340 funcionários segregados em diversas funções e subdivisões. Existem 5 filiais de crédito da Credipar, são elas: Rio de Janeiro, Curitiba, Maringá, Joinvile e São Paulo. Cada filial atende determinada região já pré-definida:

- Rio de Janeiro – Somente o estado do Rio de Janeiro;
- Curitiba – Belo Horizonte, Goiânia, Fortaleza, interior de São Paulo, Lojas “Mercado Móveis” e cidade e interior de Curitiba;
- Maringá – Londrina, Cuiabá e Interior do estado do Paraná;
- Joinvile – Santa Catarina e Rio Grande do Sul;
- São Paulo – Cidade de São Paulo e Lojas Marabraz.

### Cadastramento e aprovação das lojas

Conforme observado, todos os financiamentos e empréstimos são realizados pelos lojistas. Para uma loja ser cadastrada na BV Financeira, são requeridas, pela área Comercial Administrativa para aprovação, as documentações a seguir:

#### Documentação Jurídica

- Cadastro de Pessoa Jurídica;
- Cópia do cartão do CNPJ;
- Cópia do Contrato Social e a última alteração contratual;
- Faturamento dos últimos doze (12) meses;
- Comprovante bancário
- Autorização para consulta de restritivos (Bacen, Serasa, SPC)
- Balanço Patrimonial dos últimos três (03) exercícios
- Último Balancete
- Contrato de Vinculação



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e filia-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KOWS 65907. KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

## Descrição dos procedimentos para origemação e cobrança dos recebíveis (cont.)

### Documentação Física (Sócios e procurador)

- Cadastro de Pessoa Física;
- Cópia da procuração;
- Cópia do RG e CPF de todos os sócios;
- Cópia da Declaração do Imposto de Renda de Pessoa Física;
- Cartão de assinatura

Após a recepção das documentações mencionadas acima pelo departamento comercial administrativo, é realizado a análise pelo comitê de crédito que poderá negar ou aprovar o credenciamento do Lojista.

Adicionalmente, é realizado um acompanhamento mensal pela área comercial dos aspectos de produção e rentabilidade para cada lojista. Caso apresente algum desvio de comportamento, é feito uma re-análise podendo o lojista ser inativado por alguns dos motivos a seguir:

- Desacordo comercial;
- Baixa produção
- Falta de rentabilidade
- Falência
- Alto nível de inadimplência
- Baixo percentual de aprovação
- Encerramento de atividade

Atualmente, conforme representantes da Credipar, há aproximadamente 2.600 contas ativas.



## Descrição dos procedimentos para origemação e cobrança dos recebíveis (cont.)

### Teste de aderência – KPMG I

Com o objetivo de testar a aderência aos processos de análises de crédito e cadastro dos lojistas, foram selecionados 10 lojas para a verificação das documentações mencionadas no slide anterior, sendo apurado o seguinte resultado:

Lojas	Ficha Cadastral	Cartão CNPJ	Contrato Social	Faturamento	Comprovante Bancário	Contrato de Vinculação	Balanco Patrimonial	Ficha Cadastral dos Sócios	RG e CPF	Cartão de Assinaturas
Mercadomoveis Ltda.	✓	✓	✓	✓	X	✓	✓	✓	✓	✓
Comercial Zena Moveis Sociedade Limitada	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Valdar Moveis Ltda.	✓	✓	✓	X	X	✓	✓	✓	✓	✓
Menezes Eletromoveis Ltda.	✓	✓	✓	X	X	✓	X	✓	✓	✓
Valdir Comercio de Moveis Ltda.	✓	✓	✓	✓	✓	✓	X	✓	✓	✓
Sascar - Tecnologia e Seguranca Automotivos	✓	✓	✓	X	X	✓	X	✓	✓	✓
Azevedo e Chaowiche Ltda.	✓	✓	✓	X	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Fossatti Moveis e Eletrodomesticos Ltda.	✓	✓	✓	X	✓	✓	X	✓	✓	✓
Casa Progresso Comercio de Moveis Ltda.	✓	✓	✓	X	✓	✓	X	✓	✓	✓
Domareski Materiais de Construcao Ltda.	✓	✓	✓	X	X	✓	X	✓	✓	✓

Segundo representantes da Credipar, lojas com cadastro antigo na Credipar poderão apresentar pendência de documentações que na época de seu cadastro e análise não eram solicitados pela área comercial administrativa.

## Descrição dos procedimentos para origemação e cobrança dos recebíveis (cont.)

### Fluxo de crédito

#### Originação

O início do processo de financiamento de bens e/ou empréstimo pessoal, realizado pela Credipar, se dá assim que o cliente entra em contato com a loja com o intuito de adquirir um bem ou um empréstimo pessoal. De posse das políticas e normas preestabelecidas pela Credipar para cada lojista, a loja apresenta os planos e as opções disponíveis. Estando o cliente de acordo, é feito o preenchimento da ficha-proposta na qual são solicitados os seguintes dados:

- dados da operação;
- dados do cliente ;
- dados profissionais;
- referência bancária;
- dados de bens;

Todas as propostas são realizadas através do sistema Credipar.Net, e ficará disponível em uma “esteira” de crédito para análise. A primeira análise é realizada automaticamente pelo sistema devido a parametrização junto aos órgãos de proteção ao crédito. Caso o cliente possua algum registro em um dos órgãos, a proposta é automaticamente cancelada. Do contrário, toda proposta será analisada de forma individual pela área de crédito que, conforme tabela a seguir, seguirá a alçada de limites previamente autorizados:

	Intervalos de limites de créditos
1	Limite de crédito até R\$ 1300 mil
2	Limite de crédito de R\$ 1301 a R\$ 2500 mil
3	Limite de crédito de R\$ 2501 a R\$ 4000 mil
4	Limite de crédito de R\$ 4001 a R\$ 6000 mil
5	Limite de crédito de R\$ 6001 a R\$ 12000 mil
6	Limite de crédito de R\$ 12001 a R\$ 20000 mil
7	Limite de crédito acima de R\$ 20000



## Descrição dos procedimentos para originação e cobrança dos recebíveis (cont.)

Comitês de alçada	AC - Nível I	AC - Nível II	SC - Nível I	SC - Nível II	CC	GC	DC
1	X						
2	X	X					
3	X	X	X				
4	X	X	X	X			
5	X	X	X	X	X		
6	X	X	X	X	X	X	
7	X	X	X	X	X	X	X

**AC** - Analista de crédito, **SC** - Supervisor de crédito, **CC** - Coordenador de crédito, **GC** - Gerente de crédito, **DC** - Diretoria de crédito

### Condições gerais para financiamento de bens

Na concessão de créditos tanto a clientes habituais, quanto a novos, o proponente deverá cumprir os seguintes requisitos:

- Possuir renda mínima mensal de um (01) salário mínimo, vigente à data da proposta da concessão de crédito;
- Ter a idade mínima de 18 anos completos à data da negociação;
- Fornecer preferencialmente três telefones diferentes (comercial, residencial e referências pessoais);
- Conta corrente superior a um ano, para compra através de cheques.

### Condições gerais para empréstimo pessoal

- O empréstimo só poderá ser concedido para assalariados, aposentados, pensionistas e proprietários de empresa com renda comprovada;
- Ter a idade mínima de 21 anos;
- O valor máximo da prestação não deve exceder ao limite de 15% da renda líquida efetiva;
- Estabilidade de no mínimo um ano no atual emprego;
- Residir há no mínimo um ano no mesmo endereço.



## Descrição dos procedimentos para origemação e cobrança dos recebíveis (cont.)

### Análise de crédito

- A análise de crédito envolve os seguintes procedimentos e consultas:
- Consulta das informações preenchidas nas propostas através dos seguintes portais: *Confirma on-line, Serasa, SPC, Receita Federal, etc.*
- Contato junto a empresa do cliente para a consulta de dados cadastrais. Para aposentado e pensionista do INSS, a consulta é realizada através do site da Previdência;
- Análise de conformidade da proposta em relação aos parâmetros de crédito (percentual máximo do valor da parcela em relação à renda líquida)

Adicionalmente, o analista de crédito pode realizar consultas, solicitando o envio de documentos que comprovem os dados informados ou o motivo de restrições e/ou divergências identificadas.

### Teste de aderência – KPMG II

Com o objetivo de testar a aderência aos processos de análises de crédito apontados, foi realizado o acompanhamento de consultas referentes a três propostas de financiamentos, sendo apurado o seguinte resultado:

### Procedimentos

#### Consultas automáticas

- Consulta ao SPC/Serasa
- Consulta ao portal "Confirma on-line"
- Consulta ao histórico do cliente na Credipar (inadimplência)

#### Consultas automáticas

- Confirmação do local de trabalho e residência via telefone
- Verificação do percentual de financiamento sobre a renda líquida

Legenda: ✓ - Realizado

	Proposta de financiamento		
	1	2	3
	✓	✓	✓
	✓	✓	✓
	✓	✓	✓
	✓	✓	✓
	✓	✓	✓
	✓	✓	✓





## Descrição dos procedimentos para origemação e cobrança dos recebíveis (cont.)

### Formalização

Todos as operações aprovadas pela área de crédito são formalizadas pelos lojistas e enviado semanalmente a matriz da Credipar para conferência.

No envio dos contratos formalizados, o lojista anexará um protocolo registrado junto ao sistema constando todos os contratos aprovados naquele período. Ao chegar na matriz, os contratos são conferidos através deste protocolo e analisados quanto a sua devida formalização. Caso haja alguma irregularidade nas documentações enviadas, o contrato é devolvido ao lojista responsável que terá um prazo para regularização.

Atualmente a Credipar trabalha com a empresa Gigabox Documental Ltda. para o serviço de guarda física das documentações. A coleta dos documentos é realizada semanalmente pela Gigabox junto a matriz da Credipar.

### Cobrança

O sistema de cobrança da Credipar tem o objetivo de acompanhar e controlar a inadimplência dos contratos de financiamento e empréstimos, atuando de forma efetiva e preventiva nessa situação para reduzir seus efeitos e custos.

O Departamento de cobrança da Credipar é concentrado na filial de Curitiba e apresenta a seguinte estrutura:

- 1 Diretor de operações
- 1 Gerente de cobrança
- 2 Supervisores de cobrança
- 6 Assistentes administrativos
- 56 Operadores

Parte da estrutura destacada acima envolve funcionários que trabalham não apenas com o financiamento de bens e empréstimo pessoal, mas também com outros produtos oferecidos pela Credipar aos seus clientes.



## Descrição dos procedimentos para originação e cobrança dos recebíveis (cont.)

### Ações de cobrança

Contato direto ao cliente – Este procedimento visa identificar o motivo da inadimplência e notificar uma eventual negociação nos órgãos de proteção ao crédito.

Envio de correspondência – Diariamente o sistema gera um relatório de inadimplência que, obedecendo a régua de atraso, serão encaminhadas correspondências aos clientes juntamente com o boleto para pagamento.

Assessoria de cobrança – Atualmente a Credipar trabalha com 4 assessorias diferentes para realização de ações de cobrança previstos em contrato de prestação de serviço. Obedecendo a régua de cobrança para cada cliente, diariamente é enviado um relatório as assessorias com os contratos inadimplentes a serem cobrados.

As assessorias que prestam serviço de cobrança a Credipar atualmente são:

- Services Assessoria e Cobrança Ltda.
- JMS Recuperadora de Crédito Ltda.
- Decisão Consultoria e Cobrança S/C Ltda.
- Bandeira Assessoria e Cobrança Ltda.

### Régua de cobrança

Há apenas uma regra que é seguida para a cobrança de operações de financiamento de bens através de carnê, pois, segundo representantes da Credipar, e conforme evidenciado em nossas análises, representa aproximadamente 80% da produção. A seguir, a regra utilizada para estes casos:

VALOR	PARCELA	SPC	SERASA	ACIONAMENTO INTERNO (INÍCIO COBRANÇA)	CARTA BOLETO	ASSESSORIA
MENOR R\$ 100,00	1º	20 DIAS	30 DIAS	5 DIAS	10 DIAS	31 DIAS
MAIOR R\$ 100,00		15 DIAS	25 DIAS	5 DIAS	7 DIAS	31 DIAS
MENOR R\$ 100,00	2º	25 DIAS	35 DIAS	11 DIAS	15 DIAS	31 DIAS
MAIOR R\$ 100,00		20 DIAS	30 DIAS	5 DIAS	10 DIAS	31 DIAS
MENOR R\$ 70,00	3º, 4º	30 DIAS	40 DIAS	16 DIAS	20 DIAS	31 DIAS
MAIOR R\$ 70,00		25 DIAS	35 DIAS	11 DIAS	15 DIAS	31 DIAS
MENOR R\$ 70,00	5º	30 DIAS	40 DIAS	16 DIAS	20 DIAS	46 DIAS
MAIOR R\$ 70,00		25 DIAS	35 DIAS	11 DIAS	15 DIAS	46 DIAS
MENOR R\$ 70,00	6º, 7º, 8º, 9º	35 DIAS	45 DIAS	21 DIAS	20 DIAS	46 DIAS
MAIOR R\$ 70,00		30 DIAS	40 DIAS	16 DIAS	20 DIAS	46 DIAS
GERAL	10º, 24º	50 DIAS	65 DIAS	21 DIAS	25 DIAS	46 DIAS



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e filia-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KOMS 65907.  
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

## Descrição dos procedimentos para originação e cobrança dos recebíveis (cont.)

Para as operações de financiamento de bens através de cheques e crédito pessoal, são prevista 2 ações de cobrança apresentadas abaixo:

do 5º dia ao 65º dia	Acionamento interno *
66º dia	Assessoria de cobrança

\* Acionamento interno: contato direto ao cliente, negativalção, envio de correspondência, etc.

### Teste de aderência – KPMG III

Com o objetivo de testar a aderência aos procedimentos de cobrança previstos e mencionados neste relatório, selecionamos aleatoriamente 20 contratos inadimplentes na data base de nossos trabalhos (30 de abril de 2010), apresentamos a seguir o resultado apurado:

Contrato	Tipo de operação	Situação da parcela em 30/04/10	Situação da parcela em 11/06/10	Data de pagamento	Situação do contrato em 11/06/10	Contato junto ao cliente	Procedimentos de cobrança previstos		
							Envio de correspondência	Negativalção	Assessoria de cobrança
7981667	Financiamento de bens	Vencido de 16 a 30 dias	Liquidada	30/04/2010	Adimplente	N/A	N/A	N/A	N/A
8067718	Financiamento de bens	Vencido de 16 a 30 dias	Liquidada	04/05/2010	Adimplente	N/A	N/A	N/A	N/A
7740828	Empréstimo pessoal	Vencido até 15 dias	Liquidada	07/05/2010	Adimplente	✓	N/A	N/A	N/A
6785512	Financiamento de bens	Vencido acima de 180 dias	Inadimplente	-	Inadimplente	✓	✓	✓	✓
6433934	Financiamento de bens	Vencido acima de 180 dias	Inadimplente	-	Inadimplente	✓	✓	✓	✓
6570247	Financiamento de bens	Vencido acima de 180 dias	Inadimplente	-	Inadimplente	✓	✓	✓	✓
6641130	Financiamento de bens	Vencido acima de 180 dias	Inadimplente	-	Inadimplente	✓	✓	✓	✓
6950127	Empréstimo pessoal	Vencido acima de 180 dias	Inadimplente	-	Inadimplente	✓	✓	✓	✓
6895746	Financiamento de bens	Vencido acima de 180 dias	Inadimplente	-	Inadimplente	✓	✓	✓	✓
6720466	Financiamento de bens	Vencido acima de 180 dias	Inadimplente	-	Inadimplente	✓	✓	✓	✓
6979149	Empréstimo pessoal	Vencido acima de 180 dias	Inadimplente	-	Inadimplente	✓	✓	✓	✓
7582830	Empréstimo pessoal	Vencido de 91 a 120 dias	Inadimplente	-	Inadimplente	✓	✓	✓	✓
7429964	Financiamento de bens	Vencido de 61 a 90 dias	Inadimplente	-	Inadimplente	✓	✓	✓	✓
7457123	Financiamento de bens	Vencido de 61 a 90 dias	Inadimplente	-	Inadimplente	✓	✓	✓	✓
7530570	Empréstimo pessoal	Vencido de 61 a 90 dias	Inadimplente	-	Inadimplente	✓	✓	✓	✓
7661395	Financiamento de bens	Vencido de 31 a 60 dias	Inadimplente	-	Inadimplente	✓	✓	✓	✓
7705041	Empréstimo pessoal	Vencido de 16 a 30 dias	Inadimplente	-	Inadimplente	✓	✓	✓	✓
7963511	Financiamento de bens	Vencido até 15 dias	Inadimplente	-	Inadimplente	✓	✓	✓	✓
7533431	Financiamento de bens	Vencido até 15 dias	Inadimplente	-	Inadimplente	✓	✓	✓	✓
8054695	Empréstimo pessoal	Vencido de 16 a 30 dias	Liquidada	28/05/2010	Quitado	✓	✓	N/A	N/A
7801542	Financiamento de bens	Vencido até 15 dias	Liquidada	04/05/2010	Quitado	✓	N/A	N/A	N/A



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e filia-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KOWS 65907.  
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

## Anexos

---



Anexo I



Anexo II

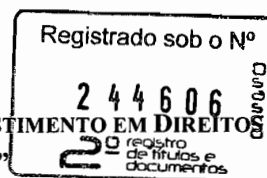


## **ANEXO VI - SUPLEMENTO DA 1ª SÉRIE DE COTAS SENIORES**

*Este Anexo é parte integrante do Prospecto Definitivo de Distribuição Pública de Cotas Seniores da 1ª Série de Emissão do “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros Credipar Mais”*

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**SUPLEMENTO DA 1ª SÉRIE DE COTAS SENIORES DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS CREDIPAR MAIS**



1. O presente documento constitui o suplemento nº 01 (um) (“Suplemento”) referente às Cotas Seniores da 1ª (primeira) Série emitidas nos termos do regulamento do “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros Credipar Mais” e posteriores alterações, originalmente registrado sob o nº 242470 no 2º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, do qual este Suplemento é parte integrante (“Regulamento”), inscrito no CNPJ/MF sob o nº 12.501.636/0001-04 e administrado por BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sociedade com sede na cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no núcleo administrativo denominado “Cidade de Deus”, bairro Vila Yara, Prédio Novíssimo, 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.066.670/0001-00, neste ato representada nos termos de seu Contrato Social (“Instituição Administradora”).

2. Serão emitidas nos termos deste Suplemento e do Regulamento, 100.000 (cem mil) Cotas Seniores da 1ª (primeira) Série no valor de R\$ 1.000 (um mil reais) cada, na data da primeira subscrição de Cotas da presente Série (“Data de Subscrição Inicial”).

3. O prazo de duração desta 1ª Série será de 36 (trinta e seis) meses.

4. Na subscrição de Cotas Seniores da 1ª (primeira) Série em data diversa da Data de Subscrição Inicial será utilizado o valor da Cota de mesma Série em vigor no próprio dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à Instituição Administradora, em sua sede ou dependências, calculado conforme o disposto no Regulamento.

5. A valorização das Cotas Seniores da 1ª (primeira) Série será calculada de acordo com a cláusula 13 do Regulamento, e será equivalente ao menor valor entre:

$$i) \quad VQS_n_T = (VQS_{n(T-1)} - AM_{n(T-1)} - AMEX_{n(T-1)}) \times FatorJuros_T$$

onde:

$n = 1, 2, \dots, n$  Série(s) de Cotas Seniores em Circulação na data “T”;

$VQS_n_T$  valor unitário da Cota Sênior da Série “n” na data “T”;

$AM_{n(T-1)}$  valor da amortização programada da Série “n” devida em uma no Dia Útil imediatamente anterior à data “T”, referente a cada Cota Sênior, se







aplicável, calculado de acordo com a seguinte expressão:

$$AMn_{(T-1)} = VQS_{n(T-1)} \times FAM_{(T-1)}$$

**FAM<sub>(T-1)</sub>** percentual do valor unitário da Cota Sênior a ser amortizado no Dia Útil imediatamente anterior à data “T”, calculado com 4 (quatro) casas decimais, conforme disposto no item 6 abaixo;

**AMEX<sub>n(T-1)</sub>** valor da amortização extraordinária, no Dia Útil imediatamente anterior à data “T”, referente a cada Cota Sênior da Série “n”, se aplicável;

**FatorJuros<sub>T</sub>** fator correspondente à Taxa DI no dia “T”, calculado com 6 (seis) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a seguinte expressão:

$$FatorJuros_T = [(1 + DI_T) \times (1 + Spread_n)]^{\frac{1}{252}}$$

**DI<sub>T</sub>** taxa média diária do DI – Depósito Interfinanceiro de um dia, extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP;

**Spread<sub>n</sub>** sobretaxa equivalente a 2,8% (dois inteiros e oito décimos por cento) ao ano.

ou

$$ii) \quad VQS'_n = \frac{PL_T \times VQS_{nT}}{\sum_{n=1}^N NQS_{nT} \times VQS_{nT}}$$

onde:

**n = 1, 2, ..., n** Série(s) de Cotas Seniores em Circulação na data “T”;

**PL<sub>T</sub>** Patrimônio Líquido do Fundo apurado na data “T”;

**NQS<sub>nT</sub>** número de Cotas Seniores da Série “n” em Circulação na data “T”;

**VQS<sub>nT</sub>** valor unitário da Cota Sênior da Série “n” na data “T”, calculado na forma da alínea (i) acima.





6. Desde que o Fundo tenha recursos, as Cotas Seniores da 1ª (primeira) Série serão amortizadas de acordo com as Datas de Amortização definidas abaixo.

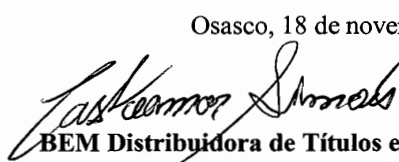
<i>Ta</i>	<i>T</i>	<i>FAM</i>
Ordinal da Data de Amortização	Data de Amortização	Percentual do valor unitário a ser Amortizado
1	07/01/2013	8,33%
2	07/02/2013	9,09%
3	07/03/2013	10,00%
4	08/04/2013	11,11%
5	07/05/2013	12,50%
6	07/06/2013	14,28%
7	08/07/2013	16,66%
8	07/08/2013	20,00%
9	09/09/2013	25,00%
10	07/10/2013	33,33%
11	07/11/2013	50,00%
12	09/12/2013	100,00%

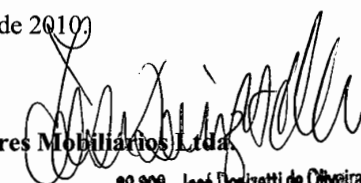
8. Os termos definidos utilizados não expressamente definidos neste Suplemento terão significado idêntico ao que lhes é atribuído no Regulamento.

9. O presente Suplemento, uma vez assinado pela Instituição Administradora, constituirá parte integrante do Regulamento e por ele será regido, devendo prevalecer as disposições deste Suplemento em caso de qualquer conflito ou controvérsia em relação às disposições do Regulamento. As Cotas Seniores da 1ª (primeira) Série terão os poderes, direitos, prerrogativas, privilégios, deveres e obrigações atribuídos às demais Séries em circulação, exceto com relação aos prazos e valores de amortização e resgate, bem como a remuneração, especificados e expressamente previstos neste Suplemento.

10. O presente Suplemento deverá ser averbado nos registros do Regulamento no 2º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco.

Osasco, 18 de novembro de 2010.

  
BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.  
87051 - Castoamor Simões

  
30.908 - José Donizetti de Oliveira



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## **ANEXO VII - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA CEDENTE**

*Este Anexo é parte integrante do Prospecto Definitivo de Distribuição Pública de Cotas Seniores da 1ª Série de Emissão do “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros Credipar Mais”*

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**NEGRESO S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E  
INVESTIMENTOS**

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE  
2008, E PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

BDO International é uma rede mundial de empresas de auditoria, juridicamente independentes em seu próprio país, denominadas Firmas Membro BDO. A rede é coordenada pela BDO Global Coordination B.V., com sede estatutária em Eindhoven, Holanda (registro comercial n° 33205251). O Escritório Executivo Internacional está situado no Boulevard de la Woluwe 60, 1200 Bruxelas, Bélgica. BDO Auditores Independentes é a Firma Membro da BDO no Brasil. BDO é o nome comercial para a rede BDO International e para cada uma das Firmas Membro BDO.

**NEGRESO S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS**

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008**

(Valores expressos em milhares de reais)

**CONTEÚDO**

Parecer dos auditores independentes

Quadro 1 - Balanço patrimonial

Quadro 2 - Demonstração do resultado

Quadro 3 - Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Quadro 4 - Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações contábeis.





Tel.: +55 (41) 3112-2170  
Fax.: +55 (41) 3112-2177  
www.bdobrazil.com.br

BDO Auditores Independentes  
Al. Doutor Carlos de Carvalho, 655  
Edifício New Port Business Center, 10º andar  
Curitiba - PR - Brasil  
80430-180

## PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas  
Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos  
Curitiba - PR

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos, levantados em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Instituição; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Instituição, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, o resultado das suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e os fluxos de caixa correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Curitiba, 19 de março de 2010.

Marcelo Palamartchuk  
Sócio-Correspondente  
CRC 1PR049038/O-9  
BDO Auditores Independentes  
CRC 2SP013439/O-5 "S" PR

QUADRO 1

NEGRESCO S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008  
(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	2009	2008 (reclassificado)	PASSIVO	2009	2008 (reclassificado)
<b>CIRCULANTE</b>			<b>CIRCULANTE</b>		
Disponibilidades (nota 5)	1.018	541	Depósitos a prazo (nota 13)	9.742	11.625
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 6)	1.290	3.701	Recursos de aceites cambiais (nota 15)	1.527	11
Títulos e valores mobiliários (nota 7)	24.775		Obrigações sociais e estatutárias		406
Operações de crédito (nota 8)	72.461	57.322	Obrigações fiscais e tributárias (nota 16)	682	51
Outros créditos (notas 4 e 9)	5.277	11.629	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	196	
Despesas antecipadas	1.972		Obrigações diversas (notas 4 e 14)	11.740	3.858
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>106.793</b>	<b>73.193</b>	<b>Total do passivo circulante</b>	<b>23.887</b>	<b>15.951</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>			<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>		
Operações de crédito (nota 8)	2.552	1.937	Depósitos a prazo (nota 13)	41.102	49.905
	2.552	1.937	Recursos de aceites cambiais (nota 15)	28.776	389
			Obrigações diversas (notas 4 e 14)	752	
<b>PERMANENTE</b>			<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>70.630</b>	<b>50.294</b>
Investimentos	102	103	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO (nota 17)</b>		
Imobilizado (nota 10)	1.008	1.025	Capital social (nota 17a)	7.000	5.000
Intangível (nota 11)	1.562	1.268	Reserva legal (nota 17b)	1.400	1.000
Diferido (nota 12)	434	830	Reserva especial de lucros (nota 17c)	9.534	6.111
	3.106	3.226	<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>17.934</b>	<b>12.111</b>
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>5.658</b>	<b>5.163</b>			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>112.451</b>	<b>78.356</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>112.451</b>	<b>78.356</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## QUADRO 2

### NEGRESCO S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

#### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008.

(Valores expressos em milhares de reais)

		Exercícios findos	
		em 31 de dezembro	
	1º.07.2009 a 31.12.2009	2009	2008
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA			
Operações de crédito	28.621	49.542	56.627
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	381	381	
Resultado de títulos e valores mobiliários	3.875	4.187	280
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA			
Operações de captação no mercado	(3.864)	(7.689)	(8.256)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(12.511)	(26.643)	(24.604)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	16.502	19.778	24.047
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Receitas de prestação de serviços	46	72	316
Despesas de pessoal	(509)	(749)	(827)
Despesas administrativas	(9.516)	(18.197)	(17.230)
Despesas tributárias	(39)	(541)	(2.256)
Outras receitas operacionais	785	16.257	893
Outras despesas operacionais	(1.355)	(2.093)	(324)
	(10.588)	(5.251)	(19.428)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO	5.914	14.527	4.619
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(2.452)	(5.704)	(1.573)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE / EXERCÍCIO	3.462	8.823	3.046
Quantidade de ações no final do semestre / exercício	7.000	7.000	5.000
Lucro por lote de mil ações de capital no final do semestre / exercício	0,49	1,26	0,61

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO 3

NEGRESCO S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008.  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital realizado	Reservas de lucros			Total
		Reserva legal	Reserva especial de lucros	Lucros acumulados	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007	5.000	1.000		3.670	9.670
Lucro líquido do exercício					
Destinação do resultado:					
.Constituição de reserva especial de lucros			6.111	(6.111)	
.Juros sobre o capital próprio				(605)	(605)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008	5.000	1.000	6.111		12.111
Lucro líquido do exercício					
Aumento de capital conforme ata da Assembleia Geral				8.823	8.823
Extraordinária realizada em 08.06.2009	2.000				2.000
Destinação do resultado:					
.Reserva legal		400		(400)	
.Distribuição de dividendos			(5.000)		(5.000)
.Constituição de reserva especial de lucros			8.423	(8.423)	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	7.000	1.400	9.534		17.934

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO 4

NEGRESCO S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008  
(Valores expressos em milhares de reais)

	1º.07.2009 a 31.12.2009	Exercícios findos em 31 de dezembro	
		2009	2008
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do semestre / exercício	3.462	8.823	3.046
Ajustes para reconciliar o resultado do semestre com recursos provenientes de atividades operacionais:			
. Depreciações e amortizações	437	876	719
	3.899	9.699	3.765
Redução (aumento) nos ativos operacionais:			
Títulos e valores mobiliários	(24.775)	(24.775)	
Operações de crédito	(4.671)	(15.754)	6.093
Despesas antecipadas	(1.787)	(1.972)	
Outros créditos	8.440	6.352	(10.066)
	(22.793)	(36.149)	(3.973)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	131	145	12
Obrigações sociais e estatutárias		(11)	(3.602)
Obrigações fiscais e tributárias	(2.614)	276	(3.132)
Obrigações diversas	4.225	8.245	(1.976)
	1.742	8.655	(8.698)
RECURSOS LÍQUIDOS APLICADOS NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(17.152)	(17.795)	(8.906)
FLUXOS DE CAIXA APLICADOS NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Adições ao ativo permanente	(567)	(756)	(1.135)
RECURSOS LÍQUIDOS APLICADOS NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(567)	(756)	(1.135)
FLUXO DE CAIXA APLICADOS DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Depósitos a prazo	22.069	50.844	
Recursos de acêites cambiais	(6.567)	(31.227)	4.103
Pagamento de Dividendos e juros sobre o capital próprio	(5.000)	(5.000)	
Aumento de capital conforme AGE realizada em 08.06.2009		2.000	(604)
RECURSOS LÍQUIDOS GERADOS NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	10.502	16.617	3.499
Aumento (redução) no caixa e equivalentes	(7.217)	(1.934)	(6.542)
Disponibilidades no início do semestre / exercício	9.525	4.242	10.784
Disponibilidades no final do semestre / exercício	2.308	2.308	4.242

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**NEGRESCO S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS  
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008  
(Valores expressos em milhares de reais)**

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Sociedade tem por objetivo a realização de financiamentos para aquisição de bens e serviços, financiamentos para capital de giro, empréstimos pessoais, bem como todas as demais operações ativas, passivas e acessórias a que estão legalmente autorizadas às Instituições da mesma natureza.

**2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As demonstrações contábeis da Negresco S.A. Crédito Financiamento e Investimentos foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei no 6.404/76, sendo adotadas as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas, quando aplicável, às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), bem como os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) após referendados após referendados pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil, apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições Financeiras do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, quando aplicável, provisão para contingências, outras provisões, e sobre a determinação da vida útil de determinados ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2008 foram reclassificadas para propiciar uniformidade e comparabilidade. A comparação entre os saldos apresentados nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2008 e os saldos reclassificados para fins de comparabilidade estão demonstrados a seguir:

	31.12.2008	
	Apresentado	Reclassificado
<u>Ativo permanente</u>		
Imobilizado	1.112	1.025
Intangível	1.181	1.268
<u>Passivo circulante e não circulante</u>		
Obrigações diversas - circulante	4.247	3.858
Obrigações diversas - não circulante		389

### 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Dentre as principais práticas adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis da instituição, emanadas das disposições da legislação societária, associadas às normas e instruções específicas do Banco Central do Brasil, destacam-se:

#### a. Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Negresco

#### b. Apuração do resultado, ativos e passivos circulante e a longo prazo

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro-rata" dia e calculadas com base no método exponencial, atualizadas até a data do balanço.



c. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CVM 3.064/08, são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registrados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e. Títulos e valores mobiliários

Para registro e avaliação dos títulos e valores mobiliários, o Banco adota os critérios determinados pelas Circulares 3.068/01 e 3.082/02, do Banco Central do Brasil. De acordo com esses critérios, os títulos e valores mobiliários mantidos pelo Banco estão sendo classificados e avaliados na categoria de títulos mantidos até o vencimento. Esses títulos são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento e são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período, compostos integralmente por Cotas de Fundo de Investimentos.

f. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

a) Operações de crédito - estão registradas pelo valor atualizado pelas rendas incorridas até a data de encerramento do balanço, segundo o critério pró-rata dia. As operações de crédito, são classificadas nos respectivos níveis de risco, observados: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682 do CMN, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco.

As principais operações de crédito são compostas por empréstimos e financiamentos, cujas operações são realizadas com pessoas Físicas e Jurídicas, características estas da Carteira Comercial.

- b) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - foi constituída nos termos da resolução nº 2.682 de 21/12/99, do Banco Central do Brasil, em montante julgado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de créditos a receber, levando-se em consideração a análise das operações em atraso e dos riscos específicos apresentados por cliente.
- c) Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

Nível	Intervalo de atraso	Percentual de Provisão
AA	Até 14 dias	
A	Até 14 dias	0,50%
B	De 15 à 30 dias	1,00%
C	De 31 à 60 dias	3,00%
D	De 61 à 90 dias	10,00%
E	De 91 à 120 dias	30,00%
F	De 121 à 150 dias	50,00%
G	De 151 à 180 dias	70,00%
H	Acima de 180 dias	100,00%

As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, por no mínimo cinco anos, não sendo mais registradas em contas patrimoniais.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

g. Ativo imobilizado

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da instituição.

E demonstrado pelo custo de aquisição, líquidos das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens, a taxas fixadas por espécie de bens, de acordo com a nota explicativa número 9. O Imobilizado não supera seu provável valor de recuperação e foi submetido ao *impairment test*.

h. Ativo Intangível

O intangível é registrado ao custo de desenvolvimento ou aquisição. A amortização é calculada pelo método linear, à taxa mencionada na nota explicativa nº 10 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos intangíveis. O intangível não supera seu provável valor de recuperação e foi submetido ao *impairment test*.

i. Ativo Diferido

É demonstrado ao custo de aquisição ou formação e amortizado pelo método linear pelo prazo de cinco anos ou pelo prazo de vigência dos contratos de aluguéis. A administração entende que o diferido não supera seu provável valor de recuperação, foi submetido ao *impairment test* e desta forma não será revertido.

j. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (*impairment*)

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do exercício.

A partir de 2008, os valores dos ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*.

k. Depósitos e captações no mercado aberto

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “*pro-rata*” dia.

l. Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base “*pro-rata*” dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base “*pro-rata*” dia).

m. Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre a parte deste lucro que excedeu a R\$ 240 mil (cento e oitenta mil reais), e inclui incentivos fiscais, cuja opção é formalizada na declaração de rendimentos. A Medida Provisória (MP) n.º 413, de 3 de janeiro de 2008, convertida na Lei n.º 11.727 de 23 de junho de 2008, elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL das empresas do setor financeiro de 9% para 15% do lucro tributável a partir de 1º de maio de 2008.

De acordo com a Lei n.º 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receita, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei n.º 11.638/07 e pelos artigos 36 e 37 da referida Lei 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Transição - RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007.

n. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução BACEN nº. 3.535, de 31 de janeiro de 2008, e nas Normas e Procedimentos de Contabilidade - NPC 22, do Instituto dos Auditores Independentes - IBRACON, combinados com na Deliberação CVM nº 489/05, da seguinte forma:

- a) Ativos Contingentes - não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível;
- b) Contingências Passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, levando em conta a opinião de assessores jurídicos e da Administração, a natureza das ações, à similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação; e
- c) Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se às demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. Os montantes discutidos são quantificados, provisionados e atualizados mensalmente.

4. COMPOSIÇÃO DE SALDOS DO BALANÇO PATRIMONIAL

	2009	2008
a) <u>Ativo circulante</u>		
<u>Outros créditos</u>		
<u>Diversos</u>		
Adiantamento a fornecedores	120	
Adiantamento a funcionários	2	
Devedores depositos em garantia	37	48
Devedores diversos país	440	68
Títulos e créditos a receber		11.167
Impostos e contribuições a compensar	4.678	346
	<u>5.277</u>	<u>11.629</u>
b) <u>Passivo circulante</u>		
<u>Outras obrigações</u>		
<u>Diversas</u>		
Obrigação por aquisição de bens	83	173
Provisão para contingências	752	389
Credores diversos país	5.247	3.446
Provisão para pagamentos a efetuar	898	239
Obrigação de operação de venda	5.512	
	<u>12.492</u>	<u>4.247</u>
( - ) Parcela de longo prazo	<u>(752)</u>	<u>(389)</u>
	<u>11.740</u>	<u>3.858</u>

**5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Banco HSBC S.A.	8	18
Banco Itaú S.A.	42	31
Caixa Econômica Federal	51	5
Banco do Brasil S.A.	90	113
Banco Safra S.A.	440	
Banco Bradesco S.A.	387	374
	<u>1.018</u>	<u>541</u>

**6. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ**

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
DI - não ligadas	1.291	3.704
( - ) Rendas a apropriar	(1)	(3)
	<u>1.290</u>	<u>3.701</u>



**7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
HSBC DI CP Executivo	7.557	
HSBC DI Títulos Públicos	4.551	
FIDC FINANCEIROS CREDIPAR I	<u>12.667</u>	
	<u>24.775</u>	

Os títulos e valores mobiliários, de acordo com as circulares BACEN nº 3.068/01 e 3.082/02, estão classificados e avaliados como títulos mantidos até o vencimento e são compostos integralmente por cotas de fundos de investimentos remunerados pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, conforme demonstramos:

<u>Descrição</u>	<u>Nº de quotas</u>	<u>Remuneração</u>	<u>Valor da quota</u>	<u>Saldo em 31/12/2009</u>
HSBC DI CP Executivo	1.489.633,90578	CDI Setip	5,073	7.556.562
HSBC DI Títulos Públicos	535.930,13285	CDI Setip	8,493	4.551.565
FIDC FINANCEIROS CREDIPAR I	8.281,47139	CDI Setip + 3,00% a.a.	1.529,522	<u>12.666.692</u>
				<u>24.774.818</u>

## 8. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA PERDA COM CRÉDITOS

O somatório da carteira de operações de crédito e o valor da respectiva provisão para créditos de liquidação duvidosa em 31 de dezembro de 2009, estão segregados de acordo com as normas vigentes e assim representados:

### a) Por níveis de risco e vencimento

DEMONSTRATIVO DE CLASSIFICAÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (R\$ mil)							
Classificação	Situação	Atraso em dias	% Provisão	Tipo de pessoa		Total	Provisão
				Jurídica	Física		
AA	Normal						
A	Normal	De 0 a 14	0,50%	7.758	52.147	59.905	301
B	Normal		1,00%	311	245	556	
	Vencido	de 15 a 30	1,00%	326	2.777	3.103	37
C	Normal		3,00%		133	133	
	Vencido	de 30 a 60	3,00%	4	3.309	3.313	104
D	Normal		10,00%		255	255	
	Vencido	de 60 a 90	10,00%	13	4.411	4.424	468
E	Normal		30,00%		67	67	
	Vencido	de 90 a 120	30,00%	4	3.111	3.115	956
F	Normal		50,00%		41	41	
	Vencido	de 120 a 150	50,00%	31	2.641	2.672	1.362
G	Normal		70,00%		28	28	
	Vencido	de 150 a 180	70,00%		2.342	2.342	1.663
H	Normal		100,00%		83	83	
	Vencido	Acima de 180	100,00%	33	12.837	12.870	13.002
				8.480	84.425	92.905	17.892
	( - ) Parcela de longo prazo					(2.624)	(72)
	Total					90.281	17.820

b) Por níveis tipo da carteira de crédito

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Empréstimos	14.178	4.655
Financiamentos	78.727	74.353
( - ) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(17.892)</u>	<u>(19.749)</u>
	75.013	59.259
( - ) Parcela de longo prazo	<u>(2.552)</u>	<u>(1.937)</u>
	<u>72.461</u>	<u>57.322</u>

c) Por modalidade

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Empréstimos	14.143	4.655
Títulos descontados	35	
Financiamentos	<u>78.727</u>	<u>74.352</u>
	92.905	79.007
( - ) PCLD	<u>(17.892)</u>	<u>(19.748)</u>
	<u>75.013</u>	<u>59.259</u>

**9. OUTROS CRÉDITOS**

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Adiantamento a fornecedores	121	
Adiantamento a funcionários	2	
Devedores depositos em garantia	37	48
Devedores diversos país	440	68
Títulos e créditos a receber		11.167
Impostos e contribuições a compensar	<u>4.677</u>	<u>346</u>
	<u>5.277</u>	<u>11.629</u>

Em 30 de junho de 2009, a Administração, baseada em opinião de seus assessores jurídicos e no trânsito em julgado do Mandado de Segurança nº 2008.70.00.001426-7/PR, bem como do Despacho Decisório relativo ao Pedido de Habilitação, processo nº 10.980.006005/2009-50, contabilizou o montante de R\$ 11.390, relativo ao reconhecimento da inconstitucionalidade da majoração da base de cálculo do PIS e COFINS, promovida pelo art. 3º, parágrafo 1º da Lei nº 9.718/98, cujos montantes foram apurados pela administração da Negresco e parcialmente utilizados para compensação com tributos federais no 2º semestre de 2009.

Em 31 de dezembro de 2009 o saldo remanescente após utilização desses créditos, é de R\$ 4.656, cuja utilização após a homologação ocorrida em 30 de junho de 2009, não foi questionada até a presente data pela Secretaria da Receita Federal.

## 10. IMOBILIZADO DE USO

	Taxa anual de depreciação %	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Custo líquido	
				31.12.2009	31.12.2008
Móveis e equipamentos de uso	10%	942	(200)	742	784
Equipamentos de comunicação	10%	338	(72)	266	241
		<u>1.280</u>	<u>(272)</u>	<u>1.008</u>	<u>1.025</u>

De acordo com o CPC 01 “Redução do Valor Recuperável dos Ativos” os itens do ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. Em 31 de dezembro de 2009, com base em cálculos efetuados, não foram identificados ajustes que necessitem de provisão para redução de seu valor de recuperação.

## 11. ATIVO INTANGÍVEL

	Taxa anual de amortização %	Custo corrigido	Amortização acumulada	Custo líquido	
				31.12.2009	31.12.2008
Sistema de processamento de dados	20%	2.192	(789)	1.403	1.149
Direito de uso sistema de comunicação	10%	179	(45)	134	87
Sistema de transporte	20%	36	(11)	25	32
		<u>2.407</u>	<u>(845)</u>	<u>1.562</u>	<u>1.268</u>

De acordo com o CPC 01 “Redução do Valor Recuperável dos Ativos” os itens do ativo intangível que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. Em 30 de junho de 2009, com base em cálculos efetuados, não foram identificados ajustes que necessitem de provisão para redução de seu valor de recuperação.

## 12. DIFERIDO

	Taxa anual de amortização %	Custo corrigido	Amortização acumulada	Custo líquido	
				31.12.2009	31.12.2008
Gastos de organização e expansão	20%	1.368	(934)	434	830
		<u>1.368</u>	<u>(934)</u>	<u>434</u>	<u>830</u>

Registram valores relativos a gastos com organização e expansão que conforme permitido pela legislação contábil em vigor (OCPC nº 02 "Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis"), permanecerão nesse grupo até a sua realização, cuja amortização não será em prazo superior a 10 anos.

## 13. DEPÓSITOS A PRAZO

	2009	2008
Fundos de investimentos	<u>50.844</u>	
	50.844	
( - ) Parcela de Longo prazo	<u>(41.102)</u>	
	<u>9.742</u>	

Foram contratadas no país, exclusivamente junto à Fundos de Investimentos e Instituições Financeiras, sendo remunerados entre 120% a 130% do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, divulgado mensalmente pela CETIP.

Os vencimentos dos referidos certificados, estão assim demonstrados:

	2009
De 3 a 6 meses	2.121
De 6 a 12 meses	7.621
Acima de 12 meses	<u>41.102</u>
Total	<u>50.844</u>

**14. OBRIGAÇÕES DIVERSAS**

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Obrigações de operação de venda	5.511	
Credores diversos país	5.247	3.446
Pagamentos a efetuar	899	203
Provisão para contingências	752	389
Obrigações por aquisição de bens	83	173
Salários a pagar		<u>36</u>
	<u>12.492</u>	<u>4.247</u>
( - ) Parcela de longo prazo	<u>(752)</u>	<u>(389)</u>
	<u><u>11.740</u></u>	<u><u>3.858</u></u>

As provisões para contingências foram constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. Os saldos em 31 de dezembro de 2009 foram constituídos em montante considerado suficiente para fazer frente a eventuais perdas e referem-se, substancialmente a ações cíveis indenizatórias e trabalhistas.

O saldo de R\$ 5.511 refere-se, integralmente a operações de crédito cedidas mediante coobrigação com outras instituições financeiras.

Do montante de R\$ 5.247 (R\$ 3.446 em 2008) relativo aos credores diversos da Negresco, R\$ 2.606 refere-se integralmente a contas a pagar junto a lojistas que operam com a Instituição.



**15. RECURSOS DE ACEITES CAMBIAIS**

São 39 Letras de Câmbio emitidas pela Instituição, no valor total de R\$ 42.629 (219 Letras de Câmbio - total de R\$ 61.530 em 31 de dezembro de 2008), pactuadas junto a partes relacionadas, com remuneração de 100% do CDI - Certificado de Depósitos Interfinanceiros, como segue:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Até 3 meses	1.419	79
4 a 12 meses	107	11.546
2 a 3 anos	295	8.239
4 a 5 anos	<u>28.482</u>	<u>41.666</u>
	30.303	61.530
( - ) Parcela de longo prazo	<u>(28.776)</u>	<u>(49.905)</u>
	<u>1.527</u>	<u>11.625</u>

**16. OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRIBUTÁRIAS**

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Provisão para IRPJ e CSLL	564	
IRRF retido na fonte a recolher	51	106
PIS, Cofins e CSLL retidos a recolher	35	14
INSS a recolher	21	14
FGTS e recolher	5	4
Outros	6	91
Cofins a recolher		152
PIS a recolher		<u>25</u>
	<u>682</u>	<u>406</u>

## 17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a. Capital social

O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 7.000.000 (R\$ 5.000.000 em 31 de dezembro de 2008), representadas por 7.000.000 (sete milhões) de ações nominativas, sem valor nominal, pertencente 100% a acionistas domiciliados no País.

Em 11 de março de 2008, através de Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações, os acionistas da Sociedade, alienaram 49% (quarenta e nove por cento) da sua posição acionária, à Trade Capital Participações Ltda., onde aguardava autorização do Banco Central. Contudo, em 04 de maio de 2009 a Negresco S.A. solicitou ao Banco Central o arquivamento do processo, sendo assim a alteração no contrato social não foi efetivada.

Em 08 de junho de 2009, através da Ata de Assembléia Extraordinária, foi realizado o aumento de capital no montante de R\$ 2.000.000 (dois milhões de reais), sendo que as ações ficaram distribuídas da seguinte forma:

<u>Acionistas</u>	<u>Nº de ações</u>	<u>Valor das ações</u>	<u>Participação</u>
Orlando Otto Kaesemodel Filho	6.900.000	6.900.000	98,57%
Orlando Otto Kaesemodel Neto	100.000	100.000	1,43%
	<u>7.000.000</u>	<u>7.000.000</u>	<u>100,00%</u>

### b. Reserva legal

Constituída no montante de R\$ 1.400 (R\$ 1.000 em 31 de dezembro de 2008), em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, à base de 5% do lucro líquido de cada exercício, até atingir o limite de 20% do capital social integralizado.

c. Reserva especial para dividendo obrigatório não distribuído

Do saldo remanescente da reserva especial para dividendo obrigatório não distribuído, em 30 de junho de 2009 no montante de R\$ 11.205 (R\$ 6.111 em 31 de dezembro de 2008), constituídos com os lucros acumulados até aquela data, R\$ 5.000 foi destinado a pagamento de dividendos, distribuídos na proporção da participação de cada acionista em 25 de novembro de 2.009, permanecendo à disposição dos acionistas o montante de R\$ 6.205, conforme demonstrado:

	Reserva especial de lucros
Saldo em 30 de junho de 2009	11.205
( - ) Distribuição de dividendos	<u>(5.000)</u>
Saldo à disposição dos acionistas	<u>6.205</u>

Em conformidade com o artigo nº 202 da Lei das Sociedades por Ações, o saldo remanescente dos lucros acumulados em 31 de dezembro de 2009, após a constituição das reservas obrigatórios, o montante de R\$ 3.329, foi transferido para constituição da reserva especial para dividendo obrigatório não distribuído, cuja destinação será deliberada pelos acionistas em Assembléia Geral Ordinária, cujo saldo em 31 de dezembro de 2009 está composto da seguinte forma:

	Reserva especial de lucros
Saldo após distribuição em 20 de julho de 2009	6.205
Constituição reserva especial de lucros	<u>3.329</u>
Saldo à disposição dos acionistas em 31.12.2009	<u>9.534</u>

d. Patrimônio de referencia exigido - PRE (Acordo Basileia II)

A Negresco mantém patrimônio de referência (PR) compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, nos termos da Resolução BACEN 3.490/08 e normas complementares. Em 31 de dezembro de 2009, o índice da Basileia era de 17,00%, sendo o percentual mínimo exigido o de 11%.

**18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

A Instituição não participa de operações envolvendo instrumentos financeiros registradas em contas de compensação ou patrimoniais que se destinem a atender às necessidades próprias, a fim de reduzir sua exposição a riscos de mercado, moeda e juros.

Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Instituição podem ser considerados como:

- Risco de crédito

Visando a mitigação do Risco de Crédito, a Negresco atua continuamente no acompanhamento dos processos das atividades de crédito, nos aprimoramentos, aferição e elaboração de inventários dos modelos de concessão e recuperação de crédito, no monitoramento de concentrações e na identificação de novos componentes que ofereçam riscos de crédito.

- Risco operacional

Nos exercícios de 2009 e de 2008, a Negresco deu continuidade aos seus esforços para o fortalecimento de seu ambiente de controles internos. O aprimoramento constante das práticas de Governança Corporativa e o investimento contínuo na evolução dos processos e dos controles internos são objetivos permanentes da Administração.

- Risco de mercado

Os riscos de mercado são gerenciados por meio de metodologias e modelos aderentes e condizentes com a realidade do mercado nacional, permitindo embasar decisões estratégicas da Instituição com grande agilidade e alto grau de confiança. A Negresco emprega uma política conservadora na administração de sua exposição a risco de mercado.

Determinação do valor de mercado dos instrumentos financeiros

Operações de crédito prefixadas foram determinadas mediante desconto dos fluxos de caixa estimados, adotando as taxas de juros praticadas pela Negresco em novos contratos de características similares. As referidas taxas são compatíveis com o mercado na data do balanço.

**19. DEMONSTRAÇÃO DO EBITDA/LAJIDA - INFORMAÇÃO ADICIONAL**

		Exercícios findos em 31 de dezembro	
	1º.07.2009 a 31.12.2009	2009	2008
Lucro líquido do exercício / semestre	3.462	8.823	3.046
Resultado financeiro	570	(14.164)	(569)
(+) IRPJ e CSSL	2452	5.704	4.619
(+) depreciação/amortização	437	876	719
<b>LAJIDA (EBITDA) *</b>	<b>6.921</b>	<b>1.239</b>	<b>7.815</b>

\* LAJIDA - Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização

\* EBITDA - Earning before interest, tax, depreciation and amortization

\* \* \*

**DIRETORIA**

Orlando Otto Kaesemodel Filho - Diretor

Sergio Shoji Yamamoto - Diretor

Enio Antonio Lena

**CONTADOR**

Enio Antonio Lena  
CRC (PR) 044136/O-7  
CPF 543.956.150-15

**NEGRESO S.A. – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS**

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007,  
E PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

A BDO International é uma rede mundial de empresas de auditoria denominadas firmas-membro BDO. Cada firma-membro é uma entidade juridicamente independente em seu próprio país. A rede é coordenada pela BDO Global Coordination B.V., constituída na Holanda, com sua sede estatutária em Eindhoven (número de registro comercial 33205251) e com um escritório na Boulevard de la Woluwe 60, 1200 Bruxelas, Bélgica, onde está situado o Escritório Executivo Internacional.

**NEGRESO S.A. – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS**

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE  
DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007**  
(Valores expressos em milhares de reais)

**CONTEÚDO**

Parecer dos auditores independentes

Quadro 1 - Balanço patrimonial

Quadro 2 - Demonstração do resultado

Quadro 3 - Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Quadro 4 - Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações contábeis.





BDO Trevisan

BDO Trevisan Auditores  
Independentes  
Al. Doutor Carlos de Carvalho, 655  
Edifício New Port - 10º andar  
Curitiba - PR - Brasil  
80430-180

Tel.: +55 (41) 3112-2170  
Fax.: +55 (41) 3112-2170  
www.bdotrevisan.com.br

## PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas  
Negresco S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos  
Curitiba - PR

1. Examinamos o balanço patrimonial da Negresco S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos, levantado em 31 de dezembro de 2008, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Instituição; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Instituição, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Negresco S.A. – Crédito, Financiamentos e Investimentos em 31 de dezembro de 2008, as mutações de seu patrimônio líquido e os fluxos de caixa correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. As demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentadas para fins de comparabilidade, compreendendo o balanço patrimonial e as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos do respectivo exercício, foram examinadas por outros auditores independentes, que sobre elas emitiram parecer sem ressalva em 31 de janeiro de 2008. Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, as práticas contábeis adotadas no Brasil foram alteradas a partir de 1º de Janeiro de 2008. As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentadas de forma conjunta com as demonstrações contábeis do exercício de 2008, foram elaboradas de acordo ao Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória no 449/08, e estão sendo reapresentadas com os respectivos ajustes para fins de comparação entre os exercícios.



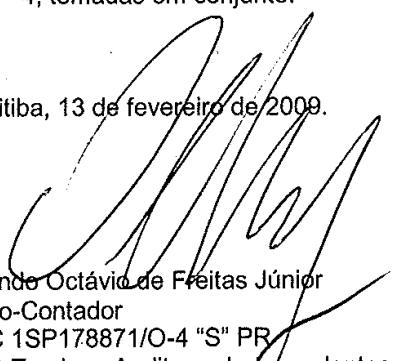
BDO Trevisan

## PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

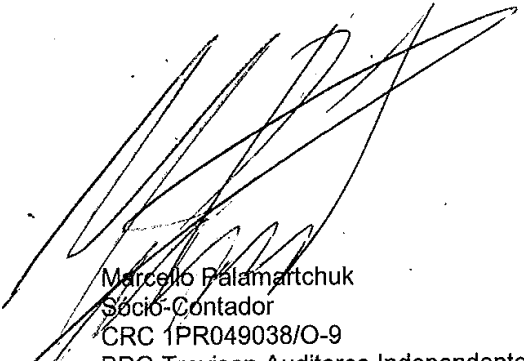
Aos Administradores e Acionistas  
Negresco S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos  
Curitiba - PR

5. A demonstração dos fluxos de caixa correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, preparadas em conexão com as demonstrações contábeis do exercício de 2008, foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos no parágrafo 2 e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis mencionadas no parágrafo 4, tomadas em conjunto.

Curitiba, 13 de fevereiro de 2009.



Orlando Octávio de Freitas Júnior  
Sócio-Contador  
CRC 1SP178871/O-4 "S" PR  
BDO Trevisan Auditores Independentes  
CRC 2SP013439/O-5 "S" PR



Marcelo Palamartchuk  
Sócio-Contador  
CRC 1PR049038/O-9  
BDO Trevisan Auditores Independentes  
CRC 2SP013439/O-5 "S" PR

**QUADRO 1**

**NEGRESO S/A - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS**  
**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007**  
**(Valores expressos em milhares de reais)**

ATIVO	2008	2007 (reclassificado)	PASSIVO	2008	2007 (reclassificado)
<b>CIRCULANTE</b>			<b>CIRCULANTE</b>		
Disponibilidades (nota 5)	541	5.131	Recursos de aceites cambiais (nota 13)	11.625	32.202
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 6)	3.701	5.653	Obrigações diversas (notas 4 e 12)	4.247	6.222
Operações de crédito (nota 7)	57.322	62.264	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	51	39
Outros créditos (notas 4 e 8)	11.629	1.563	Obrigações sociais e estatutárias	11	3.613
Total do ativo circulante	73.193	74.611	Obrigações fiscais e tributárias (nota 14)	406	3.338
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			Total do passivo circulante	16.340	45.614
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
Operações de crédito (nota 7)	1.937	3.088	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
	1.937	3.088	Recursos de aceites cambiais (nota 13)	49.905	25.225
			Total do passivo não circulante	49.905	25.225
<b>PERMANENTE</b>			<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO (nota 15)</b>		
Investimentos	103	85	Capital social (nota 15a)	5.000	5.000
Imobilizado (nota 9)	1.112	711	Reserva legal (nota 15b)	1.000	1.000
Intangível (nota 10)	1.181	801	Reserva especial de lucros (nota 15c)	6.111	3.670
Diferido (nota 11)	830	1.213	Lucros acumulados		
			Total do patrimônio líquido	12.111	9.670
Total do ativo não circulante	3.226	2.810			
	5.163	5.898			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>78.356</b>	<b>80.509</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>78.356</b>	<b>80.509</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**QUADRO 2**

**NEGRESCO S/A - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS**

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007, E PERÍODO INICIADO EM 1º DE JANEIRO E FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2008**  
(Valores expressos em milhares de reais)

	1º.01.2008 a 30.06.2008	1º.01.2008 a 31.12.2008	1º.01.2007 a 31.12.2007 (reclassificado)
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>			
Operações de crédito	31.145	56.627	49.903
Resultado de títulos e valores mobiliários	128	280	126
<b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>			
Operações de captação no mercado	(4.607)	(8.256)	(6.888)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(12.822)	(24.604)	(15.633)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>13.844</b>	<b>24.047</b>	<b>27.508</b>
<b>RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>			
Receitas de prestação de serviços	61	316	338
Despesas de pessoal	(436)	(827)	(1.043)
Outras despesas administrativas	(10.062)	(17.230)	(11.541)
Despesas tributárias	(1.230)	(2.256)	(2.083)
Outras receitas operacionais	630	893	386
Outras despesas operacionais	(272)	(324)	(253)
	<b>(11.309)</b>	<b>(19.428)</b>	<b>(14.196)</b>
<b>LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO</b>	<b>2.535</b>	<b>4.619</b>	<b>13.312</b>
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(179)	(1.573)	(4.722)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO</b>	<b>2.356</b>	<b>3.046</b>	<b>8.590</b>
Quantidade de ações no final do exercício	5.000	5.000	5.000
Lucro por lote de mil ações de capital no final do semestre/exercício	0,47	0,61	1,72

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO 3

NEGRESO S/A - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital realizado	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva especial de lucros		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006	5.000	771		1.200	6.971
Ajustes de exercícios anteriores					
Lucro do exercício				171	171
Destinação do resultado:				8.590	8.590
Constituição de reserva legal - 5%		229		(229)	
Distribuição de dividendos				(5.618)	(5.618)
Juros sobre o capital próprio				(444)	(444)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 - (reclassificado)	5.000	1.000		3.670	9.670
Lucro do exercício				3.046	3.046
Destinação do resultado:					
Constituição de reserva especial de lucros			6.111	(6.111)	
Juros sobre o capital próprio				(605)	(605)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008	5.000	1.000	6.111		12.111

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**QUADRO 4**

**NEGRESCO S/A - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS**

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007  
(Valores expressos em milhares de reais)**

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
<b>FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Lucro líquido do exercício	3.046	8.590
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:		
. Ajustes de exercícios anteriores		171
. Depreciações e amortizações	<u>719</u>	<u>350</u>
	3.765	9.111
Redução (aumento) nos ativos:		
Operações de crédito	6.093	(6.202)
Despesas antecipadas		5
Outros créditos	<u>(10.066)</u>	<u>(31)</u>
	(3.973)	(6.228)
Aumento (redução) nos passivos:		
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	12	12
Obrigações sociais e estatutárias	(3.602)	1.561
Obrigações fiscais e tributárias	(3.132)	685
Obrigações diversas	<u>(1.976)</u>	<u>3.838</u>
	(8.698)	6.096
<b>RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES (APLICADOS) DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<u>(8.906)</u>	<u>8.979</u>
<b>FLUXOS DE CAIXA APLICADOS NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
Adições ao ativo permanente	<u>(1.135)</u>	<u>(2.953)</u>
<b>RECURSOS LÍQUIDOS APLICADOS NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>	<u>(1.135)</u>	<u>(2.953)</u>
<b>FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Depósitos interfinanceiros		(1.123)
Recursos de acções cambiais	4.103	10.662
Dividendos distribuídos		(5.618)
Pagamento de juros sobre o capital próprio	<u>(604)</u>	<u>(444)</u>
<b>RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<u>3.499</u>	<u>3.477</u>
Aumento (redução) no caixa e equivalentes	<u>(6.542)</u>	<u>9.503</u>
Disponibilidades no início do exercício	<u>10.784</u>	<u>1.281</u>
Disponibilidades no final do exercício	<u>4.242</u>	<u>10.784</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## NEGRESCO S.A. – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007 (Valores expressos em milhares de reais)

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Sociedade tem por objetivo a realização de financiamentos para aquisição de bens e serviços, financiamentos para capital de giro, empréstimos pessoais, bem como todas as demais operações ativas, passivas e acessórias a que estão legalmente autorizadas às Instituições da mesma natureza.

#### 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Negresco S.A. Crédito Financiamento e Investimentos foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76, sendo adotadas pela primeira vez no exercício de 2008, as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08, para a contabilização das operações, associadas, quando aplicável, às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, quando aplicável, provisão para contingências, outras provisões, e sobre a determinação da vida útil de determinados ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

##### Mudança da Legislação Societária Brasileira

Em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei nº 11.638/07, a qual modifica, revoga e introduz novas disposições da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76. A referida lei estabelece diversas alterações sobre a elaboração de demonstrações contábeis, visando o alinhamento com as normas internacionais de contabilidade e atribui à Comissão de Valores Mobiliários – CVM a prerrogativa de emitir normas para as companhias de capital aberto.



A Negresco está adotando pela primeira vez a Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08 em suas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2008. As principais alterações introduzidas pela Lei têm aplicação a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2008 e referem-se a: (i) substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos – DOAR pela Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC; (ii) obrigatoriedade de avaliação do grau de recuperação de ativos não-circulantes; (iii) introdução do conceito de Ajuste a Valor Presente para as operações ativas e passivas de longo prazo e para as relevantes de curto prazo; e (iv) segregação do ativo permanente em ativo imobilizado e ativo intangível.

As alterações acima não ocasionaram efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Negresco em 31 de dezembro de 2008, no cenário econômico atual, todavia, permanece acompanhando as normatizações que estão sendo elaboradas pelos órgãos reguladores para determinar com segurança os efeitos da adoção plena da nova lei.

Adicionalmente, em atendimento à MP 449/2008 e conforme Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis nº 02 de 30 de janeiro de 2009 (OCPC nº 02) e Pronunciamento Técnico nº 04 (Ativo Intangível) do CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis, as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2007 foram reclassificadas para propiciar uniformidade e comparabilidade. A comparação entre os saldos apresentados nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2007 e os saldos reclassificados para fins de comparabilidade estão demonstrados a seguir:

	31.12.2007	
	Apresentado	Reclassificado
<u>Ativo permanente</u>		
Imobilizado	1.512	711
Intangível		801
<u>Resultado não operacional</u>		
Despesas não operacionais	(66)	
Outras despesas operacionais	(187)	(253)

### 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Dentre as principais práticas adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis da instituição, emanadas das disposições da legislação societária, associadas às normas e instruções específicas do Banco Central do Brasil, destacam-se:

#### a. Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Negresco.

#### b. Apuração do resultado, ativos e passivos circulante e a longo prazo

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério “pro-rata” dia e calculadas com base no método exponencial, atualizadas até a data do balanço.

#### c. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

#### d. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registrados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

- a) Operações de crédito – estão registradas pelo valor atualizado pelas rendas incorridas até a data de encerramento do balanço, segundo o critério pró-rata dia. As operações de crédito, são classificadas nos respectivos níveis de risco, observados: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682 do CMN, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco.

As principais operações de crédito são compostas por empréstimos e financiamentos, cujas operações são realizadas com pessoas Físicas e Jurídicas, características estas da Carteira Comercial.

- b) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - foi constituída nos termos da resolução nº 2.682 de 21/12/99, do Banco Central do Brasil, em montante julgado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de créditos a receber, levando-se em consideração a análise das operações em atraso e dos riscos específicos apresentados por cliente. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

Nível	Intervalo de atraso	Percentual de Provisão
AA	Até 14 dias	
A	Até 14 dias	0,50%
B	De 15 à 30 dias	1,00%
C	De 31 à 60 dias	3,00%
D	De 61 à 90 dias	10,00%
E	De 91 à 120 dias	30,00%
F	De 121 à 150 dias	50,00%
G	De 151 à 180 dias	70,00%
H	Acima de 180 dias	100,00%

As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, por no mínimo cinco anos, não sendo mais registradas em contas patrimoniais.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

f. Ativo imobilizado

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da instituição.

E demonstrado pelo custo de aquisição, líquidos das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens, a taxas fixadas por espécie de bens, de acordo com a nota explicativa número 9. O Imobilizado não supera seu provável valor de recuperação e foi submetido ao *impairment test*.

g. Ativo Intangível

O intangível é registrado ao custo de desenvolvimento ou aquisição. A amortização é calculada pelo método linear, à taxa mencionada na nota explicativa nº 10 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos intangíveis. O intangível não supera seu provável valor de recuperação e foi submetido ao *impairment test*.

h. Ativo Diferido

É demonstrado ao custo de aquisição ou formação e amortizado pelo método linear pelo prazo de cinco anos ou pelo prazo de vigência dos contratos de aluguéis. A administração entende que o diferido não supera seu provável valor de recuperação, foi submetido ao *impairment test* e desta forma não será revertido.

i. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros – (*impairment*)

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do exercício.

A partir de 2008, os valores dos ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por impairment.

j. Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base "pro-rata" dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base "pro-rata" dia).

k. Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre a parte deste lucro que excedeu a R\$ 240 mil (cento e oitenta mil reais), e inclui incentivos fiscais, cuja opção é formalizada na declaração de rendimentos. A Medida Provisória (MP) n.º 413, de 3 de janeiro de 2008, convertida na Lei n.º 11.727 de 23 de junho de 2008, elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL das empresas do setor financeiro de 9% para 15% do lucro tributável a partir de 1º de maio de 2008.

De acordo com a Medida Provisória n.º 449/08, as modificações no critério de reconhecimento de receita, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei n.º 11.638/07 e pelos artigos 36 e 37 da referida Medida Provisória, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Transição – RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007.

l. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução BACEN n.º 3.535, de 31 de janeiro de 2008, e nas Normas e Procedimentos de Contabilidade - NPC 22, do Instituto dos Auditores Independentes - IBRACON, combinados com na Deliberação CVM n.º 489/05, da seguinte forma:

- a) Ativos Contingentes - não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível;

- b) Contingências Passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, levando em conta a opinião de assessores jurídicos e da Administração, a natureza das ações, à similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação; e
- c) Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se às demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. Os montantes discutidos são quantificados, provisionados e atualizados mensalmente.

#### 4. COMPOSIÇÃO DE SALDOS DO BALANÇO PATRIMONIAL

##### a) Ativo circulante

##### Outros créditos

##### Diversos

Devedores depósitos em garantia	48
Impostos e contribuições a compensar	346
Devedores diversos país	68
Títulos e créditos a receber	11.167
	<u>11.629</u>

##### b) Passivo circulante

##### Outras obrigações

##### Diversas

Obrigação por aquisição de bens	173
Provisão para pagamentos a efetuar	239
Provisão para contingências	389
Credores diversos país	3.446
	<u>4.247</u>

**5. DISPONIBILIDADES**

	2008		2007
	31 de dezembro	30 de setembro	31 de dezembro
Banco do Brasil S.A.	113	50	56
Banco Bradesco S.A.	374	522	4.926
Banco Itaú S.A.	31	30	45
Caixa Econômica Federal	6	4	12
Banco HSBC S.A.	17	22	92
	<u>541</u>	<u>628</u>	<u>5.131</u>

**6. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ**

	2008		2007
	31 de dezembro	30 de setembro	31 de dezembro
DI - não ligadas	3.704	800	5.655
( - ) Rendas a apropriar	<u>(2)</u>		<u>(2)</u>
	<u>3.702</u>	<u>800</u>	<u>5.653</u>



## 7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA PERDA EM CRÉDITO

O somatório da carteira de operações de crédito e o valor da respectiva provisão para créditos de liquidação duvidosa em 30 de setembro de 2008, estão segregados de acordo com as normas vigentes e assim representados:

### a) Por níveis de risco e vencimento

DEMONSTRATIVO DE CLASSIFICAÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (R\$ mil)							
Classificação	Situação	Atraso em dias	% Provisão	Tipo de pessoa		Total	Provisão
				Jurídica	Física		
AA	Normal						
A	Normal	De 0 a 14	0,50%	963	48.483	49.446	375
B	Normal		1,00%	5	642	647	67
	Vencido	de 15 a 30	1,00%	4	3.454	3.458	
C	Normal		3,00%		183	183	129
	Vencido	de 30 a 60	3,00%		2.828	2.828	
D	Normal		10,00%	23	47	70	337
	Vencido	de 60 a 90	10,00%	17	2.451	2.468	
E	Normal		30,00%		19	19	947
	Vencido	de 90 a 120	30,00%	5	2.369	2.374	
F	Normal		50,00%		16	16	1.529
	Vencido	de 120 a 150	50,00%	16	2.279	2.295	
G	Normal		70,00%		10	10	1.890
	Vencido	de 150 a 180	70,00%	1	2.162	2.163	
H	Normal		100,00%		34	34	14.474
	Vencido	Acima de 180	100,00%	37	12.959	12.996	
Total				1.071	77.936	79.007	19.748

## 8. OUTROS CRÉDITOS

	2008		2007
	31 de dezembro	30 de setembro	31 de dezembro
Adiantamentos a funcionários		3	
Devedores por depósitos em garantia	48	48	106
Impostos e contribuições a compensar	346	11	8
Títulos e créditos receber	11.167	3.842	847
Devedores diversos no país	68	409	602
	11.629	4.313	1.563

**9. IMOBILIZADO DE USO**

	Taxa anual de depreciação %	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Custo líquido	
				2008	2007
Móveis e equipamentos de uso	10%	888	(104)	784	577
Equipamentos de comunicação	10%	313	(72)	241	134
Direitos de uso sistemas de comunicação	10%	106	(19)	87	
		<u>1.307</u>	<u>(195)</u>	<u>1.112</u>	<u>711</u>

De acordo com o CPC 01 "Redução do Valor Recuperável dos Ativos" os itens do ativo imobilizado e intangível que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. Em 31 de dezembro de 2008, com base em cálculos efetuados, não foram identificados ajustes que necessitem de provisão para redução de seu valor de recuperação.

**10. ATIVO INTANGÍVEL**

	Taxa anual de amortização %	Custo corrigido	Amortização acumulada	Custo líquido	
				2008	2007
Sistema de processamento de dados	20%	1.589	(440)	1.149	749
Sistema de transporte	20%	35	(3)	32	52
		<u>1.624</u>	<u>(443)</u>	<u>1.181</u>	<u>801</u>

**11. DIFERIDO**

	Taxa anual de amortização %	Custo corrigido	Amortização acumulada	Custo líquido	
				2008	2007
Gastos de organização e expansão	20%	1.368	(538)	830	1.213
		<u>1.368</u>	<u>(538)</u>	<u>830</u>	<u>1.213</u>

Registram valores relativos a gastos com organização e expansão que conforme permitido pela legislação contábil em vigor (OCPC nº 02 "Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis"), permanecerão nesse grupo até a sua realização, cuja amortização não será em prazo superior a 10 anos.

## 12. OBRIGAÇÕES DIVERSAS

	2008		2007
	31 de dezembro	30 de setembro	31 de dezembro
Salários a pagar	2		7
Contratos a pagar	2.303	5.282	3.538
Contratos de leasing a pagar	980	727	829
Outros credores	161	216	154
Provisão para contingências	389	231	173
Provisão de pagamentos a efetuar	239	1.000	416
Obrigações por aquisição de bens	173	264	242
Contas a pagar Crediparaná			863
	<u>4.247</u>	<u>7.720</u>	<u>6.222</u>

As provisões para contingências foram constituídas levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. Os saldos em 31 de dezembro de 2008 foram constituídos em montante considerado suficiente eventuais perdas e referem-se, substancialmente, a ações cíveis indenizatórias.

## 13. RECURSOS DE ACEITES CAMBIAIS

	2008		2007
	31 de dezembro	30 de setembro	31 de dezembro
Letras de câmbio	<u>61.530</u>	<u>60.385</u>	<u>57.427</u>
	<u>61.530</u>	<u>60.385</u>	<u>57.427</u>

Rubrica está composta por saldos relativos à emissão de 219 Letras de Câmbio emitidas pela Instituição, no valor total de R\$ 61.530 (R\$ 57.427 em 31 de dezembro de 2007), pactuadas junto a partes relacionadas, a taxas usuais de mercado, cuja remuneração é realizada à taxa de 100% do CDI – Certificado de Depósitos Interfinanceiros.

A composição em 31 de dezembro de 2008 do saldo relativo às letras de câmbio, por vencimento é assim apresentada:

	Vencimento				Total
	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	
Recursos de aceites cambiais	79	11.546	8.239	41.666	61.530

#### 14. OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRIBUTÁRIAS

	2008		2007
	31 de dezembro	30 de setembro	31 de dezembro
Provisão para IRPJ e CSLL		406	3.045
IRRF retido na fonte a recolher	106	41	32
PIS, Cofins e CSLL retidos a recolher	14	33	28
INSS a recolher	14	12	18
FGTS a recolher	4	3	4
Cofins a recolher	152	224	295
PIS a recolher	25	35	48
Outros	91	1	68
	<u>406</u>	<u>755</u>	<u>3.538</u>

#### 15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

##### a. Capital social

O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 5.000.000 (Idem em 30 de junho de 2008), representadas por 5.000.000 de ações nominativas, sem valor nominal, pertencente a acionistas domiciliados no País.

Em 11 de março de 2008, através de Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações, os acionistas da Sociedade, alienaram 49% (quarenta e nove por cento) da sua posição acionária, à Trade Capital Participações Ltda.. A Administração da Sociedade aguarda autorização do Banco Central para formalizar a referida alteração societária, bem como efetuar os registros nos respectivos atos societários.

b. Reserva legal

Constituída no montante de R\$ 1.000 (idem em 2007), em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, à base de 5% do lucro líquido de cada exercício, até atingir o limite de 20% do capital social integralizado.

c. Reserva especial para dividendo obrigatório não distribuído

Em conformidade com o artigo nº 202 da Lei das Sociedades por Ações, o saldo remanescente dos lucros acumulados em 31 de dezembro de 2008 no montante de R\$ 6.111, foi transferido para constituição da reserva especial para dividendo obrigatório não distribuído, cuja destinação será deliberada pelos acionistas em Assembléia Geral Ordinária.

**16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

A Instituição não participa de operações envolvendo instrumentos financeiros registradas em contas de compensação ou patrimoniais que se destinem a atender às necessidades próprias, a fim de reduzir sua exposição a riscos de mercado, moeda e juros.

Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Instituição podem ser considerados como:

- Risco de crédito

Visando a mitigação do Risco de Crédito, a Negresco atua continuamente no acompanhamento dos processos das atividades de crédito, nos aprimoramentos, aferição e elaboração de inventários dos modelos de concessão e recuperação de crédito, no monitoramento de concentrações e na identificação de novos componentes que ofereçam riscos de crédito.

- Risco de mercado

Os riscos de mercado são gerenciados por meio de metodologias e modelos aderentes e condizentes com a realidade do mercado nacional, permitindo embasar decisões estratégicas da Instituição com grande agilidade e alto grau de confiança.

Determinação do valor de mercado dos instrumentos financeiros

Operações de crédito prefixadas foram determinadas mediante desconto dos fluxos de caixa estimados, adotando as taxas de juros praticadas pela Negresco em novos contratos de características similares. As referidas taxas são compatíveis com o mercado na data do balanço.

**18. DEMONSTRAÇÃO DO EBITDA/LAJIDA – INFORMAÇÃO ADICIONAL**

	2008	2007
Lucro líquido do exercício	3.046	8.590
(+) IRPJ e CSSL	4.722	1.573
(+) depreciação/amortização	719	350
<b>LAJIDA (EBITDA) *</b>	<b>8.487</b>	<b>10.513</b>

\* LAJIDA - Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização  
\* EBITDA - Earning before interest, tax, depreciation and amortization

\* \* \*

**DIRETORIA**

Orlando Otto Kaesemodel Filho - Diretor

Eduardo Alexandre Novakowski – Diretor

Sergio Shoji Yamamoto – Diretor

**CONTADOR**

Enio Antonio Lena  
CRC (PR) 044136/O-7  
CPF 543.956.150-15

**NEGRESO S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E  
INVESTIMENTOS**

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS  
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2010 E  
DE 2009,  
E PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

BDO Auditores Independentes, uma empresa brasileira de sociedade simples, é membro da BDO International Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas membro independentes. BDO é o nome comercial para a rede BDO e cada uma das Firmas Membro BDO.



**NEGRESCO S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS**

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2010  
E DE 2009**

**(Valores expressos em milhares de reais)**

**CONTEÚDO**

Parecer dos auditores independentes

Quadro 1 - Balanços patrimoniais

Quadro 2 - Demonstração dos resultados

Quadro 3 - Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Quadro 4 - Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações contábeis.



Tel.: +55 (41) 3112-2170  
Fax.: +55 (41) 3112-2177  
www.bdobrazil.com.br

BDO Auditores Independentes  
Al. Doutor Carlos de Carvalho, 655  
Edifício New Port Business Center, 10º andar  
Curitiba - PR - Brasil  
80430-180

## PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas  
Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos  
Curitiba - PR

1. Examinamos o balanço patrimonial da Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos, levantado em 30 de junho de 2010, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes ao semestre findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, e compreendeu: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Instituição; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Instituição, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos em 30 de junho de 2010, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e os fluxos de caixa correspondentes ao semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.



Tel.: +55 (41) 3112-2170  
Fax.: +55 (41) 3112-2177  
www.bdobrazil.com.br

BDO Auditores Independentes  
Al. Doutor Carlos de Carvalho, 655  
Edifício New Port Business Center, 10º andar  
Curitiba - PR - Brasil  
80430-180

## **PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Aos Administradores e Acionistas  
Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos  
Curitiba - PR

4. Conforme mencionado na nota explicativa nº 17.d, o patrimônio líquido de referência exigido - PRE (Acordo Basileia II) da Negresco S.A. Crédito, Financiamento e Investimentos, não encontra-se enquadrado conforme previsto nas resoluções nº 3.490 de 29 de agosto de 2007 e nº 3.444 de 28 de fevereiro de 2007, fato esse já notificado pelo Banco Central do Brasil, bem como já tomada as providências para sua regularização.
5. As demonstrações contábeis referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2009 apresentadas para fins da comparação, foram por nós examinadas e sobre elas emitimos parecer de auditoria sem ressalva em 25 de agosto de 2009.

Curitiba, 23 de julho de 2010.

Marcello Palamartchuk  
Sócio - Contador  
CRC 1PR049.038/O-9  
BDO Auditores Independentes  
CRC 2SP013.439/O-5 "S" PR

QUADRO 1

NEGRESO S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2010 E DE 2009  
(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	2010	2009	PASSIVO	2010	2009
<b>CIRCULANTE</b>			<b>CIRCULANTE</b>		
Disponibilidades (nota 5)	697	685	Depósitos a prazo (nota 13)	29.732	17.403
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 6)	6.990	8.840	Recursos de aceites cambiais (nota 15)	6.885	1.599
Títulos e valores mobiliários (nota 7)	15.364		Obrigações diversas (notas 4 e 14)	5.797	8.018
Operações de crédito (nota 8)	98.597	68.783	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	120	65
Outros créditos (notas 4 e 9)	2.431	13.717	Obrigações fiscais e tributárias (nota 16)	1.462	3.296
Despesas antecipadas	1.877	185	Total do passivo circulante	43.996	30.381
Total do ativo circulante	125.956	92.210	<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			Depósitos a prazo (nota 13)	35.408	11.372
Operações de crédito (nota 8)	6.602	1.559	Recursos de aceites cambiais (nota 15)	35.133	35.271
			Obrigações diversas (notas 4 e 14)		249
	6.602	1.559	Total do passivo não circulante	70.541	46.892
<b>PERMANENTE</b>			<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO (nota 17)</b>		
Investimentos	102	102	Capital social (nota 17a)	7.000	7.000
Imobilizado (nota 10)	1.050	1.031	Reserva legal (nota 17b)	1.400	1.267
Intangível (nota 11)	1.454	1.235	Reserva especial de lucros (nota 17c)	12.497	11.204
Diferido (nota 12)	270	607	Total do patrimônio líquido	20.897	19.471
Total do ativo não circulante	2.876	2.975			
	9.478	4.534			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>135.434</b>	<b>96.744</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>135.434</b>	<b>96.744</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**QUADRO 2**

**NEGRESCO S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS**

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2010 E DE 2009**

(Valores expressos em milhares de reais)

	1º.01.2010 a 30.06.2010	1º.01.2009 a 30.06.2009
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		
Operações de crédito	29.978	20.921
Resultado de títulos e valores mobiliários	13.648	312
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		
Operações de captação no mercado	(5.172)	(3.825)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(15.727)	(14.132)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	22.727	3.276
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		
Receitas de prestação de serviços	55	26
Despesas de pessoal	(155)	(240)
Despesas administrativas	(15.066)	(8.681)
Despesas tributárias	(15)	(502)
Outras receitas operacionais	1.038	15.472
Outras despesas operacionais	(348)	(738)
	(14.491)	5.337
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO	8.236	8.613
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(3.273)	(3.252)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	4.963	5.361
Quantidade de ações no final do semestre	7.000	7.000
Lucro por lote de mil ações de capital no final do semestre	0,71	0,77

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO 3

NEGRESCO S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2010 E DE 2009  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital realizado	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva especial de lucros			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008	5.000	1.000	6.111			12.111
Aumento de capital conforme ata da Assembléia Geral Extraordinária realizada em 08.06.2009	2.000					2.000
Lucro do semestre					5.361	5.361
Destinação do resultado:						
.Reserva legal		268			(268)	
.Constituição de reserva especial de lucros			5.093		(5.093)	
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2009	7.000	1.268	11.204			19.472
Lucro líquido do semestre					3.462	3.462
Destinação do resultado:						
.Reserva legal		132			(132)	
.Distribuição de dividendos			(5.000)			(5.000)
.Constituição de reserva especial de lucros			3.330		(3.330)	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	7.000	1.400	9.534			17.934
Lucro do semestre					4.963	4.963
Destinação do resultado:						
.Distribuição de dividendos			(2.000)			(2.000)
.Constituição de reserva especial de lucros (nota 17.c)			4.963		(4.963)	
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2010	7.000	1.400	12.497			20.897

**QUADRO 4****NEGRESCO S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS****DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2010 E DE 2009**  
**(Valores expressos em milhares de reais)**

	1º.01.2010 a 30.06.2010	1º.01.2009 a 30.06.2009
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do semestre	4.963	5.361
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:		
. Depreciações e amortizações	484	440
Redução (aumento) nos ativos:		
Títulos e valores mobiliários	9.411	
Operações de crédito	(30.186)	(11.083)
Despesas antecipadas	95	(185)
Outros créditos	2.846	(2.088)
Aumento (redução) nos passivos:		
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	(76)	14
Obrigações sociais e estatutárias		(11)
Obrigações fiscais e tributárias	780	2.890
Obrigações diversas	(6.695)	4.020
RECURSOS LÍQUIDOS APLICADOS NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(18.378)	(642)
FLUXOS DE CAIXA APLICADOS NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Adições ao ativo permanente	(254)	(190)
RECURSOS LÍQUIDOS APLICADOS NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(254)	(190)
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Depósitos a prazo	14.296	28.775
Recursos de aceites cambiais	11.715	(24.660)
Distribuição de dividendos	(2.000)	
Aumento de capital		2.000
RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	24.011	6.115
Aumento no caixa e equivalentes	5.379	5.283
Disponibilidades no início do semestre	2.308	4.242
Disponibilidades no final do semestre	7.687	9.525

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



## NEGRESCO S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2010 E DE 2009 (Valores expressos em milhares de reais)

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Sociedade tem por objetivo a realização de financiamentos para aquisição de bens e serviços, para capital de giro, empréstimos pessoais, bem como todas as demais operações ativas, passivas e acessórias a que estão legalmente autorizadas às Instituições da mesma natureza.

#### 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Negresco S.A. Crédito Financiamento e Investimentos foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, sendo adotadas as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas, quando aplicável, às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições Financeiras do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, quando aplicável, provisão para contingências, outras provisões, e sobre a determinação da vida útil de determinados ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

#### 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Dentre as principais práticas adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis da instituição, emanadas das disposições da legislação societária, associadas às normas e instruções específicas do Banco Central do Brasil, destacam-se:

##### a. Moeda funcional e de apresentação

Em atendimento as normas internacionais de contabilidade, as demonstrações financeiras da Instituição esta sendo apresentada em reais, que é a unidade padrão monetária nacional.

b. Apuração do resultado, ativos e passivos circulante e a longo prazo

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério “*pro-rata*” dia e calculadas com base no método exponencial, atualizadas até a data do balanço.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CVM nº 3.064/08, são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e. Títulos e valores mobiliários

Conforme Circulares nº 3.068/01 e nº 3.082/02, do Banco Central do Brasil, os títulos e valores mobiliários são classificados como disponíveis para venda, na categoria de títulos mantidos até o vencimento. Esses títulos são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento e são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período, compostos integralmente por Cotas de Fundo de Investimentos.

f. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

- a) Operações de crédito - estão registradas pelo valor atualizado pelas rendas incorridas até a data de encerramento do balanço, segundo o critério pró-rata dia. As operações de crédito, são classificadas nos respectivos níveis de risco, observados: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682 do CMN, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco.

As principais operações de crédito são compostas por empréstimos e financiamentos, cujas operações são realizadas com pessoas Físicas e Jurídicas, características estas da Carteira Comercial.

- b) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - foi constituída nos termos da Resolução nº 2.682 de 21.12.1999, do Banco Central do Brasil, em montante julgado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de créditos a receber, levando-se em consideração a análise das operações em atraso e dos riscos específicos apresentados por cliente. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

Nível	Intervalo de atraso	Percentual de Provisão
A	De 0 à 14 dias	0,50%
B	De 15 à 30 dias	1,00%
C	De 31 à 60 dias	3,00%
D	De 61 à 90 dias	10,00%
E	De 91 à 120 dias	30,00%
F	De 121 à 150 dias	50,00%
G	De 151 à 180 dias	70,00%
H	Acima de 180 dias	100,00%

As operações em atraso classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, por no mínimo cinco anos, não sendo mais registradas em contas patrimoniais.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível “H” e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

g. Imposto de renda e contribuição social (ativos e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, são registrados na rubrica Outros Créditos - Diversos, e a provisão para as obrigações fiscais é registrada na rubrica Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas financeiras.

De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receita, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 36 e 37 da referida Lei 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Transição - RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007.

h. Ativo imobilizado

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da instituição.

E demonstrado pelo custo de aquisição, líquidos das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens, a taxas fixadas por espécie de bens, de acordo com a nota explicativa número 10. O Imobilizado não supera seu provável valor de recuperação e foi submetido ao impairment test.

i. Ativo Intangível

O intangível é registrado ao custo de desenvolvimento ou aquisição. A amortização é calculada pelo método linear, à taxa mencionada na nota explicativa nº 11 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos intangíveis. O Intangível não supera seu provável valor de recuperação e foi submetido ao impairment test.

j. Ativo Diferido

É demonstrado ao custo de aquisição ou formação e amortizado pelo método linear pelo prazo de cinco anos ou pelo prazo de vigência dos contratos de aluguéis. O Diferido não supera seu provável valor de recuperação e foi submetido ao impairment test.

k. Depósitos e captações no mercado aberto

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “*pro-rata*” dia.

l. Despesas antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços em períodos futuros, conseqüentemente, são registrados no ativo considerando o princípio da competência. Inclui comissões pagas, principalmente à intermediações financeiras, pela colocação de operações de crédito.

Desta forma, com base nos princípios contábeis da “competência” e “confrontação da receita com a despesa”, nas despesas antecipadas são registrados os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes que gerarão receitas em períodos subseqüentes.

m. Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base “*pro-rata*” dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base “*pro-rata*” dia).

n. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução BACEN nº 3.535, de 31 de janeiro de 2008, e nas Normas e Procedimentos de Contabilidade - NPC 22, do Instituto dos Auditores Independentes - IBRACON, combinados com na Deliberação CVM nº 489/05, da seguinte forma:

- a) Ativos Contingentes - não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível;
- b) Contingências Passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, levando em conta a opinião de assessores jurídicos e da Administração, a natureza das ações, à similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação; e
- c) Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se às demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. Os montantes discutidos são quantificados, provisionados e atualizados mensalmente.

**4. COMPOSIÇÃO DE SALDOS DO BALANÇO PATRIMONIAL**

	<u>30.06.2010</u>	<u>30.06.2009</u>
a) <u>Ativo circulante</u>		
<u>Outros créditos</u>		
<u>Diversos</u>		
Adiantamento a fornecedores	162	3
Devedores depositos em garantia	11	245
Devedores diversos país	844	260
Títulos e créditos a receber	1.257	1.422
Impostos e contribuições a compensar	157	11.787
	<u>2.431</u>	<u>13.717</u>
b) <u>Passivo circulante</u>		
<u>Outras obrigações</u>		
<u>Diversas</u>		
Obrigação por aquisição de bens	28	108
Provisão para contingências	800	788
Credores diversos país	3.173	1.984
Provisão para pagamentos a efetuar	1.796	2.137
Obrigação de operação de venda		3.250
	<u>5.797</u>	<u>8.267</u>
(-) Parcela de longo prazo		(249)
	<u>5.797</u>	<u>8.018</u>

## 5. DISPONIBILIDADES

	30.06.2010	30.06.2009
Banco HSBC S.A.	17	6
Banco Itaú S.A.	36	26
Caixa Econômica Federal	68	30
Banco do Brasil S.A.	82	75
Banco Safra S.A.	138	238
Banco Bradesco S.A.	356	310
	<u>697</u>	<u>685</u>

## 6. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	30.06.2010	30.06.2009
DI - não ligadas	6.993	8.842
( - ) Rendas a apropriar	(3)	(2)
	<u>6.990</u>	<u>8.840</u>

## 7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Conforme Circulares nº 3.068/01 e nº 3.082/02, do Banco Central do Brasil, os títulos e valores mobiliários são classificados como disponíveis para venda, na categoria de títulos mantidos até o vencimento. Esses títulos são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento e são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período, compostos integralmente por Cotas de Fundo de Investimentos.

Os títulos são compostos integralmente por 100% das cotas subordinadas de fundo de investimento em direitos creditórios FIDC Credipar I, cujos rendimentos das carteiras cedidas consideram a taxa de juros contratual *pro-rata temporis* deduzido os juros rendidos das cotas sênior, perda e custos administrativos. A remuneração é realizada através dos resultados do FIDC Credipar I e os rendimentos das cotas subordinadas poderão ser resgatados a partir da 36ª cessão de crédito. Em 30 de junho de 2010, os títulos e valores mobiliários, estão compostos da seguinte maneira:



Descrição	Nº de quotas	Valor da quota	30.06.2010
FIDC FINANCEIROS CREDIPAR I	8.281,47139	1,85523	15.364
			15.364

## 8. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA PERDA EM CRÉDITO

O somatório da carteira de operações de crédito e o valor da respectiva provisão para créditos de liquidação duvidosa em 30 de junho de 2010, estão segregados de acordo com as normas vigentes e assim representados:

### a) Por níveis de risco e vencimento

DEMONSTRATIVO DE CLASSIFICAÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (R\$ mil)							
Classificação	Situação	Atraso em dias	% Provisão	Tipo de pessoa		Total	Provisão
				Jurídica	Física		
AA	Normal						
A	Normal	De 0 a 14	0,50%	199	85.729	85.928	475
B	Normal		1,00%	312	288	600	
	Vencido	de 15 a 30	1,00%	121	6.448	6.569	74
C	Normal		3,00%		89	89	
	Vencido	de 30 a 60	3,00%	268	5.129	5.397	168
D	Normal		10,00%		33	33	
	Vencido	de 60 a 90	10,00%	5	3.546	3.551	360
E	Normal		30,00%		8	8	
	Vencido	de 90 a 120	30,00%	3	2.889	2.892	871
F	Normal		50,00%		10	10	
	Vencido	de 120 a 150	50,00%	3	2.854	2.857	1.434
G	Normal		70,00%		4	4	
	Vencido	de 150 a 180	70,00%	4	2.174	2.178	1.530
H	Normal		100,00%		16	16	
	Vencido	Acima de 180	100,00%	60	17.030	17.090	17.113
				977	126.247	127.224	22.026
	( - ) Parcela de longo prazo					(6.757)	(155)
	Total					120.467	21.870

## 9. OUTROS CRÉDITOS

	30.06.2010	30.06.2009
Adiantamentos a fornecedores	162	3
Devedores depósitos em garantia	11	245
Devedores diversos país	844	260
Títulos e créditos a receber	1.257	1.422
Impostos e contribuições a compensar	157	11.787
	<u>2.431</u>	<u>13.717</u>

## 10. IMOBILIZADO DE USO

	Taxa anual de depreciação %	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Custo líquido	
				30.06.2010	30.06.2009
Móveis e equipamentos de uso	10%	993	(247)	746	746
Equipamentos de comunicação	10%	338	(89)	249	257
Sistema de transporte	20%	71	(16)	55	28
		<u>1.402</u>	<u>(352)</u>	<u>1.050</u>	<u>1.031</u>

De acordo com o CPC 01 “Redução do Valor Recuperável dos Ativos” os itens do ativo imobilizado e intangível que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. Em 31 de dezembro de 2009, com base em cálculos efetuados, não foram identificados ajustes que necessitem de provisão para a redução de seu valor de recuperação.

## 11. ATIVO INTANGÍVEL

	Taxa anual de amortização %	Custo corrigido	Amortização acumulada	Custo líquido	
				30.06.2010	30.06.2009
Sistema de processamento de dados	20%	2.349	(1.012)	1.337	1.153
Direitos de uso sistemas de comunicação	10%	179	(62)	117	82
		<u>2.528</u>	<u>(1.074)</u>	<u>1.454</u>	<u>1.235</u>

## 12. DIFERIDO

	Taxa anual de amortização %	Custo corrigido	Amortização acumulada	30.06.2010	Custo líquido 30.06.2009
Gastos de organização e expansão	20%	1.377	(1.107)	270	607
		<u>1.377</u>	<u>(1.107)</u>	<u>270</u>	<u>607</u>

Registram valores relativos a gastos com organização e expansão que conforme permitido pela legislação contábil em vigor (OCPC nº 02 “Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis”), permanecerão nesse grupo até a sua realização, cuja amortização não será em prazo superior a 10 anos.

## 13. DEPÓSITOS A PRAZO

	2010	2009
Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGE)	65.140	28.775
( - ) Parcela de Longo prazo	65.140 (35.408)	28.775 (11.372)
	<u>29.732</u>	<u>17.403</u>
		2010
De 3 a 12 meses		29.732
De 1 a 3 anos		16.368
De 3 a 5 anos		<u>19.040</u>
Total		<u>65.140</u>

Foram contratadas no país depósitos a prazo com garantia especial, resolução n.º 3.692 de 26 de março de 2009, sendo remunerados de 118% a 130% do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI mais IPCA de 7,50% ao ano a 8,40% ao ano, registrados e divulgados pela CETIP e BMF - Bovespa.

#### 14. OBRIGAÇÕES DIVERSAS

	30.06.2010	30.06.2009
Obrigação por aquisição de bens	28	108
Provisão para contingências	800	788
Credores diversos país	3.173	1.984
Salários a pagar		99
Provisão para pagamentos a efetuar	1.796	2.038
Obrigação de operação de venda		3.250
	5.797	8.267
( - ) Parcela de longo prazo		(249)
	5.797	8.018

As provisões para contingências foram constituídas levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. Os saldos foram constituídos em montante considerado suficiente. Eventuais perdas e referem-se, substancialmente, a ações cíveis indenizatórias.

#### 15. RECURSOS DE ACEITES CAMBIAIS

A Rubrica está composta por saldos relativos à emissão de 39 Letras de Câmbio emitidas pela Instituição, no valor total de R\$ 36.424 (R\$ 36.870 em 30 de junho de 2009), e 133 Letras de Câmbio com garantia de recebíveis emitidas pela Instituição, no valor de R\$ 5.594 pactuadas junto a partes relacionadas, a taxas usuais de mercado, cuja remuneração de 100% a 130% o Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, registrados e divulgados pela CETIP.

A composição em 30 de junho de 2010 e de 2009 do saldo relativo às letras de câmbio, por vencimento é assim apresentada:

	2010	2009
Até 3 meses	3.685	1.389
4 a 12 meses	3.200	1.210
2 a 3 anos	5.194	3.937
4 a 5 anos	26.003	14.708
6 a 15 anos	3.936	15.626
	42.018	36.870
( - ) Parcela de longo prazo	(35.133)	(35.271)
	<u>6.885</u>	<u>1.599</u>

#### 16. OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRIBUTÁRIAS

	30.06.2010	30.06.2009
Provisão para IRPJ e CSLL	1.364	3.205
IRRF retido na fonte a recolher	42	59
PIS, COFINS e CSLL retidos a recolher	31	5
INSS a recolher	22	17
FGTS e recolher	2	4
Outros	1	6
	<u>1.462</u>	<u>3.296</u>

#### 17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

##### a. Capital social

O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 7.000.000(sete milhões de reais), representadas por 7.000.000(sete milhões) de ações nominativas, sem valor nominal, pertencente a acionistas domiciliados no País.

Em 08 de junho de 2009, através da Ata de Assembléia Extraordinária , foi realizado um aumento de capital no montante de R\$ 2.000.000, sendo que as ações estão distribuídas da seguinte forma:

<u>Acionistas</u>	<u>Nº de ações</u>	<u>Valor das ações</u>	<u>Participação</u>
Orlando Otto Kaesemodel Filho	6.900.000	6.900.000	98,57%
Orlando Otto Kaesemodel Neto	100.000	100.000	1,43%
	<u>7.000.000</u>	<u>7.000.000</u>	<u>100,00%</u>

b. Reserva legal

Constituída no montante de R\$ 1.400, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, à base de 5% do lucro líquido de cada exercício, até atingir o limite de 20% do capital social integralizado.

c. Reserva especial para dividendo obrigatório não distribuído

Em conformidade com o artigo nº 202 da Lei das Sociedades por Ações, o saldo remanescente dos lucros acumulados em 30 de junho de 2010 no montante de R\$ 12.497 mil, foi transferido para constituição da reserva especial para dividendo obrigatório não distribuído, cuja destinação será deliberada pelos acionistas em Assembléia Geral Ordinária.

d. Patrimônio de referência exigido - PRE (Acordo Basileia II)

O Patrimônio de Referência (PR), para fins da verificação do cumprimento dos limites operacionais, de que tratam as Resoluções Bacen nº 3.444 de 28 de fevereiro de 2007 e nº 3.490 de 29 de agosto de 2007, refletido no quadro abaixo, foi calculado com base no documento de limites operacionais - DLO:

	<u>30.06.2010</u>
Patrimônio de referência exigido - PRE	18.468
Taxa de risco da carteira - RBAN	131
Limite (PRE + RBAN)	18.599
Situação patrimônio de referência	<u>16.279</u>
 Patrimônio de referência	 <u><u>(2.320)</u></u>

Nos termos da Resolução nº 3.398, de 29 de agosto de 2006, será apresentado ao Banco Central do Brasil o plano de regularização contendo cronograma e as medidas para o enquadramento nos padrões mínimos de capital e nos limites operacionais.

## 18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Instituição não participa de operações envolvendo instrumentos financeiros registradas em contas de compensação ou patrimoniais que se destinem a atender às necessidades próprias, a fim de reduzir sua exposição a riscos de mercado, moeda e juros.

### Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Instituição podem ser considerados como:

- Risco de crédito

Visando a mitigação do Risco de Crédito, a Negresco atua continuamente no acompanhamento dos processos das atividades de crédito, nos aprimoramentos, aferição e elaboração de inventários dos modelos de concessão e recuperação de crédito, no monitoramento de concentrações e na identificação de novos componentes que ofereçam riscos de crédito.

- Risco de mercado

Os riscos de mercado são gerenciados por meio de metodologias e modelos condizentes com a realidade do mercado nacional, permitindo embasar decisões estratégicas da Instituição com grande agilidade e alto grau de confiança.

Determinação do valor de mercado dos instrumentos financeiros

Operações de crédito prefixadas foram determinadas mediante desconto dos fluxos de caixa estimados, adotando as taxas de juros praticadas pela Negresco em novos contratos de características similares. As referidas taxas são compatíveis com o mercado na data do balanço.

**19. DEMONSTRAÇÃO DO EBITDA/LAJIDA - INFORMAÇÃO ADICIONAL**

	30.06.2010	30.06.2009
Lucro líquido do semestre	4.963	5.361
(+) IRPJ e CSSL	3.273	3.252
(+) depreciação/amortização	484	440
LAJIDA (EBITDA) *	8.720	9.053

\* LAJIDA - Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização

\* EBITDA - Earning before interest, tax, depreciation and amortization

\* \* \*



#### **DIRETORIA**

Guilherme Maia Borio - Diretor

Orlando Otto Kaesemodel Filho - Diretor

Sergio Shoji Yamamoto - Diretor

#### **CONTADOR**

Sérgio Shoji Yamamoto  
CRC (PR) 014625/O - 0

**NEGRESKO S.A. – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS**

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS  
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2009 E DE 2008,  
E PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

A BDO International é uma rede mundial de empresas de auditoria denominadas firmas-membro BDO. Cada firma-membro é uma entidade juridicamente independente em seu próprio país. A rede é coordenada pela BDO Global Coordination B.V., constituída na Holanda, com sua sede estatutária em Eindhoven (número de registro comercial 33205251) e com um escritório na Boulevard de la Woluwe 60, 1200 Bruxelas, Bélgica, onde está situado o Escritório Executivo Internacional.

**NEGRESO S.A. – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS**

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2009 E DE 2008**  
**(Valores expressos em milhares de reais)**

**CONTEÚDO**

Parecer dos auditores independentes

Quadro 1 - Balanço patrimonial

Quadro 2 - Demonstração do resultado

Quadro 3 - Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Quadro 4 - Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações contábeis.



**BDO Trevisan**

BDO Trevisan Auditores  
Independentes  
Al. Doutor Carlos de Carvalho, 655  
Edifício New Port - 10º andar  
Curitiba - PR - Brasil  
80430-180

Tel.: +55 (41) 3112-2170  
Fax.: +55 (41) 3112-2170  
www.bdotrevisan.com.br

## **PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Aos Administradores e Acionistas  
Negresco S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos  
Curitiba - PR

1. Examinamos o balanço patrimonial da Negresco S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos, levantado em 30 de junho de 2009, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes ao semestre findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Instituição; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Instituição, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Negresco S.A. – Crédito, Financiamentos e Investimentos em 30 de junho de 2009, as mutações de seu patrimônio líquido e os fluxos de caixa correspondentes ao semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. As demonstrações contábeis relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2008, apresentadas para fins de comparabilidade, compreendendo o balanço patrimonial e as demonstrações do resultado e das mutações do patrimônio líquido do respectivo semestre, foram examinadas por outros auditores independentes, que sobre elas emitiram parecer sem ressalva em 30 de julho de 2008. Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, as práticas contábeis adotadas no Brasil foram alteradas a partir de 1º de Janeiro de 2008. As demonstrações contábeis referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2008, exceto quanto à demonstração dos fluxos de caixa apresentada de forma conjunta com as demonstrações contábeis do semestre findo em 30 de junho de 2009, foram elaboradas de acordo ao Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória no 449/08, e estão sendo reapresentadas com os respectivos ajustes para fins de comparação entre os exercícios.



BDO Trevisan

BDO Trevisan Auditores  
Independentes  
Al. Doutor Carlos de Carvalho, 655  
Edifício New Port - 10º andar  
Curitiba - PR - Brasil  
80430-180

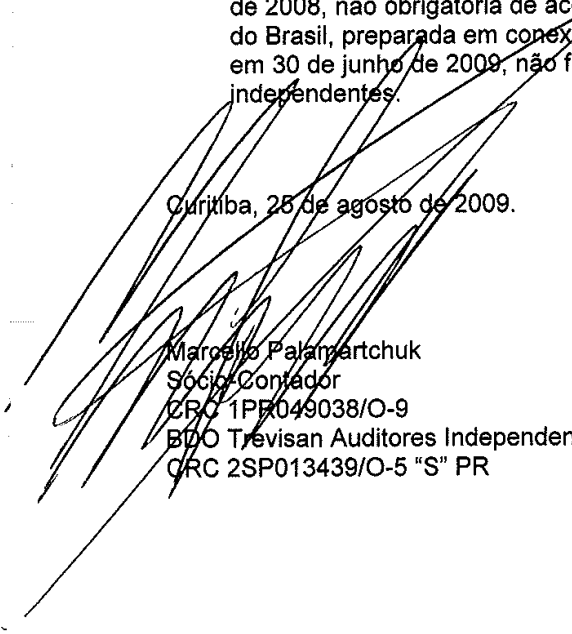
Tel.: +55 (41) 3112-2170  
Fax.: +55 (41) 3112-2170  
www.bdotrevisan.com.br

## PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas  
Negresco S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos  
Curitiba - PR

5. A demonstração dos fluxos de caixa correspondente ao semestre findo em 30 de junho de 2008, não obrigatória de acordo com o Comunicado 16.669/2008, do Banco Central do Brasil, preparada em conexão com as demonstrações contábeis do semestre findo em 30 de junho de 2009, não foi por nós examinada, nem por outros auditores independentes.

Curitiba, 28 de agosto de 2009.



Marcelo Palamartchuk  
Sócio Contador  
CRC 1PR049038/O-9  
BDO Trevisan Auditores Independentes  
CRC 2SP013439/O-5 "S" PR

**QUADRO 1**

**NEGRESCO S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS**

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2009 E DE 2008**  
(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	2009	2008 (reclassificado)	PASSIVO	2009	2008 (reclassificado)
<b>CIRCULANTE</b>			<b>CIRCULANTE</b>		
Disponibilidades (nota 5)	685	706	Depósitos a prazo (nota 12)	17.403	2.200
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 6)	8.940		Depósito interfinanceiro		4.559
Operações de crédito (nota 7)	68.783	69.800	Obrigações diversas (notas 4 e 13)	8.018	44.042
Outros créditos (notas 4 e 8)	13.717	1.679	Recursos de aceites cambiais (nota 14)	1.599	634
Despesas antecipadas	185		Obrigações fiscais e tributárias (nota 15)	3.296	81
Total do ativo circulante	92.210	72.185	Cobrança e arrecadação de tributos e assemealhados	64	
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			Total do passivo circulante	30.380	51.516
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
Operações de crédito (nota 7)	1.559	3.846	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
	1.559	3.846	Depósitos a prazo (nota 12)	11.372	530
			Obrigações diversas (notas 4 e 13)	249	18.516
			Recursos de aceites cambiais (nota 14)	35.271	
<b>PERMANENTE</b>			Total do passivo não circulante	46.892	17.046
Investimentos	102	85	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO (nota 16)</b>		
Imobilizado (nota 9)	1.031	880	Capital social (nota 16a)	7.000	5.000
Intangível (nota 10)	1.235	917	Reserva legal (nota 16b)	1.267	1.000
Diferido (nota 11)	607	1.009	Reserva especial de lucros (nota 16c)	11.205	4.360
Total do ativo não circulante	2.975	2.891	Total do patrimônio líquido	19.472	10.360
	4.534	6.737			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>96.744</b>	<b>78.922</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>96.744</b>	<b>78.922</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**QUADRO 2****NEGRESCO S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS****DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2009 E DE 2008.****(Valores expressos em milhares de reais)**

	1º.01.2009 a 30.06.2009	1º.01.2008 a 30.06.2008
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		
Operações de crédito	20.921	25.482
Resultado de títulos e valores mobiliários	312	152
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		
Operações de captação no mercado	(3.825)	(3.649)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(14.132)	(11.782)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	3.276	10.203
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		
Receitas de prestação de serviços	26	255
Despesas de pessoal	(240)	(391)
Despesas administrativas	(8.681)	(7.168)
Despesas tributárias	(502)	(1.026)
Outras receitas operacionais	15.472	263
Outras despesas operacionais	(738)	(52)
	5.337	(8.119)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO	8.613	2.084
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(3.252)	(1.394)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	5.361	690
Quantidade de ações no final do semestre	7.000	5.000
Lucro por lote de mil ações de capital no final do semestre	0,77	0,14

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**QUADRO 3**

**NEGRESCO S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS**

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2009 E 2008.  
(Valores expressos em milhares de reais)**

	Capital realizado	Reserva legal	Reservas de lucros Reserva especial de lucros	Lucros acumulados	Total
<b>SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2008</b>					
Lucro líquido do semestre	5.000	1.000	3.670		9.670
Destinação do resultado:					
Constituição de reserva especial de lucros			690	690	690
<b>SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2008</b>	5.000	1.000	4.360		10.360
Lucro líquido do semestre				2.356	2.356
Destinação do resultado:					
Constituição de reserva especial de lucros			1.751	(1.751)	
Juros sobre o capital próprio				(605)	(605)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008</b>	5.000	1.000	6.111		12.111
Lucro líquido do semestre				5.361	5.361
Aumento de capital conforme ata da Assembleia Geral	2.000				2.000
Extraordinária realizada em 08.06.2009					
Destinação do resultado:					
Reserva legal		267		(267)	
Constituição de reserva especial de lucros			5.094	(5.094)	
<b>SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2009</b>	7.000	1.267	11.205		19.472

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



**QUADRO 4****NEGRESCO S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS****DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS  
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2009 E DE 2008  
(Valores expressos em milhares de reais)**

	1º.01.2009 a 30.06.2009	1º.01.2008 a 30.06.2008 (não auditado)
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do semestre	5.361	690
Ajustes para reconciliar o resultado do semestre com recursos provenientes de atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	440	374
	5.801	1.064
Redução (aumento) nos ativos:		
Operações de crédito	(11.083)	(8.294)
Despesas antecipadas	(185)	
Outros créditos	(2.088)	(116)
	(13.356)	(8.410)
Aumento (redução) nos passivos:		
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	14	42
Obrigações sociais e estatutárias	(11)	(3.613)
Obrigações fiscais e tributárias	2.890	(2.904)
Obrigações diversas	4.020	(1.133)
	6.913	(7.608)
RECURSOS LÍQUIDOS APLICADOS NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(642)	(14.954)
FLUXOS DE CAIXA APLICADOS NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Adições ao ativo permanente	(190)	(455)
RECURSOS LÍQUIDOS APLICADOS NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(190)	(455)
FLUXO DE CAIXA ABSORVIDOS DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Depósitos a prazo	28.775	
Depósitos interfinanceiros		2.200
Recursos de aceites cambiais	(24.660)	3.131
Aumento de capital	2.000	
RECURSOS LÍQUIDOS ABSORVIDOS DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	6.115	5.331
Aumento (redução) no caixa e equivalentes	5.283	(10.078)
Disponibilidades no início do semestre	4.242	10.784
Disponibilidades no final do semestre	9.525	706

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## NEGRESCO S.A. – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2009 E DE 2008 (Valores expressos em milhares de reais)

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Sociedade tem por objetivo a realização de financiamentos para aquisição de bens e serviços, financiamentos para capital de giro, empréstimos pessoais, bem como todas as demais operações ativas, passivas e acessórias a que estão legalmente autorizadas às Instituições da mesma natureza.

#### 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Negresco S.A. Crédito Financiamento e Investimentos foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações – Lei no 6.404/76, sendo adotadas as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas, quando aplicável, às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições Financeiras do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, quando aplicável, provisão para contingências, outras provisões, e sobre a determinação da vida útil de determinados ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

Adicionalmente, em atendimento à Lei 11.941/09 e conforme Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis nº 02 de 30 de janeiro de 2009 (OCPC nº 02) e Pronunciamento Técnico nº 04 (Ativo Intangível) do CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis, as demonstrações contábeis do semestre findo em 30 de junho de 2008 foram reclassificados para propiciar uniformidade e comparabilidade. A comparação entre os saldos apresentados nas demonstrações contábeis em 30 de junho de 2008 e os saldos reclassificados para fins de comparabilidade estão demonstrados a seguir:

	30.06.2008	
	Apresentado	Reclassificado
<u>Ativo permanente</u>		
Imobilizado	1.797	880
Intangível		917

### 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Dentre as principais práticas adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis da instituição, emanadas das disposições da legislação societária, associadas às normas e instruções específicas do Banco Central do Brasil, destacam-se:

a. Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Negresco

b. Apuração do resultado, ativos e passivos circulante e a longo prazo

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro-rata" dia e calculadas com base no método exponencial, atualizadas até a data do balanço.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CVM 3.064/08, são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registrados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

- a) Operações de crédito – estão registradas pelo valor atualizado pelas rendas incorridas até a data de encerramento do balanço, segundo o critério pró-rata dia. As operações de crédito, são classificadas nos respectivos níveis de risco, observados: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682 do CMN, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco.

As principais operações de crédito são compostas por empréstimos e financiamentos, cujas operações são realizadas com pessoas Físicas e Jurídicas, características estas da Carteira Comercial.

- b) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - foi constituída nos termos da resolução nº 2.682 de 21/12/99, do Banco Central do Brasil, em montante julgado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de créditos a receber, levando-se em consideração a análise das operações em atraso e dos riscos específicos apresentados por cliente. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

Nível	Intervalo de atraso	Percentual de Provisão
AA	Até 14 dias	
A	Até 14 dias	0,50%
B	De 15 à 30 dias	1,00%
C	De 31 à 60 dias	3,00%
D	De 61 à 90 dias	10,00%
E	De 91 à 120 dias	30,00%
F	De 121 à 150 dias	50,00%
G	De 151 à 180 dias	70,00%
H	Acima de 180 dias	100,00%

As operações em atraso classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, por no mínimo cinco anos, não sendo mais registradas em contas patrimoniais.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

f. Ativo imobilizado

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da instituição.

E demonstrado pelo custo de aquisição, líquidos das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens, a taxas fixadas por espécie de bens, de acordo com a nota explicativa número 9. O Imobilizado não supera seu provável valor de recuperação e foi submetido ao *impairment test*.

g. Ativo Intangível

O intangível é registrado ao custo de desenvolvimento ou aquisição. A amortização é calculada pelo método linear, à taxa mencionada na nota explicativa nº 10 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos intangíveis. O intangível não supera seu provável valor de recuperação e foi submetido ao *impairment test*.

h. Ativo Diferido

É demonstrado ao custo de aquisição ou formação e amortizado pelo método linear pelo prazo de cinco anos ou pelo prazo de vigência dos contratos de aluguéis. A administração entende que o diferido não supera seu provável valor de recuperação, foi submetido ao *impairment test* e desta forma não será revertido.

i. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros – (*impairment*)

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do exercício.

A partir de 2008, os valores dos ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por impairment.

j. Depósitos e captações no mercado aberto

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “pro-rata” dia.

k. Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base “pro-rata” dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base “pro-rata” dia).

l. Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre a parte deste lucro que excedeu a R\$ 240 mil (cento e oitenta mil reais), e inclui incentivos fiscais, cuja opção é formalizada na declaração de rendimentos. A Medida Provisória (MP) n.º 413, de 3 de janeiro de 2008, convertida na Lei n.º 11.727 de 23 de junho de 2008, elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL das empresas do setor financeiro de 9% para 15% do lucro tributável a partir de 1º de maio de 2008.

De acordo com a Lei n.º 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receita, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei n.º 11.638/07 e pelos artigos 36 e 37 da referida Lei 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Transição – RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007.

m. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução BACEN n.º 3.535, de 31 de janeiro de 2008, e nas Normas e Procedimentos de Contabilidade - NPC 22, do Instituto dos Auditores Independentes - IBRACON, combinados com na Deliberação CVM n.º 489/05, da seguinte forma:

- a) Ativos Contingentes - não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível;
- b) Contingências Passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, levando em conta a opinião de assessores jurídicos e da Administração, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação; e
- c) Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se às demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. Os montantes discutidos são quantificados, provisionados e atualizados mensalmente.

#### 4. COMPOSIÇÃO DE SALDOS DO BALANÇO PATRIMONIAL

##### a) Ativo circulante

###### Outros créditos

###### Diversos

Adiantamento a fornecedores	3
Devedores depositos em garantia	245
Devedores diversos país	260
Títulos e créditos a receber	1.422
Impostos e contribuições a compensar	11.787
	<u>13.717</u>

##### b) Passivo circulante

###### Outras obrigações

###### Diversas

Obrigação por aquisição de bens	108
Provisão para contingências	788
Credores diversos país	1.984
Provisão para pagamentos a efetuar	2.137
Obrigação de operação de venda	3.250
	<u>8.267</u>
( - ) Parcela de longo prazo	<u>(249)</u>
	<u>8.018</u>



**5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	<u>30.06.2009</u>	<u>30.06.2008</u>
Banco HSBC S.A.	6	42
Banco Itaú S.A.	26	47
Caixa Econômica Federal	30	7
Banco do Brasil S.A.	75	167
Banco Safra S.A.	238	
Banco Bradesco S.A.	<u>310</u>	<u>443</u>
	<u>685</u>	<u>706</u>

**6. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ**

	<u>30.06.2009</u>
DI - não ligadas	8.842
( - ) Rendas a apropriar	<u>(2)</u>
	<u>8.840</u>

## 7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA PERDA EM CRÉDITO

O somatório da carteira de operações de crédito e o valor da respectiva provisão para créditos de liquidação duvidosa em 30 de junho de 2009, estão segregados de acordo com as normas vigentes e assim representados:

### a) Por níveis de risco e vencimento

DEMONSTRATIVO DE CLASSIFICAÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (R\$ mil)							
Classificação	Situação	Atraso em dias	% Provisão	Tipo de pessoa		Total	Provisão
				Jurídica	Física		
AA	Normal						
A	Normal	De 0 a 14	0,50%	699	56.571	57.270	304
B	Normal		1,00%		371	371	
	Vencido	de 15 a 30	1,00%	1	4.643	4.644	54
C	Normal		3,00%	99	89	188	
	Vencido	de 30 a 60	3,00%	2	3.174	3.176	107
D	Normal		10,00%	21	31	52	
	Vencido	de 60 a 90	10,00%	11	2.396	2.407	260
E	Normal		30,00%		27	27	
	Vencido	de 90 a 120	30,00%	3	2.193	2.196	700
F	Normal		50,00%	3	10	13	
	Vencido	de 120 a 150	50,00%	5	2.601	2.606	1.384
G	Normal		70,00%	1	8	9	
	Vencido	de 150 a 180	70,00%	20	2.470	2.490	1.825
H	Normal		100,00%		39	39	
	Vencido	Acima de 180	100,00%	27	14.976	15.003	15.515
				892	89.599	90.491	20.149
		( - ) Parcela de longo prazo				(1.618)	(59)
	Total					88.873	20.090

## 8. OUTROS CRÉDITOS

	30.06.2009	30.06.2008
Adiantamento a fornecedores	3	
Adiantamento a funcionários		3
Devedores depositos em garantia	245	46
Devedores diversos país	260	1.084
Títulos e créditos a receber	1.422	528
Impostos e contribuições a compensar	11.787	18
	<u>13.717</u>	<u>1.679</u>

Em 30 de junho de 2009, a Administração, baseada em opinião de seus assessores jurídicos e no trânsito em julgado do Mandado de Segurança nº 2008.70.00.001426-7/PR, bem como do Despacho Decisório relativo ao Pedido de Habilitação, processo nº 10.980.006005/2009-50, contabilizou créditos extemporâneos no montante de R\$ 11.390 mil, relativo ao reconhecimento da inconstitucionalidade da majoração da base de cálculo do PIS e COFINS, promovida pelo art. 3º, parágrafo 1º da Lei nº 9.718/98. Os montantes dos referidos créditos estão sujeitos a validação da SRF – Secretaria da Receita Federal.

## 9. IMOBILIZADO DE USO

	Taxa anual de depreciação %	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Custo líquido	
				30.06.2009	30.06.2008
Móveis e equipamentos de uso	10%	900	(154)	746	580
Equipamentos de comunicação	10%	313	(56)	257	255
Sistema de transporte	20%	35	(7)	28	45
		<u>1.248</u>	<u>(217)</u>	<u>1.031</u>	<u>880</u>

De acordo com o CPC 01 "Redução do Valor Recuperável dos Ativos" os itens do ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. Em 30 de junho de 2009, com base em cálculos efetuados, não foram identificados ajustes que necessitem de provisão para redução de seu valor de recuperação.

## 10. ATIVO INTANGÍVEL

	Taxa anual de amortização %	Custo corrigido	Amortização acumulada	Custo líquido	
				30.06.2009	30.06.2008
Sistema de processamento de dados	20%	1.759	(606)	1.153	819
Direitos de uso sistemas de comunicação	10%	114	(32)	82	98
		<u>1.873</u>	<u>(638)</u>	<u>1.235</u>	<u>917</u>

De acordo com o CPC 01 "Redução do Valor Recuperável dos Ativos" os itens do ativo intangível que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. Em 30 de junho de 2009, com base em cálculos efetuados, não foram identificados ajustes que necessitem de provisão para redução de seu valor de recuperação.

## 11. DIFERIDO

	Taxa anual de amortização %	Custo corrigido	Amortização acumulada	Custo líquido	
				30.06.2009	30.06.2008
Gastos de organização e expansão	20%	1.368	(761)	607	1.009
		<u>1.368</u>	<u>(761)</u>	<u>607</u>	<u>1.009</u>

Registram valores relativos a gastos com organização e expansão que conforme permitido pela legislação contábil em vigor (OCPC nº 02 "Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis"), permanecerão nesse grupo até a sua realização, cuja amortização não será em prazo superior a 10 anos.

**12. DEPÓSITOS A PRAZO**

	<u>Taxa</u>	<u>Fator</u>	<u>30.06.2009</u>
Fundo de Investimento Votorantim Banks FGC Renda Fixa - Crédito Privado	120%	DI Cetip	8.023
Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Proteus	120% e 130%	DI Cetip	18.744
JPP - Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado	130%	DI Cetip	<u>2.008</u>
			28.775
( - ) Parcela de longo prazo			<u>(11.372)</u>
			<u>17.403</u>

As obrigações por depósitos à prazo, foram contratadas no país e referem-se exclusivamente às captações efetuadas junto à Fundos de Investimento e estão remunerados de 120% a 130% do Certificado de Depósito Interfinanceiro – CDI, divulgado mensalmente pela CETIP.

Os vencimentos dos referidos certificados, estão assim demonstrados:

	<u>Emissão</u>	<u>Vencimento</u>	<u>30.06.2009</u>
Fundo de Investimento Votorantim Banks FGC Renda Fixa - Crédito Privado	19.06.2009	08.06.2011	8.023
Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Proteus	07.04.2009	03.11.2009	10.282
Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Proteus	17.04.2009	01.12.2009	5.113
Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Proteus	15.05.2009	03.11.2010	3.349
JPP - Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado	17.06.2009	14.06.2010	<u>2.008</u>
			<u>28.775</u>

**13. OBRIGAÇÕES DIVERSAS**

	<u>30.06.2009</u>	<u>30.06.2008</u>
Obrigação por aquisição de bens	108	175
Provisão para contingências	788	195
Credores diversos país	1.984	4.012
Salários a pagar	99	25
Pagamentos a efetuar	2.038	682
Obrigação de operação de venda	<u>3.250</u>	
	8.267	5.089
( - ) Parcela de longo prazo	<u>(249)</u>	<u>(530)</u>
	<u>8.018</u>	<u>4.559</u>

As provisões para contingências foram constituídas levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. Os saldos em 30 de junho de 2009 foram constituídos em montante considerado suficiente eventuais perdas e referem-se, substancialmente, a ações cíveis indenizatórias e trabalhistas.

O saldo de R\$ 2.038 (R\$ 682 em 30 de junho de 2008), está composto basicamente por prestadores de serviços, tais como os advogados da empresa Gaia, Silva, Gaede & Associados S.S. no montante de R\$ 854, Crediparana Serviços Financeiros no montante de R\$ 1.029, dentre outros.

O montante de R\$ 3.250, refere-se integralmente à alienação de créditos ao HSBC Banco Múltiplo S.A. e ao Paraná Banco S.A., assim distribuídos:

	30.06.2009
HSBC Banco Múltiplo S.A.	1.026
Paraná Banco S.A.	2.325
(-) Despesa de captação	(101)
	<u>3.250</u>

No exercício de 2008, tais operações eram classificadas como redutoras no Ativo Circulante, contudo, conforme resolução CMN N.º 3.533/08 que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2009, tais operações passaram a ser classificadas no Passivo Circulante.

#### 14. RECURSOS DE ACEITES CAMBIAIS

Rubrica está composta por saldos relativos à emissão de 39 Letras de Câmbio emitidas pela Instituição, no valor total de R\$ 36.870 (219 Letras de Câmbio - de R\$ 60.558 em 30 de junho de 2008), pactuadas junto a partes relacionadas, a taxas usuais de mercado, cuja remuneração é realizada à taxa de 100% do CDI – Certificado de Depósitos Interfinanceiros.

A composição em 30 de junho de 2009 e 2008 do saldo relativo às letras de câmbio, por vencimento é assim apresentada:

	30.06.08	30.06.08
Até 3 meses	1.389	
4 a 12 meses	1.210	44.042
2 a 3 anos	3.937	7.720
4 a 5 anos	14.708	8.796
6 a 15 anos	15.626	
	<u>36.870</u>	<u>60.558</u>

## 15. OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRIBUTÁRIAS

	30.06.2009	30.06.2008
Provisão para IRPJ e CSLL	3.205	398
IRRF retido na fonte a recolher	59	31
PIS, Cofins e CSLL retidos a recolher	5	19
INSS a recolher	17	12
FGTS a recolher	4	2
Cofins a recolher		147
PIS a recolher		24
Outros	6	1
	<u>3.296</u>	<u>634</u>

## 16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a. Capital social

O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 7.000.000 (R\$ 5.000.000 em 30 de junho de 2008), representadas por 7.000.000 (sete milhões) de ações nominativas, sem valor nominal, pertencente 100% a acionistas domiciliados no País.

Em 11 de março de 2008, através de Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações, os acionistas da Sociedade, alienaram 49% (quarenta e nove por cento) da sua posição acionária, à Trade Capital Participações Ltda., que aguardava autorização do Banco Central. Contudo, em 04 de maio de 2009 a Negresco S.A. solicitou ao Banco Central o arquivamento do processo, tornando nula a referida alteração no contrato social.

Em 08 de junho de 2009, através da Ata de Assembléia Extraordinária, foi realizado o aumento de capital no montante de R\$ 2.000.000 (dois milhões de reais), sendo que as ações ficaram distribuídas da seguinte forma:

Acionistas	Nº de ações	Valor das ações	Participação
Orlando Otto Kaesemodel Filho	6.900.000	6.900.000	98,57%
Orlando Otto Kaesemodel Neto	99.500	99.500	1,42%
Sérgio Shoji Yamamoto	500	500	0,01%
	<u>7.000.000</u>	<u>7.000.000</u>	<u>100,00%</u>

b. Reserva legal

Constituída no montante de R\$ 1.267 (R\$ 1.000 em 30 de junho de 2008), em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, à base de 5% do lucro líquido de cada exercício/semestre, até atingir o limite de 20% do capital social integralizado.

c. Reserva especial para dividendo obrigatório não distribuído

Em conformidade com o artigo nº 202 da Lei das Sociedades por Ações, o saldo remanescente dos lucros acumulados em 30 de junho de 2009 no montante de R\$ 5.094, foi transferido para constituição da reserva especial para dividendo obrigatório não distribuído, cuja destinação será deliberada pelos acionistas em Assembléia Geral Ordinária.

d. Patrimônio de referencia exigido – PRE (Acordo Basileia II)

A Negresco mantém patrimônio de referência (PR) compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, nos termos da Resolução BACEN 3.490/07 e normas complementares.

## 17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Instituição não participa de operações envolvendo instrumentos financeiros registradas em contas de compensação ou patrimoniais que se destinem a atender às necessidades próprias, a fim de reduzir sua exposição a riscos de mercado, moeda e juros.

### Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Instituição podem ser considerados como:

- **Risco de crédito**

Visando a mitigação do Risco de Crédito, a Negresco atua continuamente no acompanhamento dos processos das atividades de crédito, nos aprimoramentos, aferição e elaboração de inventários dos modelos de concessão e recuperação de crédito, no monitoramento de concentrações e na identificação de novos componentes que ofereçam riscos de crédito.



- **Risco operacional**

No semestre de 2008 e 2009, a Negresco deu continuidade aos seus esforços para o fortalecimento de seu ambiente de controles internos. O aprimoramento constante das práticas de Governança Corporativa e o investimento contínuo na evolução dos processos e dos controles internos são objetivos permanentes da Administração.

- **Risco de mercado**

Os riscos de mercado são gerenciados por meio de metodologias e modelos aderentes e condizentes com a realidade do mercado nacional, permitindo embasar decisões estratégicas da Instituição com grande agilidade e alto grau de confiança. A Negresco emprega uma política conservadora na administração de sua exposição a risco de mercado.

**Determinação do valor de mercado dos instrumentos financeiros**

Operações de crédito prefixadas foram determinadas mediante desconto dos fluxos de caixa estimados, adotando as taxas de juros praticadas pela Negresco em novos contratos de características similares. As referidas taxas são compatíveis com o mercado na data do balanço.

\* \* \*

**DIRETORIA**

Orlando Otto Kaesemodel Filho – Diretor Presidente

Ricardo Franco de Souza – Diretor

Sergio Shoji Yamamoto – Diretor

**CONTADOR**

Enio Antonio Lena  
CRC (PR) 044136/O-7  
CPF 543.956.150-15

